



JORGE ALBERTO DE MACEDO ACOSTA JUNIOR

**PLURALISMO POLÍTICO CRÍTICO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA  
TEÓRICA DESDE A LUTA IDEOLÓGICA DA ESQUERDA EM ITAÚNA-MG  
(2021-2023)**

Tese de Doutorado

Orientador Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer

Universidade La Salle

Canoas

2024

JORGE ALBERTO DE MACEDO ACOSTA JUNIOR

**PLURALISMO POLÍTICO CRÍTICO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA  
TEÓRICA DESDE A LUTA IDEOLÓGICA DA ESQUERDA EM ITAÚNA-MG  
(2021-2023)**

Tese de Doutorado apresentada à banca de examinadora do Curso de Direito do Programa de Pós-graduação da Universidade La Salle – Unilasalle como exigência parcial para a obtenção do Diploma de Doutor em Direito.

Orientação Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer

Canoas, 2024

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A185p Acosta Junior, Jorge Alberto de Macedo.  
Pluralismo político crítico: limites e possibilidades da prática teórica desde a luta ideológica da esquerda em Itaúna-MG (2021-2023) [manuscrito] / Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. – 2024.  
284 f. : il.

Tese (doutorado em Efetividade do Direito na Sociedade) –  
Universidade La Salle, Canoas, 2024.  
“Orientação: Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer”.

1. Direito e política. 2. Política - pluralismo. 3. Política - ideologia.  
4. Política – conflito social. I. Wolkmer, Antonio Carlos. II. Título.

CDU: 34:321.7

Bibliotecária responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

JORGE ALBERTO DE MACEDO ACOSTA JUNIOR

**PLURALISMO POLÍTICO CRÍTICO: LIMITES E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA  
TEÓRICA DESDE A LUTA IDEOLÓGICA DA ESQUERDA EM ITAÚNA-MG  
(2021-2023)**

Tese aprovada para obtenção do título de doutor, pelo  
Programa de Pós-Graduação em Direito, da  
Universidade La Salle.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Debora Ferrazzo  
Universidade do Extremo Sul Catarinense

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Tatiana Ribeiro de Souza  
Universidade Federal de Ouro Preto

---

Prof. Dr. Lucas Machado Fagundes  
Universidad Autonoma de San Luis Potosi

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daniela Mesquita Leutchuk Cademartori  
Universidade La Salle, Canoas/RS

---

Prof. Dr. Antônio Carlos Wolkmer  
Orientador e Presidente da Banca - Universidade La Salle, Canoas/RS

**Área de concentração:** Direito  
**Curso:** Doutorado em Direito

Canoas, 28 de agosto de 2024

Aos meus pais, Maria de Fátima e Jorge (*em memória*).

À Karen Graciella.

## Agradecimentos

São quase 10 anos de formação, o que torna a tarefa de agradecimento um desafio. Há um grande número de pessoas envolvidas em todo este desfecho. Primeiramente, aos meus amigos Felipe Montiel e Norberto Knebel pela amizade e construção desta caminhada teórica, pois sempre foram força de crítica e ânimo para mim. Igualmente, aos camaradas do coletivo *Máquina Crísica*, em especial à Juliana Mesomo e Alex Moraes, organizadores e agitadores da luta ideológica na prática teórica. À Karen Graciella que, desde o mestrado na Unilasalle, vem compartilhando destinos comigo e, por conta deste compromisso, me levou até Itaúna. Tanto o percurso do doutorado, quanto do mestrado trouxeram amigas e amigos queridos como Tainá Vargas, Guilherme Siqueira e Lucas Kuhn, os quais sempre pude contar para diálogos de grande valia.

Ao meu orientador, Professor Antonio Carlos Wolkmer, o qual tenho enorme respeito e admiração, em múltiplos sentidos, mas especialmente pela defesa do campo crítico, da América Latina e da prática teórica. Sua paciência, gentileza e amabilidade é conhecida por grande parte de seus alunos e alunas, levarei aprendizados destes quatro anos de acompanhamento de suas aulas para minha prática docente. Ao que se refere à prática teórica, a leitura atenta de seus trabalhos, a atenção a suas falas e a intenção de costurar uma formulação aos elementos da crítica e do pluralismo, levaram à consolidação desta tese. Desta maneira, lhe agradeço pelo conceito de pluralismo político, apontado oportunamente após apresentação no Grupo de Trabalho *Pluralismo e Direitos Humanos no Sociology of Law 2023*.

Agradeço aos professores e professoras da Unilasalle, especialmente à professora Daniela Mesquita L. de Cademartori que, para mim, foi exemplo e referência de comportamento e atitude em sala de aula. Seria o caso de aproveitar para agradecer de maneira mais geral, aos trabalhadores e trabalhadoras da Unilasalle, e, singularmente, à Graciele Mesquita que se mostrou sempre atenciosa no tratamento das questões administrativas e burocráticas.

Agradeço a minha família, por estarem ao meu lado em todos estes anos de formação. Uma especialíssima atenção a minha avó Noely Therezinha, referência de pessoa que lê. À minha mãe, Maria de Fatima Moreira, por ter me ensinado a ser amável e entender que poucas vezes as coisas se dão como imaginamos. Há que se agradecer também a uma espécie de família estendida, amigos de infância e outras figuras fora do espaço acadêmico. Todas estas pessoas que mesmo não mencionadas sabem que estiveram comigo nesta caminhada de oito anos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – fundação vinculada ao Ministério da Educação – por remunerar a pesquisa no país, fazendo este percurso possível.

À cada pessoa que lutei lado a lado esta luta ideológica em Itaúna-MG, às quais não posso citar seus nomes por precaução ética. Mas posso dizer que são pessoas dispostas à política, a assumirem uma posição em relação à situação que vivíamos no período de 2021 à 2023, é junto com estas pessoas que este trabalho foi escrito. Estas pessoas se tornaram afetos para este gaúcho recém chegado em Minas, acolheram e me fizeram querer pesquisar o lugar onde estava vivendo, bem como, a realidade imediata da cidade. Itaúna e suas pessoas, ao contrário, do que a ideologia dominante vem a afirmar, não é somente uma “cidade conservadora”, é sim, um lugar com tantas singularidades e trajetórias, que já é possível sim, ser, pensar e agir para transforma-la.

À Itaúna, por me fazer pensar.

Nada garantirá jamais que a realidade do fato consumado seja a garantia de sua perenidade: bem pelo contrário, todo fato consumado, mesmo eleitoral, e mesmo tudo aquilo que dele possa se tirar de necessidade e de razão, não é mais do que encontro provisório, porque, dado que qualquer encontro é provisório, mesmo quando dura, não há nenhuma eternidade nas “leis” de nenhum mundo, nem de nenhum Estado. A história não é mais do que a revogação permanente do fato consumado por um outro fato indecifrável a consumir-se, sem que se saiba antecipadamente nem onde, nem como o acontecimento de sua revogação se produzirá. (Althusser, 2005).

Itaúna nasceu como cidade em 1901, e desde então havia uma fábrica de tecidos muito grande que existe até hoje, que é a Companhia Tecido Santanense. Logo depois, o grupo se rompeu e se dividiu e criou a outra companhia forte, Companhia Industrial Itaunense. Os diretores dessa companhia eram os dirigentes políticos da cidade e ao mesmo tempo eles criaram a Universidade de Itaúna em 1965, em plena ditadura militar, inclusive o diretor da Companhia Industrial Itaunense era secretário do governo Magalhães Pinto. Era um Itaunense, Miguel Augusto, ele era da elite econômica, era um dos grandes nomes que decidia quem seria o prefeito, quem seriam os candidatos a vereador. Desde os primórdios, os Gonçalves de Sousa. Então assim, a Itaunense, a Santanense, também da família, criada inclusive pelo bisavô dele, do Miguel Augusto, que era o Manoel José de Sousa Moreira, e além de tudo, criaram a Universidade Itaúna. Os empregos, os melhores carros, os melhores postos, a prefeitura estavam nas mãos deles e ficava então entre eles. Então eu penso que eles querem conservar isso, esses privilégios, essas decisões de eu escolho quem vai mandar, eu escolho quem vai atuar. (Luis, 2023).

## Resumo

A tese oferece uma análise da luta ideológica contemporânea por meio do estudo de práticas teóricas e políticas, focando no processo de radicalização conservadora enquanto busca identificar elementos de pluralidade política que sustentem práticas de enfrentamento ao conservadorismo. O objetivo geral consiste em expor os limites e as possibilidades das práticas políticas e teóricas a partir de uma posição política materialista e pluralista, tanto em nível nacional quanto local. Com base em uma abordagem dialética materialista, a pesquisa desenvolve uma prática teórica estruturada em três generalidades, que correspondem aos três capítulos da tese. O primeiro capítulo estabelece os fundamentos da prática teórica e metodológica do pluralismo político crítico, centrando-se na crítica ao monismo como prática ideológica de dominação, na posição política materialista, e empregando a metodologia da pesquisa-ação para inserção no campo junto à pluralidade política da esquerda local. O segundo capítulo examina a conjuntura ideológica em nível nacional, considerando eventos significativos como o ressurgimento das lutas insurgentes em 2013, o golpe parlamentar de 2016 e a ascensão do bolsonarismo em 2018. No nível local, a luta ideológica em Itaúna é analisada através de uma recuperação crítica da história da cidade, seguida pela análise do papel de três diferentes gerações da esquerda local, que vai da afirmação do democratismo e da luta de classes, passa pela questão racial e da corpo-política, até a radicalização das juventudes. O terceiro capítulo realiza uma autocrítica, examinando os limites e possibilidades das práticas políticas da esquerda local e das práticas teóricas do pluralismo político crítico como um processo de descolonização intelectual. Para desenvolver a pesquisa, foi utilizado o método dialético materialista, combinando pesquisa teórica e qualitativa, especialmente em relação ao campo das subjetividades. Foram utilizados materiais bibliográficos relevantes e conteúdos empíricos coletados através de entrevistas não-diretivas com participantes da esquerda de Itaúna. A pesquisa conclui que, com o acirramento da luta ideológica no Brasil, as tendências minoritárias da esquerda têm desempenhado um papel qualitativamente mais eficaz na deslegitimação do monismo político-ideológico. Ao longo da investigação, torna-se evidente que a radicalização conservadora exige respostas políticas que sejam, ao mesmo tempo, pluralistas e profundamente críticas. A tese, portanto, propõe que a prática teórica seja um campo de enfrentamento contínuo, onde se articulem as contradições materiais e a diversidade de experiências políticas, apontando para um processo de descolonização intelectual capaz de gerar práticas mais inclusivas e transformadoras, tanto em âmbito local quanto nacional.

Palavras-chave: Pluralismo político crítico; prática teórica; pesquisa-ação; esquerda; luta ideológica.

### **Abstract**

The thesis offers an analysis of the contemporary ideological struggle through the study of theoretical and political practices, focusing on the process of conservative radicalization while seeking to identify elements of political plurality that support practices of resistance to conservatism. The general objective is to expose the limits and possibilities of political and theoretical practices from a materialist and pluralist political position, both at the national and local levels. Based on a dialectical materialist approach, the research develops a theoretical practice structured into three generalities, which correspond to the three chapters of the thesis. The first chapter establishes the foundations of theoretical and methodological practice in critical political pluralism, focusing on the critique of monism as an ideological practice of domination, the materialist political position, and employing the action-research methodology for field engagement alongside the political plurality of the local left. The second chapter examines the ideological conjuncture at the national level, considering significant events such as the resurgence of insurgent struggles in 2013, the parliamentary coup of 2016, and the rise of bolsonarism in 2018. At the local level, the ideological struggle in Itaúna is analyzed through a critical recovery of the city's history, followed by an analysis of the role played by three different generations of the local left, ranging from the affirmation of democratism and class struggle, addressing the racial issue and body-politics, up to the radicalization of the youth. The third chapter performs a self-critique, examining the limits and possibilities of the political practices of the local left and the theoretical practices of critical political pluralism as part of an intellectual decolonization process. To develop the research, the dialectical materialist method was used, combining theoretical and qualitative research, especially in relation to the field of subjectivities. Relevant bibliographical materials were used, along with empirical content collected through non-directive interviews with participants from Itaúna's left. The research concludes that, with the intensification of the ideological struggle in Brazil, the minority trends within the left have played a qualitatively more effective role in delegitimizing political-ideological monism. Throughout the investigation, it becomes clear that conservative radicalization demands political responses that are both pluralistic and deeply critical. Therefore, the thesis proposes that theoretical practice should be a continuous field of confrontation, where material contradictions and the diversity of political experiences are articulated, pointing to an intellectual decolonization process capable of generating more inclusive and transformative practices, both at the local and national levels.

**Keywords:** Critical political pluralism; theoretical practice; action research; left; ideological struggle.

## Resumen

La tesis ofrece un análisis de la lucha ideológica contemporánea a través del estudio de prácticas teóricas y políticas, centrándose en el proceso de radicalización conservadora mientras busca identificar elementos de pluralidad política que sostengan prácticas de resistencia al conservadurismo. El objetivo general consiste en exponer los límites y posibilidades de las prácticas políticas y teóricas desde una posición política materialista y pluralista, tanto a nivel nacional como local. Basada en un enfoque dialéctico materialista, la investigación desarrolla una práctica teórica estructurada en tres generalidades, que corresponden a los tres capítulos de la tesis. El primer capítulo establece los fundamentos de la práctica teórica y metodológica del pluralismo político crítico, centrándose en la crítica al monismo como práctica ideológica de dominación, la posición política materialista, y empleando la metodología de investigación-acción para la inserción en el campo junto a la pluralidad política de la izquierda local. El segundo capítulo examina la coyuntura ideológica a nivel nacional, considerando eventos significativos como el resurgimiento de las luchas insurgentes en 2013, el golpe parlamentario de 2016, y el ascenso del bolsonarismo en 2018. A nivel local, la lucha ideológica en Itaúna se analiza a través de una recuperación crítica de la historia de la ciudad, seguida del análisis del papel de tres diferentes generaciones de la izquierda local, que va desde la afirmación del democratismo y la lucha de clases, pasando por la cuestión racial y la política del cuerpo, hasta la radicalización de las juventudes. El tercer capítulo realiza una autocrítica, examinando los límites y posibilidades de las prácticas políticas de la izquierda local y las prácticas teóricas del pluralismo político crítico como parte de un proceso de descolonización intelectual. Para desarrollar la investigación, se utilizó el método dialéctico materialista, combinando investigación teórica y cualitativa, especialmente en relación con el campo de las subjetividades. Se utilizaron materiales bibliográficos relevantes y contenidos empíricos recogidos a través de entrevistas no directivas con participantes de la izquierda de Itaúna. La investigación concluye que, con la intensificación de la lucha ideológica en Brasil, las tendencias minoritarias de la izquierda han desempeñado un papel cualitativamente más eficaz en la deslegitimación del monismo político-ideológico. A lo largo de la investigación, se hace evidente que la radicalización conservadora exige respuestas políticas que sean, al mismo tiempo, pluralistas y profundamente críticas. Por lo tanto, la tesis propone que la práctica teórica sea un campo de confrontación continuo, donde se articulen las contradicciones materiales y la diversidad de experiencias políticas, señalando hacia un proceso de descolonización intelectual capaz de generar prácticas más inclusivas y transformadoras, tanto a nivel local como nacional.

Palabras clave: Pluralismo político crítico; práctica teórica; investigación-acción; izquierda; lucha ideológica.

## LISTA DE SIGLAS

ATEI	Associação dos Trabalhadores do Ensino de Itaúna
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CJT	Centro de Estudos sobre Justiça de Transição
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEMPACE	Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural Artístico e Ecológico de Itaúna
COOPERT	Cooperativa de Reciclagem e Trabalho Ltda
COVET-MG	Comissão da Verdade dos Trabalhadores e do Movimento Sindical de Minas Gerais
CSP-Conlutas	Central Sindical e Popular Conlutas
CUT	Central Única dos Trabalhadores
IAP	Investigação-Ação Participante
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer, Intersexo, Assexual, outras identidades de gênero e orientações sexuais
MCCE	Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral
MCC-Itaúna	Movimento Cristãos Conservadores de Itaúna
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MMIRDH	Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MPL	Movimento Passe Livre
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
SindUTE-MG	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
UJAI	União da Juventude Antifascista Itaunense
UJR	União Juventude Rebelião

**LISTA DE SIGLAS DE PARTIDOS POLÍTICOS**

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
DEM	Democratas
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressistas
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SD	Solidariedade
UP	Unidade Popular pelo Socialismo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1 ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO PLURALISMO POLÍTICO CRÍTICO.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 Monismo como prática ideológica de dominação política .....</b>	<b>23</b>
<b>1.2 A crise da posição política materialista na esquerda ocidental.....</b>	<b>54</b>
1.2.1 <i>Posição política materialista na luta ideológica.....</i>	<i>55</i>
1.2.2 <i>Pós-modernismo e a desorientação da esquerda ocidental .....</i>	<i>68</i>
<b>1.3 Uma metodologia de reorientação da prática política e da prática teórica .....</b>	<b>82</b>
1.3.1 <i>Pesquisa-Ação Participante .....</i>	<i>85</i>
1.3.2 <i>Sociologia da ideologia e processo de entrevista .....</i>	<i>97</i>
<b>2 CONJUNTURA IDEOLÓGICA E PLURALIDADE POLÍTICA LOCAL.....</b>	<b>106</b>
<b>2.1 Conjuntura da luta ideológica: do nacional ao local.....</b>	<b>108</b>
2.1.1 <i>2013: ressurgimento da luta ideológica no Brasil.....</i>	<i>110</i>
2.1.2 <i>Golpismo e bolsonarismo como reorientação do monismo .....</i>	<i>120</i>
<b>2.2 Luta ideológica e pluralidade política em Itaúna.....</b>	<b>135</b>
2.2.1 <i>Recuperação crítica da história de Itaúna.....</i>	<i>137</i>
2.2.2 <i>Três gerações da esquerda local .....</i>	<i>151</i>
2.2.2.1 <i>Geração inaugural: democratismo e luta de classes.....</i>	<i>154</i>
2.2.2.2 <i>Segunda geração: corpo-política e ampliação da luta ideológica .....</i>	<i>170</i>
2.2.2.3 <i>Terceira geração: juventudes, antifascismos e radicalização .....</i>	<i>185</i>
<b>2.3 Radicalização monista: a situação fascista em Itaúna .....</b>	<b>203</b>
<b>3 AUTOCRÍTICA: REPENSAR PRÁTICA POLÍTICA E PRÁTICA TEÓRICA.....</b>	<b>222</b>
<b>3.1 Sobre a prática política da esquerda local .....</b>	<b>224</b>
3.1.1 <i>Limites do democratismo como prática política hegemônica da esquerda .....</i>	<i>225</i>
3.1.2 <i>Marxismo e radicalismo de esquerda na periferia de Itaúna .....</i>	<i>234</i>
<b>3.2 Sobre a prática teórica do pluralismo político crítico.....</b>	<b>243</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>259</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>269</b>
<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.....</b>	<b>284</b>

## INTRODUÇÃO

O tema deste estudo consiste na apreensão da contemporânea luta ideológica no capitalismo dependente brasileiro e da pluralidade política que se expressa na lacuna entre a estrutura política monista e um incontornável sujeito histórico emancipador.

A presente pesquisa propõe compreender e enfrentar o problema da radicalização conservadora que tem permeado a vida política e social brasileira nos últimos anos. Este fenômeno caracterizado por uma rearticulação das forças conservadoras e a ascensão de ideologias reacionárias, representa um desafio significativo para a democracia e para os movimentos de esquerda no país. A redemocratização no Brasil marca o suposto fechamento do ciclo de autoritarismo de 1964-1985, no entanto, o golpe parlamentar de 2016, que culminou na destituição da presidenta Dilma Rousseff e a subsequente ascensão de Bolsonaro e do bolsonarismo mostram que as forças conservadoras são capazes de uma nova intensificação da luta ideológica no século XXI. Este contexto não apenas reconfigurou o cenário político nacional, mas também gerou um ambiente propício para a radicalização burguesa que promove desigualdade e violência como meios legítimos de controle social.

Aderente à linha de pesquisa do Programa de Pós-Graduação da Universidade La Salle, a presente tese defende que a pesquisa sobre a efetividade do Direito que considere processos de transformação social não pode ser realizada sem atenção à luta ideológica e a práticas políticas reais em nível nacional e local. Isto porque a formação das ideias políticas deve ocorrer em contato com a desigualdade da correlação de forças sociais, justamente para superar os efeitos do colonialismo intelectual que marcam a formação do perfil ideológico do bacharelismo no país. Ou seja, a pesquisa social sobre a efetividade do Direito deve recorrer a questão da efetividade da luta ideológica perguntando acerca da legitimidade destas lutas de maneira concreta. A dialética materialista permite reconhecer que reivindicações, conquistas de direitos e avanços sociais são decorrentes do tensionamento da universalidade em uma correlação de forças claramente desigual. Portanto, é possível colocar em dúvida a garantia de direitos e até mesmo o papel das institucionalidades em relação às transformações sociais, quando observada a sociedade desde uma perspectiva materialista.

Neste sentido, o estudo da luta ideológica e da radicalização conservadora no Brasil é essencial para desvendar as estratégias de poder que sustentam o monismo ideológico e compreender como essas práticas de dominação afetam diretamente a organização social e política do país. A análise crítica das estruturas conservadoras revela como elas se valem de retóricas de ódio e intolerância para consolidar um projeto político que visa perpetuar desigualdades sociais e enfraquecer bases democráticas de luta. A pesquisa buscou não apenas

mapear os elementos que compõem essa radicalização, mas também adentrar em estratégias de resistência, se inserindo em práticas políticas adotadas pela esquerda para reverter este quadro.

O que nos leva a nossa hipótese de trabalho: a luta ideológica não é apenas um debate ou conflito de ideias – sustentado pela diversidade e pelo voto qualitativo, como defendido pelo princípio do pluralismo político –, se trata, sim, de uma prática concreta que se desdobra em múltiplas dimensões sociais e políticas. Em outras palavras, a luta ideológica inaugurada pela temporalidade moderna não se reduz a um debate ou conflito de ideias, senão um conflito de posições e práticas políticas, tencionado especialmente pela luta ideológica de classes. Por consequência, a luta por direitos, o democratismo, a luta de classes, o antirracismo, as lutas antipatriarcais, todos estes modos de tensionamento da universalidade não podem serem defendidos abstratamente sem considerar as práticas políticas desenvolvidas nos campos da realidade, das representações e da subjetividade. Para explorar esta hipótese desenvolveremos uma prática teórica que privilegiará os referenciais epistêmicos do marxismo, do pluralismo jurídico e da crítica descolonizadora, procurando acentuar suas complementariedades.

Do marxismo trabalharemos com: a) a crítica da ideologia que vai da *Ideologia Alemã*, de Karl Marx e Friedrich Engels, às proposições teóricas de Louis Althusser, Marta Harnecker e Étienne Balibar; b) a posição política materialista que tem início com a publicação do *Manifesto do Partido Comunista* e passa especialmente pela prática política de Vladímir I. U. Lenin, mostrando-nos a importância da relação entre condições subjetivas e crise nacional para a luta ideológica; c) a crise do marxismo ocidental e a crítica do pós-modernismo, em que autores como Perry Anderson, Göran Therborn e Alex Callinicos irão situar a luta ideológica até os finais do século XX.

Do pluralismo jurídico de Antonio C. Wolkmer daremos ênfase à: a) crítica do monismo, tomando-o como categoria crítica e científica que apreende a generalidade das práticas ideológicas de dominação; b) a abertura às práticas políticas participativas, procurando ampliar nossa visão da luta ideológica desde uma perspectiva da dialética pluralista, deslocando-a ao campo da prática política e da prática teórica.

A crítica descolonizadora, para nós, ligada diretamente ao marxismo, será trabalhada com: a) as proposições metodológicas de Orlando Fals Borda, em especial a pesquisa-ação participante (IAP); b) a crítica da Revolução Burguesa no Brasil de Florestan Fernandes e sua defesa do compromisso militante; c) as contribuições de variados autores e autoras que contribuem contemporaneamente ao debate da luta ideológica tanto no campo das classes, quanto das classificações sociais.

A formação dos elementos teóricos e metodológicos do pluralismo político crítico se dará por um esforço de costurar estes referenciais epistêmicos de modo complementar e reorientá-los a partir da dialética materialista. De modo que a validade da hipótese poderá ser testada com o uso da metodologia da pesquisa-ação, que servirá como ferramenta de interação direta com práticas políticas, sociais e culturais. A cidade de Itaúna no Estado de Minas Gerais será nossa localidade privilegiada neste estudo, a escolha se dá por razões contingentes, circunscritas à necessidade de trabalho e compromisso afetivo deste pesquisador. Ademais, Itaúna, justamente por ser conhecida por ser uma cidade conservadora, serve para demonstrar a intensificação da luta ideológica, mostrando que luta por direitos, reivindicações sociais e posição política estão fortemente interligados. Para além deste caráter contingente, assumimos um compromisso real com a teoria crítica, procurando pesquisar o lugar em que vivemos. Isto porque, nos parece clara a necessidade de construir uma nova crítica e autocrítica desde o local, junto à esquerda, que pense e se ponha a agir no registro do possível.

A escolha por Itaúna como campo de pesquisa-ação trouxe um problema que deve ter a atenção da esquerda pós-2013, a preocupação com a política emancipatória no interior do Brasil, nas regiões mais distantes das metrópoles. Nestas regiões as posições críticas e políticas costumam ser não só escassas como fortemente atacadas, como veremos. Para adentrar na pluralidade política local, se contou com 21 pessoas entrevistadas – processos de entrevistas devidamente interpretados e utilizados para compor nosso concreto-realidade (capítulo 2) – de modo a apreender uma conjuntura ideológica contemporânea. Em nível local, foi possível nos relacionar com nove coletividades, tratam-se de grupos de base locais que representam a luta ideológica na cidade, são eles: (a) Casa Socialista Irmã Benigna; (b) Partido dos Trabalhadores (PT); (c) Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e sua juventude, movimento Manifesta; (d) partido Unidade Popular pelo Socialismo (UP) e sua juventude, União da Juventude e Rebelião (UJR); (e) União da Juventude Antifascista de Itaúna (UJAI); (f) Sindicato dos Metalúrgicos e Oficinas Mecânicas de Itaúna; (g) Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SindUTE – Subsede Itaúna); (h) Cooperativa de Reciclagem e Trabalho (COOPERT); (i) Gabinete Nós por Nós.

Estas coletividades e outras individualidades nos permitirão compor um quadro da luta ideológica da esquerda local no enfrentamento das práticas ideológicas do conservadorismo radicalizado. Ao assumir uma posição crítica de descolonização intelectual, ousamos avançar em direção das práticas políticas diante da luta ideológica – tendo em vista especialmente a ofensiva ideológica da burguesia colonizadora. Não nos parece plausível sustentar um pensamento crítico que gire em falso sob conceitualizações excessivas ou afirmações

normativas ideais. As posições cognitivas, epistêmicas e metodológicas precisam adentrar o plano da materialidade da ideologia e dos agenciamentos coletivos, de modo a atuar na sustentação política destes. Este é o desafio da crítica e da autocrítica do presente, ao nosso ver. E é por isto que a pesquisa-ação aparece como escolha estratégica na produção do conhecimento, para que se possa fazer esta transição da academia à política, propondo uma prática teórica de descolonização intelectual.

A metodologia da pesquisa-ação oportunizará a alteração radical na orientação intelectual, permitindo deslocar o privilégio dos grupos e autores/as intelectuais dos centros universitários para os grupos de base com os quais a pesquisa trabalhará. Tomar os grupos de base como referência implica em conceber o trabalho da teorização diretamente deste contato, pondo a produção intelectual e técnica primeiramente a seu dispor e em seus próprios termos. Isto implica no entendimento de que o tensionamento da universalidade, além de outras coisas, é uma disputa pelo conceito de “social”, do qual o intelectual pode teorizar, mas só poderá “praticá-lo” se adotar uma posição junto às lutas e dentro do conjunto de relações sociais.

Pode-se adiantar que a pesquisa-ação, no que se refere às suas referências, se propõe a inverter a lógica do colonialismo intelectual, traz as pessoas e os grupos de base como referência prioritária à inteligência necessária para teorizar. Isto põe a grandeza dos pensadores e dos intelectuais renomados na mesma estatura das pessoas que lutam. Além disto, faz decair boa parte das disciplinas a que o mundo acadêmico está submetido. Neste sentido, é preciso assumir a localização como tarefa intelectual para o século XXI, reforçar e estimular a criação de lugares crítico-políticos, nossa objetividade está em fazer isto Itaúna, retirando-nos do lugar de intelectual apartado das práticas políticas.

Neste sentido, a presente tese se justifica por desafiar as estruturas monistas no nível da produção do conhecimento no campo do Direito e da política. Objetiva-se fortalecer a capacidade da esquerda de se organizar e de se reinventar diante de um contexto crescente do conservadorismo. Para isto, é necessário refazer a conjuntura ideológica brasileira, do nacional ao local, abrir os horizontes de formulação teórica sem deixar de fora as individualidades e coletividades capazes de construir subjetividades críticas no campo da luta ideológica, política (jurídico-política) e social. A desigualdade da correlação das forças sociais deve, sob um sentido ético-político-social, ser enfrentada no interior da sociabilidade de um capitalismo periférico e dependente em que se repete os desejos passados de uma burguesia colonizadora.

Pode-se adiantar como resultado da pesquisa, a criação de um modo de pensabilidade da crítica no campo do Direito e da política, que dirá que para manter a coesão em meio a drástica divisão social e política que implementa a ideologia burguesa há que se insistir em uma

dialética entre a pluralidade (política, social e cultural) e a autocrítica, levando-nos a transformar nossa prática teórica e prática política desde os encontros e contingências dos campos da realidade, das representações e da subjetividade.

A mudança na perspectiva da produção do conhecimento que estamos a propor pretende concentrar-se nos efeitos sobre a consciência política e social das pessoas, uma preocupação que parece faltar no perfil do bacharelismo tradicional e em perspectivas críticas do direito que se retiram do campo da prática política. Apesar do desenvolvimento teórico-crítico brasileiro, a inserção do pesquisador na vida político-social e a criação de uma posição consistente diante da luta ideológica é incomum, muitas vezes taxada de vulgar ou debilitada, se considerada sob jugo do rigor científico necessário à formulação acadêmica.

De maneira direta, a tese propõe a necessidade de se posicionar de maneira política, ideológica e socialmente, isto levaria aos profissionais do direito, juristas e bacharéis em geral, a um processo de prática teórica ligado à politização, à conscientização e a espectros políticos reais, fazendo-os vivenciar vetores das forças sociais para lidar com o sentido da justiça social que está visceralmente ligada a questão do poder e da transformação da sociedade. Ao dissociar justiça, poder, política e formação intelectual, o cânone universitário de tradição elitista-monista desvia-se de suas pretensões de universalidade, adentrando em um mundo de profissionalismo e vocação mercantil que sistematicamente ignora as profundas divisões e antagonismos presentes nas realidades sociais, sejam brasileiras, latino-americanas ou mundiais.

Isto exposto, vale lembrar que nossa dialética materialista irá operar em cada capítulo de modo diferente, a saber: ato de abstração, formulação do concreto-realidade e, no terceiro capítulo, elaboração do concreto-teórico real. Assim, no primeiro capítulo, *Elementos teórico-metodológicos do pluralismo político crítico*, procuramos expor a base teórica e metodológica que sustenta o pluralismo político crítico. De maneira que, este capítulo se dedica a (a) entender o monismo como prática ideológica de dominação política, investigando suas raízes históricas e impacto contemporâneo; (b) apontar a crise da posição política materialista na esquerda ocidental, apreendendo a influência do marxismo e do pós-modernismo na prática teórica; (c) elaborar uma metodologia de reorientação da prática teórica e da prática política a partir da pesquisa-ação participante, da sociologia da ideologia e do processo de entrevista. Ao traçar um caminho de exposição mais abstrato e árido, este capítulo estabelece os fundamentos teóricos e metodológicos necessários para entender as lutas ideológicas que permeiam a sociedade contemporânea.

O segundo capítulo, *Conjuntura ideológica e pluralidade política local*, busca se concentrar na análise da conjuntura ideológica que vai do nível nacional ao local. A conjuntura ideológica nacional parte de eventos significativos como o ressurgimento das lutas em 2013, o golpe-parlamentar de 2016, a ascensão do bolsonarismo e seu governo em 2018, para então focalizar a realidade local. A luta ideológica em Itaúna é abordada a partir de uma recuperação crítica da história da cidade, posteriormente, passa-se a apresentar o papel – na transformação dos campos da realidade, das representações e da subjetividade – nas diferentes gerações de militantes da esquerda, desde o democratismo até a juventude antifascista. Ao final, expõe a situação da radicalização monista-conservadora – emergência de uma situação fascista – desde a perspectiva da esquerda local, relatando especialmente a guerra cultural ou de valores nos aparelhos ideológicos locais. A análise revela a importância da memória histórica, da identidade militante e unidade coletiva na formação de um movimento político pluralista capaz de resistir às pressões conservadoras.

No terceiro capítulo, *Autocrítica: repensar prática política e prática teórica*, se procura realizar uma autocrítica das práticas políticas da esquerda local e de nossa prática teórica própria. Este capítulo investiga como a prática política da esquerda em Itaúna pode ser limitada por abordagens tradicionais e propõe uma reavaliação dessas práticas à luz de uma perspectiva pluralista crítica. Através de uma análise comparativa das práticas políticas locais apresenta os limites do democratismo, dando maior relevância à prática política de tendências políticas minoritárias na cidade, como antifascista, socialista e marxista-leninista. Ademais, no campo da autocrítica interna da esquerda, foi possível debater influência e posição do marxismo e do radicalismo em relação às subjetividades da cultura periférica, buscando estabelecer uma crítica construtiva que fortaleça a atuação política em contextos locais. Por último, o capítulo discute a prática teórica como um processo de descolonização intelectual, refazendo seus próprios passos procurando enunciar uma autocrítica epistemológica a partir da dialética materialista com a objetividade de promover uma crítica radical às estruturas monistas de pensamento.

Por meio destes passos foi possível conhecer e reconhecer a importância das singularidades para construção de subjetividades críticas na luta ideológica de enfrentamento à radicalização conservadora monista e burguesa. Cada capítulo desta tese contribui para um entendimento mais profundo da relação entre prática teórica e prática política, pluralidade e autocrítica para a qualificação da esquerda na luta ideológica contemporânea. Através da articulação entre a análise teórica e investigação empírica, esperamos orientar e caminhar juntos pelos caminhos para uma prática política mais efetiva e transformadora. A pesquisa destaca a importância da abordagem pluralista, que não só reconheça a diversidade das experiências e

vozes, mas também promova a autocrítica e a inovação nas estratégias de pensabilidade da esquerda para acumulação de forças, como a abertura para as contingências dos encontros e dos possíveis. Ao final, propomos que o pluralismo político crítico pode oferecer uma resposta robusta às ameaças do monismo, criando novas oportunidades para pensar a justiça social e a emancipação coletiva, desde que se mantenha o compromisso real com o possível de um sujeito real.

## 1 ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO PLURALISMO POLÍTICO CRÍTICO

A dialética de um conceito está implicada com a temporalidade de seu uso, com os demais elementos que o circundam neste tempo e por sua capacidade de realizar ligações efetivas em um determinado sistema de pensamento. A prática teórica e política de um pluralismo político crítico aparece com a necessidade de analisar os limites e as possibilidades de crítica e autocrítica da esquerda diante das violentas lutas ideológicas que decorrem da dominação capitalista e da radicalização da burguesia. Tensionamento visível nas posições ideológicas e proposições políticas e sociais da extrema direita, especialmente nesta segunda década do século XXI.

É preciso lembrar, utilizando a própria história da teoria, que estes fenômenos não podem ser superados e se quer entendidos sem a contribuição da dialética materialista, composição teórica fundamental apropriada por boa parte das teorias críticas do século XX. Para nossa proposta de dispositivo de crítica dialética e pluralista não será diferente, atravessaremos a crítica do monismo como modo de dominação ideológica-política recorrendo às contribuições do marxismo e da crítica descolonizadora. Isto porque, são estes arranjos teóricos que estão por de trás da multiplicação das teorias críticas e da radicalização política da esquerda durante o século XX e, conseqüentemente, ao nosso ver, se faz premente retomá-los no século XXI.

Pode-se afirmar que a sociedade passa por um forçamento ideológico de caráter monista-burguês radicalizado que tem conseqüências em cada parte do todo social. A categoria de monismo aparece dando estrutura aos fenômenos que estão associados inegavelmente com a sociabilidade burguesa e seus modos de dominação política. De dentro de uma perspectiva sócio-histórica deve se ter em mente que o sujeito social burguês – como representação decorrente do capital – realizou revoluções que efetivaram modos e premissas ideológicas de comportamento e crença desde 1492<sup>1</sup>.

A necessidade de pôr em prática uma pesquisa junto a pluralidade da esquerda aparece como contraposição a efetividade do monismo (jurídico-político) como forma de dominação do

---

<sup>1</sup> Em uma série de oito conferências realizadas na Universidade Johann Wolfgang Goethe de Frankfurt, realizadas de outubro à dezembro de 1992 e compiladas em *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*, Enrique Dussel (1993) defende a tese central de que o nascimento da modernidade, como mito, teria se dado no ano de 1492, momento que a relação descobridor-colonizador teria criado o “Outro” não-europeu, abrindo o método da violência como modo de civilização.

pensamento e da ação política. Este início de século mostra que no jogo das forças sociais, a ideologia dominante é capaz de produzir uma espécie de guerra civil de novo tipo, esta tendência monista articula modos de controle nos campos da existência social, enfraquecendo a pluralidade da vida social e política em escala mundial, nacional e local. Mostraremos como isto ocorre em Itaúna, uma cidade de médio porte na região meso-metropolitana de Minas Gerais. Porém, cabe adiantar que tal ocorrência não se limita a esta cidade e nem mesmo tem início com o advento político do bolsonarismo.

Significa dizer que a luta ideológica não é novidade. Portanto, é necessário revisitar aportes teóricos que a indicam e reforçam nossa capacidade de perceber, interpretar e aprimorar nosso pensamento e ação. Neste sentido, são três os elementos que entrelaçados darão consistência a pesquisa a partir de um pluralismo político crítico: (1) a crítica do monismo como prática ideológica de dominação política; (2) o posicionamento junto à esquerda como sujeito social crítico, político e pluralista; (3) a pesquisa-ação como elemento metodológico de inserção em determinada realidade, para compor na teoria a ação política e o ser-pensar localizado.

### **1.1 Monismo como prática ideológica de dominação política**

A modernidade pode ser entendida sobretudo como o tempo histórico das ideias políticas. São, no mínimo, três grandes ideologias políticas que atravessam as condições de existência da temporalidade moderna desde seu início: o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo. Estas lutas ideológicas generalizaram-se por longos períodos e estabeleceram posições e perspectivas coletivas originadas de necessidades, programas e estratégias políticas. A Revolução Francesa de 1789 é o marco inicial de politização e crítica destas diferentes proposições, este acontecimento pôs a ideia de revolução como liberdade política por excelência, momento em que surge a capacidade de decidir os destinos de maneira enunciativa, em que a realidade é interpelada pela soberania do povo.

O advento da modernidade se apresenta como um grande conflito sobre visões de mundo, é também o domínio parcial e variável destas ideologias políticas que trazem em si visões de mundo que superam as relações de servidão características do que se convencionou chamar de *Ancien Régime* (antigo regime). O conservadorismo foi a ideologia que tomou posição de reação às mudanças trazidas pela modernidade, em rejeição especialmente ao liberalismo, propondo-se – em sua versão mais dura – a reverter a situação que se instalou após o processo revolucionário.

O período da “*Restauração*” na França (1815-1830), por exemplo, mostra como a ideologia conservadora não só pôde ganhar força após um processo revolucionário, como arriscou-se a lançar-se a conquista do poder. O acontecimento político da “*Restauração*”, embora tenha sido uma fracassada tentativa de retorno ao regime social e político anterior, mostra que a disputa pelo regime é uma constante do processo histórico. Se em 1814, Luís XVIII concede a “*Carta Constitucional*” abrindo mão de parte de seus poderes, em 1830, Carlos X, após tentar impor uma verdadeira restauração do regime monárquico, sofre uma abdicação forçada que o impede de implementar seu projeto. Logo após, assume Luís Felipe I, o “rei cidadão” até 1848, quando é forçado a abdicar. O ano de 1848 conhecido como o ano da Primavera dos Povos, conjunto de revoluções e insurreições populares que tiveram vez na Europa Central e Oriental, marca a derrubada de regimes autocráticos por diversos países. O que está por detrás destas transformações, ressurgimentos e quedas são as lutas ideológicas em cada país.

Enquanto o conservadorismo significava a rejeição do “ser moderno”, o liberalismo anunciava-se como portador do universalismo em prol da humanidade. As opiniões e lógicas a serem institucionalizadas para a sustentação de um novo mundo eram para os liberais a maneira de pôr fim às irracionalidades do passado. A luta ideológica contra os conservadores se dava no campo da tradição, pois “agora” era a hora dos “homens livres” dispostos a alcançar o progresso humano através do curso natural da história que, contínuo e inteligente, serviria para trazer cada vez mais felicidade para cada vez mais pessoas. Obviamente, aponta Immanuel M. Wallerstein (2002, p. 83) em *Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*, isto não seria possível sem um reformismo consciente e um estratégico programa político.

Sobre o socialismo, Wallerstein (2002, p. 85-86) aponta que:

[O socialismo] foi a última das três ideologias a ser formulada. Antes de 1848 mal poderíamos considerá-lo uma ideologia diferenciada. Isto porque aqueles que em 1789 começaram a apresentar-se como “socialistas” se tinham, em toda parte, por herdeiros e adeptos da Revolução Francesa, de modo que não se diferenciavam dos que haviam começado a intitular-se “liberais”. Mesmo na Grã-Bretanha, onde a Revolução Francesa foi amplamente condenada e os liberais reivindicavam, portanto, outra origem histórica, os “radicais” (mais ou menos equivalentes aos futuros “socialistas”) pareciam ser, simplesmente, liberais um pouco mais militantes. O que distinguia, acima de tudo, o socialismo do liberalismo como programa político e, portanto, como ideologia era, na verdade, a convicção de que o progresso só seria alcançado com muita ajuda, sem a qual o processo seria muito lento. O âmago do programa socialista consistia, em suma, em acelerar o curso da história. É por esta razão que a palavra “revolução” era para os socialistas mais empolgante que “reforma”, por esta última parecia aludir apenas à atividade política paciente, embora conscienciosa, e representava em geral uma atitude de “esperar para ver”.

Wallerstein (2002, p. 86) nos ajuda a diferenciar as três posturas ideológicas que fundam a luta ideológica moderna e inscrevem, no período de 1815 à 1848, uma relação com a transformação social: o conservadorismo toma a transformação como um perigo e reage a ela; o liberalismo a inscreve em um ritmo consciente e supostamente racional ligada a busca pela felicidade humana; por último, o socialismo a percebe como uma necessidade de forçamento social para a aceleração do progresso, enfrentando seus opositores conservadores e liberais. Assim, o que caracterizaria a dinâmica ideológica é a oposição. Cada uma destas ideologias se opõe a outra: o conservadorismo exercia oposição ao liberalismo da Revolução Francesa, o liberalismo se opunha aos conservadores e, por sua vez, o socialismo se opõe ao liberalismo dominante. Ou seja, cada ideologia traz consigo um tom de crítica e negatividade que cria uma dinâmica de luta ideológica própria.

A criação de um aparato teórico-crítico capaz de dar orientações para a luta ideológica irá aparecer apenas algum tempo depois, com o materialismo histórico e o materialismo dialético que se apresentou pela capacidade de trazer bases socio-científicas para o socialismo. Tornando-se assim, o primeiro passo para a crítica teórica de transformação da moderna sociedade capitalista. Esta concepção deu vida a um tipo de teoria e inteligência que possibilitou uma abordagem da materialidade do Estado, da ideologia e da política, o que inaugurou um modo de pensar e se posicionar politicamente. O materialismo marxista tornou-se a base de uma revolução teórica sem precedentes, da qual suas múltiplas e potentes consequências ainda se desdobram no presente. Isto se dá especialmente porque a expressão e evidência deste paradigma teórico procurou no “ser” político das condições e contradições sociais – do final do século XIX – a responsabilidade pela problematização e desenvolvimento objetivo de uma força própria para enfrentar os processos de dominação a que se está submetido.

Para que a teoria se tornasse crítica e consequente, foi necessário atravessar a filosofia idealista, construir princípios de pensabilidade de uma ciência histórica e aciona-la política e ideologicamente junto às correntes de pensamento e movimentos que aquele presente apresentava. Uma das consequências para o pensar que se pode verificar retroativamente depois da influência de Karl Marx e Friedrich Engels na história da teoria crítica é que o conteúdo desta teoria se tornou cada vez mais amplo e, por vezes, até mesmo contraditório em suas várias ramificações. O marxismo forneceu as bases teóricas para a crítica da burguesia como sujeito revolucionário que constitui a sociabilidade capitalista, que parte da teoria crítica pretende criticar. O processo histórico, a luta de classes e a crítica da ideologia aparecem no marxismo como componentes fundamentais para a constituição de um sujeito social que está por se fazer

em luta, inconcluso e, por vezes, sem condições materiais e subjetivas para livrar-se dos grilhões que o aprisionam.

Ao dar continuidade a este modo de crítica, pretendemos situar a categoria teórica de monismo para apreender a consistência da prática ideológica da burguesia. Isto inclui a formação, as transformações de sua consciência e a continuidade de certas condições pré-capitalistas das relações sociais. Neste sentido, é importante conceber a burguesia como um sujeito em luta pela sociedade, o que equivale a imposição de uma guerra de valores, de representações e crenças, valendo-se de estratégias autocráticas, autoritárias e da afirmação de realidades violentas para manter-se no poder. Para combater neste campo – dos grupos sociais, dos segmentos de população e das coletividades – o marxismo compreendeu que o ser (político, militante e filosófico – comprometido com a transformação) precisaria estar munido tanto do conhecimento crítico, quanto da opção pelo socialismo como horizonte da transformação social. Assim, entendemos que a categoria de monismo e a crítica política a ser elaborada por uma dialética pluralista não podem ser pensadas sem os elementos teóricos do materialismo marxista, pois este inaugura a dialética como pensabilidade e teoriza as práticas ideológicas de dominação como modo de estruturação da sociedade capitalista.

Assim como persistiu a luta ideológica na fundação do período moderno, o presente nos faz encarar processos históricos e ideológicos tão complexos e intensos quanto àqueles da primeira metade do século XIX. Sobre o século XX, tão pouco pode-se dizer que a luta ideológica arrefeceu, pelo contrário, as ideologias dissidentes à ideologia capitalista-burguesa, como o socialismo revolucionário, o comunismo e o anarquismo, ganharam ainda mais proeminência. Especialmente após 1917 com a Revolução Proletária na Rússia, a Revolução Comunista na China, a Revolução em Cuba, as vitórias argelinas, vietnamitas e as lutas por libertação nacional, todos estes processos políticos ensejaram a concentração antagonica dos conflitos, as Guerras Mundiais e a Guerra Fria compõem a dinâmica ideológica do século XX que, em última instância, apresentava uma oposição entre comunistas e fascistas.

Rigorosamente tal oposição seria irreal até mesmo na 2ª Guerra Mundial, pois, os aderentes ao antifascismo sempre estiveram em maior número que os partidários do comunismo. Entretanto, a oposição entre fascismo e comunismo revela no nível ideológico uma oposição sobre a própria ideia de antagonismo – que de uma maneira geral define a formação das subjetividades políticas. Para os comunistas o conflito estaria centrado na confrontação entre classes, enquanto que para os fascistas o conflito estaria concentrado na confrontação entre nações e raças. Este entrelaçamento de teses antagonistas sobre o antagonismo, que nos mostra Alain Badiou (2010, p. 11-20) em *El Uno se divide em Dos*, coloca uma primeira noção

sobre a dialética e a teoria da ideologia construída no século XX. Há, em termos de subjetividade, uma diferença elementar entre o fascismo e o comunismo que remonta à objetividade da transformação social. Enquanto o fascismo se propõe a restituir seu regime por meio da destruição, uma restituição das origens por meio da destruição do que não é autêntico, o outro grupo – os comunistas – se propõem a resistir a caracterizações e padrões normativos (como a família, a propriedade privada e o Estado), para então, criar condições reais de uma sociedade sem classes.

Este jogo de oposições se consolidou no século XX até os finais da década de 1970, quando a neutralidade ideológica decorrente do postulado do fim das ideologias se tornou cada vez mais amplo e consensual tanto em setores da esquerda, quanto da direita. Entrava em voga o pós-modernismo, movimento ideológico que dava condições subjetivas para a consolidação do regime neoliberal – caracterizado pela despolarização da questão social. Parte das teorias pluralistas em diversas áreas do conhecimento foram criadas neste período de indisposição ao modo radical em que se opunham as ideologias. O pluralismo se tornaria a possibilidade de concentrar divergências, no campo político, o pluralismo se torna um princípio dinâmico do processo constituinte e social, abrindo margem para a batalha de ideias. Esta então, seria a perspectiva liberal de pluralismo político, centrada na composição e em uma concepção apaziguada da luta ideológica.

De outro lado, há a proposição de teorias críticas pluralistas, ou seja, que se concentram no uso do pluralismo como conceito de composição combativa e antagonista ao monismo ou ao colonialismo. Estas teorias estão ligadas indiscutivelmente ao materialismo histórico e/ou materialismo dialético, especialmente porque tratam de avanços da teoria no que se refere à crítica ao colonialismo, ao patriarcado, ao racismo e demais formas de opressão, sugerindo a necessidade de ampliar e construir a transformação social por meio de uma multiplicidade de modos de luta. Entraremos nos meandros deste debate de reorientação da esquerda em momento oportuno, cabe neste momento esclarecer o ponto de partida de nossa crítica, insistiremos na dialética pluralista-crítica desenvolvida por Antonio C. Wolkmer (2018) na sua obra *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito* e em diversos outros trabalhos, lendo-a fora de sua particularidade jurídica e deslocando-a para o campo da luta ideológica e da política.

Este desafio teórico de deslocamento do campo jurídico ocorre especialmente pelo ressurgimento do radicalismo monista-burguês na dinâmica da luta ideológica do século XXI, com o que podemos chamar de revolução conservadora interna ao regime neoliberal brasileiro que se segue após 2013. A reação conservadora e o aparecimento de um movimento como o

bolsonarismo demonstram a permanência do processo contrarrevolucionário, como já apontava Florestan Fernandes em *A revolução Burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*.

Neste sentido, entende-se a necessidade do reconhecimento epistemológico do materialismo dialético como instrumento de enfrentamento do monismo-burguês, como problemática no interior da luta ideológica e política. Trata-se de delimitar um espaço de entendimento da crítica da sociedade burguesa-capitalista que está no centro da teoria crítica moderna. As formulações, conceitos e dispositivos teóricos de Marx e Engels se tornaram força de transformação real das lutas do movimento operário nos finais do século XVIII e início do século XIX. E boa parte das mais proeminentes críticas contemporâneas tem dado relevância ao marxismo, entendendo a exigência de elaborar a partir dele novas leituras, novos recomeços políticos e teóricos, como veremos. Entendemos que seus elementos básicos propiciam uma análise qualitativamente apropriada de crítica ao monismo e de abertura para um pluralismo político crítico. São três os elementos que compõem o marxismo: a filosofia alemã, a economia política inglesa e o socialismo francês, segundo *As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo*, escrito por Vladimir U. I. Lenin (1977, p. 35-39) em 1913<sup>2</sup>. Por meio destes fundamentos vai-se desenvolver um tipo conhecimento da sociedade humana ainda não realizado<sup>3</sup>. Além disto, há que se destacar que estes elementos não podem ser isolados, senão que trabalham simultaneamente na totalidade do sistema teórico marxista.

Da filosofia alemã, Marx e Engels se apropriaram da dialética de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e do materialismo de Ludwig Feuerbach (1804-1872). Por meio destas apropriações foram capazes de tomar distância crítica da filosofia burguesa, acusando seus precursores e disseminadores de entender a filosofia como uma espécie de religião: o idealismo. É na obra *A ideologia alemã* (1845-1846), que Marx e Engels (2007, p. 47) apontam uma lição que perdurará por todas as vertentes da teoria crítica: “As ideias da classe dominante

---

<sup>2</sup> Esta apresentação do marxismo realizada por Lenin (1977) em 1913 é um, dentre outros modos de colocação do marxismo na história da teoria. Étienne Balibar (2007, p. 7), por exemplo, em *The Philosophy of Marx*, vai preferir outra abordagem no que se refere à consolidação do pensamento marxista, apontando os “*quatro mestres*” do pensamento de Marx: Epicuro de Samus, Jean-Jacques Rousseau, Adam Smith e Georg W. F. Hegel.

<sup>3</sup> Em *Imanência, política e marxismo: da autocrítica althusseriana ao materialismo do encontro*, Felipe Monteiro Leite (2020, p. 135-136) aponta, ao nosso ver de forma acertada, que Marx inaugura uma prática crítica ou uma noção de criticismo diferenciada daquela apontada por Kant, que se concentrava em uma distinção do verdadeiro e do falso. A crítica inventada por Marx se caracterizaria por ser uma *crítica do existente pelo existente*, *O Capital*, por exemplo, inscreve no nível da teoria, relações sociais reais que, ao mesmo tempo, devem ser contrapostas por uma luta política, ideológica, econômica, etc., uma luta que se dá em contraposição a uma afirmação teórica real. Em última instância, o marxismo inaugura um tipo de crítica de duas afirmações – dialética, em unidade de opostos.

são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante”. Esta ideia de que não é possível separar as ideias da classe dominante da própria capacidade que a classe tem de impor suas ideias às demais pessoas é essencial para o estudo crítico sobre a dominação política do pensamento e da ação na sociedade capitalista (monismo ideológico). Parte da força teórico-materialista da teoria crítica está concentrada nesta lição, pois, são as relações materiais dominantes que são apreendidas como ideias e não as ideias que criam a realidade material, trata-se de uma lição basilar da teoria dialética materialista. Em outras palavras, a consciência e o pensamento estão determinados pelo âmbito de uma época histórica, há uma distribuição das ideias em cada tempo social e, portanto, a condição do poder é a de definir as fraturas e dobraduras materiais e “espirituais” (subjetivas) no tecido social.

Isto diz sobre os condicionamentos da produção das ideias, do espaço intelectual na constância dos processos de dominação e das divisões conceituais que depuram a realidade ao invés de pensá-la. Assim, a disposição teórica da ideologia diz de sua produção e reprodução, entendendo as ideologias como ficções reais, ideias que dominam os espaços sociais de pensamento, de política e de decisão. Cada vez mais abstratas e desvinculadas da realidade material, as ficções do sujeito social dominante passam a tomar forma de uma falsa universalidade. Antes classe revolucionária, a burguesia francesa – especialmente os vocacionados e expertos “detentores” do conhecimento da universalidade liberal – irão paulatinamente se reconhecer como representantes de toda a sociedade. Este processo de expansão e estabilização das ideias liberais irá privar o pensamento da crítica que a materialidade da situação real pode oferecer<sup>4</sup>. De maneira que, como a aristocracia dominava os conceitos de honra e fidelidade durante seu predomínio na história das sociedades feudais, a burguesia passou a dominar as ideias de liberdade e igualdade. De modo a atuar, o que Marx e Engels (2007, p. 50) denominarão de supremacia idealista do conceito, que se realiza em três passos:

---

<sup>4</sup> A extensão da dominação das ideias liberais, a formulação de um liberalismo centrista, a construção do Estado liberal, a mediação da luta de classes pelo liberalismo, a construção da cidadania de tipo liberal e a utilização das premissas liberais como ciência social são pontos profundamente analisados por Emmanuel Wallerstein (2014) em *El moderno sistema mundial: Vol. IV: El liberalismo centrista triunfante, 1789-1914*. Em *Geopolítica y geocultura: Ensayos sobre el moderno sistema mundial e Após o liberalismo: em busca da reconstrução do mundo*, Wallerstein (1991; 2002, respectivamente) abordará de modo crítico a desestabilização do liberalismo centrista, especialmente após 1917 até 1989, apresentando um balanço de temas como revolução, o socialismo e o marxismo.

Nº 1. Deve-se separar as ideias dos dominantes – que dominam por razões empíricas, sob condições empíricas e como indivíduos materiais – desses próprios dominantes e reconhecer, com isso, a dominação das ideias ou das ilusões na história.

Nº 2. Deve-se colocar uma ordem nessa dominação das ideias, demonstrar uma conexão mística entre as ideias sucessivamente dominantes, o que pode ser levado a efeito concebendo-as como “autodeterminações do conceito” (o que é possível porque essas ideias, por meio de sua base empírica, estão realmente em conexão entre si e porque, concebidas como meras ideias, se tornam autodiferenciações, diferenças estabelecidas pelo pensamento).

Nº 3. A fim de eliminar a aparência mística desse “conceito que se autodetermina”, desenvolve-se-o numa pessoa – “a autoconsciência” – ou, para parecer perfeitamente materialista, numa série de pessoas, que representam “o conceito” na história, nos “pensadores”, nos “filósofos”, nos ideólogos concebidos como os fabricantes da história, como “o conselho dos guardiões”, como os dominantes. Com isso, eliminam-se da história todos os elementos materialistas e se pode, então, soltar tranquilamente as rédeas de seu corcel especulativo.

A crítica de Marx e Engels abriu margem na história da teoria para uma compreensão do domínio da pensabilidade e da política. Trata-se, sem dúvida, de uma problemática atual que pode ser trazida para o presente, percebida nos meandros da sociedade em geral e nos centros acadêmicos em particular. A reprodução de uma realidade virtual, a criação de ficções e narrativas decorrentes da produção audiovisual da internet comandada por plataformas riquíssimas é um exemplo de como se relaciona a acumulação capitalista, aparelhos de comunicação e dominação ideológica. De outra forma, a ideologia dominante também se apresenta nos centros acadêmicos, que ao deixarem de situar um pensamento crítico, preocupam-se cada vez mais em criar “conceitos de ponta”, e se afastam de tornar evidente situações reais dos conflitos sociais. Estes conhecimentos costumam deslegitimar a teoria crítica e a influência do marxismo na pensabilidade de outra sociedade. Isto ocorre, no mínimo, de duas maneiras: se faz parecer que não há uma universalidade em disputa, em tensão, confundindo sociedade com ordem social, ou então, lançam mão de ataques “ideológicos” – no sentido fraco de ideologia – acionando a afirmação dos padrões monistas da sociabilidade burguesa.

Em *Ideologia, Estado e Direito*, Wolkmer (2003, p. 71-73) aponta as origens, o desenvolvimento e a significação da categoria de ideologia. Lembra que a noção de ideologia foi criada pelo filósofo, ex-soldado e conde Antoine Louis Claude Destutt de Tracy (1754-1826), sua concepção linguística é extraída de *eidos* (ideia) somada à *logos* (estudo, conhecimento), tratava-se naquele momento de uma ciência das ideias que se dedicaria a investigar e descrever a forma pela qual os pensamentos se constituem. Neste mesmo período, em outro sentido, a palavra ideologia irá circular de modo pejorativo e ficará marcada na

história pela conotação dada por Napoleão nos primeiros anos do século XIX. O líder político e imperador francês passou a acusar Tracy e outros intelectuais liberais do ‘Institut de France’ de “ideólogos”, pois estariam formulando ideias demasiadamente republicanas e antirreligiosas, as quais Napoleão considerou uma ameaça ao poder absolutista que tinha em suas mãos. As críticas feitas pelos intelectuais liberais à época minavam o apoio das autoridades da igreja e do Estado, o que fez com que Napoleão proibisse o ensino de Ciência Moral e Política no instituto francês. Em um famoso discurso que data de 1812, apontava a conotação abstrata, utópica e artificial das ideias e especulações lançadas pelos intelectuais que outrora o apoiaram.

Este pequeno histórico do conceito de ideologia mostra a tensão criada entre o dispositivo de crítica social e política dentro das relações sócio-históricas de poder. Isto levará ao desenvolvimento de dois tipos de significação da categoria ideologia no campo das ciências sociais, uma positiva e outra negativa – no sentido crítico de negatividade. A significação positiva de ideologia está presente na tradição sociológica de Max Weber (1991), a categoria se comporta no sistema teórico como descrição do sistema de atitudes integradas de determinado grupo social, ou seja, tal significado abrange “o conjunto de ideias, valores, maneiras, crenças que guiam ações e comportamentos, de modo que este sistema justifique sua atuação como poder, de maneira a julgar, interpretar e explicar acontecimentos históricos e atividades políticas. Neste sentido, explica Wolkmer (2003, p. 73-75) que a significação de matriz weberiana acabou por se sedimentar na teoria social estrutural-funcionalista do pós-guerra, cujo o representante de maior relevância foi Talcott Parsons. Sua teoria, no intuito de superar a chamada “ideologia marxista” reduz o conceito de ideologia a um sistema de crenças que se livra da dimensão crítica negativa. Na ordem social parsoniana, o sentido positivo de ideologia indica o conjunto de ideias e relações relacionados a ordem política e social, sua funcionalidade está adstrita ao corpo político da sociedade, não dando espaço para um sentido de transformação na elaboração teórica. O conceito de ideologia é reduzido a um circuito de manutenção e legitimação.

A significação negativa de ideologia, por outro lado, será desenvolvida a partir de um componente incontornável do marxismo: a relação antagônica entre classes. Isto significa que a categoria de ideologia irá tratar de uma falsa consciência tecida historicamente pelos grupos e frações de classe que dominam por meio das relações sociais de produção. Trata-se de um acúmulo de distorções, ilusões e mistificações que se enunciam como conjunto lógico, por vezes, coerente de representações, ideias e valores que prescrevem como se deve pensar, valorizar, sentir e fazer. Sua coerência aparece para apagar diferenças e fornecer aos membros da sociedade sentimentos de identidade social – especialmente no uso de conceitos como

liberdade, igualdade, humanidade ou Estado. Para Wolkmer (2003, p. 75-77), é inegável que a tradição crítica iniciada por Marx e Engels a partir da significação negativa e materialista de ideologia tenha fornecido uma base teórica riquíssima e prolífica que originou uma série de interpretações e proposições no campo do conhecimento social<sup>5</sup>.

Considerando que a teoria gramsciana da ideologia está fortemente absorvida na dialética pluralista de Wolkmer, demonstrado especialmente no uso do conceito de hegemonia, pretendemos complementar e reforçar o pluralismo político crítico com uma noção de ideologia influenciada pelos escritos de Louis Althusser, Étienne Balibar, Marta Harnecker e Göran Therborn. Isto porque estes autores e autora abrem a pensabilidade crítica para a prática da intervenção política no campo da ideologia, para uma posição autocrítica e de reconstrução da esquerda por meio de uma abordagem plural do campo da ideologia. Tal complementação tem sentido na medida em que a contribuição de Althusser à teoria do materialismo remete à Gramsci e à problemática da desigualdade das relações de forças. Para tanto, é preciso abdicar da leitura reducionista que pecha Althusser como estruturalista, de maneira que consideramos mais exato entender a contribuição althusseriana como uma possibilidade de pensar a estrutura como conjuntura ideológica. Em *Althusser desde América Latina*, no texto *¿Al borde del vacío? El lugar de la política en la producción teórica “tardía” de Louis Althusser*, Gabriela Manini irá acentuar que para Althusser a força transformadora que poderia romper com a reprodução da dominação burguesa-estatal se inscreve por meio de uma modalidade de interpelação, de modo que, a ideologia política não funciona apenas em um nível crítico-negativo, mas também como uma “ilusão” ou “ficção real” que efetua uma subjetivação em que se pode construir outro sujeito.

No entanto, primeiramente, há que se apreender uma noção de ideologia ligada à reprodução monista e dominante de sociedade<sup>6</sup>. Em *Sobre a reprodução*, obra que reorganiza textos anteriormente publicados como *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Althusser (1999) dá seguimento à teorização sobre o modo de produção elaborado por Marx, trazendo à tona consequências ideológico-políticas para complementar as consequências sociais do modo

---

<sup>5</sup> Fazem parte desta tradição os desenvolvimentos teóricos de György Lukács, Antonio Gramsci, Louis Althusser, Nicos Poulantzas, Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Jürgen Habermas.

<sup>6</sup> Seria interessante adiantar que nossa incorporação da teoria de Althusser não é ao acaso, Lélia González, Clóvis Moura e Rui Mauro Marini, são exemplos de autores que utilizam uma noção althusseriana de ideologia e dos aparelhos ideológicos, noção que foi incorporada aos seus sistemas de pensamento e que demonstram claramente uma aplicação antirracista e anticapitalista para a teoria crítica descolonizadora.

de produção capitalista. A sociedade engendrada pelo capital reproduz relações sociais de dominação para constantemente conter a luta ideológica de classes. É sabido, como tese clássica de Marx, que a cada geração os indivíduos herdaram-se os meios de produção existentes e, portanto, as forças produtivas acabam por determinar os processos de trabalho destes agentes. A exploração do trabalho gera à classe burguesa a mais-valia e, na lógica da sociabilidade capitalista, o salário é entregue em contrapartida ao trabalho desempenhado na produção. No entanto, Althusser irá aprofundar-se nas relações sociais que existem no interior da produção, ele as define como efeitos de classe e da luta de classe que são replicados pela divisão social do trabalho e que aparecem de modo puramente técnico e/ou jurídico quando, em verdade, são ideologicamente acobertados. Isto fica evidente no modo com que a sociabilidade capitalista configura e define os conjuntos de pessoas: a) funções de produção: operários, peões, técnicos de linha de frente, proletários no sentido mais estrito do termo; b) funções de exploração: técnicos superiores, engenheiros, diretores, gestores e etc.; c) funções de repressão: contramestres, vigias, soldados, capitães-do-mato, personificações das manobras policiais e antissindicais. Para cada formação da sociabilidade capitalista, uma intrincada combinação das funções de produção, exploração e repressão se apresenta, podendo variar quanto aspectos de personalidade, consciência, inconsciência, etc., o que reflete a extrema complexidade das formas de dominação (Althusser, 1999, p. 65).

Além disto, e de modo ainda mais acentuado, aparece a ideologia burguesa do “trabalho” que encaminha os trabalhadores a ilusões e imposturas (Althusser, 1999, p. 66):

- 1) ilusão jurídica burguesa segundo a qual “o trabalho é pago segundo o seu valor”;
- 2) A ideologia jurídico-moral correspondente de que é necessário “respeitar seu contrato” de trabalho e, através dele, as regras da ordem interna da empresa; e 3) A ideologia economicista-tecnicista de que “é necessário que existam postos diferentes na divisão do trabalho” e tais indivíduos para ocupá-los. Essa ideologia contribui muito mais do que a repressão para “levar os operários na conversa”.

Ao tomar a Simca e a Citroën como exemplos, Althusser dirá que a produção-exploração funciona, em última instância, pelos “patrões de combate”: vigias + sindicatos da casa. Este tipo de escala da teoria da ideologia, de colocação mais ajustada à realidade dos dispositivos de controle da vida social servem de referência ao tipo de teorização que se pretende realizar. É importante colocar as condições da sociabilidade capitalista no modo e na escala em que a luta ideológica acontece, entendendo o enraizamento do campo ideológico na vida social. Isto significa que está enlaçada na luta ideológica um modo de “conscientização” burguesa da classe trabalhadora, assim como, em relação à raça e ao gênero há uma

“conscientização” da “maioria” sobre a “minoria”. Neste nível de proximidade e sujeição à luta ideológica, aparece como recurso último a desvinculação das pessoas em relação à sociabilidade. Mesmo que o modo de produção ou a reprodução dos padrões normativos requeiram determinadas práticas, há uma margem entre tais práticas, comportamentos ou atitudes e a subjetivação do Aparelho ideológico. Por meio desta margem é que se dá a crítica, a organização e o espaço teórico da conjuntura.

A teoria althusseriana foi capaz de densificar as condições ideológicas do ser social, tomando o Estado como aparelho de dominação por excelência – seguindo a tradição teórica do materialismo. Os Aparelhos ideológicos do Estado (familiar, religioso, sindical, político, escolar, da informação, jurídico e cultural) exercem a força ideológica nos indivíduos interpelando-os como sujeitos. Neste sentido, a teoria da reprodução das relações de produção insere o conceito de sujeito no interior da ideologia, pois é a ideologia que dá coesão e capacidade de reprodução de valores e de reconhecimentos intersubjetivos. A ideologia dominante, que “dirige” ideologicamente a sociedade, é o resultado de uma longa luta de classes, através da qual a burguesia impõe suas formas de organizar esta luta dentro das condições materiais e políticas que lhe favoreça. Os costumes, por exemplo, a que se referia Lenin, fazem parte deste longo percurso, em que a tradição se inscreve de modo a adaptar-se à luta ideológica.

Marta Harnecker (1973, p. 99-110), em *Os conceitos elementais do materialismo histórico*, aponta que a estrutura ideológica é indispensável e parte constitutiva da existência de toda a sociedade, seja capitalista, socialista (de transição) ou comunista. Dois tipos de sistemas ideológicos condensam o conteúdo deste nível: (1) sistemas de ideias – representações sociais (ideologias em sentido estrito) e (2) sistemas de atitudes – comportamentos sociais (costumes).

Os sistemas de ideias – representações sociais, abrangem as possibilidades e relações de pensamento dos homens que estão determinados pela sociedade, as ideais políticas, jurídicas, morais, religiosas, estéticas e filosóficas. Sua composição é sustentada por desejos, esperanças, nostalgias, ou seja, sentimentos que vinculam elementos imaginários, gerando certa força de atração que atravessa a consciência, as atitudes, os comportamentos, para então molda-los às condições de existência. Tais relações de representação podem ou não conterem elementos de conhecimento, no entanto, há a predominância da função de adaptação à realidade, o que não necessariamente significar conformismo ou resignação (Harnecker, 1973, p. 100-101).

Os sistemas de atitudes – comportamentos, revelam um nível mais profundo e não identificados diretamente aos sistemas de ideias e representações sociais, isto porque sua determinação está ligada às tendências, costumes e hábitos relativos ao enfrentamento de

situações vitais; podendo sucederem (no campo do ser e do pensar) desde identificação total, parcial ou até mesmo de contradição. Harnecker (1973, p. 101) indica um exemplo muito concreto que se refere aos “hábitos de trabalho” ou “estilo de direção e mando” que podem estarem em contradição com a ideologia do proletariado e são postos em prática por dirigentes e/ou militantes socialistas. Estes comportamentos tecnocráticos e burocráticos mostram a penetração da ideologia burguesa nas fileiras da classe operária, e justamente por conta destas relações de atitudes e comportamentos se faz tão necessária a prática da crítica e da autocrítica no processo da luta ideológica.

As práticas ideológicas efetivam a reprodução do modo de produção, que por sua vez, busca satisfazer as necessidades de consumo em que estão inseridos os conjuntos humanos. Assim, se reproduz também, além da força material, uma força ideológica que afirma o processo de produção dos bens materiais que não pode ser interrompido. Através desta objetividade as relações sociais se desenrolam sem cessar, o que implica no desenvolvimento de tendências decorrentes do funcionamento dinâmico da sociedade capitalista. A correlação entre ideologia e estruturação social é complexa e, de acordo com a teoria materialista, é determinada historicamente pela totalidade social concreta, ao mesmo tempo, em que é inscrita na formação social “parcial” de cada país – esta “parcialidade” na integração ao sistema mundial capitalista se inscreve, no campo da dominação, no mínimo, de duas maneiras: imperialismo e colonialismo.

É preciso ter em mente que a conjunção da totalidade dos processos históricos do capital não deve ser entendida de maneira fechada, como um vetor único que advém dos países centrais. A tendência ideológica dominante e as demais tendências ideológicas, podem ser complementares aos processos de dominação ou antagônicas a eles, mesmo que decorram da própria formação social, estão abertas a transformações, modificações e variações. A exemplo disto está a estrutura jurídico-política que desempenha função de dominação interna articulada com a totalidade monista-burguesa (Harnecker, 1973, p. 113 e 142). Nicos Poulantzas (2019, p. 209-226), inspirado pela noção althusseriana de ideologia irá destacar em *Poder político e classes sociais*, a importância da estrutura jurídico-política na consolidação do Estado capitalista, especialmente seu papel de designar legitimidade às estruturas e instituições políticas dominantes – ponto fundamental para pensarmos a luta ideológica entre o monismo e a pluralidade política.

Ademais, a significação negativa e materialista de ideologia é fundamental para o desenvolvimento do marxismo moderno e para o discernimento qualitativo da categoria monismo como crítica ao universalismo monista-burguês. Esta significação negativa de

ideologia situa um modo de abordagem crítica do real, o que acabou por influenciar as primeiras teorias pós-coloniais de Aimé Césaire, Albert Memmi e Franz Fanon. Na obra *La crítica poscolonial: descolonización, capitalismo y cosmopolitismo en los estudios poscoloniales*, Miguel Mellino apontará este vínculo originário entre o marxismo e a configuração dos estudos pós-coloniais. Segundo Mellino, Aimé Césaire em seu *Discurso sobre o colonialismo*, de 1950, utilizará da relação intrínseca entre capitalismo e colonialismo para realizar uma crítica da exploração desenfreada ocorrida com os povos colonizados na Ásia e na África, pondo em jogo uma posição nacionalista revolucionária que apoia a Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN) naquele momento. Para Césaire o colonialismo se trata de uma situação desumanizante por si só, que mostra não só a objetivação do sujeito colonizado, mas também a degradação da humanidade do colonizador. A militância política e o pensamento crítico de Césaire sinalizaram para toda a teoria crítica uma abertura importantíssima no que se refere à prática política da luta ao direito à iniciativa histórica dos povos, ou seja, a defesa da consciência nacional, que de modo concreto surgia nas Antilhas contra o colonialismo francês.

A formação deste campo crítico do modo de civilização europeia modelada pelo regime burguês ficará marcado por dois problemas que a própria civilização europeia deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial (Aimé, 1978, p. 13), problemas que aparecem desde o período do pós-guerra, que é, simultaneamente, o período de decadência do capitalismo. Césaire alertará sobre os ideologismos presentes na afirmação da civilização burguesa, veja-se:

A maldição mais comum nesta matéria é deixarmo-nos iludir, de boa-fé, por uma hipocrisia coletiva, hábil em enunciar mal os problemas para melhor legitimar as soluções que lhes aplicam.

Equivale dizer que o fundamental, aqui, é ver claro, pensar claro – entenda-se, perigosamente –, responder claro à inocente questão inicial: o que é, no seu princípio a colonização? Concordemos no que ela não é; nem evangelização, nem empresa filantrópica, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença, da tirania, nem propagação de *Deus*, nem extensão do *Direito*; admitamos, uma vez por todas, sem vontade de fugir às consequências, que o gesto decisivo, aqui, é do aventureiro e do pirata, do comerciante e do armador, do pesquisador de ouro e do mercador, do apetite e da força, tendo por detrás a sombra projetada, maléfica, de uma forma de civilização que a dado momento da sua história se vê obrigada, internamente, a alargar a escala mundial a concorrência das suas economias antagônicas.

A crítica de Césaire (1978, p. 66-69) diz sobre o caráter destrutivo da ideologia monista burguesa, aponta que a Europa expansionista não fez diferente das civilizações antigas, pelo contrário, pôs-se a edificar uma barbárie moderna, desmesurada, mercantilista, imbecil e vulgar, que tem como objetivo extirpar as raízes da diversidade humana. Este engendro imaginário que costura colonialismo e civilização é parte fundamental e funcional da ideologia

monista, este apregoamento serve como justificativa das condições históricas de violência, exploração e dominação a que estão expostas também as populações do continente latino-americano.

Outro teórico crítico do monismo-burguês foi Franz Fanon, aluno de Aimé Césaire, grande pensador político, militante da libertação Argelina e participante ativo da FLN. Sua contribuição na história da teoria é enorme, mas, nos contentaremos em abordar sua crítica ao discurso universalista da burguesia-colonial, contida em seu último escrito, *Os condenados da terra*. Em geral, por sua importância na construção do campo de estudos pós-coloniais, em particular, por destacar a maneira como o colonialismo afeta o domínio da intelectualidade. Para Fanon (1968, p. 33-36), o mundo colonial é drasticamente dividido pela concreção institucional das forças de regulação universalista. Em outras palavras, o modo de intermediação do poder nas regiões coloniais é a utilização de uma linguagem de pura violência. O aconselhamento aos colonizados vem a golpes de coronha e incêndios de palhotas, os agentes da colonização estão dispostos a efetivarem uma coerção explícita que não é outra coisa senão a defesa ativa da ordem social imposta. Assim, a raça passa a ter condição de causa e efeito historicamente determinado, “se é rico porque é branco, se é branco por que é rico”, e desta maneira “classe-raça” se combinam para implementar um discurso de universalidade. Surge, então, a tendência ao apagamento e a destruição do sistema de referências das pessoas colonizadas, fazendo da ideia de ocidente, uma afirmação absoluta que define a sociedade colonizada como uma sociedade sem valor.

Estes elementos deformadores intentam a todo plano negar ao povo não só suas próprias tradições ou mitos, mas sim e prementemente, a capacidade de governar-se fora do plano universal abstrato gerado pela classe dirigente e espoliadora. Quando, por exemplo, se projetam períodos de descolonização e libertação, os estamentos internos privilegiados buscam contatos com as elites externas estabelecendo diálogos de valores que possam permitir a continuidade do domínio colonialista. A classe dominante põe-se a fazer um combate de retaguarda que põe no terreno da cultura, dos valores e das técnicas a importância de sua estadia no território colonizado, deste modo a própria dignidade da “pessoa humana” passa a aparecer, segundo Fanon (1968, p. 36-40), em sua essencialidade: prisões, espancamentos e mortes por fome dos povos colonizados. Neste sentido, Fanon traz elementos fundamentais para a crítica ao projeto monista-universalista da burguesia-colonizadora, principalmente por destacar o impacto psicológico da violência colonial, que não é outra coisa senão um modo de imobilizar a organização política dos colonizados – como veremos, Florestan Fernandes, a partir da crítica

à Revolução Burguesa brasileira, dará continuidade a esta crítica, assim como boa parte da teoria marxista da dependência.

O que importa salientar é que no interior da teoria da regulação universalista da qual nos fala Fanon (1968, p. 34-36) está apreendida uma teoria da subjetividade colonizadora, intimamente ligada à forma-nação. Isto porque há uma série de indivíduos que não se consideram parte do povo, mas sim, contribuintes da formação nacional que organizam uma primeira diferenciação/classificação social que tem continuidade até hoje, no modo político burguês-monista. A título de exemplo, Fanon coloca, quadros universitários, administrativos, técnicos e especialistas, que formam um grande contingente intelectualmente colonizado, ocupam cargos e lugares que permitem manobrar sabotagens contra aqueles que lutam pela libertação. Isto, naquele momento, acontecia sem a vergonha de declararem que a independência não lhes valia a pena... Nos dias de hoje, a subjetividade colonizadora possui uma variedade de aspectos, entre eles, o elitismo familista, o nacionalismo contraditório ou a hierarquia intelectual bacharelesca, problemática que trabalharemos mais adiante.

O que se quer destacar é que, no nível da dominação ideológica de contexto colonial, sabe-se que se trava uma violenta luta no campo dos valores sociais. A formação subjetiva é atacada pela atomização da cultura colonialista e o intelectual, sob efeito da ideologia burguesa-colonialista, se comporta como um oportunista vulgar, incapaz de dialogar no seio do povo. Isto acontece porque no decorrer do projeto colonial a incidência da ideologia monista permite privilégios que, logo menos, serão defendidos pela autoridade nacional que organiza a pilhagem dos recursos naturais e humanos. Trata-se de uma formação intelectual preparada para sustentar mamatas, roubos legais, especulações na bolsa, operações de importação, exportação, sociedades anônimas e atividades comerciais de verdadeira rapinagem da nação. Este modo de acumulação vil desenvolvido no contexto colonial significa também a assimilação da cultura do opressor por parte dos que tem acesso à cultura.

O livro *Raça, nação, classe: identidades ambíguas* de Étienne Balibar e Emmanuel Wallerstein destaca muito bem estas relações entre dominação ideológica e processo de integração no sistema mundial capitalista. Poderíamos dizer, que há uma estruturação ideológica do capital na formação da forma-nação – um “monismo territorial”. Em *A forma nação: história e ideologia*, Étienne Balibar (Balibar; Wallerstein, 2021, p. 129-150) mostra que a história das nações se inscreve como uma narrativa que insiste na continuidade da realização de um projeto secular, sucedido por etapas e tomadas de consciência. A ideia de nação dá a entender que há uma manifestação própria e adequada à personalidade nacional. Isto significa que no nível da representação apareceram e aparecerão – diante da perpetuidade destas

relações – uma dupla ilusão constituinte que fundamenta o que ele chama de realidades institucionais constrangedoras. A ilusão é dupla, pois (1) cria a crença – no nível das atitudes e comportamentos – de que de geração em geração se substancializa uma invariante inequívoca que estabiliza aquela determinada territorialidade; (2) se crê em uma evolução retrospectiva de acontecimentos, figuras e destino deste “projeto”, cujo o ponto culminante é a identidade nacional. Em outras palavras, o projeto monista é também um projeto de identidade nacional.

De maneira geral, Balibar dirá que a eficácia da forma ideológica da nação se constrói por retorno ao passado a partir das predisposições do presente. O mito das origens nacionais se reencena para o retorno do único e próprio evento que a fundou, no caso francês, a Revolução Francesa. No caso Brasileiro, poderíamos pensar, no golpismo e na violência contra seu próprio povo. De qualquer modo, por uma condição de efetivação ideológica, há um momento de repetição da forma-nação – esta lógica aparece, por exemplo, no bolsonarismo que pretende repetir a ditadura, que desde uma perspectiva monista é a própria Revolução Burguesa brasileira de 1964. A análise da forma ideológica da nação de Étienne Balibar avança demonstrando que são determinadas estruturas pré-nacionais que tornam possível a caracterização do Estado nacional. Ou seja, a formação nacional é resultado de uma longa pré-história que por razões do predomínio da função de adaptabilidade – própria da dimensão ideológica – se desfazem a multiplicidade de eventos distintos e conjunturais. Estes serão eventos postos no esquecimento por meio desta falsa linha evolutiva que se chamará de história do Estado-nação.

Retornemos ao materialismo histórico clássico para entender a correlação entre modo de produção capitalista e as relações sociais de produção e reprodução que formam o domínio monista por meio da forma-nação.

Assim como o pensamento de Hegel e Feuerbach foi apropriado para formulação de um conhecimento crítico da sociedade moderna-capitalista, os conceitos e desenvolvimentos teóricos da economia política inglesa foram incorporados na teoria do materialismo para desenvolver uma vigorosa crítica à teoria do valor-trabalho de Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823). Onde estes economistas ingleses descreviam relações de objetos, Marx descobria relações sociais, entendendo as trocas de mercadorias, de dinheiro, de mercado e entre diferentes produtores, em suas consequências sócio-históricas, de onde surge o conceito

de alienação e fetichismo da mercadoria<sup>7</sup>, por exemplo. Os operários ao estarem submetidos ao regime de trabalho, criavam condições para a mais-valia, processo em que o capital é valorizado e destinado aos capitalistas, neste processo criavam também a riqueza de toda sociedade. No entanto, contraditoriamente, tal riqueza não os alcançavam, nem mesmo para cobrir os custos do sustento próprio, nem de suas famílias – dando mostras visíveis que se inaugurava a mais moderna das opressões sociais – o trabalho assalariado.

Simultaneamente a este processo de divisão social do trabalho em nível mundial, a classe burguesa se lança ao domínio da sociedade por meio do domínio do poder político, da teoria política e do Estado – em cada país. Como Marx (2013a, p. 160) irá adiantar em 1843 em sua *Introdução da Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* – antes mesmo dos processos revolucionários de 1848 –, as demais classes da sociedade civil são barradas em sua emancipação, pois o “encaminhamento da emancipação” já estaria definido como o desenvolvimento das condições sociais nos moldes da particularidade da política da classe burguesa. Ao despontar como representante universal da sociedade, a burguesia faz de suas exigências e direitos, as exigências e direitos de toda a sociedade. De modo a impor-se como classe dominante por meio de uma disputa constante dos corações e cabeças sociais no campo das práticas e das ideias.

Na introdução à *Contribuição para a Crítica da Economia Política* de 1859, Marx (2008, p. 237-243) chama atenção de como os economistas burgueses explicam as relações jurídicas como reflexos simplistas e triviais de cada modo de produção, ali já apontava o esquematismo burguês-liberal que banaliza o conteúdo real das consequências da produção. Retifica que as relações jurídicas e as formas do Estado, inclusive o “Estado de direito”, não podem se explicar por si mesmas, e nem mesmo poder-se-iam explicar a partir da evolução geral do espírito humano (humanismo). São as condições materiais de existência que podem

---

<sup>7</sup> Nos *Manuscritos Econômicos-Filosóficos*, de 1844, Marx irá trabalhar o conceito de alienação, o conceito fará parte da história da teoria crítica, especialmente continuado por diversos autores da Escola de Frankfurt, repensado também a partir da psicanálise freudiana (Marcuse; Adorno). De maneira sintética, o capitalismo produz um tipo de relação que afasta o trabalhador do ato de produção, objetivando-o a tal ponto que o torna estranho a si mesmo e aos outros trabalhadores, lhe é retirado o domínio de seu corpo, espírito e afetos, neste sentido, as relações humanas se tornam relações coisificadas. O fetichismo da mercadoria é trabalhado por Marx (2013, p. 204-218) na quarta parte do primeiro capítulo de *O Capital: Crítica da Economia política: Livro I: O processo de produção do capital*, este conceito define o caráter das relações sociais que serão estabelecidos pela forma-mercadoria como propriedades sociais naturais, dando universalidade à forma-social. Ou seja, as relações pessoais em seus trabalhos aparecem como relações sociais próprias, classificando e regulando-as a partir do lugar que ocupam no trabalho – como um campo social da existência.

explicar as relações jurídicas, a partir do que ele chamou de anatomia da sociedade burguesa, teorizada de maneira pormenorizada nos *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política* (Marx, 2011) e posteriormente nos três tomos de *O Capital*. Já na introdução à *Contribuição* (Marx, 2008, p. 245) aponta que:

Quando se reduzem estas trivialidades [propriedade privada e relações jurídicas] a seu conteúdo real, elas expressam mais do que sabem seus pregadores, isto é, que cada forma de produção cria suas relações de direito, suas formas de governo próprias. A grosseria e a incompreensão consistem precisamente em não relacionar senão fortuitamente umas às outras, em não enlaçar, senão no domínio da reflexão, elementos que se acham unidos organicamente. A noção que flutua no espírito dos economistas burgueses é que a polícia é mais favorável à produção que o direito do mais forte. Esquecem unicamente que o direito do mais forte é também um direito, e que o direito do mais forte sobrevive ainda sob outras formas em seu "Estado de direito".

Este raciocínio dialético de Marx faz lembrar que as forças da produção trazem a reboque a moderna polícia, bem como, um processo violento que fica cada vez mais evidente: a negação de que a lei do mais forte persista e sobreviva como direito no interior do Estado de direito. Esta negação persiste ao modo de uma “tendência natural e espontânea do homem”, impossibilitando-o de perceber e agir em sua própria dimensão social, isto porque funde configurações culturais, ideológicas, institucionais, jurídicas em relações de poder, tornando a associação humana uma miscelânea a ser descoberta por cada indivíduo. Em outras palavras, no interior da dominante ideologia liberal o homem individuado deve estar à sorte de suas próprias descobertas.

Seria importante lembrar que o materialismo dialético se debruçou na concepção da história moderna, na análise das lutas políticas que giram em torno da emancipação econômica, tendo como elementos incontornáveis o Estado, a ordem política, a sociedade civil e as relações econômicas (Engels, 2024, p. 78). Ao sustentar que Estado, direito público e direito privado são determinados pelas ligações econômicas que se condicionaram de acordo com o desenvolvimento de cada nação, foi possível a esta corrente de pensamento desfazer o verniz do universalismo abstrato que costuma e continua ser ensinado nas universidades de Direito. A forma jurídica pôde desenvolver-se de acordo com cada desenvolvimento histórico, a partir do velho direito feudal renovou-se, preenchida com novo conteúdo, tendo uso especialmente no primeiro direito mundial de uma sociedade produtora de mercadorias com o direito romano. Posteriormente, modificou-se após a revolução burguesa, até que a passou a expressar as condições econômicas de vida desta sociedade, como foi formalizado, por exemplo, no código civil francês.

No processo histórico, a separação Direito público e Direito privado parte de um mesmo e primeiro movimento ideológico de imposição do Estado, que irá se autonomizar em relação à sociedade, exercendo diretamente a dominação de classe. Este estabelecimento da ideologia (Estado, direito público e direito privado), faz derivar dela sujeitos privilegiados pela forma, políticos tradicionais, teóricos do direito público e juristas do direito privado, estes, por sua vez, ao serem formados nas escolas de Direito e formalizados em cargos funcionais, fornecerão a fundamentação moralista e esclarecida para a concreção ideológica da sociedade burguesa (Engels, 2024, p. 78-79).

O monismo teorizado por Wolkmer (2018, p. 37-52) indica justamente este efeito universalizante ligado a luta e à conquista de corações e cabeças sociais. De uma perspectiva crítica do conhecimento o monismo significaria de uma só vez, uma noção científica crítica e uma ampla prática ideológica e política da burguesia no processo histórico de transformação do capitalismo, especialmente no sentido de estabelecer padrões de sociabilidade em territórios não centrais da economia política capitalista. Se trata de uma totalidade das práticas ideológicas do projeto da moderna sociedade capitalista com o adendo de que, ao contrário do que apontará a concepção “tradicional” do materialismo histórico, o modo de produção e as relações sociais pré-capitalistas não se dissolveram completamente diante de uma suposta consolidação do capitalismo. De maneira que, a crítica do capitalismo não pode ser pensada em uma perspectiva da luta de classes no singular, unicamente como concentração das contradições entre capital-trabalho, e sim, pela pluralização da luta ideológica contra a dominação burguesa<sup>8</sup>. Isto não significa qualquer encolhimento da importância da luta de classes, até porque entendemos a luta ideológica como elemento que a compõe. No entanto, por uma questão de qualificação e de estratégia de produção do conhecimento, a concepção crítica ao monismo dá ênfase à pluralização das lutas contra a burguesia.

Deste modo, iremos insistir em uma dialética pluralista que amplia a luta ideológica. Há que se considerar as características estruturantes de processos históricos como o colonialismo,

---

<sup>8</sup> A tese da passagem da *luta de classe*, no singular, para *lutas de classes*, no plural, é trabalhada por Maurizio Lazzarato (2022, p. 9-43) no primeiro capítulo de *O intolerável do presente, a urgência da revolução: minorias e classes*. No entanto, para as teorias pós-coloniais, como vimos, não é novidade, a questão do proletariado sempre esteve diretamente ligada com a questão colonial. O mesmo pode-se dizer sobre a questão das mulheres, ou seja, da absorção de dinâmicas de poder patriarcal pela sociabilidade capitalista. Em *O Dilema da América Latina*, Darcy Ribeiro (1983, p. 65) já apontava, por exemplo, como a categoria de *lumpemproletariado* usada para descrever a estrutura de classes das sociedades latino-americanas tem efeito de esconder mais do que de evidenciar as características de nossos segmentos sociais concretos. Neste sentido, sabe-se que a ampliação da luta ideológica faz parte da dialética da história da teoria.

o racismo, o imperialismo e o patriarcado na concepção monista de mundo. O monismo engloba processos de conhecimento, construções e ordenações valorativas, proposições técnicas lógico-formais, relações de forças e graus de desenvolvimentos. Elementos que se apresentam na prática da vida social e que puseram em movimento a consolidação da sociedade tal como ela se apresenta, como totalidade ideológica das relações estruturais de poder, valores epistêmicos e interesses materiais de reprodução do capital. Para nós, se trata de uma categoria fundamental para a construção da crítica aqui proposta, pois expõe a projeção política e social da dominação burguesa.

A implementação deste projeto de sociedade se ativa junto ao processo histórico de toda uma máquina de produção subjetiva que perfaz a integração capitalista. É importante dizer que se tratam de relações sociais e familiares amplas e complexas que vão desde o desejo, passam pelo trabalho e pela linguagem, cujo o imperativo é determinar o lugar do sujeito humano na ordem do capital. Neste sentido, afirma Wolkmer (2018, p. 44):

...el concepto de burguesía tanto como clase social, así como categoría ético-espiritual, está amplia y estrechamente asociado con la modernidad de la cultura económico-capitalista. De ese modo, es adecuado caracterizar la formación social burguesa por el estado de evolución en que se encuentra el modo de producción basado en la propiedad privada, en la división social del trabajo y en la competencia lucrativa. En cada momento del sistema capitalista occidental se reafirma una visión social de la época y una concepción común de vida, formadas por intereses específicos de la clase burguesa o del sector productivo que cruzan el espacio económico, político, religioso, filosófico etc. También, en las formas de organización productivas centralizadas, en las relaciones “capital-trabajo”, los agentes sociales dominantes se revisten de características peculiares, transferidas desde la pequeña burguesía y la burguesía mercantil, hasta la burguesía industrial y financiera. Examinar la burguesía en los inicios de la Edad Moderna presupone admitirla como un segmento independiente, dinámico e introductora de cambios en las estructuras feudales en crisis. Asimismo, implica entenderla como parcela social intermedia entre la nobleza y el clero – dueños del poder y de la riqueza – y entre los campesinos y las clases populares. Ya en la sociedad de fines del siglo XIX y mediados del siglo XX, la burguesía representará el sector social propietario de los medios de producción, depositaria de la riqueza y del poder político y creadora de la cultura oficial que no siempre es la de las masas urbanas asalariadas.

Está-se às voltas da formação de um mundo planejado pela burguesia, criadora da cultura oficial, como aponta Wolkmer. Neste mesmo sentido, Florestan Fernandes (2020, p. 30-31) aponta que o sujeito social burguês se apresenta em nível sócio-histórico desde uma variabilidade que se refere tanto ao que se repete, quanto aquilo que varia na dinâmica de orientação do comportamento individual ou coletivo. Tal forma de sujeição se apresenta como padrão da formação social vigente, acompanhado de elementos econômicos, sociais e políticos de assimilação e aperfeiçoamento de uma determinada “vocação histórica”. Embora a formação do sujeito social burguês não possua gênese no Brasil, irá surgir nos países periféricos e

colonizados de maneira “especializada”, como agente artesanal inserido no modo de mercantilização interna ou como negociante, vendedor de grandes novidades.

Em termos sócio-históricos, não teria sido possível alcançar a capacidade de projetar a sociedade sem estabelecer uma acumulação primitiva contínua. A imposição do monismo é um processo de guerra material e subjetiva, de criação de divisões e diferenças dentro da classe dominada, modo com que este projeto é aprimorado constantemente. Seja na atualidade do projeto neoliberal, em sua força político-social bolsonarista no Brasil, nas variadas representações da extrema direita no mundo ou então, nos cercamentos, concentrações de terra, conquista, pilhagem de recursos minerais, exploração agrícola e genocídio de povos originários, de negros e pobres, há núcleos práticos de imposição de violência material e subjetiva que atravessam do passado ao presente<sup>9</sup>.

No capítulo 24 do livro I de *O Capital*, Marx (p. 959-1014) trabalhará sob o título *A assim chamada acumulação primitiva*, depois de uma longa explicação de como o dinheiro é transformado em capital pela produção de mais-valor e apontar que todo este movimento gira entorno de movimento cíclico e vicioso, concluirá que há que se chegar em um ponto prévio da acumulação capitalista. Este ponto prévio será chamado de acumulação primitiva ou “originária” (no original alemão, *ursprüngliche Akkumulation*) fazendo referência ao pecado original da teologia, nos seguintes termos:

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. São trivialidades como essas que, por exemplo, o sr. Thiers, com a solenidade de um estadista, continua a ruminar aos franceses, outrora tão sagazes, como apologia da *proprietéa*. Mas tão logo entra em jogo a questão da propriedade, torna-se dever sagrado sustentar o ponto de vista da cartilha infantil como o único válido para todas as faixas etárias e graus de desenvolvimento. **Na**

<sup>9</sup> O trabalho *Pilhagem: quando o Estado de Direito é ilegal*, de Ugo Mattei e Laura Nader (2013) mostra como a espoliação decorrente do expansionismo europeu continua até o presente por meio de mecanismo jurídico-políticos internos ao Estado de Direito, continuidade de relações coloniais e do projeto imperialista do capital.

**história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e “trabalho” foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro, “este ano”. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos (grifo nosso).**

Podemos afirmar, lendo este trecho e pondo-o em relação ao presente, que a história do capitalismo é também a história de suas mediações e repetições. Na medida em que a espoliação, a violência e a subjugação são elementos da história real, haverá apoletas da repetição destes processos preenchendo-os de valores políticos, o que implica em posição política e consequências na vida social das populações, grupos e coletividades. As precondições do capitalismo como projeto de sociedade se repetem no processo de criação contínua do próprio capital, isto nas periferias do capitalismo significa superexploração do trabalho<sup>10</sup>, de maneira a diminuir as condições de vida da população. E, por sua vez, uma intensa dominação política tanto no centro quanto na periferia do sistema mundial capitalista, o que não é outra coisa senão o controle de toda e qualquer subjetividade dissidente.

Em *Guerras e Capital*, Éric Alliez e Maurizio Lazzarato (2021, p. 47-88) irão argumentar, com base em Marx, que as guerras de conquista tanto no Novo Mundo (colonização externa), quanto na Europa (colonização interna – desde uma perspectiva do capital) dão a base material e a dimensão “processual” do progresso. Este progressismo, que é a via da revolução burguesa, faz da guerra e da dívida pública – o crédito – a primeira linha de armas estratégicas do capital, o processo de dominação e mercantilização de tudo ocorre por consequência destas iniciativas. Neste sentido, há que se acrescentar ao monismo estas características, não há, como veremos, divisão social do trabalho “sem instaurar as hierarquias de sexo, de raça, de idades e de civilizações, sobre as quais se depositam as estratégias da divisão, da diferenciação e das desigualdades” (Alliez; Lazzarato, 2021, p. 49).

<sup>10</sup> A superexploração do trabalho é uma das teses básicas da Dialética da dependência proposta por Rui Mauro Marini (2000, p. 123-135), significa que as nações desfavorecidas pelo intercambio desigual não buscam corrigir o desequilíbrio entre valor e preço decorrente desta desigualdade estrutural, senão que inserem sua população em uma dinâmica de superexploração para que o decréscimo das matérias primas seja retirado por meio da exploração do trabalho vivo. Ou seja, a força de trabalho nos países periféricos possui um valor mais baixo do que nos demais países, se trata de um valor “necessário” para integração e reprodução do lugar do país no sistema mundial capitalista. Frise-se esta desvalorização tem consequências diretas no que seria o fundo de vida da classe trabalhadora (prolongamento da jornada de trabalho e/ou aumento da intensidade da jornada, o que reduz a vida do trabalhador) (Osorio, 2016, 143). O trabalho *Mais além da antropologia pós-estruturalista do desenvolvimento, de volta à teoria marxista da dependência*, de Alex Moraes (2018) situa a possibilidade da crítica imanente a partir da teoria marxista da dependência em oposição ao pós-estruturalismo anglo-saxão de matriz foucaultiana.

O monismo, como noção científica crítica, comporta as teorias políticas, ideias e projeções do sujeito social burguês desde 1492 – ano 1 do capital. Ao longo deste tempo, junto às práticas de violências da história real se formou uma concepção doutrinal de estatalidade, unicidade, positividade e racionalização, um monismo normativo que consolidou uma capa ideológica-idealista ao projeto da modernidade liberal capitalista. Esta “síntese cultural” de concepções políticas e jurídicas podem ser entendidas em ciclos históricos, como apresenta Wolkmer em um enfoque político-jurídico (2018, p. 52-66):

- (1) Entre séculos XVI e XVII – Estado absolutista, capitalismo mercantil, fortalecimento do poder aristocrático, pluralismo corporativista medieval;
- (2) Da Revolução Francesa (final século XVIII) ao final das principais codificações do século XIX – Desenvolvimento do Direito Estatal, do liberalismo econômico e do capitalismo concorrencial, crescente produção industrial, ascensão social da burguesia enriquecida e secularização do projeto jurídico centralizador via liberalismo político burguês;
- (3) Dos anos de 1920/30 à 1950/60 – intensificação de uma legalidade dogmática e rigidez nas pretensões universais de cientificidade;
- (4) Dos anos de 1970 ao contemporâneo – reordenação globalizada do capitalismo monopolista de acumulação flexível, enfraquecimento do Estado de bem-estar, esgotamento do paradigma da legalidade e declínio de uma concepção jurídica essencialista.

Esta síntese do monismo em ciclos históricos, importa para entender a maneira como as forças ideológicas se reaproveitam e refazem seu modo de projetar a sociedade. A burguesia não possui um projeto estanque, ele se realiza dialeticamente no âmbito da política e da normatividade em geral, incorporando práticas de guerras e violências materiais e subjetivas. Trata-se de um processo de formalização e justificação das contradições criadas pela expansão do comércio e posteriormente pela economia política ou, como Engels (2021, p. 165-184) anota em seu *Esboço para uma crítica da economia política* (1843-1844), trata-se de uma ciência do enriquecimento. Para Engels, a revolução do século XVIII, revolucionou a economia, mas seus processos revolucionários foram unilaterais, não superando as oposições que lhe deram origem, vejamos (Engels, 2021, p. 162):

...à monarquia à república, ao direito divino o contrato social, do mesmo modo a revolução econômica não suplantou a oposição. Os pressupostos permaneceram em toda a parte; o materialismo não atacou a humilhação e o desprezo cristãos do homem, apenas se limitou a opor ao homem, no lugar do deus cristão, a natureza como absoluto; a política não pensou em examinar os pressupostos do Estado em si e para

si; a economia nem sequer chegou a pensar em questionar a *legitimidade da propriedade privada*. É por isso que a nova economia foi apenas progresso pela metade; ela era obrigada a trair e negar seus próprios pressupostos, usar de sofismas e hipocrisia para encobrir as contradições em que se envolvia e chegar às conclusões a que foi impulsionada não por seus pressupostos, mas pelo espírito humano do século. Assim, a economia assumiu um caráter filantrópico; negou seu favor aos produtores e entregou-o aos consumidores; agiu como se sentisse uma repulsa sagrada pelos horrores sangrentos do sistema mercantil e declarou o comércio um vínculo de amizade e unidade entre as nações, assim como entre indivíduos.

O monismo está entrelaçado na unilateralidade da economia política. Preocupados em criar uma base universal para um livre comércio fundado em leis relativas à propriedade privada, os monopolistas e seus defensores só conseguem ver valor no que pode ser monopolizado e criam, como apontou Engels no parágrafo anterior, sofismas que podem ser vistos por exemplo na expressão “riqueza das nações”, mesmo que na concretude do processo histórico se veja que os povos de cada nação não se apropriam de tais riquezas. Ou seja, este universalismo liberal e europeu<sup>11</sup> sempre guardou explicações “civilizatórias” para seu modelo de poder. Em termos de figura e representação, por de trás da conquista e do enriquecimento há um padrão de sujeito que se repete, o homem macho, branco e adulto que atravessa a história e as justificativas de circulação do dinheiro e do poder. Este será um dispositivo estratégico para a divisão mundial do trabalho que irá formar um proletariado internacional que tem início nas colônias do Novo Mundo e da Europa, como afirmarão Éric Alliez e Maurizio Lazzarato (2021, p. 57-58) em *Guerras e Capital*. As consequências deste padrão “majoritário” é a invisibilização – aos olhos do sistema “progressista” burguês – de “minorias”. De modo que, a mulher passa a significar “minorias” no campo de existência do gênero e os colonizados “minorias” em relação ao campo de existência de raça.

Alliez e Lazzarato procedem uma crítica decorrente de *O Capital*. Para eles, há na análise da acumulação primitiva e na própria concepção de tempo e história de Marx, uma formulação ainda linear e evolutiva<sup>12</sup>. Esta posição etapista teria impedido de considerar que a

<sup>11</sup> O trabalho *O universalismo europeu: a retórica do poder*, de Immanuel Wallerstein (2007), mostrará como as potências industriais dominantes foram capazes de sustentar um pensamento parcial e distorcido que foi promovido por líderes intelectuais que, em última instância, sempre defenderam os interesses das classes dirigentes, em favor da conquista militar, exploração econômica e perpetuação de injustiças em massa por todo o mundo. O que levou o nome de civilização, crescimento, desenvolvimento econômico e/ou progresso.

<sup>12</sup> Existe uma longa discussão sobre a suposta visão etapista do pensamento de Marx – especialmente em *O Capital*. Para um esclarecimento à altura da problemática, indica-se o trabalho do sociólogo marxista Teodor Shanin (2017), traduzido para o português pelo Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades da UFF. O trabalho conta com a troca de correspondência de Marx e Vera Zasulich, revolucionária russa que interpela a Marx quanto às disposições de *O Capital* – que atingia grande popularidade na Rússia de 1881 –, isto porque dentro dos

acumulação primitiva se repetisse indefinidamente, colocando em prática a conquista e a expropriação por meios renovados. A fase atual do capitalismo financeiro mostra que a acumulação primitiva passou a ser tratada como ramo “comum” do comércio, adentrando à normalidade dos modernos processos produtivos. No entanto, o que nos interessa, em relação a colocação de Alliez e Lazzarato é sobre o que apontam como consequências político- subjetivas da continuidade da acumulação originária, que na periferia do capitalismo moderno se mostrarão como “inovações políticas” na implementação da violência de territórios e dos campos de existência.

Aníbal Quijano (2009, p. 79-81 e 86) formulador do conceito de colonialidade do poder e figura central na proposição da decolonialidade<sup>13</sup>, em *Colonialidade do poder e classificação social* propõe a formulação de uma heterogeneidade histórico-estrutural do poder. Isto significa que a estrutura societal é possível em decorrência de uma trama articuladora de experiências e produtos historicamente descontínuos e distintos, distantes e, por vezes, até mesmo incongruentes. Deste modo, seria adequado indagarmos o campo das relações, pois é ele que poder ajudar-nos a entender o que se produz, determina ou permite uma totalidade histórica específica. Nesta linha de indagação aparecerá a constituição e os desenvolvimentos históricos da chamada América, do capitalismo mundial, moderno e colonial. Em outras palavras, está-se falando da capacidade de imposição e articulação do controle dos meios de existência de um grupo em relação a outros grupos, para nós, uma clara extensão da problemática burguesia-proletariado. Tal capacidade é historicamente constituída, gerando um determinado padrão mundial do poder, que embora se utilize das formas de exploração/dominação/conflito modernizantes/globalizantes, nunca será capaz de tornar homogênea sua própria totalidade. Assim é crucial apreender que: “cada elemento de uma totalidade histórica é uma

---

circuitos de discussão revolucionária, uma interpretação de *O Capital*, passava a deslegitimar a comuna rural como caminho para a transição socialista, pois a comuna rural “quebrava” a etapa do desenvolvimento burguês necessário para alcançar o socialismo. Marx, em resposta, nega qualquer posição em desfavor à comuna rural, pelo contrário, aponta que a propriedade comunal é um primeiro passo para a regeneração social da Rússia. O que, em última instância, desfaz a interpretação etapista de *O Capital*. Ainda, pode-se destacar o trabalho *A acumulação do capital: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo* de Rosa Luxemburgo (1970) como abordagem desta problemática na primeira fase do marxismo ocidental.

<sup>13</sup> Aponta-se o artigo *Colonialidad y Modernidad/Racionalidad* de Aníbal Quijano (1992) como a quebra de bases epistemológicas da instrumentalização da razão por parte do poder colonial. Junto a esta linha de pensamento crítico juntam-se diversos teóricos e teóricas com o objetivo de desligarem-se das formas epistemológicas eurocêntricas e modernas, pode-se citar Walter Mignolo, Arturo Escobar, Catherine Walsh, Ramón Grosfoguel e Rita Segato, entre outros e outras.

*particularidade e, ao mesmo tempo, uma especificidade e, eventualmente até uma singularidade”* (Quijano, 2009, p. 86).

Deste modo, ao assumirmos a complementariedade teórica entre a crítica à burguesia e a crítica pós-colonial, pode-se entender o monismo por sua capacidade de classificação social, ou seja, por sua capacidade de distribuição artificial de pessoas em categorias sociais “naturalizadas” resultante de um processo histórico-social vazio (Quijano, 2009, p. 106). Vazio porque se trata de um mecanismo subjetivo eficaz que permitirá caracterizar as pessoas e identifica-las em um determinado papel ou lugar nas relações de poder, reduzindo-as, retirando suas singularidades. Trata-se, em síntese, da atribuição de identidades dentro das relações do poder mundial capitalista-colonial, um processo de conhecimento que incorpora a categoria de gênero a partir da diferença do sexo e a categoria de “raça” a partir do fenótipo. A primeira põe a pesquisa a par da dominação patriarcal – a mais antiga separação da história social – e a segunda categoria, “raça”, têm início nos últimos 500 anos junto ao “descobrimento” da América e sua inserção na mundialização do padrão de poder capitalista.

A problematização do capitalismo e de seu padrão mundial do poder proposta por Aníbal Quijano no início dos anos de 1990 é prolífica e extensa de maneira que neste momento cabe sinalizar como a heterogeneidade histórico-estrutural afeta as condições políticas de um território colonizado, como o Brasil (Quijano, 2009, p. 108):

Os estados-nação do centro constituíram-se, tendo, primeiro, como contrapartida os estados coloniais e, depois, os estados-nacional dependentes. Como parte dessa relação, os processos de cidadanização, de representação desigual, mas real dos diversos sectores sociais, a retribuição em serviços públicos da produção e da tributação dos trabalhadores [o suposto Estado de Bem-Estar] não deixou de ser, definitivamente, privilégio do centro, porque o seu custo é pago, em ampla medida, pela exploração do trabalho da periferia colonial em condições não democráticas e não nacionais, ou seja, como sobre-exploração.

Sabemos que este tipo de dependência da qual nos fala Quijano teria sido amplamente trabalhada nos anos de 1960 e 1970 pela teoria marxista da dependência<sup>14</sup>. Para nossa

<sup>14</sup> A teoria marxista da dependência foi elaborada durante as décadas de 1960 e 1970 com o intuito de explicar o desenvolvimento socioeconômico do continente latino-americano. Concebida inicialmente pelo argentino Raúl Prebich junto a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a teoria pôs-se a criticar as concepções tradicionais do mercado, passando admitir que há um predomínio de um centro em relação à periferia na dinâmica capitalista. No Brasil, especialmente na Universidade de Brasília (UnB), destacam-se os nomes de Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vania Bambirra. Somam-se a estes autores Andreas Gunder Frank, Samir Amin, Giovanni Arrighi e Immanuel Wallerstein que de modo complementar adicionaram o debate da dependência à teoria do sistema-mundo.

problemática aberta pela categoria de monismo importa suas constatações teóricas acerca da tendência de dominação, exploração e controle que alcança a estruturação do poder, do nível nacional ao local. Tanto em Florestan, quanto em Quijano, a problemática aparece como dinâmica de radicalização da política conservadora. O Brasil testemunhou tal processo no século XX durante a ditadura militar, a “Revolução Burguesa brasileira” (Fernandes, 2020), e se repetirá no século XXI após 12 anos de política progressista sob um forte regime neoliberal. Em *Colonialidade, poder, globalização e democracia*, Quijano (2002, p. 14-26) chamará estes processos políticos articuladores de subjetividades políticas reacionárias de *reconcentração do controle do poder* e dirá que tal processo atinge diretamente as relações sociais ou campos de existência social (trabalho, sexo, gênero<sup>15</sup>, subjetividade, autoridade). Passa-se por processos de desdemocratização<sup>16</sup>, desmodernização das relações sociais, materiais e intersubjetivas sob uma barbárie técnica e tecnocratização da produção do conhecimento, criando encobrimentos que atravessam a academia e a política em geral. De maneira “clássica” estes processos de realinhamento das formas de controle dos campos de existência social foram empregados durante e após os processos de descolonização e revolução do período de 1945 à 1973<sup>17</sup>. Ao se desafiar os limites histórico-sistêmicos do capitalismo irão aparecer processos de “*contrarrevolução aplicada*” que irão antagonizar com movimentos socialistas revolucionários, de libertações nacionais ou políticas emancipatórias em geral.

---

<sup>15</sup> Quem irá desenvolver uma aplicação mais robusta da relação entre gênero e colonialidade será Rita Segato (2013) em *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*.

<sup>16</sup> O trabalho *O colonialismo global e a democracia* de González Casanova (1995), irá destacar as incapacidades dos processos democráticos diante da constância do colonialismo em nível mundial.

<sup>17</sup> Trata-se da descolonização política do Sudeste e Oeste Asiático (Índia, Indonésia, Indochina, Ceilão, China, Coreia), da África e do Oriente Médio, também nas Antilhas, Austrália e da Nova Zelândia. Triunfo de revoluções sociais na China, Vietnã, Bolívia, Cuba e uma longa extensão de movimentos revolucionários de cunho socialista e de libertação nacional, dentre eles variados socialismos na África, derrotas militares de Estados hegemônicos como na Coreia, Vietnã e Argélia. A queda do regime autoritário e colonialista de Portugal. A ampliação de regimes de Estado de bem-estar social na Europa e nos Estados Unidos. Aparecimento de movimentos e regimes nacional-democráticos na América Latina que orientaram processos de democratização e estatização de recursos de produção como o peronismo (Argentina), velasquismo (Equador) e allendismo (Chile). Fortes movimentos sociais de caráter radical, democráticos, anticapitalistas, antiburocráticos e antiautoritários, especialmente na segunda metade da década de 1960 na França, Alemanha, Estados Unidos, China e México. Fortificação da democratização radical com movimentos de libertação nas relações sexuais, de gênero, “raciais”, “étnicas” e de idades. O início sistemático da crítica ao eurocentrismo junto a uma nova perspectiva de conhecimento na América Latina e a seguir na Europa, Ásia e África (Quijano, 2002, p. 14-15). Segundo Enrique Dussel (2007, p. 482-483), estas experiências apontariam para um *giro descolonizador* desde o *povo*, que vai se descobrindo como sujeito histórico, concreto, oprimido e excluído, de modo a propor-se como referência principal de seu próprio fazer político. O aprendizado em questão corresponderia a articulação que se desvincula da necessidade de uma vanguarda e que se permite realizar-se experimentando a complexidade cultural da política desde o popular. Para um enfoque da América Latina na segunda metade da década de 1960, ver: *O despertar dos debaixo: 1968 na América Latina*, de Raúl Zibechi (2021).

Ao situarmos a categoria do monismo como articulação política e subjetiva, entendemos que em seu interior há um acúmulo de estratégias políticas, mentalidades e concepções, inclusive no campo do conhecimento e dos saberes, que se naturalizam, criando um tipo de debilidade interpretativa que se refletirá na inteligência sobre a formação da ordem social e legal dos países latino-americanos. Em *Reflexões sobre as “Revoluções Interrompidas” (uma rotação de perspectiva)* de 1981, Fernandes (2015, p. 91-148), inspirado pelo texto *Las revoluciones inconclusas en América Latina* de Orlando Fals Borda (2012, p. 373-387), dirá que as condições do capitalismo dependente ensejam uma dominância ideológica que significam a desativação política dos processos anticoloniais no nível do imaginário e da sociabilidade, o que afeta tanto a perspectiva dos direitos, das ciências e da política. Este congelamento da descolonização se torna um pré-requisito estrutural e dinâmico que se expressa na defesa da ordem, na preservação diligente da propriedade e no combate renitente à anarquia social. É neste ponto que a ideologia conservadora se encontra com processos de radicalização de caráter fascista, de instigação do ódio como defesa da heterogeneidade histórico-estrutural do poder.

Nestes termos, Florestan afirmará que congelar um espaço-histórico é também imobilizar um espaço político, e foi assim que a tradição contrarrevolucionária brasileira marcou sua “revolução burguesa” no dia 1º de abril de 1964, e a confirmou em 1968 com o Ato Institucional nº 5. Se constituiu no país uma modernização conservadora, atípica, em que as oligarquias rurais se aburguesam e mantêm seu domínio e violência. Ao invés das estruturas coloniais serem superadas, os excedentes do trabalho são utilizados para que os estamentos internos permaneçam silenciados e remetam parte do trabalho excedente ao exterior do país (Fernandes, 2015, p. 108-109), o que requer um determinado “manejo” institucional por parte dos setores dominantes. A seguinte passagem de Florestan (2006, p. 352) em *A revolução burguesa no Brasil* evidencia a dinâmica política a que está submetida a sociedade brasileira:

...a dominação burguesa não é só uma força socioeconômica espontânea e uma força política regulativa. Ela polariza politicamente toda a rede de ação autodefensiva e repressiva, percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao Estado, dando origem a uma formidável superestrutura de opressão e de bloqueio, a qual converte, reativamente, a própria dominação na única fonte de “poder político legítimo”. Mero reflexo das relações materiais de produção, ela se insere, como estrutura de dominação, no âmago mesmo dessas relações, inibindo, suprimindo ou reordenando, espontânea e institucionalmente, os processos econômicos, sociais e políticos por meio dos quais as demais classes ou quase-classes se defrontam com a dominação burguesa. Isso explica, sociologicamente, como e por que a dominação burguesa se erige no alfa e ômega não só da continuidade do modelo imperante de transformação capitalista como, ainda, da preservação e da alteração da ordem social correspondente. Ela se impõe como o ponto de partida e de chegada de qualquer

mudança social relevante; e se ergue como barreira diante da qual se destroçam (pelo menos por enquanto) todas as tentativas de oposições às concepções burguesas vigentes do que deve ser a “ordem legal” de uma sociedade competitiva, a “segurança nacional”, “a democracia”, “a educação democrática”, o “salário mínimo”, as “relações de classes”, a “liberdade sindical”, o “desenvolvimento econômico”, a “civilização” etc. Desse ângulo, dela provém a *opção interna* das classes burguesas por um tipo de capitalismo que imola a sociedade brasileira às iniquidades do desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa.

Para lidar com o desenvolvimento colonial-moderno e dependente, a democracia burguesa propõe reformas reversíveis, ou pior, reformas que perfazem um mero jogo de espelhos institucional e midiático. Florestan (2015, p. 109-110) aponta que o radicalismo burguês gera situações históricas que indicam um desenvolvimento desigual e combinado. Estes regimes de acumulação se organizam para acelerar enriquecimentos lícitos e ilícitos tanto das classes burguesas nacionais, quanto estrangeiras, gerando processos ditatoriais como ocorrido no Chile<sup>18</sup> (1973-1990), na Argentina (1976-1983) e no Uruguai (1973-1985).

Neste sentido, ao que se refere à sociabilidade e ao modo da revolução burguesa, o caso brasileiro apresentará um modelo caracterizado pela autocracia constituída pela necessidade que a burguesia brasileira tem de implementar uma tendência contrarrevolucionária (Fernandes, 2020, p. 287-293) no interior da nação. Por isto, nos parece correta a afirmação teórica de Nicos Poulantzas (2019) em *Poder político e classes sociais*, obra de 1972, embora se possa conceber o sujeito social burguês indicando a transição para a sociedade capitalista, mais especificamente a transição do feudalismo para o capitalismo na área da Europa Ocidental, não há um “modelo” existente. Ao analisar o caso inglês, francês e alemão, Poulantzas apontará que o problema da Revolução Burguesa se apresenta como uma tendencialidade teórica que permite referir a uma forma concreta de transição social que depende da conjuntura realizada como individualidade histórica original.

<sup>18</sup> O brutal regime ditatorial chileno instalado pelo general Augusto Pinochet foi o primeiro laboratório da política econômica neoliberal elaborada pelos “Chicago Boys” de 1973 à 1990 (Santos, 2004, p. 13-14). Importa lembrar que Pinochet chega ao poder após o golpe de Estado no dia 11 de setembro de 1973 com o assassinato de Salvador Allende, até então presidente do Chile, eleito em 1970 junto aos esforços da esquerda que se expressava na coalizão socialista e democrática, Unidade Popular. Em relação à experiência do neoliberalismo chileno, há características que podem ser consideradas para além da especificidade nacional, como a reconstrução das relações Estado/sociedade com vetor de fortalecimento das instituições estatais para que estas possam fortalecer a disciplina dos mercados. Além disso, não se trata apenas da implementação de uma política econômica, mas sim, de uma transformação de cunho institucional e moral do país. Esta transformação acompanha uma forte despolitização da economia, pondo em curso uma constitucionalização do direito privado, que paulatinamente providencia o isolamento entre política e democracia (Dardot, et al. 2021, p. 63-64).

Isto não significa pouca coisa, é preciso redimensionar a tendencialidade teórica do monismo a partir da radicalização da luta ideológica realizada pelas classes sociais dominantes para a manutenção do atual regime neoliberal. Este tipo de radicalização não é outra coisa senão o desencadeamento de uma guerra civil de caráter ideológico que transforma a população – outrora considerada proletariado – em força de trabalho submissa. Guerra civil porque ocorre como desarme do campo da sociedade civil, desarme da organização da pluralidade interna ao modo que até então se havia constituído para ordenar a sociedade.

Este controle da estrutura política não pode mais ser entendido como neutro ou aberto às modificações que se caracterizaria pelo reformismo defendido nos limites da ideologia liberal, e nem mesmo a condição de crise pode apreender a dinâmica da relação de dominação política que estamos a tratar. Isto porque a condição de crise se encontra funcionalizada a tal ponto que não se pode esperar – pelo menos a partir de um raciocínio que comporte a luta ideológica – uma tomada de consciência que impeça o aprofundamento da crise, a situação da pandemia de COVID-19 mostra bem este estado de coisas. No nível da teorização e da luta ideológica, entendemos que seria o caso de avançar a análise e o forçamento de uma possível transformação do regime monista da sociedade a partir de uma interpretação de uma guerra civil generalizada no campo da subjetividade. Este recurso à violência ideológica e política aparece em resposta às crises sociais e levantes populares, o 2013 brasileiro e o consequente ressurgimento da extrema direita sustentam esta hipótese teórico-interpretativa. No entanto, é preciso reconhecer de maneira local o monismo, entendendo-o em uma espacialidade para que se possa criar estratégias para seu enfrentamento, como faremos 2º capítulo.

No entanto, para avançar em direção a própria luta ideológica do presente é preciso reter o monismo a partir da crítica da ideologia, não só estabelecendo as formulações teóricas que constituem o campo da ideologia, como também, abrir este campo para uma formulação de uma posição política materialista que abarque os diferentes modos de existência social. O monismo se articula como um projeto invasivo e permissivo à acumulação primitiva e ao uso da violência material e subjetiva para o controle e submetimento das populações, submetidas a constantes divisões, conflitos e desigualdades. É a partir da crítica da ideologia que este bloco de padrões e reproduções sociais pode ser interpretado e transformado. Ademais, é preciso lembrar que a ideologia exerce força material nas relações sociais, assim, para a proposição de um pluralismo político crítico é imprescindível entender o modo como a burguesia exerce seu modo de dominação sobre o pensamento e a ação.

Nossa proposta então é que a crítica política do monismo possa ser realizada entendendo: *a)* o monismo como reprodução política e subjetiva das condições da acumulação

primitiva e da dependência; *b*) como conjuntura, momento ideológica em que, por meio de intervenção se possa aprimorar a prática política transformadora, diante de um compromisso autenticamente ideológico.

## 1.2 A crise da posição política materialista na esquerda ocidental

Sabe-se que a posição política “de esquerda” surge em termos meramente topológicos da divisão no espaço da Assembleia Nacional de agosto-setembro de 1789, durante o processo revolucionário francês, devido a posição da Gironda (os girondinos) à direita e a Montanha (os montanheses ou jacobinos) à esquerda. Esta divisão captou pautas e dilemas que persistiram, atravessando a história e contextos sociais, de modo que acabou definindo validade e eficácia ao espectro do campo político até o tempo presente.

De antemão, vale destacar que a esquerda se caracteriza por um constante processo de autodefinição e redefinição. Sua amplitude e subdivisões fazem parte de sua cultura heterogênea e aberta que abarca tendências intelectuais e estéticas. Pode-se dizer, sem dúvida, que se trata de um conceito que ocupou – e ainda ocupa – a primeira linha da vida política ocidental por mais de dois séculos. O marxismo e a teoria materialista ocuparam lugar privilegiado na história e no pensamento crítico da esquerda, especialmente no século XX. Antes disso, na primeira metade do século XIX a posição política da esquerda era constituída por elementos protosocialistas-protocomunistas (vistos em Babeuf<sup>19</sup> e na Conjuração dos Iguais) que se somavam aos liberais e republicanos decididos a se oporem aos conservadores monárquicos.

O século XX, por sua vez, levou a experiência da esquerda até os limites do ponto de vista político moderno. A crise do “socialismo real” que resume a queda do Muro d Berlim e o desmanche da União Soviética provocou grandes perdas de engajamento ideológico, o que não poderia levar a outra consequência senão ao enfraquecimento da luta ideológica e à crise da teoria – especialmente por conta da crise do marxismo, especialmente na década de 1980. No entanto, cabe retomar a teoria e a prática política da luta ideológica posta em prática pelo marxismo. A criação de uma posição de radical antagonismo à burguesia, foi não só um grande avanço para a teoria da transformação da sociedade, como o fundamento para a primeira

---

<sup>19</sup> Sobre o socialismo de Gracchus Babeuf, ver: *El camino de la revolución: de Babeuf a Mao Tsë-Tung* (Falconelli, 1965), *The Spectre of Babeuf* (Birchall, 1997) e *The Last Revolutionaries: The Conspiracy Trial of Gracchus Babeuf an the Equals* (Mason, 2022).

Revolução Proletária em 1917 na Rússia. Não se trata de revisitarmos os desdobramentos históricos, mas de encarar as consequências de uma posição política compromissada que se caracteriza por uma luta no campo das condições materiais e, para nós, especialmente, das condições subjetivas. De modo que Lenin, por seus pressupostos de autocrítica e pensabilidade da política, continua sendo fonte qualitativa para o aprimoramento da produção teórica.

Também é preciso problematizar a crise do marxismo, entender quais as premissas filosóficas que paralisaram a teorização da luta ideológica e os processos de conscientização entorno da radicalidade da transformação da sociedade, pois as condições de opressão não cessaram. Pelo contrário, basta lembrarmos da entrada no regime político e econômico neoliberal na América Latina. Para a esquerda este momento ideológico foi um golpe do qual ainda se luta para se recompor, no nível da posição política, da teoria e da prática. No entanto, cabe adiantar que mesmo sendo este o quadro conjuntural-ideológico, aposta-se na pluralidade da esquerda e na luta política e ideológica, considerando – no mínimo – quatro espaços de composição teórica: (a) em interioridade, no nível da autocrítica, delimitando divisões e tendências de maneira construtiva; (b) em exterioridade, tensionamento criado a partir da crítica e dos antagonismos em relação ao capitalismo, à direita e aos grupos que constroem processos de transformação social; (c) no nível nacional, em que está estabelecida a eficácia dos aparelhos ideológicos de dominação e a disputa político-subjetiva; (d) no nível local, em que seja realizável a prática militante-coletiva da luta ideológica para dela retirar novas condições teóricas para os espaços de composição anteriores. Para tanto, é preciso manter-se em uma posição política e teórica materialista.

### *1.2.1 Posição política materialista na luta ideológica*

O materialismo clássico de Marx e Engels se apropriou do socialismo francês e das revoluções que se espalhavam por toda a Europa para concluir a existência de uma dinâmica imanente à história universal: a luta de classes. Pode-se dizer que, a partir da crítica elaborada por Marx e Engels, as declarações, promessas morais, religiosas, políticas e sociais poderiam ser entendidas internamente a um processo histórico de lutas sustentadas por interesses de classes. O posicionamento político dos percussores do materialismo ensejou não só a crítica da sociedade capitalista de seu presente, mas também a problematização das próprias correntes teóricas da esquerda dispostas no jogo político-social da época, em especial o anarquismo e o pensamento socialista utópico.

Afirmar uma crítica à ideologia burguesa significou para o materialismo o desenvolvimento de um conhecimento crítico, uma produção teórica ligada ao moderno movimento operário, um processo normativo e de subjetividade revolucionário. Isto nos leva a considerar o caráter normativo da ideologia, e a concluir que, embora haja uma normatividade dominante cujo molde é burguês, estatal e monista, há a existência de múltiplas normatividades que aparecem de modo precário e em luta. Este trabalho de afirmação de uma normatividade própria que inaugura ao mesmo tempo, sujeito proletário e capacidade de formulação de um projeto de outra sociedade, foi realizado pelo materialismo marxista, dando recursos significativos para o raciocínio crítico. Para pensar e agir na construção de outra sociedade, os trabalhadores teriam de cumprir a tarefa de revolucionar a sociedade burguesa. Esta maneira de disputar a universalidade do mundo material está registrada na clássica formulação teórica do *Manifesto do Partido Comunista* publicado por Marx e Engels (2008) em 1848. Dirigido não só a intelectuais, mas a homens e mulheres sem instrução, trabalhadores em geral, socialistas, comunistas e anarquistas, o documento suscita a adesão de todas as tendências ao movimento operário na Europa e logo proliferou dos locais de trabalho para as trincheiras das guerras coloniais e mundiais. A indicação de uma orientação política crítica por meio da história é aberta pela divisão social do trabalho. A materialidade desta divisão leva a uma posição coletiva contrária a exploração do trabalho proletário, efetivando teoricamente o antagonismo entre as classes: uma proprietária dos meios de produção social e empregadora do trabalho assalariado, e outra, que não tendo os meios de produção social, se reduz a vender sua força de trabalho para viver.

Esta divisão trazida no *Manifesto* tornou relevante a crítica da moderna sociedade burguesa e inseriu o trabalho, os trabalhadores, as dinâmicas entre as classes sociais, as posições políticas e tantos outros elementos em uma teoria voltada para a organização por meio do partido político, reconhecendo os interesses da classe trabalhadora. O conflito social passa a ser elaborado politicamente, dando horizontes de conscientização e transformação para a superação do tipo de dominação burguesa que rege a sociedade moderna.

Além disto, é preciso destacar que ao abordar as classes médias, o lumpen-proletariado e fundamentalmente o papel da propriedade privada na subjugação dos proletários, Marx e Engels expuseram as tendências políticas em relação com o conceito de história, que por sua vez, estava ligado diretamente com a existência da burguesia e de sua capacidade de acumulação de riquezas de forma privada. A industrialização, as condições de existência do capital, seu crescimento e formação são dependentes do trabalho assalariado e por isto, a fixação do sistema social capitalista estaria permanentemente ameaçada pela própria base que o produz

e que se apropria de seus produtos. A pensabilidade da política estaria então radicada nos interesses e nas lutas nacionais do proletariado, independentemente da nacionalidade deste. O *Manifesto* torna consciente que a luta proletária contra a burguesia passaria por diferentes fases e seria, deste modo, a posição política comunista aquela que impulsionaria prática e teoricamente as demais frações do proletariado, pois esta posição estaria compromissada em estabelecer uma compreensão nítida desta marcha em que se encontrariam os fins do movimento operário.

Outra das mais importantes contribuições teóricas lançada no *Manifesto* é de postular a superação do entendimento comum de que os capitalistas teriam uma posição puramente pessoal-individual em sua atividade. O correto seria pôr sua posição sob a diferença entre coletividade e interesses, o que torna o capital produto coletivo, em disputa entre os membros da sociedade. E, portanto, a partir deste raciocínio e posicionamento teórico, haveria a necessidade de transformar em propriedade comum a parte pessoalizada da propriedade, isto é, abolir a propriedade privada. Ademais, a institucionalidade da família burguesa, a exploração do trabalho infantil pelos pais, a problematização do casamento, da comunidade das mulheres e da pátria também aparecem no *Manifesto* como argumentos políticos que tensionam com as relações sociais que o modo de produção vem normatizar. Abre-se com o materialismo e, em especial, com o *Manifesto*, um estilo de postura científica, política e literária intervencionista que dá sentido e ação contrária à construção do mundo assentado na representação burguesa. De maneira geral, este é o núcleo da crítica da sociedade moderna. Interessa, ainda, notar o modo com que o materialismo e o *Manifesto* fundam uma nova teoria política e uma nova prática política em meio a estabilização do pensamento político burguês.

Em *Theory and Political Practice*, parte do chamado “*Course*”<sup>20</sup>, posteriormente publicado e intitulado *Machiavelli and Us*, Althusser (2000, p. 25-27) propõe uma diferenciação basilar entre dispositivos político-teóricos: de um lado o *Príncipe* de Nicolau Maquiavel e de outro o *Manifesto do Partido Comunista* de Marx e Engels. Embora ambos os textos estabeleçam um efeito de intervenção que se quer real, apenas o *Manifesto* adotará conscientemente um lugar de prática política, ideológica e coletiva. Na leitura althusseriana de *O Príncipe*, Maquiavel teorizará a partir de um ponto de vista do povo, designando na figura do Príncipe como um sujeito político cuja missão é a unificação da Itália, tal objetivo deve ser

---

<sup>20</sup> Notas para o curso sobre a obra de Maquiavel que Althusser teria realizado em 1962.

alcançado por sua capacidade de torna-se popular. A partir desta nomeação de um lugar de sujeito na teoria política, Maquiavel funda a teoria política moderna. Pode-se dizer que o Príncipe indica o elemento central capaz de revolucionar aquela conjuntura histórica que serve de base para a obra. No entanto, Althusser alerta que este sujeito político não está identificado subjetivamente com o povo. Do ponto de vista da criação teórica de Maquiavel há um lugar da prática política, este lugar se chama Príncipe, sendo completamente exterior ao corpo coletivo (povo), entendido inclusive como passível de manipulação. Isto é, não existe relação entre Príncipe e povo, sujeito e corporalidade estão separados e definidos pela função que devem performar. O Príncipe se transforma, segundo Althusser, em um puro aleatório de possibilidade-impossibilidade, que por sua vez, faz com que o povo aguarde passivo sua transformação em nação.

O efeito de intervenção no *Manifesto* de Marx e Engels é outro. Se realiza a produção de um texto capaz de fazer mover uma política de luta de classes, que situa o lugar do proletariado em uma luta econômica, política e ideológica aberta. Nestes termos, o leitor do *Manifesto* é capaz de localizar uma prática política determinada por um sujeito social e o instrumento mobilizado para a prática: o proletariado e o Partido Comunista. Ademais, há outros elementos na topologia política realizada no *Manifesto*, entretanto, ao que tange a questão do lugar na política, é no *Manifesto* que se antepõe a prática política como modalidade da teoria (Althusser, 2000, p. 27-28).

Em outras palavras, a consciência política do povo como teorizada por Maquiavel não possui uma qualidade transformadora, está fadada ao desejo de advir do Príncipe. O que não está em jogo em Maquiavel, defende Althusser (2000, p. 28), é que a consciência seja capaz de transformar-se em força política de produção de algo cuja participação apareça como prática política própria. O *Manifesto* e a Primeira Internacional de 1864 mostram o contrário, a prática política abre aos trabalhadores o desafio de criarem uma política emancipatória própria. As consequências desta distinção de modalidades na teorização permitem neste primeiro momento localizar e designar a representação ideológica na qual o dispositivo teórico está ligado. Quanto a singularidade do *Manifesto*, Marx e Engels não se furtaram de abordar a conjuntura histórica e conjuga-la junto a prática política desde um ponto de vista de classe, como também localizaram nesta sociedade a teoria comunista, marcando um espaço social de intervenção em meio a outras teorias politicamente ativas.

O *Manifesto* entra em contato com o real, se torna verdadeiramente político e realista – materialista – quando formula uma teoria que não é apenas instituída pelo próprio manifesto, mas lança no espaço social uma intervenção na qual se põe a pensar politicamente. Logo, o

efeito de intervenção e o lugar na ideologia política ocupado pelo dispositivo teórico declaram as condições subjetivas de existência de uma prática teórica e de uma prática política em determinado sistema social, proporcionando lacunas para o forçamento político da realidade em direção à transformação da sociedade. Este tipo de “ação” na literatura requer uma posição política clara, que chame à prática. A luta de classes como modo da divisão realizada no *Manifesto* e na composição científica do socialismo como proposta por Marx e Engels leva a uma concepção materialista da história, concepção que se multiplicou em diferentes abordagens da política e da crítica, teóricos comunistas, de esquerda, críticos em geral, do direito, dos direitos humanos, revolucionários, teóricos da descolonização e toda uma gama de intelectuais do século XX foram influenciados pela abertura deste campo de tensionamento da efetividade política da história.

O catedrático de Filosofia do Direito, Moral e Política da Universidade de Barcelona, Juan Ramón Capella (1998), em sua obra *Os cidadãos servos*, fará uma interessante adesão ao *Manifesto* como material teórico-epistemológico. Este autor destaca que há no conteúdo do texto de 1848 uma perenidade que expressa um impulso moral inflexível em relação a injustiça que perdura da exploração das pessoas por outras pessoas. Capella vê no *Manifesto* orientações basilares sobre a ação emancipatória, elas orientam em direção a um conhecimento crítico e de intenção científica que não compadece a desejos piedosos ou a falsa consciência. Ao atravessar os séculos XIX e XX, o *Manifesto* fora publicamente caçado por polícias políticas e militares, exemplares queimados em atos de fé, ao mesmo tempo em que inspirava a educação histórica e moral de insurgências na América Latina, Ásia e África.

A defesa do *Manifesto* realizada por Juan Ramón Capella inspira pela simplicidade e honestidade intelectual, para ele se desprende da leitura deste texto duas reflexões ambivalentes. A primeira é que a característica revolucionária da burguesia (de permanente revolucionamento dos instrumentos de produção e das relações de produção) não ensejou ao aperfeiçoamento dos aspectos civilizatórios<sup>21</sup>, ou seja, a superioridade burguesa frente as demais culturas não significou historicamente o aperfeiçoamento moral ou um processo de humanização a altura do crescimento das forças produtivas. A segunda reflexão de Ramón Capella refuta a afirmação do *Manifesto* de que as próprias relações sociais burguesas impediriam o crescimento das forças produtivas. O que se viu foi o surgimento de novos ramos industriais inteiros, novas ciências,

---

<sup>21</sup> Como afirmado em *Discurso sobre o colonialismo* de Aimé Césaire (1978).

produção em série, automação e informática. Isto significa que, ao contrário do que pode ser encontrado no *Manifesto*, não é possível induzir que os fatos objetivos decorrentes da contradição entre as forças de produção e das relações sociais de produção levem a uma transformação social revolucionária. Para Capella, há que se considerar justamente o inverso, é no campo da subjetividade que se encontra a força da transformação revolucionária, para ele, na sustentação de um projeto político-moral humanizador. Por conseguinte, as situações históricas objetivas, que são mutáveis, complexas e diferenciadas, devem ser entendidas por sua capacidade de entorpecer o surgimento de uma subjetividade transformadora.

Em uma publicação de 1998, *Un fantasma recorre el mundo: ¿Qué está vivo y qué está muerto del Manifiesto comunista?*, o reconhecido autor da tendência teórica da racionalidade modernidade/colonialidade Aníbal Quijano (1998; 2024; – utilizamos o texto republicado pela CLACSO no corrente ano, em *El ejercicio del pensar* n. 49) faz um balanço da tendência teórica de Marx e Engels fundada no *Manifesto*. A importância do balanço se dá não apenas pelo seu conteúdo em si, mas por mostrar que a crítica da racionalidade modernidade/colonialidade que compõe os fundamentos da teoria da decolonialidade não deve descartar ou desmobilizar o que foi aprendido com a posição política materialista fornecida pelo *Manifesto* de 1848<sup>22</sup>. Quijano vai apontar que as tendências mundiais registradas na época e que se referiam à Europa Ocidental passaram a se cristalizar no mundo inteiro. Se tratam de imagens concretas para o conjunto do mundo, de modo que o fantasma do comunismo volta a visitar a história, não mais restrito à Europa, senão em todo o mundo. Ou seja, o movimento da história fundado junto com o *Manifesto* se demonstrou correto, igualmente, as ações e medidas para bloquear esse caminho se provaram necessárias. Entretanto, como já ressaltado por Capella, a tendência histórica em direção à sociedade comunista não se cumpriu – posteriormente, veremos como isto é posto em mudança na posição e prática política materialista de Lenin.

---

<sup>22</sup> Ao nosso ver, posições teóricas como a de Walter Dignolo (2022) em sua entrevista *Século XXI: o colapso da modernidade, da ascensão da multipolaridade e os desafios da pluriversalidade*, de descarte da teoria marxista e do socialismo como alternativa de transformação da sociedade, realiza um desserviço à teoria e ao conhecimento crítico, apoiando posições antimarxistas conservadoras e reacionárias. O trabalho *Marxismo eurocêntrico? Elementos para uma resposta ao decolonialismo antimarxista*, de Aline Recalcatti de Andrade (2021) rebate a afirmação de que o marxismo seria uma teoria eurocêntrica, esta posição, por exemplo, deixa de considerar aspectos da prática revolucionária do marxismo que sem dúvida influenciaram o anticolonialismo revolucionário, lutas anticoloniais e revoluções socialistas. Seria importante lembrar a divisão realizada por Luciana Ballestrin (2017), da existência de um pós-colonialismo anticolonial, em que aparecem nomes como: Amílcar Cabral, Ernesto Che Guevara, Ho Chi Minh, Aimé Césaire, Albert Memmi e Franz Fanon.

Para Quijano a “globalização” e a polarização social foram previsões históricas trazidas pelo *Manifiesto*, assim como a tendência do capital de processos cada vez maiores de integração de controle do poder em escala mundial por meio da exploração do mercado mundial e a consequente configuração de uma minoria no controle de recursos, riquezas e poder, com a crescente maioria da população sendo despojada e empurrada à pauperização<sup>23</sup>. A hegemonia final da cultura de “mercado” que o coro dos neoliberais cantou nos finais da década de 1970 e até os dias de hoje foram adiantados pelo texto. Não se pode negar que as condições da globalização e o recomeço da luta pelo reencantamento do mundo não estejam ali. Nas palavras de Quijano (2024, p. 43-44):

“Cada paso en el desarrollo de la burguesía fue acompañado por un correspondiente avance político de esa clase”, sostienen los autores del *Manifiesto*. La burguesía ha expropiado del control del poder político a todas las demás clases sociales antes dominantes y ella lo tiene ahora exclusivamente. Así, el ejecutivo del Estado moderno no es sino un comité de administración de los asuntos comunes del conjunto de la burguesía”. Esta última afirmación, que apunta al hueso del Estado Burgués moderno, ha sido una de las más continuamente cuestionadas y resistidas proposiciones de Marx-Engels. Sospecho, sin embargo, que esa resistencia era más pertinente y característica del período anterior, entre la Segunda Guerra Mundial y la crisis de mediados de los 70s, y sobre todo antes de que la globalización, el neoliberalismo y el descarnado dominio de la acumulación financiera se hicieran tan evidentes. Durante ese período, el desarrollo de lo público del Estado en los modernos Estados-nación consolidados y el avance, relativo pero importante, de las luchas por la democratización-nacionalización de sociedades y estados en el resto del mundo, abultaban la manera reduccionista de esa proposición del *Manifiesto*. En efecto, en el Estado-nación desarrollado la representación política de los intereses sociales no-burgueses era real, aunque reconocidamente subordinada, y quizás aparecía más real de lo que era en la medida en que no sólo las instituciones del liberalismo, sino sobre todo el *Welfare State*, eran plenamente vigentes. Y el avance en los procesos más o menos consistentes hacia la formación de Estados-nación en la periferia, permitían también la constitución, si no la consolidación, de esas formas de representación política de intereses sociales no-burgueses en el Estado. O, mejor dicho, tal avance producía la ilusión de que en todo el mundo del capitalismo el Estado tenía que ser una esfera de representación y de articulación de todos los intereses sociales no obstante su desigualdad.

O texto do *Manifiesto* concentra a noção de que a burguesia tem expropriado o controle do poder político de todas as outras classes sociais, de modo que o executivo do Estado moderno se tornou um verdadeiro comitê de administração dos assuntos comuns de cada conjunto burguês. Não há dúvidas de que vivemos nestas condições no regime do neoliberalismo.

<sup>23</sup> Para uma leitura da relação entre pauperização, questão popular e Revolução, com especial atenção à prática política de Fidel Castro, ver: *A produção teórica de Marx: um comentário ao Grundrisse*, de Enrique Dussel (2012, p. 377-388).

Quijano é taxativo e aponta que as condições da globalização devem ser vistas como um processo contrarrevolucionário que reconfigura o poder no capitalismo e torna o Estado capitalista um centro de controle reprivatizado em favor da burguesia:

La *globalización*, esa contrarrevolucionaria reconfiguración del poder en el capitalismo, conducida bajo la hegemonía del capital financiero, lo que produce es, sin embargo, la tendencia a la creciente reducción de esos márgenes de igual representación política de desiguales intereses sociales en el Estado. En la mayor parte del mundo, en la *periferia* pues, no se trata solamente de una reducción, en algunos lugares, América Latina por ejemplo, África y Asia, sin duda, está en curso una auténtica reprivatización del control del Estado en manos de los núcleos burgueses más *globalizados*. No se trata solamente de la ciudadanía, en general, sino, para comenzar, de los rastros de *Welfare State* que las luchas *populares* habían logrado conquistar. Y en el centro, aunque más lentos, más graduales, resistidos por los trabajadores y las capas medias, los respectivos procesos están sin duda alguna avanzando. De todos modos, más o menos según las particulares correlaciones de fuerzas político-sociales, la burguesía tiende al exclusivo control del Estado. En fin, el hueso del Estado capitalista que los autores del *Manifiesto* trataban de hacer visible, tan temprano, es casi lo único realmente visible en las condiciones de la *globalización*.

En eso consiste hoy, en lo fundamental, la contradicción concreta entre interés social e identidad nacional que el *Manifiesto* coloca en la entraña misma del patrón de desarrollo político de la historia del capitalismo.

Para Quijano, o *Manifiesto* foi capaz de apontar o domínio político e as margens desiguais da representação política, de modo que assinala a contradição concreta entre interesse social e identidade nacional, contradição que pode ser sustentada contemporaneamente. No campo do conhecimento, o *Manifiesto* permitiu uma primeira inscrição sobre o poder no capitalismo, que significa excluir qualquer realidade que o desafia ou o questiona, mutilando o campo de relações organizativas que possam contrariar sua tendência histórica. É contra esta maneira de conhecer, retirada das práticas sociais que Marx e Engels se puseram desenvolver a ideia de totalidade e historicidade dos fenômenos sociais.

O *Manifiesto* realiza uma clara distinção entre Europa e o resto do mundo, e esta distinção acaba por recorrer por todo o texto, de modo que se pode perguntar se esta visão das relações entre Europa e o resto do mundo não o deixam prisioneiro de uma perspectiva eurocêntrica. Para Quijano esta pergunta só pode ser respondida com uma análise da continuidade da obra marxista, pois as questões de raça, colonialidade mundial do poder e tantas outras temáticas chegarão posteriormente no debate marxiano do conhecimento. O que se pode destacar da posição de Quijano é que o *Manifiesto* pôs às claras o desenvolvimento atual do capitalismo, que “hoje” – Quijano publica este texto em 1998 – leva à necessidade de reciprocidade na luta contra a exploração, dominação e discriminação, de maneira que “el fantasma del comunismo vuelve a ser visible” (Quijano, 2024, p. 47).

Defendemos, assim como Quijano, a validade do comunismo como posição política materialista, salientando que se trata – muito ao contrário do que os detratores do materialismo pretendem legitimar – de um campo atual e extremamente prolífico tanto para a prática teórica de um conhecimento crítico, como para a prática política, especialmente por abrir a pensabilidade aos fatores conjunturais que levam a pesquisa do presente.

Neste sentido, da pesquisa conjuntural, uma das influências mais notáveis no campo da teoria social brasileira é a de Florestan Fernandes, sem dúvida. Na obra *Marx, Engels, Lenin: história em processo*, para além de sistematizar as contribuições dos pensadores que dão título à obra, Florestan (2012, p. 221-272) dará conta de argumentar no campo da ciência social a importância da atuação política e teórica de Vladimir Ilitch Ulianov Lenin<sup>24</sup>, especialmente na particularidade da primeira Revolução Socialista, na Rússia de 1917. Ademais, é preciso admitir no interior da teoria crítica que a prática teórica e a prática política de Lenin alimentaram revoluções, lutas anticoloniais e anti-imperialistas por todo o século XX.

Esta introdução de Lenin na posição política materialista tem relevância porque responde na prática a tripla questão deixada pelo *Manifesto* – na leitura de Ramón Capella e Aníbal Quijano: (1) se as características revolucionárias da burguesia não levam ao aperfeiçoamento dos aspectos civilizatórios, ao aperfeiçoamento moral e a um processo de humanização; (2) se as forças de produção e as relações sociais de produção não levam o conjunto da sociedade à transformação social revolucionária; e, (3) se as portas da revolução estão abertas somente nos países centrais, como deve proceder a teoria e a ação da classe operária? Para responder esta tripla questão há que se partir para uma problematização política do materialismo.

Para Florestan (2012, p. 230-239), foi a prática política de Lenin que tornou possível a instauração e transição para o socialismo, utilizando da vontade política de seu tempo, convertendo o potencial de organização de classe e, por sua vez, das massas, em poder real. Ademais, é importante destacar que a atividade política de Lenin sempre se deu junto ao movimento bolchevique – cisão do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR) – e sob

---

<sup>24</sup> Sabe-se que a contribuição teórica de Lenin foi crucial para o aprofundamento do materialismo, ele entendeu a penetração do capitalismo na agricultura, as condições e os efeitos de um desenvolvimento desigual na periferia do capitalismo, foi capaz de pôr na história da teoria a questão do imperialismo (Lenin, 2021), tornou possível a compreensão e a criação de uma alternativa diante da guerra e da posição do Estado diante da revolução (Lenin, 2017). Além disto, Lenin formulou práticas e instrumentos teóricos para avançar na luta política e ideológica, foi capaz de dar sentido a ação coletiva aplicando o estudo do materialismo às condições concretas da sociedade russa percebendo as relações de classes como relações de poder.

forte dominação da política burguesa, o que implicou enfrentar frente a frente a ideologização e politização burguesa da sociedade. Florestan (2012, p. 233-234) explica da seguinte maneira a conversão do marxismo em *problema político*, do modo que é proposto por Lenin:

O problema estratégico da luta pelo poder tinha de ser proposto em termos de uso revolucionário do espaço político que a classe operária pode conquistar e manejar com relativa autonomia, ilegal e legalmente, no seio da sociedade de classes. Como a dominação burguesa também implica socialização ideológica e política do resto da sociedade pela burguesia, tal espaço político impunha, naturalmente, certas condições básicas: 1) formação de uma minoria contestadora fortemente organizada, capaz de atuar legal e ilegalmente, sem vacilações, como vanguarda revolucionária da classe operária; 2) a ruptura com todas as formas diretas e indiretas e visíveis ou invisíveis de acomodação à ordem democrático burguesa; 3) a educação política do proletariado e, na medida do possível, das massas pobres e da pequena burguesia, através de situação e reivindicações concretas, do desenvolvimento da consciência de classe e da agudização (nos níveis econômico, sociocultural e político) dos conflitos de classe. Isso punha em primeiro plano a questão da organização do partido revolucionário do proletariado e de sua orientação política. E, de outro lado, exigia uma nova mentalidade e uma nova prática política nas relações do partido com sua base e com a massa.

Com referência à organização do partido, Lenin fixou normas de racionalização que deviam ser iguais ou superiores às que têm vigência na grande empresa capitalista, no exército moderno ou no Estado democrático burguês. Em consequência, as tarefas de agitação e propaganda podiam irradiar-se por toda a sociedade, embora concentrando-se com maior intensidade na classe operária; e as tarefas políticas imediatas e de longos prazos, podiam ser definidas segundo critérios específicos de flexibilidade e eficácia. A ideia básica consistia em que a revolução não nasce pronta e acabada – o partido revolucionário do proletariado deveria travar suas batalhas, clandestina ou abertamente, tendo em vista as combinações que poderiam favorecer, em determinando momento, ou o fortalecimento da democracia burguesa, ou o deslocamento desta no sentido de uma democracia operária, ou a tomada pura e simples do poder.

Lenin foi capaz de mostrar que as condições objetivas para a revolução da maneira que foram pensadas inicialmente pelo marxismo – consolidação da democracia burguesa, influência operária dentro da democracia burguesa ou criação da democracia operária – não eram condicionantes em última instância. Se provou a partir da prática teórica e da prática política de Lenin que as condições subjetivas tinham um peso indiscutível para o processo político de libertação do proletariado. Era preciso aproveitar tanto a influência da vanguarda revolucionária (soviets), quanto os efeitos educativos que as massas e o proletariado absorviam em relação à ineficácia do Estado democrático-burguês. Abria-se uma brecha subjetiva que crescia junto às reivindicações e ao aumento exponencial da opressão política (impedimento de participação popular) e da repressão policial no período entre as revoluções de 1905, fevereiro e outubro de 1917.

Ao considerar este período, é possível reivindicar de Lenin seu modo teórico, de um materialismo da prática política. Isto se torna essencial na medida em que a teoria crítica,

seguindo a hegemonia liberal (corrente política do modo de dominação monista-burguês) tomou para si consensos pós-políticos de diversos tipos, inclusive retirando-se de uma proposta dialética politicamente afirmativa. No texto *El redescubrimiento y la persistencia de la dialéctica en la filosofía y la política mundiales*, Kevin B. Anderson (2010, p. 122-124), historiador marxista, problematiza a exclusão de Lenin dos estudos da Escola de Frankfurt. Herbert Marcuse, por exemplo, o teria posto sob suspeita por ter sido predecessor de Joseph Stalin<sup>25</sup>, enquanto Theodor Adorno, por sua vez, teria menosprezado sua contribuição, apontando-o como vulgar e rudimentar. No entanto, como bem aponta Anderson, nenhum dos dois se puseram a debater os famosos *Cadernos sobre a dialética de Hegel* escritos pelo líder bolchevique em 1914-1915 (Lenin, 2011), mesmo que Hegel fosse componente preponderante das teorias frankfurtianas. De outro lado, os marxistas da década de 1920 não renegaram Lenin, Antonio Gramsci, Geörgy Lukács e Karl Kosch, estes teriam internalizado teoricamente o impulso de 1917, entendendo a Revolução Proletária na Rússia como a redescoberta do coração dialético do marxismo.

Para teóricos como Sebastian Budgen, Stathis Kouvelakis e Slavoj Žižek na introdução de *Lenin reactivado: hacia una política de la verdad* (2010, p. 5-8) e no *Posfácio: A escolha de Lenin em Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917* (2005, p. 173-178), apontam que reivindicar o modo de pensar a política de Lenin é um modo de enfrentar as táticas da hegemonia liberal democrática que se fundamentam em *Denkverbot* (proibição do pensamento) e *Berufsverbot* (proibição de empregar pessoas com posições políticas de esquerda dentro do Estado), prática dos fins dos anos de 1960 na Alemanha, mas que estarão presentes na temporalidade da contrarrevolução. Estas proibições sinalizam que qualquer compromisso com projetos políticos que se oponham a ordem existente é problemático por si só. O pensamento político pós-moderno acompanha a mesma tendência, promovendo um insistente relativismo que relega a verdade política ao ostracismo, de modo a permitir que o âmbito acadêmico expulse o debate político da teoria, apelando à neutralidade científica.

Valeria lembrar uma das lições de *O que fazer?: questões candentes de nosso movimento*, publicado por Lenin (2020) em 1902, a de que a intenção de uma política ligada à verdade é intervir em uma dada situação real e elaborar estrategicamente um processo político.

---

<sup>25</sup> Para uma perspectiva que entende Lenin em sua singularidade, afastando-o de Marx e de Stalin, ver: *Lenin y el partido, 1902-noviembre de 1917* de Sylvain Lazarus (2010).

No caso concreto da Rússia do século XX procurava-se uma política revolucionária que se saísse melhor do que a Comuna de Paris de 1871. Para que isto aconteça, diz Lenin, deve haver um instrumento político para ação, o movimento dos trabalhadores deve avançar organizando-se para construir uma consciência coletiva e revolucionária própria, em que o partido dá lugar a uma experiência política fundamental.

Embora pareça que Marx já havia afirmado tal proposição no *Manifesto do Partido Comunista*, a leitura de *O que fazer?* (Lenin, 2020, p. 184-185), coloca em termos práticos de agitação, tarefas de organização e planejamento do combate ideológico a ser travado a longo prazo. Introduzir um jornal político, realizar trabalho local de denúncias políticas e econômicas, alimentar intelectualmente o país, fornecer conversas e leituras sobre os problemas que aparecem na imprensa legal, influir no desejo de cada um para que ninguém fique para trás quando se trata de saber os aspectos de cada explosão social, de cada manifestação que aconteça em solo russo, estas eram parte das prescrições de Lenin para a transformação social.

O trabalho de Alex Martins Moraes (2019), *Uma antropologia pós-leninista e a questão do real*, aborda a política leninista como a primeira teoria capaz de colocar a ação transformadora das coletividades humanas sob a condição de estabelecer suas próprias condições. O trabalho aponta que o espaço-teórico realizado por Lenin de 1902 à 1917 tornou possível uma articulação intensa entre o partido e os soviets (movimento), a condução política da classe operária se tornava viva e o antagonismo de classe se projetava contra a ordem existente – condensada no Estado. Assim, assegurar a tomada do aparelho estatal era ao mesmo tempo garantir a sobrevivência do movimento e sedimentar o poder das massas na ditadura do proletariado<sup>26</sup>. Isto teria sido possível porque Lenin teria abandonado a perspectiva historicista de Marx, que afirmava a garantia do processo revolucionário diante do avançar das forças de produção. Ou seja, Lenin acabou alterando as condições políticas do marxismo e do *Manifesto*, retirando certa determinação histórica que se via em Marx para lança-la nas condições subjetivas e organizativas das coletividades. Este movimento teórico responde à questão de Capella e Quijano, que apontamos anteriormente, se não há determinação evolucionista de caráter civilizatório, se não há forças de produção, nem relações de produção que levem necessariamente à transformação radical da sociedade, como ela ocorre? Retrospectivamente,

---

<sup>26</sup> Sobre a relação entre democracia burguesa, democracia proletária e ditadura proletária, ver: *Democracia e luta de classes* (Lenin, 2019) e *Sobre a ditadura do proletariado* (Balibar, 1977).

pode-se responder, a partir de uma prática da política em subjetividade que rompa com o suposto etapismo da teoria marxista.

Assim, pode-se dizer que há na dialética materialista de Lenin um princípio de realidade do político ligado diretamente com as condições subjetivas, o que fez que seu materialismo se afastasse de qualquer determinação social ou antecipação teórica, seja espontânea ou historicista, levando-o ao campo da prática – dando corpo ao que antes eram suposições sobre a transformação social. O objetivo de uma teoria materialista que considere radicalmente a prática política seria tornar de forma relevante cada giro significativo dos acontecimentos, levando a teoria a esclarecer da melhor maneira possível a situação do antagonismo entre as classes desde uma prática teórica situada. Alex Callinicos (2010, p. 28) irá destacar na trajetória do pensamento de Lenin este tipo de prática:

Antes de la Revolución de 1905, el análisis riguroso de la estructura agraria que hizo en *El desarrollo del capitalismo en Rusia* (1899), le proporcionó la base teórica para su crítica de las esperanzas populistas del socialismo rural. La capacidad para la acción colectiva que demostró el campesinado en 1905 obligó a una nueva valoración que se realizaba en *La cuestión agraria y las críticas de Marx* (1908) y en *El programa agrario de la socialdemocracia rusa en la primera Revolución rusa* (1908). La crisis en la que se precipitó el movimiento socialista internacional con el estallido de la Primera Guerra Mundial le llevó a una reconsideración más general de la teoría y estrategia socialista, que se reflejó claramente en los “*Cuadernos filosóficos*”, producto de su lectura de Hegel, y en *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. El proceso culminó con *El Estado y la revolución*, un texto incompleto de teoría marxista del Estado escrito en el verano de 1917, cuando se encontraba en medio de las revoluciones de febrero y octubre.

Este rastreio, delimitação e reposicionamento em relação a novos problemas, mostra a maneira com que análise teórica se soma à prática política, levando ao aprimoramento da subjetividade revolucionária a partir de uma teoria da crise revolucionária que insiste na singularidade da situação dentro da regularidade do desenvolvimento histórico geral do capitalismo. Henry Lefebvre (2020, p. 53), em *O pensamento de Lenin*, destaca que este projeto de transformação social em questão está ligado simultaneamente ao papel da consciência e do conhecimento **dentro de uma situação concreta**. Destaca que os aspectos subjetivos foram fundamentais para dissipar as ilusões que sobrevinham à vida social e política durante a crise revolucionária. Neste sentido, uma situação revolucionária envolve uma crítica radical das ideologias da classe dominante, uma consciência crítica persistente que envolve conhecimento, análise da situação, consciência política, organização e partido, assim como, consciência moral, abnegação, vontade e compromisso.

Embora estas afirmações possam parecer distantes e estranhas ao século XXI, especialmente diante do nível de dominação ideológica alcançado pela burguesia e sua incessante contrarrevolução, foram estes elementos que a prática política de um determinado país, em um determinado lugar, em uma determinada conjuntura, apresentou para dar lugar a experiência revolucionária. Sabemos que não se pode generalizar tal experiência, mas é possível seguir as pistas que a prática teórica tem deixado. Há de se destacar dois pontos essenciais debatidos até então: (1) as condições subjetivas, como conhecimento, tomada de consciência e compromisso; (2) a crise nacional e revolucionária como abertura da crítica política. Estes dois pontos decorrem de um forçamento político na sociabilidade capitalista, um forçamento de suas contradições e relações de reprodução, significando a problematização política explícita ao que uma posição materialista pode teorizar.

### *1.2.2 Pós-modernismo e a desorientação da esquerda ocidental*

A prática política e a prática teórica compromissada de Lenin mostraram que trabalhar com as condições subjetivas de uma situação real eram centrais na luta ideológica, da mesma forma, a posição de radical antagonismo à burguesia servia no auge dos movimentos políticos do século XX como impulso às transformações sociais que não se deram somente na Rússia, mas atravessaram o mundo, de maneira que de 1917 à 1968 a esquerda experimentou uma posição de centralidade no projeto moderno, formando o que se pode chamar de esquerda ocidental. Posteriormente, os finais da década de 1970, o golpe militar no Chile, a crise do “socialismo real”, a crise do marxismo, a queda do Muro de Berlim e o desmanche da União Soviética provocaram grandes perdas de engajamento ideológico e de capacidade de autocrítica.

Esta crise da teoria impôs a necessidade de reconhecer certa desorientação da esquerda, entendendo que o processo de autodefinição e redefinição, crítica e autocrítica da esquerda como modo político não só é lento, como sua amplitude e pluralidade faz com que certas pautas internas da luta ideológica se alterem e, inclusive, percam força. A luta de classes, a Revolução e a crítica do Terceiro Mundo são exemplos de problematizações que se enfraqueceram na interioridade da própria esquerda. Este processo mostra o modo como a esquerda ocidental foi tendencialmente livrando-se de sua própria radicalidade e introduziu aspectos gerais cada vez mais básicos, como as amplas liberdades cívicas a serem defendidas no sistema político: sufrágio universal, voto secreto, liberdade de reunião, liberdade de organização, sindicalização, liberdade de imprensa, liberdade de imigração e emigração, liberdade religiosa. Não se trata de dizer que estes aspectos são menos importantes, mas que são decorrentes de um processo

histórico de desaparecimento do antagonismo ao monismo burguês nos sistemas teóricos e no campo do conhecimento. Ao mesmo tempo, no interior desta esquerda ocidental vão se gestando movimentos, tendências e processos políticos que irão tentar redefinir as identidades intelectuais e políticas desta própria esquerda.

A sistematização de Ágnes Heller em *A Theory of History* (Heller *apud* Heller; Feher, 1985, p. 46-48), usada em *Anatomia de la izquierda occidental* auxilia pondo em perspectiva a amplitude do socialismo e os objetivos da crítica da esquerda ocidental na década de 1980:

Todas las filosofías socialistas de la historia son *críticas*, desde el momento en que confrontan su interés principal, el futuro, con un presente que hay que superar. Esta crítica apunta básicamente a aquellas instituciones y motivaciones sociales cuya superación ha de lograr el socialismo. El contenido social de esta misión también define el *significado* de la noción de “socialismo”. La identificación de los logros concretos de la misión y del significado del término “socialismo” ha conducido – y en ocasiones continúa conduciendo aún hoy – a rebautizar la proyectada sociedad futura. Se llamará comunismo, sociedad de productores asociados, sociedad autogestionaria, democracia substancial, sociedad de comunicación libre de dominación, democracia radical, etc. Damos a continuación una lista seleccionada de los muchos fenómenos sociales que pueden convertirse en objetivos principales de la crítica: la producción de mercancías (relaciones de mercado), la división del trabajo (social, técnico o ambos), el Estado, todas las instituciones de dominación, el individualismo, el egoísmo, la democracia (que se denuncia como “meramente formal”), la producción misma (o industrialización en general), la manipulación, el nacionalismo, el colonialismo (guerra, imperialismo), el irracionalismo, la atomización. Todos los modelos de socialismo combinan todos estos puntos. Pero hay algunas combinaciones típicas, que son las siguientes:

>>Tipo A: Los objetivos primordiales de la crítica son: el individualismo, el egoísmo, el modo de vida basado en la opresión. El modelo de la nueva sociedad incluye: nuevas formas de vida sobre la base de la inmediatez, la comunidad, la humanización, de las relaciones interpersonales, la democracia directa, la eliminación de todo tipo de división del trabajo – inclusive la división sexual del trabajo –, la abolición del Estado y de las instituciones de dominación, la prioridad de la agricultura, el descenso de la tasa de crecimiento industrial – o inclusive el detenimiento absoluto del mismo –, la eliminación de las naciones y el reemplazo de la propiedad privada por la propiedad comunal. Esta concepción puede modificarse de tal manera que no se frene el desarrollo industrial y que no se proceda a la abolición del Estado, sino que sólo abarque las comunidades y quede bajo el control de éstas en la forma de democracia directa. (Un ejemplo de esto es la “democracia colectivista de Gurvitch.)

>>Tipo B: El objetivo primario de la crítica es la desigualdad de la riqueza. El modelo de la nueva sociedad incluye como elementos constitutivos los siguientes: equiparación de la propiedad o abolición de la propiedad privada, eliminación de la pobreza, eliminación de la sociedad civil, control de la asignación de necesidades y de la satisfacción de necesidades – a cargo de un Estado o de un pseudoestado –, énfasis en la producción agrícola, sobre a base de la propiedad colectiva o individual.

>>Tipo C: El objetivo primordial de la crítica es la producción de mercancías. Los modelos de la nueva sociedad incluyen: abolición del mercado por medio de:

Tipo Ci: La abolición del Estado junto con la conservación de la división del trabajo, el desarrollo científico y técnico, el incremento de las necesidades, la racionalidad de fondo, el “mismo punto de partida” en la vida, igual acceso a la educación, meritocracia;

o bien

Tipo Cii: la abolición del Estado y de la división del trabajo (excepto el de tipo tecnológico); el fin del fetichismo de la mercancía, o manipulación; fin del

sometimiento de la cultura al mercado; libre desarrollo de la personalidad; despliegue de las capacidades individuales.

>>Tipo D: El objetivo primordial de la crítica es la dominación política. Los modelos de la nueva sociedad incluyen como elementos constitutivos la abolición de la dominación política por medio de:

Tipo Di: la abolición del Estado y de todas las instituciones políticas, comunidades autárquicas y autónomas; ausencia absoluta de autoridad central; desarrollo totalmente libre de la personalidad; simbiosis de comunidades;

O bien

Tipo Dii: la centralización del poder, la asunción por el Estado de la redistribución y/o la ejecución de la voluntad de todos los ciudadanos; la limitación de la libertad individual por autorrestricción; real igualdad de participación.

**>>Todos los modelos exigen la eliminación de la guerra y de la dominación basada en la naturaleza exclusiva de la propiedad privada. Por supuesto, hay otras muchísimas combinaciones de las mismas pautas, pero las que se acaban de describir son las que con mayor frecuencia aparecen en las filosofías de la historia de origen socialista.>>**

O modelo teórico de Heller mostra a extensão do campo da esquerda e da crítica ocidental, ela o usa para apontar elementos fundamentais, mas que como aponta no último parágrafo em destaque, podem ser combinados de múltiplas maneiras, não havendo modo unitário de definição. Além do mais, é preciso destacar que a amplitude conceitual de Heller e Feher – teorizada na década de 1980 – serve para abordar a pluralidade do nível político e prático da esquerda, ligando-a às tradições liberal, democrática e às variedades da tradição socialista e anticapitalista.

Quando se trata de liberalismo, têm-se, por óbvio, uma relação de tensionamento. Isto porque a liberdade individual perante o Estado e a garantia irrestrita a respeito do livre mercado se opõem a tradição teórica marxista. Heller e Feher (1985, p. 48-49) são benevolentes com a tradição liberal, apontando que tanto o anarquismo, quanto o marxismo – este último em sua afirmação da extinção gradual do Estado – estariam ligadas a formas de exigência de liberdade absoluta que se encontrariam no seio do liberalismo. E mais, dirão que posições de limitação à extensão da propriedade privada – no sentido de sua administração – consistiriam em uma absorção de elementos da tradição liberal por parte da esquerda radical, como defendido no Estado de bem-estar social ou no socialismo democrático.

Heller e Feher (1985, p. 49) ainda apontam – como uma atitude absorvida da tradição liberal pela esquerda – a problematização da liberdade reduzida ao seu aspecto negativo (liberdade a respeito de algo), havendo na ideia de liberdade um sentido positivo e obrigatório, em que estariam inseridas as práticas dos deveres públicos e a realização da liberdade pessoal nos atos públicos. A última relação, e em maior nível de tensão e polêmica, da esquerda com a tradição liberal corresponderia ao projeto jacobino-bolchevique, com sua atitude própria de

declarar a liberdade negativa – fundamento liberal por excelência – como uma falsa liberdade que serve para a continuidade da exploração social.

A tradição da democracia é o segundo elemento constitutivo da esquerda ocidental. A diferenciação entre a tradição liberal e a tradição democrática se encontraria especialmente em sua amplitude, pois a democracia não estaria reduzida a abstração liberal do Homem e seus direitos inalienáveis – a própria questão da mulher, pode-se dizer, nunca foi problematizada pela tradição liberal, se trata, aos olhos de Heller e Feher (1985, p. 49-50), de um movimento democrático. Uma diferenciação ainda mais cabal foi realizada por Lenin (Heller; Feher, 1985, p. 49-50, nota 24), afirmando que a revolução liberal – logo, suas reivindicações, pautas e consequências políticas – estariam ligadas a burguesia e seus estratos privilegiados, enquanto a tradição democrática, por outro lado, teria sempre sido conduzida pelos estratos populares da sociedade, o que leva a uma problematização ligada à luta de classes. Nesta medida a democratização estaria vinculada não apenas a instituições, mas também a movimentos; enquanto a tradição liberal esforça-se na busca de uma felicidade privada, a tradição democrática tem por pretensão perquirir uma felicidade pública, o que explica a expansão da esfera pública ao longo da história do trabalho político da esquerda.

Quanto a tradição socialista e anticapitalista, Heller e Feher são vagos a respeito das tendências em si, preferindo uma abordagem geral que inscreve na luta ideológica a eliminação, transformação e/ou modificação da lógica capitalista ocidental. Tal processo passaria pelo reconhecimento das liberdades negativas e das liberdades positivas – advindas da tradição liberal – com a soma de um terceiro elemento estaria na fraternidade, um sentido comunal que daria origem a uma nova esquerda, surgente na década de 1980. O elemento de fraternidade toma também um sentido externo de pacifismo, solidariedade internacional e cooperação – em que se poderia acrescentar a igualdade como elemento aglutinador. Por último, e de maneira imprescindível à esquerda ocidental está o projeto de universalização ligado à superação de sociedades teocráticas.

Ao categorizarem os mitos da esquerda ocidental (“socialismo real”, Revolução e Terceiro Mundo), Heller e Feher irão propor um conceito axiológico de “humanidade”, do qual se permite, no entender destes teóricos, desenvolver a lógica da democracia. Assim, o estabelecimento de instituições democráticas e seu desenvolvimento poderiam se dar sob a consciência de que cada cultura é única e diferente, podendo-se preservar padrões culturais e formas de vida que não resultem em dominação, força e violência. Conseqüentemente, o axioma de humanidade traria consigo um conceito de justiça tanto no sentido de redistribuição (material), quanto no sentido de juízo de valor.

A partir da década de 1980 a esquerda ocidental irá se ajustar aos processos de dominação do capitalismo neoliberal, passando a tomar uma posição política cada vez menos materialista e mais institucionalista<sup>27</sup>. A crise do marxismo será também a crise da teoria crítica que em grande medida perderá de vista o antagonismo ao sujeito monista-burguês. Contudo, também ocorrerá uma transição do conhecimento crítico marxista no século XX, movimentos de renovação teórica e autocrítica. Isto nos é importante na medida em que boa parte das debilidades da esquerda que vivenciamos hoje, no século XXI, foram forjadas no espaço teórico-prático criado entre os finais dos anos setenta e começo dos anos noventa. O fim deste período ficou marcado pela adesão da China ao mercado e pelo colapso do sistema soviético, tanto no Leste europeu, quanto na URSS. Em consequência a esta conjuntura – pós-moderna – o bloco teórico chamado de marxismo ocidental teria chegado aos seus limites políticos e teóricos, como afirmaram Perry Anderson (1985) em *A crise da crise do marxismo: Introdução a um debate contemporâneo* e Göran Therborn (2012) em *Do marxismo ao pós-marxismo?*.

Para abrir este quadro em que estão inseridas as variadas teorias críticas desencadeadas pelo materialismo, vale ressaltar que a autêntica distinção do marxismo é ter inserido em si uma indivisível e ininterrupta autocrítica ao definir-se como uma teoria da história que, ao mesmo tempo, produz uma história da teoria (Anderson, 1985, p. 13-14). Isto significa, entre outras coisas, que Marx e Engels ao definirem as condições de suas descobertas intelectuais, entenderam tais condições como resultado das contradições em movimento da sociedade capitalista. Logo, diante do que chamaram de “movimento real das coisas”, só se poderia concluir que os elementos da teoria e da prática de transformação também se alterariam no decorrer da história da teoria.

O pensamento crítico da esquerda marxista e sua crítica moderna transita entre a primeira tradição, que conta com nomes como Marx, Engels, Karl Kautsky e Lenin, podendo-se inclusive adicionar Stalin e Mao Tsé-tung. Uma segunda fase chamada de marxismo ocidental, cujos fundadores seriam Gyorgy Lukács, Karl Korsch e Antonio Gramsci, e que posteriormente, poderiam se somar as elaborações teóricas de Walter Benjamin, Max Horkheimer, Della Volpe, Herbert Marcuse, Henri Lefebvre, Theodor Adorno, Jean-Paul Sartre, Lucien Goldman, Louis Althusser e Lucio Colletti (Anderson, 2004, p. 36-39). Em *Crise*

---

<sup>27</sup> A exemplo disso vemos a tendência pendular em relação à esquerda, levando-a ao centro, como em Bobbio (2015) ou de uma posição jurídica de esquerda em Gargarella (2023).

*da crise do marxismo* e *Considerações sobre o marxismo ocidental*, Perry Anderson (1985; 2004) oferece um panorama geral sobre as modificações formais que estes teóricos implementaram no marxismo, bem como, suas inovações temáticas e diferentes abordagens conceituais especialmente no que se refere aos pares conceituais, estrutura e sujeito, e, natureza e história.

O que se quer ressaltar abordando a temática do transcurso do marxismo ocidental, para além de toma-lo como referencial teórico, é elaborar uma reorientação crítica e política em relação à desorientação da esquerda ocidental, desta maneira, alicerçamo-nos ao que Göran Therborn (2012, p. 108-111) aponta como a quebra do triângulo do marxismo em seu trabalho *Do marxismo ao pós-marxismo?*. A revisão deste tema se dá justamente para que a produção teórica se refaça sem deixar para trás os campos abandonados por parte do marxismo ocidental diante de sua crise – na passagem do período pós-moderno. Assim, mesmo que estejamos reorientados pela localidade do Sul global, consideramos que não caberia abdicar de nenhum dos vértices criados pela teoria materialista dialética.

Para Therborn (2012, p. 108-111) a história do marxismo é resultado de uma triangulação que se deu nas circunstâncias históricas e na abrangência de interesses que Marx e Engels puderam fazer convergir intelectualmente – as três partes constitutivas do marxismo. O primeiro vértice é a ciência social histórica que abarca a crítica do capitalismo em suas variadas fases de desenvolvimentos historicamente determinados, tal vértice concerne diretamente a noção dinâmica das forças e relações de produção. O segundo vértice está ligado ao caráter de filosofia dialética que tem a forma e o conteúdo das contradições do próprio marxismo, isto implica dizer que é incontornável a uma esquerda marxista a meditação entorno de seus fundamentos epistemológicos, bem como, de seus encaminhamentos éticos. Neste sentido, este vértice da filosofia dialética dá senso de autocrítica à elaboração teórica. O terceiro e dominante vértice do triângulo do marxismo é a política, que por óbvio, está associada a classe trabalhadora e à ideologia socialista. Por meio deste último vértice, o marxismo foi, e ainda é, capaz de definir-se como corrente social e não apenas como uma linhagem intelectual ou acadêmica dentre várias. Em outras palavras, mesmo que as dimensões entre ciência, historiografia e filosofia fossem constantemente assimétricas na história da teoria marxista, a problematização do poder político e a capacidade de pôr em prática a liderança política sempre estiveram presentes no campo intelectual nascente no período moderno.

O marxismo surgido após a Primeira Guerra Mundial (Lukács, Korsch e Gramsci) ainda esteve ligado organicamente a política revolucionária, depois disto, o marxismo foi tomando distância da prática política. Não se pode negar as contribuições sociológicas e filosóficas tanto

da Escola de Frankfurt<sup>28</sup>, quanto de Althusser, Lefebvre, Sartre e tantos outros. No entanto, Therborn (2012, p. 108-111) irá apontar que são os desengajamentos político-intelectuais destes teóricos que acabaram por quebrar o triângulo (ciência social histórica, filosofia e política) que constituiu a teoria marxista tradicional.

Para o sociólogo marxista Göran Therborn (2012, p. 108-111) o que manteve o triângulo do marxismo de pé até os anos oitenta foi a política socialista, e mesmo que seu conteúdo marxista fosse cada vez mais diminuto e até mesmo desincentivado pelo regime stalinista, a política de afirmação de outra sociedade continuou sendo capaz de impulsionar lutas e processos de descolonização. Assim, a teoria marxista – deslocada de sua problematização política – adentrou um jogo de cooptação e redescoberta. De um lado, cooptação interna aos compromissos acadêmicos de uma academia cada vez mais globalizada e pouco dada a radicalidade. De outro, na contracorrente destes dispositivos cooptação, se preservou uma persistente vontade de redescobrir a teoria, religa-la a processos políticos, conjunturas e criar insubmissões dentro e fora da academia, em processos de autoformação e de conhecimento crítico da sociedade capitalista. Foi esta contracorrente que manteve viva a teoria até hoje.

No entanto, a questão da esquerda, do marxismo e de suas derivações está longe de acabar, mesmo após o reconhecimento da quebra do triângulo do marxismo. Há todo um problemático quadro cultural em que a teoria social marxista e toda a esquerda será submetida durante os anos oitenta. Se o Pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado majoritariamente pela fixação de uma posição moderna de centro-esquerda por todo o cenário mundial e que se sustenta até os finais da década de 1970, o cenário cultural das duas últimas décadas do século XX (décadas de 1980 e de 1990) lançaram uma reação estética e socio-filosófica de grandes proporções: o pós-modernismo. Como movimento, o pós-modernismo soube pegar carona na desmoralização e na incerteza das esquerdas. O próprio termo foi cunhado pelo famoso trabalho do filósofo francês Jean-François Lyotard que foi militante do grupo *Socialismo ou Barbárie*, e então, desiludido com a posição ideológica que defendia, apresentou a tese do fim das grandes narrativas em *A condição pós-moderna*.

---

<sup>28</sup> No que se refere a participação política, na Escola de Frankfurt há a honrosa exceção de Herbert Marcuse que: “tinha sido membro de um conselho de soldados em 1918, tinha mantido algumas ligações com o movimento operário organizado, nomeadamente com a ala esquerda do SPD; nos anos imediatamente antecedentes à tomada do poder por Hitler, foi colaborador do jornal teórico Hilferding Die Gesellschaft” (Anderson, 2004, p. 47-48).

Esta crise – política e teórica – levou a, no mínimo, três consequências: (a) deslegitimação do socialismo/comunismo, o que Fraser (2022) chamou de condição pós-socialista; (b) a uma produção de um campo teórico pós-marxista com representantes como Ernesto Laclau, Chantal Mouffe, Slavoj Žižek e Alain Badiou<sup>29</sup>; e, (c) uma reorientação teórica da crítica (política, social e filosófica) para o Sul global.

Em *Los orígenes de la posmodernidad*, Perry Anderson (2016, p. 90-91) aponta que o período da pós-modernidade revela três coordenadas históricas novas. A primeira se refere ao próprio destino da ordem dominante e de seus desdobramentos sobre o que chamamos de sujeito burguês. Neste sentido, se com o fim da Segunda Guerra Mundial a aristocracia havia sido eliminada, sua influência nos códigos morais e nas práticas culturais persistiram, dando ao capitalismo um reforço à ordem política e social por meio de seus valores. Esta força da tradição reaproveitada pela ideologia capitalista serviu como estrutura secundária para que os ambientes sociais burgueses cumprissem sua vocação de dignidade moral – como retratado em obras de Thomas Mann ou Gustave Flaubert. Tratava-se da exaltação de uma burguesia com um índice de conhecimento erudito literário-artístico, do qual não poderiam faltar: Charles Baudelaire, Karl Marx, Arthur Rimbaud, Georg Grosz, Bertold Brecht, Jean-Paul Sartre, por exemplo.

Ademais, para a tradição burguesa sempre foram necessárias certas personalidades que atravessavam o passado senhorial e que mantiveram vigentes formas de dominação anteriores ao predomínio do capital, na Europa, figuras como Churchill ou De Gaulle perfaziam esta ligação entre passado e presente. No entanto, este esquema cultural de caráter “virtuoso” que ligava passado-presente foi se desfazendo, de maneira que um universo monetário foi tomando conta do simbólico-imaginário produzido pelo capital contemporâneo. Eram agora executivos, conselheiros, administradores, especuladores, árbitros, identidades socialmente menos fixas, mas que por vezes tomavam formas como um Bill Gates, ou, na esfera política, um Richard Nixon. Em outras palavras, o que antes foi estudado como aburguesamento da classe trabalhadora ocidental, se poderia ver de modo inverso: na medida em que avançavam os moldes da “democratização burguesa” ocorria uma desinibição das classes proprietárias nos costumes.

---

<sup>29</sup> Para um mapa atual e geral da crítica marxista e pós-marxista, ver: *Pensar desde la izquierda: mapa del pensamiento crítico para un tiempo en crisis* (Agamben, et.al., 2012) e *Contingencia, hegemonía, universalidad: diálogos contemporáneos en la izquierda* (Butler, Laclau, Žižek; 2011).

Nos anos de 1990 o fenômeno se torna ainda mais notável, as classes possuidoras despediram-se da moral e dos bons costumes, se tornando prática e costumeira a canalhice. Presidentes corruptos, subornos por anúncios de produtos evidentemente prejudiciais para saúde, *affairs* sexuais, multiplicação de cargos de confiança, disneyficação dos protocolos... tratam-se de mudanças imagéticas e comportamentais que formam o cenário pós-moderno. O desaparecimento da moral burguesa em seu sentido tradicional mostra algo interessante, segundo Perry Anderson (2016, p. 92-93), é como se o adversário fundamental – que definia o antagonismo do moderno movimento operário – tivesse desaparecido sem que nenhuma vitória tenha sido obtida sobre ele.

Com o ocultamento do sujeito burguês, uma outra coordenada parece nortear o “ser” da sociedade pós-moderna: a evolução tecnológica. Sabe-se que foram nos primeiros anos do século XX que se criaram o barco a vapor, o rádio, o cinema, automóvel, o avião e tantas outras invenções que mudaram radicalmente o mundo, em especial os centros urbanos. No entanto, foi apenas no *boom* de paz prolongada do pós-guerra que se integrou a produção tecnológica de bens padronizados às massas populacionais. Essa reconstrução do que seria o laço social se fez a partir de um “espírito” de carisma da técnica em que as coisas passam a exercer certo poder magnético e uma aura de exaltação aparece como forma da cultura de um capitalismo “renovado”. A televisão, por exemplo, se torna – superando o rádio e a letra escrita – um instrumento de poder sem precedentes, isto pela sua capacidade de captar a atenção e saturar o imaginário de suas audiências. É especificamente nos anos setenta com a televisão a cores que se vai perfectibilizar a difusão geral do ocidente, tornando possível, no nível da cultura, uma maquinária que foi capaz de enlaçar tecnologia avançada e imaginário popular (Anderson, 2016, p. 92-94).

A terceira e última coordenada desencadeada pelo período de ascensão do pós-modernismo foi no campo político. Nos anos cinquenta os vencedores-aliados já haviam declarado o fim das ideologias por conta do pós-Guerra, o que acalmou os ventos revolucionários, mas não por muito tempo. Na Europa, os partidos comunistas na França e na Itália, assim como suas homólogos clandestinos em Portugal, Espanha e Grécia, não deixaram de negar a ordem existente, mas suas táticas se mantiveram moderadas, de modo que cada um destes partidos existia como um dispositivo de memória que guardava lições da história. Segundo Anderson (2016, p. 95), a morte de Joseph Stálin tornou o modelo soviético menos repressivo e mais internacionalista, dedicado a ajudar os movimentos insurgentes em outros países. No Terceiro Mundo, os anos cinquenta e sessenta contrariavam os profetas do fim das ideologias, se desencadeavam processos de descolonização que sacudiam o domínio imperial,

levantamentos revolucionários foram vistos na Indochina, Egito, Argélia, Cuba e Angola. Além destes, o movimento liderado por Mao-Tsé-Tung na China ganhava força e invocava os ideais da Comuna de Paris.

Este cenário abriu para os anos sessenta uma mistura de realidades, ilusões e desilusões, que geraram energias revolucionárias entre as juventudes não só dos países capitalistas avançados (França, Alemanha, Itália, Estados Unidos e Japão), como também em países dependentes (especialmente, México e Chile). O período ficou marcado pela agitação estudantil na França<sup>30</sup>, em que se seguiram greves gerais da classe trabalhadora em maio-junho, o outono de 1969 na Itália e as greves dos mineiros britânicos de 1973 e 1974. A efervescência política foi capaz de fazer aparecer figuras como Rosa Luxemburgo, Fourier, Blanqui, Marx, Lenin e Mao, junto a revolucionários do Terceiro Mundo como Che Guevara, Ho Chi Minh e Amílcar Cabral. Estas revoltas foram capazes de fazer ceder pontos vitais da ordem moral tradicional, especialmente as regulações entre as gerações e os sexos<sup>31</sup>. No entanto, como destaca Anderson (2016, p. 96-97), em poucos anos estes signos se inverteriam:

...a medida que los sueños políticos de los años sesenta se iban desvaneciendo uno tras otro. La revuelta del Mayo francés fue absorbida prácticamente sin dejar rastro por la calma política de los años setenta. La Primavera de Praga, el más audaz de todos los experimentos de reforma comunistas, fue aplastada por los ejércitos del Pacto de Varsovia. En América Latina, las guerrillas inspiradas o dirigidas por Cuba fueron erradicadas. En China, la Revolución Cultural sembraba más terror que liberación. En la Unión Soviética se iniciaba el largo declive de la era Bréznnev. En Occidente continuaba aún aquí y allá la agitación obrera; pero hacia la segunda mitad de la década la marea de la militancia había retrocedido. Callinicos y Eagleton tienen razón cuando insisten en que los orígenes inmediatos de la posmodernidad se hallaban en la experiencia de la derrota. Pero aquellos reveses no eran más que un preámbulo de las situaciones de jaque mate más decisivas que estaban por venir.

Durante los años ochenta, una derecha victoriosa pasó a la ofensiva. En el mundo anglosajón, los gobiernos de Reagan y Thatcher, tras aplastar al movimiento obrero, procedieron a reducir la regulación y la redistribución. La privatización del sector público, los recortes de gastos sociales y unos altos niveles de desempleo se difundieron desde Gran Bretaña al continente, creando unas nuevas pautas de desarrollo neoliberal que finalmente fueron puestas en práctica por los partidos de izquierdas no menos que por los de la derecha. Hacia finales de la década, la Internacional Socialista había abandonado en gran medida lo que fue la misión de la socialdemocracia occidental europea durante la posguerra, el Estado del bienestar basado en el pleno empleo y la prestación universal. En la Unión Soviética y Europa del Este, el comunismo, incapaz de competir económicamente a nivel internacional y de democratizarse políticamente en el interior, quedó borrado del todo. En el Tercer

<sup>30</sup> Sobre a influência de Mao e do “guevaracastismo” no movimento estudantil francês de 1968, ver *O direito traído pela filosofia* (Arnaud, 1991).

<sup>31</sup> Para uma periodização detalhada, ver: o texto *Periodizing the Sixties* em *The Ideologies of Theory* (Jameson, 2008, p. 483-515).

Mundo, los Estados que habían nacido de los movimientos de liberación nacional quedaron atrapados por doquier por las nuevas formas de subordinación internacional, incapaces de escapar a las constricciones de los mercados financieros globales y sus instituciones de supervisión.

Assim, o que se sucedeu no desdobrar do pós-modernismo foi um verdadeiro triunfo universalista do capital, um permanente sentimento de cancelamento das alternativas políticas. Pode-se dizer que a modernidade inscrevia seu fim quando o significado dos opostos se perdeu, diante disto, apareciam diagnósticos como o de Lyotard, que se pode resumir criticamente em três coordenadas históricas: uma ordem dominante cuja classe burguesa desaparece; uma tecnologia mediatizada que liga a massa e a produção de bens padronizados, e, uma terceira, que inscreve a presença constante de uma política monocromática.

A desorientação da esquerda não só era evidente como afetou diretamente seu campo político, um forte antiesquerdismo passou a tomar conta da academia francesa e, por consequência, se espalhava pelos centros universitários do mundo como tendência. No Japão, os fortes estudos marxistas na economia que haviam sobrevivido ao pós-guerra, decaíram. A conceituada historiografia crítica indiana foi perdendo seu vigor. Na América Latina, os importantes ensaios político-intelectuais de esquerda foram perdendo em aderência e produção. O marxismo, como movimento de massas, tanto na Europa, quanto no continente latino-americano foi diminuindo de intensidade. A consequência não poderia ter sido outra, os estudantes universitários, e o próprio campo acadêmico foram forçosamente despolitizados (Therborn, 2012, p. 40-42).

Enquanto o progresso modernista era atingido pelas preocupações ecológicas, e se intensificavam a desindustrialização e a crise do petróleo, a esquerda passa a sofrer um tipo de processo ideológico solvente que decorre da influência do pós-modernismo (Therborn, 2012, p. 40), desta maneira o discurso pós-modernista acaba por reestruturar as condições do pensar, agir e sentir “o social”. A própria teoria crítica diverge na leitura deste período (Anderson, 2016, p. 84-85). David Harvey, em *La condición de la posmodernidad: Invevestigación sobre los Orígenes del cambio cultural* (1998, p. 164-222), argumenta que a mudança do regime de produção originada pela recessão do fordismo em 1973 anuncia a ampliação das margens de manobra do capital. A acumulação flexível significou uma maior flexibilidade dos mercados de trabalho, contratos temporários, superexploração de imigrantes e povos autóctones, bem como, o aumento dos sistemas de especulação que estavam diretamente ligados com certa sensibilidade do efêmero que decorria da desmaterialização do dinheiro. Para Harvey, a cultura pós-moderna condensa em si o excesso de simulação das novas economias, pondo os mercados

financeiros numa posição de autonomia em relação aos governos nacionais, a consequência é uma instabilidade sistemática sem precedentes.

Alex Callinicos propõe uma argumentação que inverte a linha pensada por Harvey, apontando que a integração do capital global não resulta em uma ruptura na história do capitalismo, isto porque os Estados nacionais ainda preservavam seus poderes decisivos sobre a regulação econômica, bastava olhar para o “exitoso” processo de keynesianismo militar de Reagan (também conhecido *Reaganomics*), com a finalidade de reajustar a economia mundial. Em *Contra el postmodernismo* (1989, p. 229-242), Callinicos irá sustentar que as características da acumulação flexível estariam fixadas mais em exageros e mitos, isto porque nem mesmo o fordismo detinha um domínio homogêneo da produção estandardizada, salvo em um número muito limitado de indústrias de bens de consumo permanente. Para ele, de modo semelhante, a pós-modernidade estava se constituindo em grande medida em uma ficção de caráter estético que fez bricolagem com a tradição, hibridizações e jogos de descentramento do sujeito na arte moderna, o que não caracterizaria propriamente uma ruptura diferencial no sistema capitalista. No que tange ao campo intelectual, dirá que a década de 1980 foi marcada pela invenção deste movimento a partir de simpósios, conferências, números especiais de revistas, tratou-se uma experiência idiossincrática que se infiltrou em toda e qualquer discussão teórica. No capítulo *Los hijos de Marx y de la Coca-cola*, Callinicos colocará por terra as afirmações de Lyotard sobre a cultura geral contemporânea, enquanto Lyotard generaliza o quadro cultural com sentenças como: “um que escuta reggae, assiste um filme do oeste, almoça no McDonalds, come em uma cozinha local, usa perfumes franceses em Tokyo e roupa ‘retro’ em Hong-Kong; o saber é algo que pertence aos concursos de televisão” (Callinicos, 1989, *apud* Lyotard, p. 229). Callinicos (1989, p. 229-230) se pergunta: “que sujeito político contribui para criar a ideia de uma época pós-moderna?”. A resposta óbvia está entrelaçada aos desenvolvimentos sociais da crescente “nova classe média” daquele período, tratam-se de administradores e gerentes que se tornaram a população economicamente ativa das sociedades ocidentais. Essa classe contraditória desempenha primordialmente as tarefas de gerência e supervisão, portanto, são capazes de disfrutar a influência e o poder social, permitindo-se investir em fantasias e pistas culturais que estão ligadas ao “bom gosto” da cozinha e novas formas de vida social, festas e etc.

O resultado da aderência de certos setores da esquerda ao pensamento pós-moderno é o desarme da prática teórica e da prática política de transformação social, bem como, a ilusão burguesa de que não haverá mais revoltas sociais, como destaca Callinicos (241-242):

...dicho intento fracasa como filosofía, estética y teoría social. El postmodernismo debe ser entendido como una respuesta a la incapacidad de las grandes sublevaciones de 1968-76 para satisfacer las expectativas revolucionarias que habían generado. Durante estas revueltas, algunos temas habían sido marginalizados durante medio siglo disfrutaron de un breve resurgimiento, y no sólo la idea de la revolución proletaria, concebida de un cambio desde arriba, sino también el proyecto vanguardista de superación entre la arte y la vida.

Tales aspiraciones han sido en gran parte abandonadas, pero creer que esto siempre será así supone que no habrá más explosiones sociales en los países avanzados, al menos comparables a las de 1968 y los años inmediatamente posteriores. El carácter frágil e inestable de la patológica prosperidad de los años ochentas, no obstante, sugiere otra cosa. El capitalismo mundial no ha escapado al período de crisis que se inició a comienzos de la década de 1970, como tampoco ha abolido por arte de magia a la clase obrera. Por el contrario, los años ochentas se vieron marcados por la aparición de nuevos movimientos sindicales – en Polonia, en Brasil, en Corea del Sur y en Sudáfrica, para citar apenas unos cuantos –, y el proyecto de la “Ilustración radicalizada”, esbozado originalmente por Marx, para quien las contradicciones de la modernidad sólo pueden ser resueltas a través de la revolución socialista, aguarda de ellos su realización.

A posição teórica de Callinicos sugere que a pós-modernidade exerça a força de um relativismo ideológico próprio de um sujeito político interior a uma nova classe média que, obviamente, não está interessada na continuidade da luta de classes. Francis Fukuyama e sua afirmação do fim da história representam de modo significativo a atmosfera deste período<sup>32</sup>. Nancy Fraser (2022, p. 15-23) irá tematizar a questão da crise intelectual da esquerda a partir do que chamou de condição “pós-socialista”; inspirando-se na obra de Lyotard. Para ela, tal condição ideológica estaria associada a uma estrutura de sentimentos que caracterizaram um clima cético perante as possibilidades da esquerda após a queda do Muro de Berlim. A primeira característica do período – que, segundo Fraser (2022, p. 15-23), se estende até os dias atuais – é a deslegitimação do socialismo como fonte das energias utópicas, apoiada no diagnóstico de Jürgen Habermas em *A nova obscuridade*. Ela dirá que, embora apareçam desejos de democracia radical e de multiculturalismo em alguns círculos da esquerda, nenhuma visão de uma nova ordem justa logrou tomar lugar e potência do socialismo. O mesmo pode-se dizer das tentativas de restauração por via do liberalismo político ou do comunitarismo, ambas vias não prosperam em resgatar o potencial do socialismo. Além disto, tanto o liberalismo político e o comunitarismo teriam deixado de lado a crítica política “de oposição”, o que teria nos deixado numa posição sem rumo. A segunda característica desta condição “pós-socialista” seria a transformação da gramática das reivindicações políticas, que passaram de uma lógica de

<sup>32</sup> Para uma recuperação crítica do neoliberalismo e do fim da história, ver: *Neoliberalismo, fin de la historia y después* (Gómez, 2014).

redistribuição – alicerçada na igualdade social –, para uma lógica de reivindicações por reconhecimento, abrindo um segundo nível relacionado a “política de identidade” e por consequência, o descentramento do conceito de classe no imaginário político. Assim, há uma mudança da preponderância do que antes seriam interesses de classes em antagonismo, para uma perspectiva movimentista, ou seja, em que os movimentos, como “grupos” e “comunidades de valores” estariam inseridos em uma disputa no interior de uma dominação cultural, resultando na dissociação entre política cultural e política social. A terceira e última característica da condição “pós-socialista” estaria ligada ao ressurgimento de um liberalismo econômico, uma dinâmica que tende a se instaurar na medida que as lutas por redistribuição se deslocam para lutas por reconhecimento. Em outras palavras, na medida em que os compromissos com a questão igualitária recuam, a mercantilização avança vertiginosamente, erodindo proteções e direitos sociais. Se trata da relativização de questões básicas, Fraser destacará os seguintes exemplos: “água potável, ar não poluído, educação, métodos contraceptivos, saúde, trabalho remunerado, alimentação nutritiva, garantias contra tortura e estupros” (Fraser, 2022, p. 18).

Os apontamentos de Fraser abrem interrogações incontornáveis que inclusive dão conta de mostrar a extensão da crise da esquerda e do pensamento marxista diante do cenário pós-moderno mundial. Na América Latina não será diferente, o rápido esgotamento dos antagonismos criados a partir das sequências políticas da década de sessenta leva o Estados Unidos da América ao nível de hegemonia política-imperialista, sem contrapeso durante boa parte do século XX. Isto atinge a esquerda e as forças progressistas em geral de maneira decisiva. Este mal-estar crescente – acompanhado de vigorosas ditaduras militares – abalou continuamente a capacidade subjetiva de construir laços de solidariedade, deixando um terreno cada vez mais hostil no que se refere às lutas sociais e políticas, refletindo largamente na dinâmica da luta ideológica. É preciso dar um passo atrás novamente, repensar uma noção de política e de reconstrução, reconhecendo debilidades teóricas e vulnerabilidades práticas da própria esquerda. A derrocada do “socialismo real” foi paulatinamente tornando estreita a margem do pensamento político não-burguês, isto mostra, até certo ponto, como a dimensão do “ser” político da esquerda recaiu em um discernimento monista e enclausurado, onde a fidelidade e o compromisso com a transformação da realidade social passaram a se fixar na forma Estado, afetando o engajamento de longa duração.

Esta eficácia ideológica das relações sociais capitalistas invadiu a pensabilidade de tal maneira que se tornou mais fácil desvincular-se das palavras políticas e da defesa do socialismo do que preservar a tensão ideológica (capitalismo ou socialismo) a partir da realidade concreta.

Aos poucos, foi-se perdendo a capacidade de enunciação do tipo de transformação social que se desejava. Optou-se, no campo do conhecimento e das epistemologias, por um abandono sistemático do marxismo como teoria social, política e filosófica, ou seja, da relação com o real que tal teoria propunha; da crítica política e da análise da correlação das forças sociais. Sobrevieram, especialmente na academia latino-americana, as teorias brancas<sup>33</sup>, “de cima”, que perfazem uma legitimidade teórica, em que a produção de conhecimento se fecha em uma circunscrição acadêmica asséptica, tornando a ciência social obsessivamente dedicada a uma higiene antirrealidade.

O terreno ideológico pós-modernista desfaz as defesas intransigentes que a posição política materialista construiu no decorrer da história da modernidade. A ideia de um pluralismo político pós-moderno vem acompanhado de uma trampa que não é outra senão deixar de lado a postura inflexível, o pluralismo pós-moderno relativiza e flexibiliza a luta ideológica, pondo-a em segundo plano. Abre-se mão da defesa do socialismo, dos fundamentos de classe, da própria posição de antagonismo a burguesia-monista, retirando-a da disputa por direitos sociais e/ou direitos humanos. A esquerda, sob jugo da posição pós-modernista, adota uma posição discursiva relativista, de modo que seu discurso abandona a tensão da luta ideológica pela universalidade da questão social, substituindo-a por um conformismo de consumo, que se encerra no progressismo.

### **1.3 Uma metodologia de reorientação da prática política e da prática teórica**

Como visto anteriormente, o período do pós-modernismo significou um enfraquecimento sistemático da esquerda: a quebra do vértice político do marxismo ocidental, a fragilização da ideologia socialista após a derrocada do muro do Berlin, o fim da URSS, o desaparecimento do sujeito burguês clássico e a introjeção da ideologia burguesa numa suposta

---

<sup>33</sup> Para o SupCmt Marcos, então porta-voz do Exército Zapatista de Libertação Nacional, as teorias brancas e imaculadas “de cima” se preocupam em concretizar um estado não-humano. Elas passam a formar dentro do campo do conhecimento uma imagem asséptica do cientista em seu laboratório, em que se assegura obsessivamente uma higiene anti-realidade. Neste troca-troca de “paradigmas científicos” chega-se à esterilização do compromisso ético-científico, permitindo a precedência do estudo de uma ciência e tecnologia completamente desvinculada com a responsabilidade pelas transformações sociais. E mais, é o cientista social/intelectual sob as garantias da objetividade científica que se ocupam do trabalho de limpar o sangue derramado pelo Estado. Neste ponto Marcos se refere, para citar um dos vários casos, a Matança em Acteal, chacina de 45 indígenas tzotziles, incluindo grávidas, crianças e idosos provocada por paramilitares em 22 de dezembro de 1997 em Chiapas. O caso, até a data da publicação de Marcos, se mantinha sem verdade (investigação adequada) ou justiça, inclusive, com a anuência da Procuradoria Geral da República (PGR) mexicana. Ver: SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS (2008).

classe média, todos estes elementos tornaram suas posições cada vez menos consistentes, reduzindo seu campo de atuação e radicalização. Ao mesmo tempo em estes abalos são absorvidos na reprodução da ideologia monista-burguesa, de modo a fortalece-la, a história da teoria crítica não cessa, e posições políticas se renovam, com elementos e lugares que antes não faziam parte da composição teórica.

Seria importante lembrar a partir da leitura de Robert C. J. Young em *Postcolonialism. A historical Introduction*, as aberturas à pluralidade desenvolvidas ao longo da prática política comunista e da prática teórica do marxismo. A importância das *Internacionais*, do *Congresso de Baku*. Do papel das mulheres na política comunista, nomes como Aleksandra Kollontai, Clara Zetkin, Nadejda Krupskaja, e sua influência na III e IV Internacional (Young, 2008, p. 140-157). As práticas teóricas das lutas de libertação que se espalham pelo mundo mostraram que através do século XX o marxismo passará por um processo de hibridização como filosofia e prática política, refazendo, em outras geografias, culturas e contextos políticos, seu triângulo de sustentação. Para Young (2008, p. 168) é claro que a teoria pós-colonial é produto do marxismo e do pensamento de Marx, ela irá assumir outros modos na medida que passa por outros processos políticos, a exemplo das revoluções na China, Vietnam e Cuba<sup>34</sup>, que fundam a teoria Tricontinental.

A descoberta do Sul global e da América Latina como lugar da teoria crítica também transformou os caminhos e os modos de intervenção social. O marxismo-leninismo de José Carlos Mariátegui com uma ampla gama de temas críticos – crítica à burguesia peruana, ao nacionalismo colonialista, a apresentação das teses de *A questão racial na América Latina* na Primeira Conferência Comunista Latino-Americana em junho de 1929 em Buenos Aires, a crítica do fascismo e tantos outros – pode ser considerado o começo da história da prática teórica em nosso continente. Esta influência de Marx e Engels deixou, entre outras coisas, o caráter de intervenção social que está intimamente ligado à tese XI disposta em *A ideologia Alemã*.

---

<sup>34</sup> Tanto Robert C. J. Young, quanto Helio Gallardo (2014, 50-55) em *Teoria crítica: matriz e possibilidade de direitos humanos*, irão apontar a importância da *Segunda Declaração de Havana* (Castro, 1962). Trata-se, para Gallardo (2014, p. 52-53) a abertura para reivindicações e demandas da sociedade civil local e internacional, ali se anuncia a legitimidade da transferência de poder por parte dos povos. Ademais, pode-se acrescentar ao lê-la: o enfrentamento ao imperialismo e a defesa dos movimentos revolucionários latino-americanos, o combate às discriminações da mulher, do negro, do mestiço, a asfixia moral que é realizada pela ideologia dominante e a que estão submetidos os e as intelectuais e artistas, a luta por outras condições de existência dos povos sem moradias, sem hospitais, sem estradas, sem escolas, sem indústrias, obrigados a viver em condições de submissão de sua soberania nacional.

Esta verdadeira pluralização da crítica na qual a libertação abre espaço na prática política, na cientificidade social e na própria filosofia, significará uma abertura sem precedentes a qualquer intelectual crítico. Múltiplos “giros” (linguístico, semiótico, hermenêutico, estético-cultural) foram produzidos durante o século XX e atuados a partir dos anos 60 e 70, abriram questionamentos no campo da linguagem, sexualidade, gênero, subjetividade, dos imaginários, da textualidade, se apontaram limites ao logocentrismo, novas formas de identidades étnica e sexual. As já mencionadas, teoria marxista da dependência, racionalidade modernidade/colonialidade e teoria do sistema-mundo, embora tenham tantas vertentes, subdivisões, contradições e autofagias quanto o marxismo ocidental, alimentaram boa parte da teoria crítica latino-americana e deram saltos qualitativos no modo de teorizar e renovar a percepção de mundo da esquerda.

É inegável que este processo de pluralização da crítica acentue as diferenças entre intelectuais de esquerda europeus e não-europeus, ou melhor, talvez seria mais correto falarmos de esquerdas, no plural. De qualquer modo, a força da descolonização do conhecimento abriu até certo ponto um diálogo entre diferentes perspectivas, o projeto das epistemologias ou teorias do Sul têm tensionado o reconhecimento do Sul como produtor de seu próprio pensamento. De maneira bastante elogiosa Ramón Grosfoguel (2012, p. 338) aponta a produção de Boaventura de Sousa Santos (2006; 2016; 2021; 2022 – para citar trabalhos atuais e de maior destaque) como uma escola de pensamento cujo projeto teórico teria sido mais ambicioso e ousado desde Sartre. No entanto, as atuais polêmicas envolvendo sua atuação como acadêmico levaram a certa proscricção de sua leitura. O que mostra que as e os intelectuais críticos do Sul situam uma posição sob forte concepção de comportamento crítico, para usar a expressão cunhada na década de 1930 por Max Horkheimer, que não pode deixar de ser um comportamento ético.

Todavia, é preciso admitir que algumas figuras intelectuais têm sido apagadas do pensamento descolonizador, como é o caso de Florestan Fernandes, Paulo Freire, Orlando Fals Borda, Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Clóvis Moura, Darcy Ribeiro, Lélia González, entre outras... pode-se cogitar que isto se tenha dado por não haver nenhum brasileiro no grupo Racionalidade Modernidade/colonialidade<sup>35</sup>, que foi o principal propagador das ideias descolonizadoras na década de 1990.

---

<sup>35</sup> O trabalho de Luciana Ballestrin (2013, p. 111), *América Latina e o giro decolonial*, irá apresentar e discutir a trajetória do grupo, ela destaca que: “uma questão importante que não povoa o imaginário pós-colonial e decolonial do Grupo Modernidade/Colonialidade é a discussão sobre e com o Brasil. Esse é um ponto problemático, já que a

Contraditoriamente, a pluralização da teoria crítica (marxista, pós-marxista ou não-marxista) se dá justamente no momento de triunfo do projeto global do capitalismo neoliberal, o que significa também o claro fracasso do projeto civilizatório. A desorientação em relação à teoria materialista significou, também, a produção de um pensamento abandonado de uma criticidade relacional com o entorno vivido. Se insistiu sobremaneira em um espaço abstratamente acadêmico-especulativo, ou então, em elaborações que passaram a sustentar uma interpretação “passiva” da realidade. Para evitarmos este tipo de pluralismo político acrítico, liberal ou pós-moderno, entendemos por bem indicar como recurso metodológico um dos autores de maior proeminência na crítica latino-americana e que se propôs a construir uma epistemologia de reorientação política e sociológica de caráter materialista. Orlando Fals Borda e sua epistemologia e metodologia da pesquisa-ação fazem o trabalho teórico de renovar e pluralizar a crítica sem deixar de lado a luta ideológica (luta e violência de classes), sem abdicar do socialismo como alternativa histórica, trazendo elementos para se pensar a partir de situações reais que trabalhem as condições subjetivas e de crise nacional.

### *1.3.1 Pesquisa-Ação Participante*

Em um texto de 1990, *El tercer mundo y la reorientación de las ciencias contemporáneas*, Fals Borda (2015, p. 367-381) colocará de maneira desafiadora às correntes acadêmicas e políticas, o problema da universalidade da ciência, dentro e fora das universidades. Isto porque, após 20 anos de acúmulo de conhecimentos a partir da Investigação Ação-Participante (IAP), grupos de cientistas sociais e políticos continuam a defender o status quo e a produzir teorias ignorantes às condições locais e fronteiras nacionais. Tal problematização já vinha sendo desenvolvida desde seus textos da década de 1970 (Fals Borda, 1971), quando apontava que a universalidade da ciência latino-americana está marcada por uma prática colonizada, adestrada e apolítica, de modo que a questão ideológica da produção científica do continente foi permanentemente invisibilizada. Assim, para ele, uma prática crítica para atuar e transformar qualitativamente a sociedade envolveria uma ciência politizada, na

---

colonização portuguesa – a mais duradoura empreitada colonial europeia – trouxe especificidades ao caso brasileiro em relação ao resto da América. O Brasil aparece quase como uma realidade apartada da realidade latino-americana. É significativo o fato de não haver um(a) pesquisador(a) brasileiro(a) associado ao grupo, assim como nenhum cientista político – brasileiro ou não. Também o grupo foi atingido pelo “complexo de Colombo”. Assim, ele privilegia a análise da América hispânica em detrimento da portuguesa e chama pouca atenção aos processos de colonialidade e subimperialismo dentro do continente, à exceção dos Estados Unidos”.

qual pesquisa e pesquisador estariam comprometidos e preocupados politicamente com a situação social, política, econômica e cultural daqueles que herdaram, por força do colonialismo, do patriarcado e do capitalismo, um mundo injusto, disforme e violento, o qual se quer transformar de maneira radical.

Esta postura científica de pesquisa nos serve para reorientar a perda da sinalização política decorrente da crise do marxismo. Ademais, Fals Borda insere em sua apreensão político-epistemológica a posição política materialista-leninista, de que se pode concluir que é necessário se implicar na realidade objetiva, questionando a vigência de leis, funções e conceitos rígidos definidos pela ciência, mesmo que seja a própria ciência da história. Sem dogmatismos, Fals Borda avança problematizando a situação teórica de desorientação, ou melhor, de orientação importada de teorias que pouco dizem sobre nossa realidade. Para ele, a originalidade de grupos intelectuais do Sul se mostrava inegável desde as contribuições de Eduardo Galeano para a história, Paulo Freire com a Dialógica moderna e pluralista, as Teorias marxistas da dependência e a Praxiologia da subversão moral, que se estendeu por todo o mundo, cujos os nomes de Che Guevara e Camilo Torres tem proeminência. Aponta ainda, o aparecimento da Teologia da Libertação com Leonardo Boff e Gustavo Gutiérrez, e o reavivamento do marxismo com aportes concretos de processos de libertação política por investigadores do Sul como Armando Bartra, Pablo González Casanova e Rodolfo Stavenhagen.

À época, a crítica estrutural passava a reconhecer a heterogeneidade histórico-estrutural, com dinâmicas passaram a considerar as problemáticas do patriarcalismo, do colonialismo e de suas refuncionalizações pelo sistema capitalista vigente. Surgia também teorias do sujeito-emancipação-libertação que tiveram oportunidade de se aprofundar nas próprias e conflitivas situações reais, levantando questionamentos contra os modos de dominação do pensamento e da ação. De modo que agora teríamos olhos para os particularismos e para as singularidades, como também nos aponta Quijano (2005) em *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. O continente passava, neste período, a formar uma perspectiva de esquerda e militante, preocupada em encontrar instrumentos de pesquisa política para ampliar processos de emancipação-libertação social e política, especialmente por meio da diversificação de interesses que levasse em conta a centralidade dos imaginários ideológicos. Neste sentido, Helio Gallardo (2006, p. 22) em *Revolución y cultura política en América Latina* nos ajuda a esclarecer esta posição:

Las movilizaciones requeridas por las izquierdas para construir sociedades alternativas deberán ser las propias del protagonismo de una mayoría social (local, nacional, continental) que no adquiere la forma de ‘masa’ sino de presencia plural o diversificada y organizada desde sus propios intereses en tanto ellos coinciden con lo que asumen los diversos grupos como liberación social y humana (local, nacional, continental, universal). Los imaginarios ideológicos surgirán desde las tramas sociales básicas, de “abajo hacia arriba”, como poder local, y en articulación horizontal, si diversos grupos sociales asumen que su liberación particular (social y humana) en tanto mujeres, campesinos, obreros, jóvenes, negros, indígenas, ciudadanos, etc., es antisistémica, esto es si estos grupos movilizados se dan una teoría en la que su sujeción se explique cómo estructuralmente producida de modo que su liberación/identidad (autonomía) exija inevitablemente una lucha revolucionaria.

Tanto para Helio Gallardo, quanto para Marta Harnecker (2008, p. 10-11) em *Reconstruyendo la izquierda*, é indispensável contar com instrumentos políticos que sejam capazes de construir uma força social popular anticapitalista, pois este tipo de força não se produz de maneira espontânea, e sim, com base em uma análise da totalidade da dinâmica social e política. Se requer um sujeito construtor, dedicado a articular a ação dos múltiplos e plurais sujeitos, respeitando diferenças e repensando determinações táticas mais adequadas para o enfretamento da continuidade do poder das classes dominantes, o que não seria possível sem um instrumento político adequado e uma clara enunciação quanto a transformação de tipo socialista adequada ao século XXI.

Dentro desta prática teórica seria possível exercer um modo de produção de conhecimento dialético e pluralista. Em *Teoría crítica del Derecho desde América Latina*, Wolkmer (2017b, p. 221-228) irá nos situar uma delimitação crítico instrumental, a qual iremos deslocar para a prática política e para a prática teórica. Nossa teoria ou pensabilidade envolveria buscar a libertação do sujeito de suas próprias condições históricas, desta tendência a ser excluído do mundo da vida social e da dignidade humana. Considerando que o pensamento crítico tem condições de despertar a autoconsciência de subjetividades oprimidas e subalternizadas, a abertura à dialética pluralista sinaliza a apreensão da pluralidade de interações humanas. Ou seja, importa adotar estratégias de ação vinculativas que permitam criar mediações de aproximação a um sujeito real, capaz de dimensionar processos de conscientização, a espacialidade e os lugares de intervenção que transitam da individualidade à coletividade. Aponta Wolkmer (2017b, p. 225):

Es de ese modo que retomar y redimensionar el concepto histórico de “sujeto” está de nuevo asociado a una tradición de utopías revolucionarias de luchas y resistencias. En la actual realidad, en un escenario de exclusiones, opresiones y carencias, las prácticas liberadoras e insurgentes de las nuevas identidades sociales (múltiples grupos de intereses, movimientos sociales – género, raza, inmigrantes, multietnias –, cuerpos intermediarios, redes de intermediación, organizaciones locales y transnacionales,

ONG) se muestran portadoras potenciales de innovadoras y legítimas formas de hacer política, así como de ser fuente alternativa y plural de producción jurídica.

Somamos a dialética pluralista à nossa posição política materialista, isto nos dá a condição de aprimorar qualitativamente uma coletividade da esquerda circunscrita à vivência do acirramento da luta ideológica das classes e das classificações sociais. Assim, nos dispomos a realizar uma investigação na escala da nacionalidade-localidade, adotando a metodologia da pesquisa-ação, de modo a aprimorar nosso modo de atuação e de intervenção de uma posição pluralista, política e crítica. Além disto, nos inspiramos nos dois trabalhos de Wolkmer (2017a; 2019b) *Para uma sociologia jurídica no Brasil: desde uma perspectiva crítica e descolonial* e *Pluralismo jurídico: um referencial epistêmico e metodológico na insurgência das teorias críticas do direito*, para orientar nossa prática teórica junto à pesquisa-ação. Isto porque, o primeiro indica a importância do reconhecimento de uma noção ampliada de subjetividade, em que a teoria se exerça como parte de um exercício de legitimação. O segundo trabalho nos serve para indicar o perfil-ideológico de “esquerda” como marcador de concepções epistemológicas e analíticas capazes de operar organicamente uma tendência radical.

Chave para nossa concepção dialética pluralista e materialista de teoria é a concepção de *Investigación-Acción Participante* (IAP) de Orlando Fals Borda. Esta concepção de pesquisa fortalece nossa prática teórica na medida em que apresenta mais do que um sistema de técnicas de pesquisa, trata-se de um tipo de metodologia de pesquisa centrada na problemática da transformação da realidade. Desenvolvida especialmente na ciência social colombiana a partir dos anos de 1970, a IAP sempre buscou compreender a situação histórica e social de grupos de trabalhadores, camponeses, indígenas, como um marco investigativo politicamente posicionado unindo cientificidade social e saber popular. São muitas as sistematizações já realizadas deste tipo de pesquisa, também não pretendemos expô-la de uma maneira prolongada, senão, tomar o núcleo de sua problemática para desenvolver uma problemática própria. Neste sentido, nos afastamos de qualquer interpretação dogmática desta metodologia para usa-la como instrumento de captação da realidade sempre no sentido de transforma-la.

Em *El problema de cómo investigar la realidad para transformarla por la praxis*, Fals Borda (2012, p. 213-239) se propõe a nos dar ferramentas epistêmico-metodológicas para avançar a pesquisa política. Faz isto sem se livrar do materialismo, combinando o vivencial e o racional para constituir problemas de caráter teórico-práticos, levando a experiência como lugar relacional entre ser, pensar e atuar. É importante lembrar que a pesquisa-ação remete diretamente à dialética do ser e pensar inscrita no materialismo histórico (Engels, 2024, p. 45-56). Neste sentido de correlação entre o materialismo e a pesquisa-ação de práticas políticas,

Michel Thiollent (2011, p. 103), em *Metodologia da pesquisa-ação*, lembrará que não só há uma relação direta entre pesquisa-ação e pesquisa política, como se pode dizer que a prefiguração deste modo de pesquisa teria sido a enquete operária formulada por Marx sob o título de *O Questionário de 1880* (Marx, 1987, p. 249-256). Tratou-se de uma enquete com cem questões que levantavam aspectos sociais, econômicos, sindicais e políticos nas fábricas e lugares da produção junto aos trabalhadores, sua formulação concentrava-se em “entender” os problemas da classe trabalhadora.

De maneira análoga à formulação de Marx, podemos dizer que nossa pesquisa-ação quer “entender” os problemas da luta ideológica em determinada localidade concreta, considerando a problemática teórica do monismo, as condições subjetivas, acontecimentos políticos recentes no nível nacional e forças em disputa no processo de transformação social. Neste caminho, é importante que a colocação metodológica nos permita vincular conhecimento e ação à dialética do ser, pensar e atuar na luta ideológica. O aporte metodológico fornece então, uma base gnosiológica (que se refere a capacidade humana de conhecer) efetuada por Fals Borda (2012, p. 215) da seguinte maneira:

- (1) o problema da relação entre o pensar e o ser – a sensação e o físico – se resolve pela observação do material que é externa a nós e independente de nossa consciência; e o material inclui não apenas o constatável da natureza, senão também as condições fundamentais, primárias, da existência humana.
- (2) O problema da formação e redução do conhecimento não se resolve diferenciando os fenômenos das coisas em si, senão expondo a diferença entre o que é conhecido e o que ainda não se conhece. Todo o conhecimento é inacabado, variável e permanece sujeito ao raciocínio dialético; nasce da ignorância, em um esforço por reduzi-la e chegar a ser mais completo e exato.
- (3) O problema da relação entre o pensar e o atuar se resolve reconhecendo uma atividade real das coisas a qual apenas se advém pela prática que, neste sentido, é anterior à reflexão; ali se demonstra a verdade objetiva, que é matéria em movimento.
- (4) O problema da relação entre forma e conteúdo se resolve expondo a possibilidade de superar sua indiferença pela prática e não apenas pelo comportamento intuitivo ou contemplativo; toda coisa se dá como um complexo inextrincável de forma e conteúdo, dali que a teoria não possa separar-se da prática, nem o sujeito do objeto (tradução nossa).

Estes problemas dão conta de esclarecer como a metodologia da pesquisa-ação empreende uma dimensão cognitiva da produção de conhecimento, possibilitando produzir um conhecimento sobre a luta ideológica olhando para as práticas políticas. Esta posição não é nova, em consequência dela a IAP passou a se diferenciar das propostas teóricas de paradigmas normalizados da sociologia. Isto porque, na medida em que a metodologia era aplicada em um trabalho de campo realizado em determinada região, as explicativas do paradigma normalizado diziam, por exemplo, que os movimentos sociais são efeitos de “situações patológicas”, ou se

justificavam por campanhas de reforma social ou ação comunal dentro de um contexto político-social existente. Para se diferenciar destas posições teóricas recorrentes, a pesquisa-ação em geral e a esta pesquisa em particular, se propõem a ir além das explicações estruturais, privilegiando a inserção do pesquisador no interior das ações e das volições, adentrando nas determinações múltiplas de transformação social que estariam dispostas dentro de uma conjuntura política e ideológica. Neste campo do conhecimento aberto pela metodologia da pesquisa-ação, estaria disponível à pesquisa a percepção dos processos históricos de maneira pormenorizada. Permitindo-nos ser, pensar e atuar, em processos de vai-e-vem, avanços, retrocessos, saltos qualitativos, relações táticas e estratégicas que podem construir a história para o futuro, sem se estar preso a qualquer linearidade do processo histórico. Fals Borda (2012, p. 216-217) aponta que este “giro” da problemática da causalidade foi ganhando contornos para orientação de trabalhos regionais, indicando critérios de ações concretas, levando a um aleatório da ação social. Ao nosso ver, isto nos permitiria pensar no interior de uma instância dúplice, de prática política e de prática teórica.

Outro ponto constatado por Fals Borda (2012, p. 218) durante seis anos de aplicação da metodologia de pesquisa-ação (1970-1976) se deu pela superação da neutralidade daquele suposto observador experimental e “natural” que forma parte nas disciplinas das ciências sociais. Os cânones positivistas em sua história puseram-se a relacionar objetividade com neutralidade criando técnicas de pesquisa “neutras”, fazendo das comunidades estudadas vítimas de uma notável exploração científica. A alternativa aberta pela IAP aparece com a inserção no processo social, em outras palavras, trata-se da plena identificação do pesquisador/a com os grupos que entrava em contato, de modo que passa a contribuir com os objetivos destes grupos. A adoção da inserção altera as condições da pesquisa, reconhecendo as massas populares, coletividades, grupamentos e populações em seu papel de protagonismo, causando e desmontando o papel do intelectual-observador que monopoliza a informação científica. Neste quesito, Fals Borda aponta que em alguns casos de aplicação deste tipo de pesquisa se tornou decepcionante a inserção no processo social, isto porque a inserção implicou na subordinação do pesquisador àquela prática política, por vezes inviabilizando a articulação do conhecimento para orientar novas propostas de interesses populares. Também, os pesquisadores passaram por grandes desafios por conta das abstrações que o conhecimento científico adquirido em seminários e discussões haviam lhes condicionado, de modo que a possibilidade de derivar novos conhecimentos científicos de alto nível de abstração se tornava inviável.

Apesar destas constatações, a prática da pesquisa-ação quando aplicada de maneira consequente pôde fazer com que a pesquisa se tornasse não só sujeito, como também objeto.

Ou seja, a pesquisa permitiu abrir espaço para uma sequência e ritmos de aproximação, distanciamento das bases em uma intermitente ação e reflexão, abrindo-se para as tarefas concretas, considerados compromissos e pessoas como sujeitos ativos, e, por outro lado, oportunizou processos de autocrítica. Ainda, pôde-se perceber um esforço de participação nestes estudos empíricos por meios de técnicas de investigação “clássicas” que se aprimoraram e receberam novos sentidos dentro do contexto de inserção com os grupos de base. No entanto, Fals Borda deixa claro que tais técnicas, quando utilizadas em contextos conformistas, devem reconhecer suas limitações. Isto porque o paradigma normal das técnicas de pesquisa empírica coisifica as relações sociais e criam uma divisão entre sujeito e objeto de investigação. Quando qualquer destas técnicas se convertam em armas ideológicas das classes dominantes, ou seja, como forma de repressão ou exploração, não se deve continua-las (Fals Borda, 2012, p. 219-220).

Para que a pesquisa-ação vá além da empiria tradicional é preciso sustentar a realidade objetiva como matéria e movimento, fazer com que o processo de conhecimento torne “coisas-em-si” em “coisas para nós” (formulação de Lenin em *Materialismo e Empirocriticismo: Notas e Críticas sobre uma Filosofia Reacionária* de 1909). Isto significa que a formação e redução do conhecimento ao raciocínio dialético é capaz de elaborar um processo histórico vivo reconhecido racionalmente e articulado ideologicamente em seu contexto estrutural real. A dinamização das percepções e categorias que aparecem dos grupos concretos tem papel fundamental para que a própria realidade objetiva das coletividades em questão possa esclarecer-se e criar questionamentos próprios que poderão ser reexaminados e interpretados. Neste sentido, pode-se dizer que há uma verdade objetiva própria do movimento que o ciclo de investigação impulsiona, oferecendo aos grupos elementos de sua prática ciclicamente determinada, sem deixar de lado a dimensão “fática” do complexo de processos que configura o processo histórico. É a adição definitiva da história no esquema metodológico que permite a prática teórica relacionar-se com o terreno da pesquisa, tornando fecunda a ação política e a projeção para o futuro (Fals Borda, 2012, p. 215-218 e 220-221).

Em termos de dimensão prática do método de pesquisa-ação, o primeiro passo é sair ao terreno de pesquisa contrastando elementos teóricos (no nosso caso: crítica à ideologia-monista e a pluralidade da esquerda, críticas e posições políticas) com o que se apresenta na realidade objetiva. Isto possibilita ensaiar a interdisciplinaridade, reformular conceitos, posicionar compromissos e trabalhar com os grupos de base. Importante salientar que objetivamente o pensamento e a pesquisa estão postos ao serviço da causa, que não é outra coisa senão a transformação social local que exige ação válida e compromisso consequente (Fals Borda,

2012, p. 244). A concepção de uma teoria decorrente de um compromisso leva a quatro etapas pontuais: (1) produzir cultura e ciência emanadas da consciência social desde uma moral nova que não atenda contraprestações ou vantagens egoístas; (2) eleger temas e enfoques adequados à consciência dos problemas; (3) determinar os grupos de base com os quais se comprometer e com os quais se irá aprender; (4) atuar com consequência.

Estas etapas são indispensáveis para o método de estudo-ação, pois oportunizarão a alteração radical na orientação intelectual, permitindo deslocar o privilégio dos grupos e autores/as intelectuais dos centros universitários para os grupos de base com os quais a pesquisa trabalha<sup>36</sup>. Tomar os grupos de base como referência implica em conceber o trabalho da teorização diretamente deste contato, pondo a produção intelectual e técnica primeiramente a seu dispor e em seus próprios termos. Ao adotar uma posição junto às lutas e dentro do conjunto de relações sociais passa-se a estabelecer um novo “idioma” de modo claro e mais honesto do que a ciência sofisticada das salas de aula. Com isto, podem-se alterar conceitos e hipóteses que emergem da confrontação com a realidade objetiva dos grupos de base, isto é, fora dos esquemas teóricos dos “grandes pensadores” (Fals Borda, 2012, p. 244-245). Pode-se dizer que a pesquisa-ação, no que se refere às suas referências, se propõe a inverter a lógica do colonialismo intelectual. Traz das pessoas e dos grupos de base a inteligência necessária para teorizar, pondo a grandeza dos pensadores e dos intelectuais renomados na mesma estatura das pessoas que lutam. Por outro lado, não se pode abordar esta inversão no padrão de estudos como um isolacionismo ou como fórmula adequada apenas para uma localidade, trata-se da produção de um conhecimento capaz de generalizações parciais que fazem vez e necessidade nos problemas políticos, sociológicos e educacionais.

A prática teórica exige um encaminhamento de elementos metodológicos que permitam apreender uma prática explicitamente política. Situemos a pesquisa-ação como estratégia de conhecimento para atuação concreta e captação da informação empírica nas condições sociais de uma intensa luta ideológica, a que nos referimos teoricamente – e continuaremos trabalhando a partir da fase exploratória-nacional (segundo capítulo de nosso trabalho). A metodologia da pesquisa-ação que será aplicada decorre de uma abordagem dialética materialista, que pretende refazer a relação triangular do marxismo – filosofia, teoria social histórica e prática política.

---

<sup>36</sup> Este tipo de pesquisa será defendida por González Casanova (2001; 2006, respectivamente) em: *La universidad necesaria en el siglo XXI* e *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*.

Isto é possível na medida em que a pesquisa-ação possui uma relação inerente com a prática política, sendo assumidamente posicionada no interior de uma concepção de transformação social. Ainda, a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa com base empírica que está diretamente associada a uma ação que envolva um problema coletivo (no nosso caso, o problema coletivo da esquerda é a situação de fascistização local), em que os participantes assumem um papel representativo de determinada situação. Também utilizamos a pesquisa-ação como forma de engajamento de cunho ideológico, como oportunidade para atuação de um pluralismo político crítico inserido nas condições da luta ideológica, o que permite consolidar uma proposta de estudo informativo, crítico e conscientizador.

Quanto à questão terminológica, privilegiaremos uma aproximação entre as definições pesquisa-ação e estudo-ação, entendendo-as de maneira similar à investigação-ação participante ou a pesquisa-ação participante. Em geral, a pesquisa-ação é escolhida na medida em que a pesquisa pretende superar os aspectos acadêmicos e burocráticos convencionais, fazendo das pessoas implicadas algo maior que objeto de estudo, atribuindo à concepção metodológica uma disposição ao dizer e ao fazer. Ou seja, há um papel ativo que está implicado no problema teórico-prático, o que leva a considerar que a pesquisa-ação é uma estratégia metodológica da pesquisa social.

Esta escolha serve para dar ao pesquisador, à pesquisadora, condições de interatuar e organizar-se através de uma concepção de experiência humana. Esta predisposição de tornar a composição metodológica “mais humana” e fortalecida pelo que há de comum e de encontrável no contexto social circundante. Oscar Jara H. (2013, p. 166-167), em *A sistematização de experiências, prática e teoria para outros mundos possíveis*, dirá que o ponto de partida deste tipo de pesquisa corresponde à visão da realidade como uma totalidade, da qual as pessoas fazem parte e que estão comprometidas a atuar nestes desafios. Deste modo, a pesquisa-ação pode ser entendida como um processo social que permite identificar certa correspondência entre as práticas dos sujeitos e seus entendimentos sobre sua própria prática e situações vividas.

Esta proposta de pesquisa é um modo de “solucionar” o problema teórico do colonialismo intelectual, que se tornou o fundamento crítico da sociologia do conhecimento de Fals Borda. Ao indagar-se acerca de uma sociologia da libertação que pudesse ser elaborada na realidade da América Latina como uma nova ciência, rebelde e subversiva, Fals Borda propôs que a pesquisa se desenvolvesse por meio da ação, ciência e cultura, uma sociologia marcada pelo intuito da transformação e reconstrução social, sem abdicar da problematização das estruturas do poder, de classes e da luta entorno delas. Para tanto, seria necessário abrir o estudo transformativo da pesquisa social à vivência e ao compromisso autêntico. Por vivência está-se

a afirmar o caráter relacional da pesquisa e a assunção das circunstâncias como oportunidades criadoras. Ao contrário da lógica laboratorial do monismo na produção do conhecimento em que o controle das variáveis assume a “segurança” do experimento, o saber a ser produzido nesta mudança de abordagem decorre de uma tensão dialética – uma lacuna ideológica – entre o compromisso e a prática política. A clássica relação sujeito-objeto da pesquisa acadêmica tradicional é substituída, em seu lugar surge uma relação sujeito-sujeito, uma concepção de produção de conhecimento que tem um caráter de ruptura com a relação assimétrica de submissão e dependência integrada inerentemente ao binômio sujeito-objeto.

Em relação com a historicidade, elemento intrínseco da teoria social, o conceito de participação não está adstrito a observação, e sim, a uma vivência compromissada que une a crítica do elitismo, do aburguesamento e da mercantilização da sociedade, com a prática da crítica política, social e educacional. Para tanto se inscreve neste tipo de pesquisa a adoção de avaliação e critérios que insistam na capacidade de tensionamento à dominação classista (Fals Borda; Rahman, 1991, p. 9-13). Trata-se de aprender a conhecer e reconhecer a si mesmo e aos demais como mecanismos de criação de poder das pessoas, de formas de contrapor-se ao poder dominante, pode-se acrescentar a identificação de erros táticos e teóricos, análise dos dispositivos ideológicos disponíveis nas lutas, o reforço crítico do encontro entre militantes.

Inspirar-se pela investigação-ação participante (IAP) para construção de uma estratégia metodológica significa ter em mente a crítica do colonialismo intelectual – na área do direito (Acosta Junior; Knebel, 2019) e nas ciências sociais em geral. Tal problematização visa combater o adestramento sociológico e jurídico, pondo um indicativo de orientação ideológica na política científica. Neste sentido, o estudo e a ação devem assinalar uma objetividade que derive de situações reais de conflitualidade e dos desajustes constantes da realidade social, ressaltando as condições de dependência, exploração e opressão características do continente latino-americano (Fals Borda, p. 1971, p. 25).

Uma ciência politizada requer a superação do servilismo acadêmico que define o colonialismo intelectual, isto porque é o comprometimento e a inserção do pesquisador/da pesquisadora na concretude do estudo e da ação que vão tornar possível a combinação do racional com o vivencial. Na medida em que se desenvolve a pesquisa-ação, Fals Borda (2009, p. 253) lança mão de princípios metodológicos para a subversão do padrão de estudos e pesquisa professados nos centros acadêmicos, a saber: (I) autenticidade e compromisso; (II) Antidogmatismo; (III) Restituição sistemática; (IV) Feedback para os intelectuais orgânicos; (V) ritmo e equilíbrio de ação-reflexão; (VI) ciência modesta e técnicas dialogais.

A autenticidade e compromisso evidencia a necessidade de investigar com a causa, ou seja, não se trata de pesquisar disfarçado em meio a militantes e lutadores populares, e sim, fazer da pesquisa um elemento contribuinte ao processo que adentra. O antidogmatismo é o princípio que evita o colonialismo intelectual, pois assume que o conhecimento produzido pelo método não pode ser aplicado ou repassado de forma paternalista, como doutrina ou norma na relação sujeito-sujeito. A restituição sistemática tem a incumbência de analisar os pontos positivos e negativos, servindo como suporte desalienador na construção do conhecimento. Exige que os resultados da pesquisa retornem, de modo a serem divulgados de diversas formas, tanto em material prático como em publicações acadêmicas, que tais resultados sejam repassados de forma simples e acessível a todos, que a incorporação do pesquisador ou da pesquisadora integre os interesses do movimento em questão e da luta popular em geral. Assim, faz parte da pesquisa um momento posterior de popularização técnica do conhecimento produzido.

O quarto princípio do feedback para os intelectuais orgânicos é o que permite a circulação dos problemas entre variados grupos de base, a circulação das agendas, pautas e coordenadas práticas e teóricas estimulam o crescimento e a pluralização da esquerda como um todo. O quinto princípio, ritmo-equilíbrio de ação e reflexão, está ligado à responsabilidade do pesquisador/a de articular o conhecimento concreto com o conhecimento geral, o regional ou local com o nacional. Sendo capaz de equilibrar as práticas políticas à coerência do trabalho intelectual junto aos desejos e necessidades destas lutas. Por último, o sexto princípio, remete à ciência modesta e às técnicas dialógicas, isto significa pôr a pesquisa em situação com as necessidades e compromissos locais, no esforço de abrir vias de diálogo entre sujeitos, de modo a ultrapassar a centralidade universitária e acadêmica.

Estes princípios formam os traços lógicos por de trás da estratégia metodológica da pesquisa-ação, eles fornecem um guia para a prática da subversão do padrão de estudo das ciências sociais – que no período de teorização falsbordiana era ocupada predominantemente pela matriz funcionalista (Parsons)<sup>37</sup>. A pesquisa-ação propõe a afirmação de um paradigma

---

<sup>37</sup> Aliás, é nesta época que surge o problema da cooptação metodológica da IAP, especialmente em instituições do Norte global. Rahman (Fals Borda; Rahman, 1991, p. 43-45), colaborador de Fals Borda, aponta que nos finais dos oitenta uma série de universidades (Califórnia, Calgary, Massachussetts, Nacional de Colômbia, Hohenheim, Puerto Rico e Helsinki) e agências das Nações Unidas realizavam oficinas e seminários de pesquisa participativa para expandir sua atuação, propondo integração e sustentabilidade a partir da prática de pesquisa, no entanto, efetuavam avaliações a partir de critérios estadísticos, levando ao invés de criação de poder popular, repressão por parte de governos e interessados.

participativo que significa uma convergência teórica e metodológica autêntica e compromissada, no sentido ético, político e social. Nesta linha, Rahman (Fals Borda; Rahman, 1991, p. 45) faz saber que:

Esta decisión filosófica, ética y metodológica es una tarea permanente. Es más, debería ser llevada a un ámbito más general. Un investigador/activista de la IAP, ahora o en el futuro, no querría ayudar de forma irresponsable o temeraria a esas clases oligárquicas que han acumulado capital, poder y vastos conocimientos. Ellas mismas saben que han administrado mal tales recursos para la sociedad, la cultura y naturaleza, al avaliar e inventar estructuras opresivas y explotadoras.

Não apenas a afirmação de Rahman coloca de forma clara a posição ideológica que se está abordando na aplicação do método, como as técnicas da prática da IAP já mostram sua objetividade de estabelecer um contrapoder popular. São elas (Fals Borda; Rahman, 1991, p. 14-16):

- Investigação coletiva – se trata da coleta e sistematização de dados e conhecimentos objetivos resultantes de reuniões, sociodramas, assembleias populares, comitês, giras/encontros experimentais e demais atividades coletivas. Tal técnica permite uma validação social dos conhecimentos objetivos que trazem consigo valores positivos como o diálogo, a discussão, a argumentação e o consenso dentro da pesquisa das realidades sociais.
  - Recuperação crítica da história – esta técnica de pesquisa-ação se caracteriza por descobrir seletivamente a memória coletiva, traz elementos do passado que se demonstrem úteis para a defesa dos interesses das classes exploradas, levando às lutas do presente um aumento de conscientização. Sua aplicação pode se dar na forma de entrevistas, relatos vivenciais, contos e toda sorte de tradição oral que ligue o passado de certa comunidade para estimular proteções ideológicas e memórias coletivas que contribuam para a construção da história regional e nacional.
  - Valorização e aplicação da cultura popular – para realizar a mobilização de massas, é preciso reconhecer valores de elementos que são na maioria das vezes ignorados pela prática política em geral. A arte, a música, o drama, a cultura, a etnia, os esportes, as crenças, os mitos, os contos e a mais variada gama de expressões relacionadas ao
-

sentimento, à imaginação, às tendências lúdicas e recreacionais humanas constituem um aspecto de técnica da pesquisa-ação e mobilização.

- Produção e difusão de novo conhecimento – Esta técnica é integral à IAP, pois faz parte do princípio da restituição sistemática. Para que seja possível acabar com o monopólio do conhecimento, a pesquisa deve circular incorporando os mais variados estilos e procedimentos de sistematização de dados, ligando-se a consciência política e a habilidade de entender mensagens escritas, orais e visuais das comunidades/grupos de base e do público em geral. Assumir esta diversidade na produção e difusão do novo conhecimento é uma maneira de reconhecer as divisões internas do trabalho político ou social dos grupos de base.

Por meio destas técnicas de pesquisa iremos trabalhar no campo da ideologia e da luta ideológica, com especial atenção aos elementos teóricos que trouxemos até aqui. Ao nos lançarmos ao problema teórico do monismo – um problema de prática ideológica – procuraremos localizar indícios de sua “solução” – ou seja, de posições na luta ideológica local – em um estado prático. Esta será a premissa básica de nossa investigação, a relação de compromisso com a prática política local, para a partir deste compromisso, desenvolver uma prática teórica autocrítica que permite à teoria seu papel de ajustamento e autorreflexão da prática. Isto nos permite adentrar em possibilidades, elementos, particularidades e singularidades ainda não tomadas em consideração no nível teórico da luta ideológica. Será importante destacar as relações ideológicas de criticidade, negatividade e/ou complementariedade em relação a outras ideologias, culturas e aparelhos ideológicos. A concepção dialética materialista da teoria é justamente a condição prévia indispensável para compreender o campo da realidade, o campo das representações e o campo das subjetividades. No entanto, neste momento, é necessário que tomemos algumas questões metodológicas acerca desta sociologia da ideologia e do processo de entrevista que será realizado para mobilizar nossa prática teórica.

### *1.3.2 Sociologia da ideologia e processo de entrevista*

Para que a pesquisa-ação se fortifique com uma robusta coleta de dados do período em que ocorre, buscaremos nas obras *Crítica metodológica, investigação social & enquete operária* e *Metodologia da pesquisa-ação* de Michel Thiollent (1987; 2011), bem como, nos textos selecionados: *Sobre a utilização da entrevista Não-Diretiva em Sociologia* de Guy Michelat, e *Sociologia da Ideologia e Entrevista Não-Diretiva* de Jacques Maître (ambos

incluídos na Parte II de Thiollent, 1987), orientações para captar o campo ideológico que abarca simultaneamente o campo dos processos sociais e o campo dos processos subjetivos individuais. Este enlace entre campos deriva justamente do próprio conceito de ideologia, que está ligado às necessidades das coletividades e desejos das individualidades – o que articula os planos da sociologia e da psicanálise<sup>38</sup> no que se refere ao propósito sempre presente da ideologia.

Como se viu anteriormente (ponto 1.1), a concepção de ideologia remete à valores, sistemas de representações e sistemas de crenças que se realizam por interpelação, se inscrevendo na relação entre imaginário e condições de existência. Assim, as “identificações introjetáveis” no ser individuado estão sempre em uma tensão egóica com o que se pode entender como um tipo de ilusão social. Compreendemos que no decorrer da pesquisa-ação seja possível captar tais identificações, especialmente durante um processo de entrevista. Esta captação de informação na intersecção entre o social e o psicológico precisa atender alguns cuidados. Neste sentido, Maître (Thiollent, 1987, p. 221-223) dividirá o trabalho do processo de entrevista em duas fases: operacionalização e interpretação, destacando o tipo de entrevista não-diretiva como a mais adequada para uma sociologia da ideologia.

A fase de operacionalização irá conduzir a passagem da teoria à empiria, estabelecendo as hipóteses que concernem a coleta de dados. Quanto a seleção da amostra em uma pesquisa qualitativa, Guy Michelat (Thiollent, 1987, p. 199-200) dirá que os critérios não devem estar ligados a uma função probabilística ou de sentido representativo de um quadro estatístico, e sim, a sua exemplaridade, como a declaração de pertencimento a determinado grupo. No interior deste critério principal de exemplaridade, há de se considerar uma nova camada de critérios de diversidade. Estes critérios de diversidade compõem uma gama de variáveis estratégicas que estão permeadas pelas reflexões teóricas e possíveis estudos anteriores, sempre tendo em vista que a objetividade é dada pelo campo do problema estudado.

---

<sup>38</sup> Em *Além da gramática formalista: consequências teóricas da transferência na pesquisa social dos direitos humanos* (Acosta Junior, 2022), publicado em *Constitucionalismo no século XXI: em busca de novas gramáticas dos direitos humanos*, trabalhamos com uma problemática que articulou as relações de poder, as repetições e os laços sociais para repensar o reconhecimento das necessidades, vulnerabilidades e discriminações por meio de uma teoria crítica e social dos direitos humanos. Para outras abordagens críticas e em subjetividade, ver: *Manifesto Inflexivo: considerações intempestivas por uma cultura radical* (Herrera Flores, 2005), *Segundo manifesto: para ecologia dos afetos* (Warat, 2004), *Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação* (Safatle, 2020a) e *O circuito dos afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo* (Safatle, 2020b).

Por meio desta posição metodológica de valorização de critérios de representatividade qualitativa, o processo de entrevista se debruça em “amostras intencionais”, recorrendo a um pequeno número de pessoas que apresentam proximidade com determinado assunto. Em geral isto contraria o princípio da aleatoriedade usado especialmente quando o critério central da pesquisa é quantitativo. No entanto, há um princípio de intencionalidade, aplicado sistematicamente na pesquisa-ação, ele sustenta a ênfase nos aspectos qualitativos no contexto da pesquisa social<sup>39</sup>, adequando a coleta e análise de dados ao problema teórico investigado. A defesa do princípio da intencionalidade se faz pela importância social de grupos “mais avançados” do que a enormidade numérica da população, ou seja, as ideias e posições de uma minoria tornam-se relevantes na medida em que seria falso argumentar a ausência de tais ideias e posições pelo “peso” da maioria. Este tipo de pesquisa se dá especialmente para a avaliação política de grupos e de ideias em certa conjuntura ou movimento, o que leva a uma representação de ordem cognitiva, sociológica e politicamente orientada – permitindo balanços, aprendizados e reposicionamentos no decorrer da investigação (Thiollent, 2011, p. 70-73).

No que se refere a coleta de dados relativa à pesquisa qualitativa por meio de amostras intencionais, se sugere que a criação do roteiro de entrevistas seja realizada adicionando elementos explicativos às informações que orientam as respostas. Esta opção na formulação do questionário abre margem para comparações, digressões e outros tipos de raciocínios não conclusivos, permitindo aos entrevistados uma reflexão individual e coletiva a respeito dos fatos observados. Trazer a interpretação do entrevistado para a pesquisa é propriamente o objeto do questionamento. Isto porque a pesquisa política está interessada em tornar claro o objetivo de conscientização, que será ampliado na fase posterior de divulgação dos resultados (Thiollent, 2011, p. 74). Este efeito de “explicação” contido no dispositivo de entrevistas é uma característica fundamental para o tipo de entrevista não-diretiva que se está a propor. A estruturação do questionário de maneira rígida (diretiva) eliminaria os traços de atenção flutuante e não-diretividade que são imprescindíveis para trabalhar sob a lacuna ideológica criada entre a ação e pensamento.

A fase de interpretação realiza o movimento inverso da operacionalização, procede uma avaliação dos dados recolhidos, pondo-os em contato com a validação ou invalidação da

---

<sup>39</sup> Sobre a relação entre pesquisa qualitativa e subjetividade, ver: *Investigación Cualitativa y Subjetividad* de Fernando González Rey (2006).

hipótese sustentada pela problemática teórica. É importante esclarecer que, mesmo que a pesquisa se dê nos planos da sociologia e da psicanálise, a interpretação é rigorosamente sociológica, não havendo abertura para uma interpretação psicanalítica dos dados. O que está referenciado pela psicanálise é o nível relacional entre: (a) entrevistador e entrevistado; (b) relação analista e *corpus* das entrevistas. É importante destacar que este nível relacional possibilita uma estratégia retardamento da categorização, evitando a pré-categorização, característica dos procedimentos de entrevistas diretivas. Este ponto é abordado por Thiollent (1987, p. 96) nos seguintes termos:

Na prática da entrevista não diretiva, o retardamento de categorização corresponde a uma tentativa de minimizar o efeito de rotulagem dos comportamentos, das opiniões, atitudes ou crenças, num primeiro momento, pelo entrevistador e, num segundo momento, pelo pesquisador principal. Não basta a captação de um sinal isolado na fala do entrevistado para que ele seja imediatamente categorizado em função das preferências arbitrárias dos pesquisadores. Por exemplo, em resposta a uma pergunta aberta, o sinal “a mulher deve apanhar de vez em quando” não basta para classificar, sem demais considerações, o sujeito na categoria dos fascistas. A liberdade de propósito que é estimulada na situação de entrevista não-diretiva deve permitir ao entrevistado a emissão do maior conjunto de sinais possível. O pesquisador está, então, em melhores condições para atribuir uma significação ao discurso captado e, eventualmente, após leituras sucessivas, dar uma satisfatória categorização de seus diversos elementos. Isto corresponde ao retardamento da categorização que sempre é relativo. Não existe critério formal para decidir a partir de que momento se ultrapassa a fase de rotulagem apressada para uma fase de categorização adequada, nem para decidir até quando a categorização pode ser retardada.

...o objetivo consiste em procurar, ao contato das pessoas envolvidas na situação ou no acontecimento pesquisado, um conhecimento não conceitualizado ou não categorizado que seja relativo à experiência vivida. O conhecimento é obtido no plano da intersubjetividade pesquisador/pesquisado e pretende restituir a representação ou o ponto de vista do indivíduo-ator de sua situação. Neste contexto, corre-se o risco de diluição do conhecimento na linguagem do vivido, que, sem dúvida, é simétrico ao risco de categorização “forçada” (“enlatamento” ou “rotulagem”).

Para dar conta desta margem que é aberta na operacionalização da entrevista não-diretiva, Thiollent (1987, p. 97-98) irá propor que haja uma troca aberta na relação entrevistador e entrevistado, evitando que o processo de entrevista seja um momento fechado e unilateral. No que se refere ao agrupamento dos resultados, Thiollent sugere que sejam realizados dando atenção à relação entre as categorias teóricas e as categorias de observação. Assim, o desenvolvimento da interpretação vai do conteúdo manifesto ao conteúdo latente, refazendo o raciocínio latente ou “afetivo”, de modo que o pensar de cada indivíduo seja considerado uma singularidade que enlaça o nível social que participa.

Guy Michelat (Thiollent, 1987, p. 204-206), embasando-se no procedimento de escrita de Lévi-Strauss, dirá que a interpretação deve ser conjugada com uma técnica de impregnação. Trata-se da leitura repetida das entrevistas, o que irá suscitar a interpretação a partir do

relacionamento dos elementos que estão no *corpus* das entrevistas. A interpretação procede a inscrição de algo além da literalidade da frase, amplia e faz referência ao contexto sociológico. Por sua vez, na interpretação é preciso considerar que a representação não é única, senão formada por cadeias associativas que são condensadas na narrativa manifesta. Este efeito discursivo de condensação, ou sobredeterminação, mostra como é possível a realização do compromisso no entremeio do campo dos processos sociais e do campo dos processos individuais subjetivos.

A não-diretividade se expressa de maneira ambígua, isto porque se por um lado a liberdade de exploração do questionário pelo entrevistado proporciona a captação de sua singularidade, por outro lado, esta oportunidade de derivação dá ao pesquisador a impressão de que a entrevista se encaminha para “fora do campo”. No entanto, nada mais enganoso, há que se ver a derivação discursiva como oportunidade de ligar singularidade, histórias de vida, afirmações de compromisso político e vínculos com os grupos sociais, como coloca Michelat (Thiollent, 1987, p. 207):

O analista não pode negligenciar nenhum elemento da entrevista, não pode saber se está realmente “fora do campo” o que assim lhe parece. Isto explica a dificuldade de utilizar como não-diretiva uma entrevista recolhida em anotações escritas e não integralmente gravada e retranscrita para a análise.

A experiência mostra justamente que o que aparenta estar “fora do campo” possui muitas vezes uma importância capital. Forçando nosso propósito, poderíamos dizer, de outra maneira, que se fosse possível saber *a priori* o que está “no campo” e o que não está, isto significaria que já se conhece o resultado da análise e, neste caso, seria inútil realizá-la ou, pelo menos, seria preferível passar a uma outra fase da pesquisa. De fato, a pesquisa por entrevistas não-diretivas é justamente destinada a suscitar e a alimentar as hipóteses.

A análise interpretativa dos detalhes que evocamos está ligada com o fato de considerarmos o que há de mais concreto no discurso de indivíduos singulares, com determinadas características, com histórias de vida particulares, através de sua filiação a grupos com características sociais definidas. Isto implica igualmente que é indispensável conservar todos os elementos que permitem reconstituir a lógica própria à entrevista de um indivíduo particular. Isto é, não separar cada elemento de seu sistema de relações. Com efeito, é a partir desse sistema de relações que serão tornadas possíveis as interpretações. Cada entrevista é considerada em sua integridade e sua totalidade, incluindo todos os elementos disponíveis que evocamos na definição do *corpus*.

Como se pode ver, é central para nossa estratégia metodológica uma abordagem do sistema de relações, pois ele mantém a materialidade do conjunto teórico em conexão com a situação do entrevistado. Análogo ao procedimento de abordagem dos mitos de Levi-Strauss, seria possível tratar o compromisso de forma não-abstrata, situando-o como proveniente de determinada sociedade. Esta abordagem permitiria elaborar um esquema provisório montado pela totalidade de entrevistas. Uma construção que progrida na medida em que os elementos

analisados das entrevistas vão se integrando ao todo teórico, de maneira a constituir um universo político, intelectual, afetivo, familiar, etc.

A construção da interpretação, na medida da leitura das entrevistas, vai desempenhando o papel de aprofundamento e re colocação dos problemas. É tarefa do pesquisador simplificar e, ao mesmo tempo, enriquecer a teoria, tomando as incoerências como oportunidades de debate ou de reconstituição do raciocínio para emergências manifestas da situação. No entanto, é preciso destacar, “teoricamente, a análise não tem fim” (Michelat *in* Thiollent, 1987, p. 209-210), isto significa que é necessário parar quando o modelo teórico atinge certa estabilidade. No que se refere à validade do modelo obtido como resultado da análise, o único critério que se pode apresentar é a coerência interna do modelo, para isto, Michelat defende um trabalho exaustivo no material das entrevistas.

Para que nosso estudo-ação atingisse esta estabilidade teórica que aponta Michelat, procedemos com a técnica de impregnação, fazendo da própria exposição teórica a exposição do conteúdo coletado nas entrevistas. Pode-se adiantar que elaboramos com isto uma sistematização da pluralidade política da esquerda local de Itaúna, tomando o caráter geracional como apreensão das mudanças ideológicas internas na esquerda. Ademais, foi possível reunir elementos do campo relacional da luta ideológica que envolvem a vida social da cidade, as forças militantes o caráter de enfrentamento do processo de radicalização monista, especialmente no que se refere ao acirramento da violência política por conta do próprio compromisso assumido.

O nosso estudo-ação será realizado em dois momentos (capítulos 2 e 3): uma exposição da conjuntura ideológica que vai da crise nacional pós-2013 à criação de uma situação fascista no nível local de Itaúna, levantando no nível das individualidades e coletividades os seus campos da realidade, das representações e das subjetividades<sup>40</sup>, incluindo práticas políticas. Posteriormente, a elaboração de uma autocrítica da prática política em que se pode trabalhar as diferenças internas da esquerda, tornando nossa prática teórica sensível aos limites e possibilidades de transformações no campo da luta ideológica. Seria interessante afirmar que situamos o pluralismo político crítico como estratégia na luta ideológica da esquerda local, permitindo dar destaque às tendências políticas, movimentos e aparelhos ideológicos que

---

<sup>40</sup> Estes campos são teorizados por Félix Guatarri (2024, p. 48) ao abordar os agenciamentos coletivos de enunciação, em *A revolução molecular*.

aparecem como parte do tensionamento do universo ideológico da cidade. Vale ressaltar que nossa presença e descoberta do campo de pesquisa, aproximação dos problemas práticos e prioritários das pessoas, grupos e ações decorrentes do embate político-ideológico ocorreu no período de setembro de 2021 à junho de 2023. A viabilidade da intervenção que será realizada está ligada diretamente aos apoios, convergências e divergências que foram encontradas nas posições políticas das pessoas em encontros individuais e coletivos. O tempo de um ano e seis meses até a primeira entrevista realizada mostrou que a inserção no campo da pesquisa-ação, em meio aos espaços de militância requer uma paciência sensível à formação das coletividades, elemento essencial para uma autêntica vivência no campo político e ideológico. As entrevistas foram realizadas em fevereiro, março e abril de 2023, após este longo tempo de inserção-participação em mobilizações de rua, eventos, grupos de discussão e reunião, foi possível não só a elaboração da problemática deste estudo-ação, como um enlaçamento afetivo valioso para a pesquisa e para este pesquisador.

O roteiro de utilizado nos processos de entrevista pode ser conferido no **APÊNDICE A**.

A escolha pela cidade de Itaúna no Estado de Minas Gerais se deu pelas circunstâncias de necessidade de trabalho e compromisso afetivo deste pesquisador, mas além disto, se fez por um compromisso real com a teoria crítica. Isto porque nos parece clara a necessidade de construir uma nova crítica e autocrítica desde o local, junto à esquerda, que pense e se ponha a agir no registro do possível. A expressão provocativa dos zapatistas “¿Y tú que?” (Subcomandante Insurgente Galeano, 2015, p. 56), resume muito bem toda a digressão que se pode fazer sobre o tema da nova crítica e da autocrítica. Quer dizer: a discussão passou a ser prática, não parece plausível sustentar um pensamento crítico que gire em falso sob conceitualizações excessivas ou afirmações normativas ideais. As posições cognitivas, epistêmicas e metodológicas precisam adentram o plano da materialidade estruturante e dos agenciamentos coletivos, de modo a atuar na sustentação política destes. Este é claramente o desafio da crítica e da autocrítica do presente. E, é por isto que a pesquisa-ação aparece como escolha estratégica na produção do conhecimento, para que se possa fazer esta transição da academia à política.

A escolha por Itaúna como campo de pesquisa-ação trouxe um problema que deve ter a atenção da esquerda pós-2013, a preocupação com a política no interior do Brasil, nas regiões mais distantes das metrópoles. Nestas regiões as posições emancipatórias costumam ser não só escassas como fortemente atacadas, como veremos. Contou-se com 20 entrevistas interpretadas, a partir delas foi possível relacionar com oito coletividades ou grupos de base locais que

representam a luta ideológica em algum nível, são eles: (a) Casa Socialista Irmã Benigna; (b) Partido dos Trabalhadores (PT); (c) Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e sua juventude, movimento Manifesta; (d) partido Unidade Popular pelo Socialismo (UP) e sua juventude, União da Juventude e Rebelião (UJR); (e) União da Juventude Antifascista de Itaúna (UJAD); (f) Sindicato dos Metalúrgicos e Oficinas Mecânicas de Itaúna; (g) Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SindUTE – Subsede Itaúna); (h) Cooperativa de Reciclagem e Trabalho (COOPERT); (i) Gabinete Nós por Nós.

Neste primeiro capítulo lançamos as bases teóricas, epistêmicas e metodológicas fundamentais para a prática de pesquisa de um pluralismo político crítico. Ao abordar o monismo como uma prática ideológica de dominação foi possível desenvolver no nível teórico como as classes dominantes exercem seu poder no nível da intelectualidade, da pensabilidade e da ação, havendo uma profunda correlação entre dominação material e ideológica. Destacamos a necessidade de uma crítica profunda que vá além da análise superficial das ideias dominantes, propondo uma posição política materialista que enfatiza a análise da correlação de forças como base para a ação política.

Além disto, mantivemos uma posição crítica às abordagens teóricas do pós-modernismo que relativizam a luta de classes e a exploração econômica praticada pela burguesia, diluindo a capacidade de resistência coletiva em favor de narrativas fragmentadas e individualistas. A crise do marxismo que surge não apenas da repressão política e da propaganda anticomunista, mas também de interpretações reducionistas que negligenciam a riqueza do materialismo dialético como ferramenta de análise e transformação social levaram a esquerda a um processo de desorientação política, perdendo de vista seu horizonte de afirmação do socialismo. Diante disto, buscamos condições de reorientação da prática teórica, entendendo que a dialética pluralista, sem abdicar do materialismo, permite recolocar uma abordagem imanente da luta ideológica.

Procurou-se, neste capítulo, destacar a pesquisa-ação como metodologia, expondo uma abordagem que não apenas analisa, mas que também se insere o pesquisador ativamente no contexto social e político, contribuindo para a transformação concreta da realidade. Essa prática teórica e política nos permite confrontar as estruturas monistas de poder, revelando suas limitações e abrindo espaço para práticas mais intensificadoras, inclusivas e plurais. Destacamos também a importância de um posicionamento político materialista, que se fundamenta em uma compreensão dialética das relações de poder e que busca intervir de forma prática nos processos sociopolíticos em curso.

Ao avançar para o segundo capítulo, nossa atenção se volta para a conjuntura ideológica e a pluralidade política em um panorama que abrange desde o nível nacional até o local. Começaremos por analisar eventos significativos que moldaram o cenário político brasileiro nos últimos anos, incluindo o ressurgimento das lutas insurgentes em 2013, o golpe parlamentar de 2016, e a ascensão do bolsonarismo com seu governo a partir de 2018. Essa análise não apenas contextualiza o ambiente político atual, mas também evidencia a resistência emergente em face dessas transformações. No nível local, em Itaúna, procederemos uma técnica de pesquisa de recuperação crítica da história da cidade, para, posteriormente, explorar o papel transformador de três gerações distintas da esquerda local. Do democratismo à juventude antifascista, examinaremos como essas gerações contribuíram para moldar um movimento político pluralista capaz de tensionar a ideologia conservadora. Essa transição do teórico para o concreto prepara o terreno para o terceiro capítulo, onde uma autocrítica das práticas políticas e teóricas será essencial para fortalecer a resistência à dominação ideológica monista e evidenciar práticas políticas e teóricas qualitativamente mais eficazes para a emancipação social.

## 2 CONJUNTURA IDEOLÓGICA E PLURALIDADE POLÍTICA LOCAL

O primeiro capítulo desta tese estabeleceu os fundamentos teórico-metodológicos do pluralismo político crítico, enfatizando a crítica ao monismo como prática ideológica de dominação e a importância de uma posição política materialista para enfrentar as dinâmicas de poder contemporâneas. Utilizando a pesquisa-ação como metodologia central, buscamos não apenas compreender, mas também intervir diretamente nos processos sociais e políticos, destacando a necessidade de práticas que se inserem ativamente na realidade para promover mudanças concretas. A crítica ao pós-modernismo e à crise do marxismo nos permitiu refletir sobre a relevância e os desafios de uma abordagem dialética que reconhece a pluralidade como um elemento vital da luta ideológica. Com esses elementos em mente, avançamos para o segundo capítulo, onde analisaremos a conjuntura ideológica e a pluralidade política em diferentes escalas, desde o nível nacional até o local. Este capítulo irá explorar eventos significativos que moldaram o cenário político recente no Brasil, permitindo-nos entender como essas dinâmicas se manifestam e são contestadas no contexto particular de Itaúna.

É de importância lembrar que a eficiência da estrutura política brasileira está adequada ao modelo político monista do sujeito histórico burguês, o que significa que o espaço plural está constantemente mediado pela forma democrático-burguesa, resultando em uma correlação de forças estruturada da seguinte maneira: radicalismo burguês, reformismo e “pressões dentro da ordem”. Este esquema de Florestan Fernandes toma em conta o efeito político-ideológico contrarrevolucionário que é próprio da sociabilidade capitalista dependente. A reação societária, de que nos fala Florestan (2020, p. 325-326), têm lugar no campo da luta ideológica, ela traz elementos que permitem à classe dominante reforçar a repressão e suprimir as “pressões dentro da ordem”, jogando-as para fora do sistema democrático por meio de um forçamento tático-discursivo. Este regime discursivo põe a esquerda e o tipo de pluralidade política e social que ela defende como “pressões **contra** a ordem”, forçando o campo da ordem de maneira moral e valorativa por meio de uma assumida guerra cultural ou de valores. Em síntese, trata-se do uso da estigmatização de quem opta por defender a transformação social. São utilizados recursos morais, legais e políticos para deslegitimar a posição da luta, impedindo uma melhor articulação da subversão e da revolta em relação ao regime vigente.

Florestan entre 1973 e 1974, irá elaborar sob o conceito de autocracia burguesa uma compreensão heurística/interpretativa do modo de realização do capitalismo no Brasil, cuja temporalidade periférica está ligada a compreensão do movimento geral da sociedade capitalista mundial. Quase 20 anos depois, a ideologia dominante afirmava a negação do sujeito histórico, na conhecida tese do fim da história de Francis Fukuyama datada de 1989. Sua tese

dirá que o capitalismo e a democracia burguesa constituem o ápice histórico da humanidade, restando-nos tomar parte neste projeto de estruturação do mundo. Este período abre um tempo paradoxal de radicalização política, teórica, filosófica e também de reposicionamento ideológico da esquerda no mundo e na América Latina, como vimos anteriormente. No entanto, o que cabe se ocupar neste momento é que o Brasil da segunda década do século XXI vai mostrar, a partir de seus próprios conflitos internos, que a luta ideológica de alta intensidade – com seus movimentos e posições – se abre novamente, especialmente após as sublevações populares de 2013, e, é neste momento em que desponta uma direita radicalizada que reconfigura o campo político, efetivando um processo contrarrevolucionário.

Em *Ideologia, Estado e Direito* (Wolkmer, 2003, p. 150-153), veremos que há um problema relativo às ideologias políticas, uma argumentação quanto a um estado de arrefecimento e retorno das lutas ideológicas. Este declínio estaria relacionado com a etapa de desenvolvimento econômico ou então, com a condição de uma sociedade pós-industrial. Este tipo de proposição teórica que reivindica uma neutralidade não-ideológica está, segundo Wolkmer, alicerçada no conformismo, na mistificação acrítica e numa nova projeção do discurso simbólico. No entanto, se usarmos esta ideia de aparência momentânea, pode-se dizer que o período de 1988 até as insurreições de 2013 se projetou como um tempo de neutralidade democrática que suspendeu, até certo ponto, a violência das lutas ideológicas e a crise da democracia liberal.

A insurgência, que normalmente toma a forma de “sociedade contra o Estado”, é a oportunidade de tornar a luta em ruptura e este objetivo é elementar para luta ideológica. Agora, 10 anos após os levantes de 2013 é possível dizer que a ruptura no tecido social foi aproveitada pela direita – como antecipado por Florestan Fernandes. Vencedora desta primeira fase, a extrema-direita instaurou um claro processo de radicalização monista, de modo a atacar a classe trabalhadora em suas diversas lutas. Sua força advém da oposição às pautas emancipatórias, e para tanto, lança mão da militarização da vida social, da proliferação do discurso de ódio e de um falso nacionalismo para chegar ao poder. Para nós, o bolsonarismo é expressão radicalizada do monismo em suas dimensões políticas e ideológicas, pois se caracteriza pela formação – submetimento e qualificação (Therborn, 1987) – de uma subjetividade capaz de perpetuar a acumulação primitiva necessária para integrar o país no mercado mundial. Ao mesmo tempo, tal subjetividade está apta a estabelecer uma guerra de valores no seio da sociedade civil fazendo uso da luta ideológica.

A ocorrência do bolsonarismo reinstala o dilema latino-americano *Socialismo ou fascismo*, escrito por Theotonio dos Santos (2018) em 1977, quando exilado no México, diante

da ditadura militar brasileira e depois de deixar o Chile, decorrido o golpe contra Salvador Allende. Para Theotonio, a superação da dominação político-estrutural passaria por três etapas: a) a decadência do “coronelismo”, seja na substituição destes pela burguesia ou pela mobilização camponesa em torno de seus próprios interesses; b) a superação do populismo, forma de participação política mais popular na América Latina, em que uma liderança encarna o defensor do povo, dos oprimidos; c) a radicalização da política de esquerda ultrapassando a ideologia e a política de conciliação.

Considerando tais elementos, adotaremos uma posição de inserção no processo social da luta ideológica, de modo a pensar em outra escala, não-continental, com o objetivo de criar condições teóricas locais, de conscientização e aprendizados de uma “política menor” (Lazzarato, 2006), mais relacional e de reconhecimento de pessoas e grupos. Se “o pluralismo de valores, favorece a própria dessacralização da ideologia” – como coloca Wolkmer (2003, p. 153), utilizando-se das palavras de Pierre Ansart – o pluralismo dos valores político locais, a que nós lançamos a pesquisar junto à esquerda, apontará objetividades em curso, possivelmente diferentes e menores do que a teoria crítica de proporção continental tem apontado. Mas mesmo que não situemos nossa teorização no nível continental, ainda estamos comprometidos com a defesa inflexível do socialismo e com o horizonte da luta de classe e demais lutas ideológicas. Neste sentido, tomar a prática política e a prática teórica em sua dimensão local é fazer uma aposta na ação das pessoas e na composição de grupos, partidos, sindicatos e movimentos, trazendo destes encontros sentidos e conteúdo para futuras críticas e autocríticas.

## **2.1 Conjuntura da luta ideológica: do nacional ao local**

Entre o estabelecimento da categoria de monismo e o trabalho de investigação junto a prática política da esquerda, vemos a necessidade de produzir uma conjuntura política nacional no interior de nossa prática teórica, para posteriormente reconhecer a pluralidade que forma a unidade contraditória da esquerda local. Em termos teórico-metodológicos é preciso lançar-se a um momento exploratório que descobre o campo de pesquisa como conjuntura ideológica. Trata-se de fazer um levantamento da situação, os problemas prioritários e, inclusive, práticos que aparecem, no nosso caso, durante a luta ideológica. A teoria, por vezes, se faz injusta com as práticas de luta local, pois a posição teórica e intelectual sem inserção nas práticas sociais ou políticas facilita a adoção de uma postura isolacionista, facilitando críticas que não contam com um compromisso participativo e relacional. O intelectual-observador permite-se um “assalto aos céus” sem responsabilidade com a luta concreta, por vezes, incorrendo até mesmo em

hostilidade em relação às forças sociais dispostas no campo político. Para nós, recorrendo a formulação de um militante que lutamos ao lado e tivemos como entrevistado, “a política é a arte de se relacionar”, portanto, nossa apreensão teórica só se permite avançar ligando coletividades, capacidades e compromissos. Esta seria, portanto, a objetividade prática de um pluralismo político crítico e emancipador.

A exposição desta fase exploratória se dá como um momento de privilegiar pontos fundamentais para a construção da realidade objetiva. Ainda, cabe destacar que, embora a fase de pesquisa-ação ocorra de setembro de 2021 à abril de 2023, nossa vivência e ponto de ruptura na luta ideológica teve início em 2013 na cidade de Porto Alegre. Desde lá, dedicamo-nos a reunir e estar lado a lado de outras pessoas que lutam para discutir, pensar e reformular os caminhos de um pensamento crítico de tipo coletivo. Nas próximas páginas, será posto em evidência o problema geral da prática da luta ideológica pós-2013, isto porque entendemos que a ofensiva ideológica monista que culmina no bolsonarismo e nos desafios da esquerda atualmente são originários deste período de insurreição. Deste modo, examinaremos este período para, posteriormente, iniciar a exposição de nossa pesquisa-ação em Itaúna-MG.

Em 2017, em um evento denominado *Devires Comunistas* – organizado pelo Coletivo Máquina Crítica de Porto Alegre/Colômbia –, a cientista política, advogada, atriz e professora de Ciências Sociais na UNIRIO e do mestrado em Psicanálise e Políticas Públicas da UERJ, Clarisse Gurgel realizou uma intervenção sob o título: *Voltar a desejar. Devires comunistas em meio à indeterminação*, a intervenção aponta um diagnóstico da esquerda que, em nossa interpretação, marca o tipo de pesquisa necessária para sair do estado de apatia que era o mal-estar predominante do pós-2013. Gurgel (2018) destaca que:

O ano de 2013, sem dúvida nenhuma, foi um momento de ápice de levantes sociais no Brasil, os quais ganharam uma feição popular e, em seguida, sofreram certo transformismo, incorporando pautas que podemos atribuir à extrema-direita. Em especial, esta última pegou carona na crítica às instituições burguesas democrático-liberais: o voto e o parlamento, por exemplo. “Transformismo” é um conceito gramsciano. Ocorre nas situações em que o conteúdo de uma reivindicação ou de uma mobilização é radicalmente transformado e, na ausência de uma ferramenta organizativa forte, encaminha-se em direção a uma política personalista. Sem dúvida, o que as forças organizadas da direita buscavam, em 2013, era forjar nomes em meio à efervescência das ruas, dado que suas agremiações vivem até hoje uma grande crise de quadros. Em 2013, o que eles ensaiavam era um transformismo do conteúdo enunciado nas ruas, pegando carona na crise dos partidos e buscando fazer daquela mobilização um terreno fértil para forjar novos quadros para a direita.

Após uma análise do período, que retomaremos no próximo tópico, ela situará uma crítica da ação política, diferenciando temporalidade e espacialidade da esquerda e da direita.

Há um descompasso temporal-espacial na esquerda, pois a direita – diante da oportuna chance de transformismo – passou a nomear seu fantasma, chamando-o de PT, de esquerda ou de Cuba... A direita, segundo Gurgel (2018), mostrou estar apta a conduzir a luta a partir de um tempo acelerado, especialmente por não se comprometer com um projeto consistente de futuro, trabalha nos termos de uma projeção constantemente indeterminada – próximo ao pós-modernismo. A esquerda, por outro lado, possui uma temporalidade de médio e longo prazo, este é o motivo de nossa primeira derrota, aponta a linha política da pesquisadora. Desta maneira, pode-se dizer que o espaço da direita não é o mesmo espaço que o da esquerda, enquanto a direita usa um espaço massivo dos veículos de massa, a esquerda tem seu espaço no *local*, local de trabalho, de moradia, de estudo. Assim, o espaço da esquerda também é reduzido, para Gurgel (2018), será preciso ter a humildade de dar dois passos atrás, fazer um esforço de trabalho de militância em espacialidades que não possuem uma dimensão massiva. Seria preciso então, recuperar a perspectiva de unidade na própria esquerda, para posteriormente, construir e conquistar uma dimensão de massa.

Pode-se delimitar esta abordagem como a situação inicial de nossa prática teórica, tornando a luta ideológica um problema prático de, no mínimo, médio prazo, e que deve encontrar vez e consistência nas espacialidades, ou seja, de maneira local e comprometida. A intenção de aplicação da teoria do pluralismo político crítico é de adentrar a esta possível pluralidade de um sujeito social, político e coletivo pouco consistente em termos de massificação ou, até mesmo, de mobilização. Neste sentido, não se pode negar que há pessoas encarando conscientemente o desafio da luta ideológica, e elas são atravessadas por situações de interpelação, expostas à materialidade conflituosa e relacional das ideologias políticas, com seus aparelhos de opressão e repressão. Como pesquisa-ação no campo da luta ideológica, o pluralismo político crítico empreende esforços junto a estas pessoas e tem por objetividade reunir conteúdo para a formação teórica local.

### *2.1.1 2013: ressurgimento da luta ideológica no Brasil*

O caráter de ruptura do ano de 2013 no Brasil abre uma lacuna para a debate sociopolítico do país, mostra que há algo que excede os limites do capitalismo e da democracia burguesa – colocando abaixo a ideia do fim das ideologias. Pode-se entender o ano de 2013 como o reconhecimento de uma impossibilidade, uma abertura para algo ainda não realizado. Após este acontecimento político tem-se o início de uma aguda luta ideológica, que começa com estas revoltas ocorridas de junho à novembro e que fixam o Brasil no mapa das primeiras

insurgências século XXI, somando o país aos levantes da Primavera Árabe (2010-2011), ocorridos em diversos países do Oriente Médio, ao Occupy Wall Street nos Estados Unidos (2011) e aos Indignados na Espanha (2011). Esta indicação de amplitude mundial vai mostrar que em maior ou menor medida há uma fratura nas democracias liberais-burguesas, um rompimento da relação entre governantes e governados, como aponta Manuel Castells (2018, 7-10) em *Ruptura: A crise da democracia liberal*.

As manifestações deixaram uma nova percepção das condições de governo da esquerda, em especial do PT e, em geral, se tornaram claros os limites da indignação e da revolta popular. Embora não concordemos com as conclusões teóricas apontadas por Eugênio Bucci (2016), seu trabalho *A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*, traz uma interessante descrição dos temores e inconsistências do período. A primeira delas, também apontada por Vladimir Safatle em *Só mais um esforço: como chegamos até aqui ou como o país dos “pactos”, das “conciliações”, das “frentes amplas” produziu seu próprio colapso* (2022), é de como a posição do Estado se estabelece como um tipo de surdez absoluta e insistente, fazendo de seu braço militarizado a via “padrão” de mediação mais direta da crise política. Isto mostra o tipo de conflito que estava sendo gerado no interior da esquerda. É importante considerar que a amplitude da revolta estava em sintonia com as lutas que eram travadas naquele momento, foram registradas mais de 2.050 greves no ano, mais do que o dobro do ano anterior. No entanto, o lulismo<sup>41</sup> – como ideologia mais acabada do PT – estava pouco aberto a críticas, escalando cada vez mais o conflito e negando a pluralidade de demandas e reivindicações que apareciam no cenário do conflito.

Com as contradições se asseverando, os registros de feridos aumentando e as manifestações tomando uma guinada contra a violência policial, que só aumentava, o governo passou a se fechar cada vez mais, assumindo uma posição monista, de fechamento em relação às pautas trazidas pelos manifestantes. Se utilizando da mesma estrutura lógica implementada historicamente pela burguesia, que se resume à repressão e violência aos movimentos e às manifestações populares, o governo petista mostrava a persistência do modo de racionalização

---

<sup>41</sup> Para uma revisão crítica do lulismo, ver: *Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica* (Ab’Sáber, 2011), *História do PT* (Secco, 2011), *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista* (Braga, 2012), *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador* (Singer, 2012) e *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil* (Sader, 2013). Vale conferir uma posição política socialista do PT escrita por Florestan Fernandes para o I Congresso do Partido dos Trabalhadores em *Reflexões sobre a construção de um instrumento político* (Fernandes, 2019).

da vida social por parte do Estado, reduzindo sua atuação em controle e repressão. Ademais, a prova da orientação do governo pelo modo de funcionamento de uma normatividade monista-burguesa é, não só o reforço dos aparatos de repressão para o controle das ruas, mas, sua manifestação jurídica com a aprovação da lei antiterrorismo (nº 13.260 de 2016) por iniciativa de Dilma Rousseff. Esta posição política marca a criminalização de movimentos sociais e populares, bem como, o avanço de parâmetros normativos em prol de um Estado de exceção no Brasil (Bonfigli; Peixoto, 2018).

Um segundo ponto, que apresenta Junho de 2013 como a abertura de uma nova luta ideológica no país, é que além de produzir a crise das funções gerais de governo à época, as ruas foram capazes de questionar amplamente o papel da polícia, da repressão, da democracia representativa e da política econômica que se atrelava aos megaeventos e em especial à Copa de 2014 – mostrando limites da sociabilidade capitalista. Em *Junho: a rebelião fantasma* organizado por Breno Altman e Maria Carlotto, Raquel Rolnik e Roberto Andrés, autor de *A razão dos centavos* (Andrés, 2023), irão apontar a confluência de três “rios” diferentes de mobilizações que desaguam em 2013. O primeiro, de caráter histórico, está marcado pelo ano de 1880 do período imperial quando no Rio de Janeiro ocorre a primeira revolta por causa do aumento do preço da passagem dos bondes puxados por animais, resultando em fúria popular, prisões, mortos e feridos, desde então, a história se repete pelo país. Os anos de 1909, 1929, 1930, 1946, 1950, e as décadas de 1970 e 1980 aparecem no ciclo de motins e levantes que problematizavam a questão do transporte público, segundo Rolnik e Andrés (2023, p. 17-18). O texto de Lucas Monteiro (2023, p. 27-35), *A premência do transporte*, mostra de forma muito intensa a participação e organização do Movimento Passe Livre (MPL), junto a um balanço da situação criada em 2013. Sem dúvida, pode-se dizer que se trata do curso histórico e do movimento mais central para pensar 2013 – traz elementos fortes para contrapor o argumento sobre espontaneidade do período. Igualmente, não se pode deixar de citar o papel do coletivo Bloco de Lutas de Porto Alegre que teve este mesmo papel de ignição dos protestos (Bonfigli, Schwartz, 2017).

Um segundo curso (Rolnik; Andrés, 2023, p. 18-19), mais recente, teria sido formado por um novo ciclo de lutas por direitos que dizem respeito a formas de vida. Este curso dá conta de um amplo e horizontal setor da população que pauta os temas do meio ambiente, reprodução social e serviços públicos, e que tomaram escala em nível nacional em 2010. Trata-se de um conjunto de movimentos de tipo urbano que giravam ou giram entorno do transporte, reivindicações de uso do espaço público, em defesa de bens comuns urbanos, preservação de praças e parques, incentivo de políticas de mobilidade urbana, como ciclovias, por exemplo.

Neste mesmo ciclo estariam uma larga juventude metropolitana que fora beneficiada pelas políticas de inclusão dos governos do PT, o contingente de uma geração que represava pautas de lutas populares anteriores, como a “legalização das drogas, a denúncia do genocídio negro e o racismo, os direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIA+”.

O terceiro curso (Rolnik; Andrés, 2023, p. 19-21) registra a pauta anticorrupção, cujo objetivo seria a crítica ao modelo político brasileiro de distribuição de privilégios por meio da máquina estatal, uma crítica característica da direita das classes médias, concentradas por históricas oposições aos governos José Sarney, Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. Com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo do país em 2003 e 10 anos de mandato, os movimentos anticorrupção recomeçaram especialmente em entidades não vinculadas a partidos, cabe destacar, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) e o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Estas organizações se somavam a movimentos de oposição ao PT<sup>42</sup>, abrindo oportunidade para a radicalização da direita no país, marcada por uma posição ultraliberal na economia, conservadora nos costumes e com forte apoio à militarização e criminalização da esquerda e dos movimentos populares.

Estes três cursos delimitam de maneira geral a pluralidade de pautas e expressam o modo como os limites da sociabilidade capitalista no século XXI são expressos e diferenciados na contingência de sujeitos políticos já formados, orientando-nos sobre as tendências em disputa<sup>43</sup>. A revolta de 2013 marca a crise da vida social que se expressa nas grandes cidades (e em sua gestão), passa pelo lugar marcado da segregação urbana, do racismo estrutural e da má qualidade de serviços públicos, sem falar na blindagem social e política criada por elites de diferentes extratos. Rolnik e Andréas (2023, p. 21-22) destacam de forma clara:

As revoltas pelo transporte que marcaram a história do país dizem respeito à precariedade das cidades e das formas de deslocamento, mas não só isso. Trata-se de um modelo de gestão urbana que beneficia os negócios e seus agentes: proprietários de terra, empreiteiras de obras viárias, empresários do transporte, fabricantes de

<sup>42</sup> Dentre estes movimentos estavam Movimento Brasil Livre (MBL), movimento Vem pra Rua, Revoltados Online e o Nas Ruas, dois anos depois eles retornariam pedindo o impeachment de Dilma (Martini, 2023, p. 354).

<sup>43</sup> Embora o trabalho de Lucas Monteiro (2023) mostre que desde o início as manifestações de 2013 foram organizadas coletivamente, há um ponto de quebra da pauta do transporte, especialmente após o dia 17 de junho, quando movimentos e organizações difusas da direita passam a convocar às ruas. Em uma concepção leninista de política (Lenin, 2020) (Lefebvre, 2020, p. 159-160), está-se diante de uma insuficiente capacidade organizativa de uma posição socialista – como ideologia, conhecimento e movimento – para ganhar tamanho de força social na correlação de 2013. Para uma defesa atual da organização da luta ideológica por meio do partido diante dos fenômenos das multidões, ver: *Multidões e partido* de Jodi Dean (2022).

automóveis. Nossas cidades são segregadas e as periferias são precárias, o transporte é caro e ruim, mas isso não acontece por incompetência ou desleixo. No clássico argumento de Chico Oliveira, o caos das cidades não seria caótico “em relação às necessidades da acumulação”<sup>44</sup>.

Esse arranjo opera amalgamado à política. Para que os destinos das cidades atendam aos interesses econômicos de alguns poucos, é preciso que as decisões políticas alienem boa parte da população. Isso só ocorre com uma blindagem estruturada, como a que marcou a política brasileira, apesar dos avanços democratizantes da Nova República. É justamente o benefício mútuo entre elites políticas e econômica que sustenta um modelo de cidade excludente, que cobra um preço alto da maioria da população. (**nota nossa**).

Um terceiro e mais importante ponto para nossa argumentação no que se refere a Junho de 2013 e que explica parcialmente a ascensão da extrema-direita no país é uma espécie de colapso da esquerda nacional. Para, posteriormente, com o apoio dos aparelhos midiáticos burgueses, sermos levados ao que logo mais se transformará em uma revolução conservadora. Em termos teóricos, é preciso assumir que um possível sujeito social e político emancipador não foi capaz de atravessar aquele momento, como aponta Safatle (2023, p. 107), comentando os erros da posição da esquerda hegemônica, em *O dia no qual o Brasil parou por dez anos*:

Isto mostra, primeiro, um imenso desejo de dirigismo da esquerda brasileira, sua incapacidade de tentar criar hegemonia dentro de processos populares na rua, de ultrapassar o momento e impor uma pauta ainda mais avançada e ousada de questões. Criação de hegemonia, em situações insurrecionais, é indissociável de uma postura de “protagonizar a aceleração”. Essa é uma lição clássica dos processos insurrecionais. A base da estratégia de hegemonia consiste em ser o protagonista da aceleração, da radicalização das demandas.

No entanto, como dizia Carlos Marighella desde nos anos 1960, a esquerda brasileira tem uma tendência orgânica a se colocar em posição perpétua de “reboquismo”. Sua aliança com setores “esclarecidos” da burguesia nacional, seu desejo de encontrar algo como “setores democráticos da direita” com os quais seria possível governar apenas lhe faz completamente inapta a intervir em processos populares em curso, a lutar por hegemonia em movimento, a usar imaginação política como força ofensiva em momentos nos quais ela é decisiva. Ou seja, a esquerda brasileira simplesmente não tem, em seu horizonte de ação, uma atuação no interior dos processos insurrecionais. Ela não foi formada para isso. Sua formação histórica lhe fez, ao contrário, agente de processos de negociação institucional.

Nos parece acertada a posição crítica de Safatle, que coloca a dificuldade e o desafio da esquerda se articular em processos insurrecionais. Essa defasagem estratégica faz com que toda uma gramática de luta migre para extrema direita, reduzindo cada vez mais a imaginação política emancipatória. Nesse sentido, pode-se dizer que a esquerda agiu impondo “*a si mesma*”

<sup>44</sup> Rolnik e Andrés citam o clássico trabalho *Crítica à razão dualista/O ornotorinco* do sociólogo Francisco de Oliveira (2003).

*uma brutal restrição do horizonte de enunciação*”, isto não é pouca coisa para quem tem o desafio de mudar o rumo histórico de um país. As ideias de autogestão, ocupação de fábricas, greves massivas, toda esta força social que foi mobilizada – como lembrarão muito bem os militantes do PT da geração inaugural da esquerda em Itaúna (ver, 2.2.2) – foram deixadas para trás. Estamos às voltas de uma problematização realizada por Paulo Freire em 1980 em seu trabalho *Conscientização: teoria e prática da libertação*, lá aponta a *vontade da sociedade dirigente* como o fenômeno relacional da dependência na América Latina. Ou seja, sua crítica recai justamente à forma de ser, pensar e expressar uma relação social tomada, em última instância, pela ideia de sociedade-objeto. Esta objetificação da sociedade, infelizmente, foi o modo pelo qual a esquerda hegemônica organizou sua atuação.

E isto fica claro com a leitura do prólogo de *Junho de 2013: a rebelião fantasma* escrito por Dilma Rousseff (2023, p. 8-9) dez anos após os levantes:

Nos idos de 2013, já era claro que se avizinhava um enfrentamento de largas proporções, embora ele ainda parecesse limitado às normas constitucionais e democráticas. O campo conservador ensaiava uma ofensiva para desgastar a coalização democrático-popular e impor-lhe uma derrota frontal, retomando o governo nacional nas eleições seguintes, em 2014, ou se preparando para adotar o caminho golpista. Os protestos ocorridos em junho de 2013, surpreendentes e multitudinários, representaram um momento antecipado de confronto. Nasceram com reivindicações municipais ou estaduais, em geral de caráter progressivo, orientadas para serviços públicos melhores e mais baratos, mas logo o jogo mudou.

As forças conservadoras, contando com meios muito superiores de comunicação, além de recursos financeiros e conexões internacionais, puderam assumir uma relativa dianteira e explorar as mobilizações para arremetê-las contra o governo, trocando as aspirações originais por um difuso e fabricado discurso contra a corrupção. Os partidos e movimentos de esquerda tiveram mais dificuldades para o embate, o que revelava um problema crônico, até hoje não resolvido: o baixo grau de educação política, organização e mobilização das forças populares.

Por enxergar aqueles acontecimentos como uma disputa, meu esforço foi apresentar um programa de cinco pontos que atendesse e fortalecesse as demandas progressistas. Ao lado do compromisso de manter os gastos do governo sob controle, propus investimentos pesados em saúde, educação e mobilidade urbana, incluindo o direcionamento de parte da renda obtida pela exploração do pré-sal pelo modelo de partilha. O quinto ponto era a convocação de uma Constituinte exclusiva para reformar o sistema político-eleitoral. Claramente esbarramos, então, em uma desfavorável correlação de forças, que levou à retirada desse quinto ingrediente do pacto apresentado. Esse item teve até seu encaminhamento parlamentar e institucional bloqueado.

As propostas feitas, excluída a Constituinte, foram rapidamente aprovadas por um Parlamento bastante assustado. Possivelmente tenham sido relevantes para recompor a base social do campo progressista, preparando a corrida presidencial de 2014. Não conseguimos, no entanto, marchar para uma reforma estrutural da política brasileira. Continuo convencida de que esse é um tema central, diante de um sistema falido e pouco democrático, que serve de contenção à soberania popular e de bloqueio a mudanças.

As ruas se levantaram, em 2013, também contra esse sistema, ainda que somando narrativas fragmentadas e contraditórias. Essa insatisfação com seu funcionamento, cinco anos depois, permitiria a ascensão de uma extrema direita falsamente antissistema, cujo discurso conseguiu ganhar amplo lastro eleitoral. Um dos grandes

desafios estratégicos da esquerda brasileira é reconstruir uma perspectiva antissistema, de radicalização da democracia como ferramenta para a soberania e a justiça social.

A meu ver, são duas as razões essenciais para essa tarefa ser tomada a sério. A primeira é que será extremamente difícil ir muito longe e, por consequência, com rapidez necessária, na modernização e na transformação do país com as atuais instituições do Estado, particularmente o sistema eleitoral e de representação que vem sendo forjado desde a ditadura militar. A segunda é que o espírito antissistema está disseminado em nossa sociedade: seria erro imperdoável deixar que o neofascismo continue apoderado desse sentimento para manipulá-lo de forma reacionária.

A fim de que possamos estar preparados para essas discussões, não é possível simplesmente virar a página dos acontecimentos relacionados a Junho de 2013.

A posição de Dilma Rousseff sobre 2013 é um primoroso exercício de autocrítica, mostra como o PT, em geral, não se pôs a cumprir o desafio de reconstruir uma perspectiva antissistema junto à esquerda. Aliás, talvez seja importante saber que esta tarefa deva ser assumida em tensão a posição de conciliação que se repete na proposição política do lulismo. De qualquer modo, gostaríamos de chamar atenção para a chance de transformação aberta pela proposta de uma Constituinte – rapidamente rechaçada pela base governista conservadora. Em termos de luta ideológica, veremos que a Constituinte de 1988 permanece na memória dos militantes como um processo decisivo de potência transformadora, não só por sua definição formal, mas por impulsionar a mobilização popular, o que remete ao trabalho de base – do que Rousseff define como coalizão democrático-popular.

Em termos teóricos e de apreensão conjuntural da correlação de forças, seria apropriado estabelecer o marco do monismo aqui, tanto por suas consequências, quanto por seu fracasso de abertura às potencialidades de uma política popular. Claro, não se pode acusar de monista a qualquer atuação de partido por uma relação direta de partido-Estado – embora boa parte destes instrumentos políticos funcionem em favor da ordem do capital –, no entanto, esta seria uma posição formalista, que se retiraria da materialidade que está na correlação de forças. Invariavelmente, há que se criticar o PT nos termos da autocrítica que lhe faz Rousseff, e de maneira mais incisiva Safatle, por sua incapacidade de construir uma perspectiva antissistema junto aos revoltosos e revoltosas naquele período, o que indica para nós, uma problemática posição monista internalizada na esquerda.

Em *O 18 de brumário brasileiro*, Bruno Cava (2016) – utilizando da expressão cunhada por Karl Marx (2011) na obra *18 de Brumário de Luís Bonaparte* – dirá que o PT ocupou o lugar de *Partido da Ordem*, unificando esquerda governista e direitistas (no governo e fora dele) contra os revoltosos de Junho de 2013, o que terá consequências no modo de analisar o golpe

de 2016<sup>45</sup> – desde uma perspectiva conjuntural inaugurada no *18 de Brumário*, não há como separar o golpe de 2016 da atuação do partido em 2013. Vejamos o argumento de Cava, Marx estabeleceu – em uma teoria da teatralização das forças em jogo nas representações – a diferença entre uma repetição trágica e uma repetição falseável da história. A repetição trágica é considerada por sua capacidade de levar as coisas até as últimas consequências, por exemplo, a Revolução Francesa de 1789 que ocorria sob o resgate de certas fraseologias do período de glória da República Romana. Esta repetição pôs-se a atualizar antigos papéis, pondo no jogo de teatralização das forças a afirmação de uma nova era, esta “boa atualização” das relações de forças reais, acabaram por superar, na prática política revolucionária, a tradição dos mortos que selecionaram repetir. Ou seja, foram capazes de produzir o novo ao incorporar uma força constituinte que desencadeou a moderna sociedade burguesa, este seria o caso exemplar de uma repetição trágica, pois chegava ao limite e atravessava-o – não só sob discursos e debates parlamentares –, mas em meio de certa continuidade violenta da guerra civil, da abnegação e da batalha generalizada. O ciclo de lutas aberto em 1848 – analisado em *As lutas de classes na França* e que serve de inspiração ao *Manifesto do Partido Comunista* – também buscou reencenar o passado, no caso, os papéis da Revolução Francesa. Neste modo de repetir o passado, seus representantes preferiram suprimir o papel da insurreição proletária valendo-se das forças das armas da ordem, fazendo a disputa pela República a partir da ausência da luta, que se deu após a *restauração de junho* e aboliu as forças que poderiam trazer algo de novo para a trama histórica da sociedade. A consequência da restauração das jornadas de junho em 1848 é a aparição de uma figura tosca e reacionária, Luís Bonaparte, um sobrinho de Napoleão, que após assumir a presidência da República Francesa dará um golpe de estado no dia 2 dezembro de 1851, instaurando o Segundo Império na França, nomeando-se imperador Napoleão III e alterando o regime político do país.

Esta dinâmica da história teorizada por Marx nos dá a oportunidade de reler a conjuntura brasileira sob a centralidade das jornadas de Junho, elaborando uma costura teórica entre a restauração da ordem em 2013 e o golpe-parlamentar de 31 de agosto de 2016 em Dilma Rousseff. Cava distingue três períodos principais que seguem dos protestos: pacificação (de 15 de outubro de 2013 a 26 de outubro de 2014), o ajuste desajustado (de 26 de outubro de 2014 a

---

<sup>45</sup> Para um outro modo de análise, a partir de enfoque crítico à democracia, ver: *Capitalismo dependente, autocracia burguesa e democracia de cooptação: o golpe de 2016 e a atualidade de Florestan Fernandes* de Davi Machado Perez (2019).

2 de dezembro de 2015) e, por último, o período da farsa do impeachment (de 2 de dezembro de 2015 a 31 de agosto de 2016). Embora se possa alterar a posição das datas de início e fim das Jornadas de Junho a depender de cada estado em que ocorreu, parece acertado evidenciar um período de pacificação e relacioná-lo com a data da reeleição de Dilma Rousseff. Isto porque no campo ideológico, tanto da esquerda hegemônica, quanto da direita, o que ocorreu foi a historicização da revolta, pondo-a sob uma totalidade fechada, caracterizando-a como antipolítica, descontrole, vandalismo, anarquia, etc. Ao suprimir 2013, em sua força popular, o discurso de saída da crise passou a se tornar cada vez mais vazio, pois não havia força para uma intervenção na conjuntura já que a força insurrecional havia passado a pouco tempo diante dos olhos dos brasileiros e brasileiras. Se tal força antes ameaçou a realidade das instituições, do período de pacificação passou-se por um ajuste desajustado da esquerda com a ordem, momento em que o Partido da Ordem perdia suas forças por apostar nas institucionalidades, que não demorariam a lhe atacar e impor na conjuntura uma revolução conservadora.

Em termos de crítica da conjuntura, não tardaria para que a esquerda hegemônica apontasse para o processo insurrecional de 2013 e ali depositasse o embrião do fascismo brasileiro que se tornará o bolsonarismo após 2018. Essa leitura erra por encerrar as possibilidades de 2013 como a vitória da extrema direita, houve uma potencialidade política enorme, admitida por Rousseff, o que mostra a importância de se disputar a significação de Junho de 2013, isto porque havia nas ruas um enfrentamento da crise de representatividade em ato. Este enfrentamento foi retirado às pressas pelos poderes institucionais quando tangenciou a mudança da ordem política. Naquele momento, havia ousadia nas manifestações, classe trabalhadora, movimentos negro e feminista estavam misturados e em luta. Análises de conjuntura como de Rogério Skylab (2020, p. 25-101) em *Lulismo Selvagem* e Maria Carlotto (2023 p. 111-118) em *Junho de 2013: golpe e revolução*, defendem que em grande medida, tais manifestantes foram parar nas ruas justamente por conta da tendência das políticas de redução das desigualdades dos governos do PT. A questão que ficou para a esquerda é como renovar esta subjetividade que insistiu em fazer de 2013 um processo insurrecional, como dar sequência a esta subjetividade que mostrou ao Brasil os limites de sociabilidade do capitalismo, especialmente nas grandes cidades?

É inegável que houve uma verdadeira descarga igualitária que abriu para uma outra subjetividade política, elevando a conjuntura ideológica a posições possivelmente tanto mais emancipatórias, quanto mais reacionárias, do que aquelas anteriormente ocupadas nas condições de normalidade da vida social. Não se trata de interpretar o período como “um belo momento”. O período de insurgência – ou de multidão, segundo Jodi Dean (2022, p. 157-171)

em *Multidões e partido* – é o que oportuniza o surgimento de um sujeito político, mas a própria multidão não possui condições de determinar este sujeito. Para Dean, é o partido que deve responder a este desafio de sustentar a fidelidade à multidão, assim como o marxismo sustentou sua fidelidade à Comuna de Paris, por exemplo.

No entanto, para que se possa fechar esta brecha de revolta e insurreição, a prática de dominação e seus aparelhos ideológicos percorrem a teatralização das forças no jogo das representações para estabelecer uma falsa perspectiva antissistema, resgatando as fraseologias da revolução burguesa de 1964 e os discursos e lógicas das práticas e técnicas de poder da ideologia neoliberal. Este ressurgimento da tendência contrarrevolucionária não pode nos pegar de surpresa, seria bom lembrar que o neoliberalismo, como tendência político-econômica, será produzido intelectualmente depois da Segunda Guerra Mundial para deslegitimar o compromisso com as transformações da sociedade. Este grupo de intelectuais cujos nomes proeminentes são: Walter Lippmann (1889-1974), Ludwig von Mises (1881-1973), Friedrich von Hayek (1899-1992) e Wilhelm Röpke (1899-1966), tornaram-se influências intelectuais para governantes como o general Augusto Pinochet (Chile), Margaret Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (EUA).

Em sua visão de mundo, o neoliberalismo defende a exploração capitalista de modo cada vez mais despudorado, o que veio a despertar novamente os interesses coronelistas – como veremos em Itaúna. A erosão do Estado, das políticas públicas, dos direitos sociais e humanos fazem parte do novo quadro social que a burguesia tem interesse em implementar. Este projeto não ocorre sem uma estratégia muito consciente de luta ideológica, seus defensores criaram vulgatas acerca da desobrigação do Estado e da eficiência dos mercados, instalando o mito do mercado autorregulador a partir de uma forte máquina de propaganda, intervenções e projetos de “educação”. Após 2013, os “evangelistas do mercado” irão se lançar para dentro dos partidos da direita e fazer definhar os sistemas ideológicos contrários a suas crenças (Dardot; Laval, 2016, p. 205-206). Na América Latina, eram explícitos apoiadores de golpes militares, Wilhelm Röpke, por exemplo, não apenas se alegrou com o golpe militar-empresarial de 1964 que derrubou o então presidente João Goulart no Brasil (Dardot et al., 2021, p. 72), como também influenciou o golpismo fazendo parte da Coleção *Cadernos nacionalistas*, com seu livro *Como lidar com os comunistas*, publicado em 1963 (Cardenuto Filho, 2008, p. 231).

A estratégia neoliberal, contrarrevolucionária por excelência, é conjunto de discursos, práticas e dispositivos de poder que visaram – e agora procuram manter – as novas condições políticas que alteraram as regras de funcionamento econômico e as relações sociais de produção que anteriormente eram consensos. O Estado de bem-estar e a social-democracia, as políticas

de realização de pleno emprego e a propriedade pública de empresas, por exemplo, se tornaram alvos desta estratégia ideológica, que põe, no nível econômico, a inflação como problema prioritário (Dardot; Laval, 2016, p. 189-193). No entanto, não se trata de uma lógica meramente econômica, e sim, um acúmulo de forças no nível da subjetividade, há uma gama de posições que definem a apropriação e emprego do poder e do Estado, todo um grande espectro de legitimidades a certos conjuntos sociais que põem em operação uma tendência antidemocrática e antirrevolucionária – como é o caso do bolsonarismo no Brasil. Esta tendência se articularia sob dois eixos: (1) modernização da sociedade para adaptá-la à ordem do mercado; e, (2) restauração de formas tradicionais de vida, buscando o enquadramento hierárquico e a normalização autoritária da população (Dardot et al, 2021, p. 205).

Em termos teóricos, tanto as manifestações de 2013, quanto a ideologia neoliberal reacionária, percebem o esgotamento da moderna sociabilidade capitalista, inclusa sua capacidade de “Estado Democrático de Direito”, tipo contemporâneo de Estado burguês. Uma estrutura política unitária, monista, que generalizou, abstraiu e impessoalizou os interesses dos mais enriquecidos, fortaleceu a tendência política conservadora-reacionária, que não demorou para encontrar contornos fascistas. Para “superar” ao seu modo a crise da democracia liberal aberta no Brasil em 2013, a estratégia neoliberal de dominação da burguesia produz uma guerra de valores que demarcará o avanço da extrema direita. Deste modo, ela será capaz de implementar falsos consensos sociais e de exaurir a pluralidade das pautas políticas e sociais que aparecem no período.

### *2.1.2 Golpismo e bolsonarismo como reorientação do monismo*

A prática ideológica de dominação, a que empregamos a categoria teórica de monismo, conta com certa tradição de golpismo e autoritarismo própria da burguesia brasileira. Pode-se lembrar que no nível do pensamento político, a tradição do positivismo remete ao domínio ideológico que se sobrepôs a escravidão e o latifúndio, tomando contornos “evolutivos” que vão do “descobrimento” à República, delineando a administração elitista e centralizadora do Brasil. Em termos históricos, a colonização portuguesa determinou o modelo excludente da estrutura estatal, cristalizado na defesa intelectual do patrimonialismo, da burocracia de caráter estamental e autoritária. Tanto as décadas de 1920 e 1930 mostraram a emergência do tenentismo, do integralismo e do Estado Novo como tendências autoritárias. Por sua vez, reaparecerá o desenvolvimento político do golpismo no ano de 1961 na tentativa de impedir João Goulart “Jango” e seu nacionalismo-populista de assumir os rumos políticos do país

(Wolkmer, 2003, p. 147-148). A Campanha da Legalidade organizada por Leonel Brizola (1922-2004) com a convocação do povo, de sargentos e soldados para a luta popular contra os comandantes golpistas surtiu efeito, de modo que Jango assumiu a presidência. No entanto, não demorou para que a burguesia se articulasse para derrubar o então presidente João Goulart e levar o general Humberto de Alencar Castelo Branco ao poder, com forte auxílio do imperialismo norte-americano, levando o povo brasileiro a suportar uma ditadura que vai durar 21 anos e, acima de tudo, estruturar as condições de dominação e opressão política da sociedade. O que é, ao mesmo tempo, um processo de conscientização da burguesia nacional sobre o modo ideológico de dominar a territorialidade brasileira.

Este resgate da tradição golpista e o elogio à ditadura marcará o ressurgimento do conservadorismo radicalizado, não tendo grandes dificuldades de se pluralizar no tecido social. Em termos teóricos, podemos perceber que o monismo, como conjunto de elementos e práticas ideológicas de dominação modificáveis, no sentido de atender os privilégios da classe dominante. A ação política da direita, especialmente a que compõe a Câmara dos Deputados e o Senado Federal é um exemplo de mutabilidade reacionária, concentra boa parte do espaço de manobra discursiva para fazer operar o recrudescimento do regime político e social. O projeto monista pós-2013 reaparecerá sem o véu do progressismo, mostrando a verdadeira face do regime sócio-político burguês: um neoliberalismo reacionário e violento, claramente identificado com a luta ideológica. Seus valores estão predominantemente ligados a uma justiça implacável do mercado, em que o teatro das forças sociais passa a ser uma longa guerra civil apontada para os inimigos de uma militarizada “sociedade do mercado”. E serão várias as frentes de combate que o radicalismo burguês acionará para que a direita se identifique com sua versão extremada. O parlamentarismo, como conjunto político-institucionalizado<sup>46</sup>, se torna lugar privilegiado desta política de radicalização reacionária, que logo adiante, nos levará a uma situação de fascistização da sociedade.

Neste sentido, o período do pós-2013 a 2018 mostra como o regime discursivo foi se alterando, pondo a esquerda como ordem de um progressismo a ser derrubado. Isto acontece de tal forma que haverá uma desagregação do Partido da Ordem – uma desesquerdização do Estado –, o PT será retirado do arranjo de governabilidade pela extensa ala conservadora-direitista que

---

<sup>46</sup> Florestan Fernandes irá trabalhar o tema do fechamento institucional brasileiro em: *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”* (Fernandes, 2010). Para uma leitura conjuntural das forças institucionais, ver: *A tirania dos poderes coexistentes: o Brasil na conjuntura* (Sardinha, 2019).

ocupa o Estado. Em um interessante trabalho da Fundação Perseu Abramo, *Brasil 2016: recessão e golpe* (Guerra et al, 2017, p. 25-27) irá se apontar que:

Como resultado de junho de 2013, no mês seguinte a popularidade do governo Dilma cai em mais de 20 pontos. A avaliação positiva, que se mantivera acima de 50% desde o 2º governo Lula, cai para 30% e a negativa chega a 25%. Há profunda mudança na popularidade do governo, níveis de satisfação e preferência ao Partido dos Trabalhadores (PT), que não retoma o patamar anterior. O ano de 2013, é também um período de lutas sindicais: segundo o Dieese, o número de greves no Brasil chega a 2050.

Paralelo a isso, sob a presidência da Câmara nas mãos do PMDB em 2013, em 37 votações o governo perde 11 e o núcleo duro governista (aqueles que apoiam o governo em mais de 90% das votações no plenário) fica com 123 parlamentares, dando sequência a perda de apoio que o governo vinha sofrendo com o PT no comando da casa (de 306 deputados em 2011 para 134 parlamentares em 2012 que votaram em pelo menos 90% das vezes com o governo).

O governo termina 2013 com um saldo de 11 derrotas no Congresso. A partir de julho o governo perde seis votações: a de urgência para vincular recursos do FGTS à habitação popular; a de extinção da contribuição de 10% ao FGTS após demissão; a dos *royalties* do petróleo para educação e saúde; a de aumento do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para licitações; a da redução da dívida para estados e municípios; a do piso salarial e diretrizes para agentes de saúde.

O PMDB na presidência da Câmara se comporta como adversário do governo, determinando o que e quando seria votado, sem priorizar as demandas do governo e muitas vezes vota contra. Os partidos da base de apoio que mais traíram a presidente foram PSD e PSB, este se afastando do Planalto para lançar candidato próprio, Eduardo Campos, na eleição presidencial. O PSD, primeiro a anunciar publicamente apoio à reeleição de Dilma, agiu como oposição, com voto contra o governo em oito das 11 derrotas. Só para comparar, o PSDB fez isso em nove das 11 votações.

No Senado o número de derrotas subiu de três no primeiro semestre de 2013 para dez no segundo – e todos os partidos aliados votaram alguma vez contra o governo.

Este quadro interno da política governista no pós-2013 traz mostras de como será o próximo período de isolamento da esquerda governista. Embora Dilma recupere parte de sua popularidade às vésperas das eleições de 2014, inclusive se tornando novamente presidenta do Brasil, o próximo período – “ajuste desajustado” (Cava, 2017) – fará com que a presidenta perca boa parte de seus apoiadores mais ligados à luta de classes. Seu ajuste fiscal com cortes de gastos públicos e sociais junto a nomeação de Joaquim Levy, economista ortodoxo formado na Escola de Chicago, como Ministro da Fazenda, faz total referência ao projeto neoliberal. Este gesto político acabou por rebaixar o horizonte de expectativas de transformação social da esquerda em geral, o que gerou a necessidade de administrar a decepção popular. Em termos de conjuntura, a ala governista do PT mostrava o limite máximo da correlação de forças: a oposição da esquerda e o próprio campo do PT voltaram às ruas para denunciar o “ajuste fiscal do Levy”. Se a marca distintiva dos governos do PT foi o desenvolvimentismo redistributivista, em que a composição pragmática com setores empresariais e oligárquicos era justificada para tal, a “virada neoliberal de Dilma” desarticulava ainda mais a ideologia progressista. Além

disso, a política monista-governista sustentada pelo parlamento vai se tornando cada vez mais inóspita para a esquerda governista. A chapa dos nove partidos PT, PMDB (atual MDB), PSD, PP, PR (se tornará o PL em 2019), PROS (será incorporado pelo SD em 2023), PDT, PCdoB e PRB elegem 304 deputados, mas os 66 deputados do PMDB não garantem apoio integral. A direita, liderada pela chapa do candidato Aécio Neves formada pelos partidos PSDB, PMN (atual MOBILIZA), SD, DEM, PEN (atual PATRIOTA), PTN (atual Podemos), PTB, PTC (atual AGIR) e PTdoB (atual AVANTE) elegem 127 deputados. No Senado o PMDB elege 19 senadores, em segundo lugar o PT com 13 senadores. Durante o biênio de 2015-2016, Eduardo Cunha (do PMDB à época), desafeto declarado de Dilma e do PT se torna liderança da Câmara dos Deputados e agirá de modo a paralisar o quanto possível as pautas do governo, preparando o terreno para o procedimento de impeachment contra a presidenta (Guerra et al, 2017, p. 34).

Para uma leitura crítica desta condição de blindagem das transformações sociais no campo político institucional, o trabalho de Marcos Nobre (2013), *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*, retrata justamente a ação política e estratégica do pemedebismo na modernização brasileira. Isto porque, além de capitanear a transição democrática, o PMDB consolidou uma estratégia política (nos primeiros 15 anos de redemocratização): a formação de “supermaiorias” parlamentares. Esta estratégia (monista) será a partir do escândalo do mensalão interiorizada pelo governo Lula – deflacionando sua representatividade antipemedebista por excelência. Este tipo de recurso será usado contra o governo de Dilma Rousseff e propriamente como estratégia comum ao golpe parlamentar. A questão, posta por Nobre, é como esta estratégia política serviu ao longo da história política-institucional como blindagem de qualquer insatisfação política ou social. Um tipo de estratégia que se renova inclusive com a chegada da extrema direita ao poder. O governismo passa a se estabelecer a partir deste princípio estratégico, fazendo dele critério de “governabilidade”, e imobilizando o máximo possível a correlação de forças, de modo a impor supermaiorias antes mesmo do início de disputas de pautas e demandas. No que tange a questão conjuntural, Nobre entende que as manifestações de 2013 colocaram a nu o projeto social-desenvolvimentista que corresponderia a efetivação do lulismo no campo político-econômico. Com sua tendência de evitar retrocessos, abolir o mercado informal de trabalho e proceder a universalização da saúde e da educação públicas, o PT perdeu oportunidades de revitalizar a democracia do país e combater de frente o pemedebismo.

A partir desta lógica de poder na composição de supermaiorias, parte dos grupos dominantes perceberam não só a debilidade do governo do PT como a necessidade de encerrar o ciclo do social-desenvolvimentismo que representava a tendência progressista como um todo.

Em *O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016*, Luis Felipe Miguel (2019, p. 150-152) apontará quatro movimentos que levam à ruptura da conciliação política entre esquerda e direita:

1) No início de seu primeiro mandato, Dilma Rousseff julgou que poderia introduzir algumas mudanças no pacto que herdara de Lula, acendendo sinais de alerta e revigorando hostilidade de grande parte dos aliados de ocasião. 2) Os protestos populares de 2013, conhecidos como “jornadas de junho”, revelaram a crescente fissão entre o PT e uma larga fatia de sua presumida base eleitoral. 3) No ano seguinte, a derrota eleitoral da direita, em certa medida surpreendente, ampliou sua frustração com as regras vigentes. 4) A capitulação de Dilma, no início do segundo mandato, minou o apoio da base social que ela poderia mobilizar em defesa da legalidade. A esses quatro movimentos, é preciso acrescentar o papel dos interesses internacionais e também a atuação seletiva do aparato repressivo do Estado.

As “razões do golpe” aparecem nestes pontos colocados por Miguel, no entanto, é preciso acrescentar a atuação do aparato repressivo do Estado e dar-lhe a devida atenção, pois se trata não só um movimento de retirada de Dilma Rousseff do poder, mas de pôr abaixo a identificação do Estado com as pautas da esquerda, do progressismo. É neste sentido que o campo da luta ideológica deve considerar as justificativas do golpismo, tornando relevante a sua sanha de se livrar de qualquer possibilidade de ruptura que venha pela posição política de esquerda. Para isto, se contou com o apoio prático de diversos setores do aparelho estatal, do Legislativo, do Judiciário e, sem dúvida, do próprio Executivo – representado na Polícia Federal e no Ministério Público. Aponta desta maneira Alex Moraes (2019a), em seu texto *Nossa direitização em três tempos: origens, agora e mais além*, mostrando como a formação de uma coalizão que juntou progressistas aos setores conservadores – que estavam impregnados há décadas no aparelho estatal – levou a um processo de desesquerdização do Estado<sup>47</sup>. Por meio desta leitura entendemos que não se pode desconectar o tipo de pacificação de Junho de 2013 ao processo de golpe de 2016. O tipo de pacificação ideológica posto em circulação pela

<sup>47</sup> Seria o caso de lembrar, nas palavras de Žižek (2005, p. 174), sobre reestabelecimento do consenso da hegemonia democrático-liberal ao que se refere à proibição da esquerda em órgãos do Estado: “*Berufsverbot* (proibição de contratar indivíduos com tendências esquerdistas radicais em órgãos do Estado) na Alemanha no final da década de 1960 – no momento em que mostramos o menor sinal de envolvimento em projetos políticos que parecem desafiar a ordem existente, a resposta é imediata: ‘Por mais benevolente que seja, isto inevitavelmente terminará num Gulag!’. A função ideológica das constantes referências ao Holocausto, ao Gulag, e às mais recentes catástrofes do Terceiro Mundo é, portanto, servir de apoio a este *Denkverbot*, ao nos lembrar constantemente como *as coisas poderiam ter sido muito piores*: ‘É só olhar em volta e ver por si mesmo o que irá acontecer se seguirmos ideias radicais!’. O que constatamos aqui é o exemplo definitivo do que Anna Dinerstein e Mike Neary chamaram de projeto de *desutopia*: ‘não apenas a ausência temporária da Utopia, mas a comemoração política do fim dos sonhos sociais’”.

imprensa burguesa<sup>48</sup> não só auxiliou a normalizar a situação do conflito exposto – que era 2013 –, como também levou o descontentamento popular a adotar um recurso moralista, que dizia: “todo poder à Polícia Federal e ao Ministério Público”. Neste sentido, o Governo Federal optou por não dar sinergia às demandas que estavam sendo cultivadas nas ruas (não “ser o protagonista da aceleração da mudança”), preferiu acionar o aparato repressivo e hegemônizar a política institucional. Com isto preparou, mesmo sem saber, o terreno ideológico para que os aparelhos estatais em 2016 assumissem, sem constrangimento, a posição do golpismo.

Com o campo de esquerda cindido, o período de insurgência apagado, a criminalização das manifestações em curso, a incapacidade político-cultural da classe jurídica de promover e constituir um terreno de radicalização democrática e a falta de uma formação intelectual e crítica à altura do momento, rapidamente a direita percebeu que poderia avançar sobre o vazio de poder político provocado pela incapacidade dos setores majoritários da esquerda de se “abrirem” aos impulsos populares. Quando a esquerda progressista preferiu reivindicar pela legalidade e pela ordem, aderindo aos princípios ilusórios da democracia liberal de que há consenso sobre os valores normativos que regem a ordem social do país, a direita passou a estabelecer os pontos de uma falsa desordem, uma insurreição contra o progressismo, que começa com a desesquerdização do Estado, como destaca Moraes (2019, p. 7):

Conscientes de que a crise internacional era um bom momento para subir a aposta, os setores mais conservadores do Partido da Ordem patrocinaram um atrevido golpe de Estado que veio a consumir-se em 31 de agosto de 2016, quando o Senado destituiu a presidenta da República e colocou Michel Temer em seu lugar. Se a direitização da esquerda partidária já era perfeitamente nítida em 2013, então depois do golpe de 2016 foi a desesquerdização do Estado que começou a esboçar-se com mais clareza. É verdade que a amputação da mão esquerda do Estado já vinha sendo operada desde o breve segundo mandato de Dilma, mas seus efeitos tornaram-se mais contundentes, coerentes e sistemáticos sob Temer. Quem morreu abraçado ao discurso e à estratégia progressistas não consegue entender como as coisas chegaram a este ponto e costuma censurar insistentemente a “irresponsabilidade” dos que saíram às ruas em 2013. Quanto a mim, continuo fiel aos acontecimentos de Junho e a tudo o que eles revelaram não apenas sobre a inconsistência do projeto lulista, mas também sobre a possibilidade de sua superação positiva. Por esta razão, não me resta alternativa senão identificar no atual aprofundamento da direitização do aparelho de Estado um efeito da direitização da própria esquerda partidária, que se arrogou a tarefa de aplacar os movimentos sociais e de promover a representação pontual das necessidades econômicas de sua base eleitoral dentro dos limites estreitos da governança neo-republicana.

---

<sup>48</sup> Os grandes veículos de comunicação associados ao grande capital – *Folha de São Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Veja*, *Istoé* e *Época* articularam a difusão de versões de escândalos e notícias do governo Dilma e das descobertas da Operação Lava-Jato, ao mesmo tempo, destacavam como positivas as articulações nas redes dos manifestantes da direita em favor de Aécio Neves (PSDB) (Guerra et al, 2017, p. 72).

As consequências do golpe-parlamentar são devastadoras para a esquerda, tornando presente um forte sentimento de impotência e melancolia. Mas não foi apenas a esquerda que sentiu o golpe, ele trazia consigo uma virada ideológica brusca para certo sentido de democracia que se havia construído desde a redemocratização. Isto porque a direita radicalizada que se formava no vácuo destes processos passou a organizar seu antagonismo contra a linguagem democrática em geral. A gramática dos direitos, dos direitos humanos e, especialmente, contra o combate às desigualdades sociais passaram a se mostrar como consensos superficiais e ilusórios. Nestes termos, o campo da luta ideológica construído pelo sentido do radicalismo-monista terá a oportunidade de conjurar velhos fantasmas como o fundamentalismo religioso, o anticomunismo, um suposto patriotismo e a devoção à família nuclear burguesa. A primeira mediação institucional deste radicalismo burguês foi o golpe contra Dilma Rousseff, mas por de trás deste ato, no nível da luta ideológica, estava o retorno da guerra de valores e a imposição recrudescida da violência do capitalismo dependente. Basta assistir a indigesta sessão do impeachment para dar de frente com o embuste da direita, seja na afirmação geral dos votos “pela família”, como na defesa da “memória do Coronel Carlos Alberto Brillante Ustra” afirmada pelo então, Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro.

Antes identificada com a ordem, a direita passa a se articular em pautas mais radicais, elaborando um discurso político anti-institucional que põe a esquerda numa posição de establishment a ser deposto. É nesta inversão, que contou com a colaboração da Operação Lava Jato – no uso do direito para fins políticos<sup>49</sup> –, na função de concentrar o clamor anticorrupção, que foi possível para o golpe de 2016 marca-se como a vitória da revolução conservadora, o que consolidou a extrema direita como força social de maior destaque e poder no país. Não é à toa que a rápida passagem de Michel Temer pela presidência da República mostrará, tanto na sua atuação, como nos seus ministros, a imagem da elite política tradicional brasileira, cujo o projeto é nada menos que o desmonte das políticas e direitos sociais.

Em *Michel Temer e o fascismo comum*, Tales Ab’Saber (2018, p. 7) irá expor a mediocridade desta figura que faz parte das mais profundas tradições oligárquicas do país, tradicionalmente fisiológicas, patrimonialistas e antissociais. No nível da representação da

---

<sup>49</sup> Sobre a relação entre *lawfare*, golpismo e luta de classes na América Latina e no caso brasileiro, ver: *América Latina na Encruzilhada: lawfare, golpes e luta de classes* (Santos; Pitillo, 2020).

retroação do poder, poderíamos dizer que Temer faz as vezes de uma concentração de conservadorismos: do conservadorismo clássico, aquele de mentalidade fidalga – apoiador do extrativismo e do escravismo – que tem no poder colonial sua razão de existir; expressa o conservadorismo positivista que “fundou a abstração da ordem como progresso” – advindo da tradicionalidade da classe jurídica –; e, por último, o conservadorismo do homem médio remediado profundamente pela superficialidade da indústria cultural pós-moderna e de seus privilégios<sup>50</sup>. Representa de maneira assustadora o autêntico descolamento entre democracia e compromisso social, basta estar a par de seu histórico: (Ab’Saber, 2018, p. 6-7).

Temer foi e é um lobista de partido, de negócios e da própria democracia, no sentido de que o lobista vive a política na interioridade privada dos interesses, nos lobbies dos hotéis, nas antessalas dos palácios, nas conversas a portas fechadas, nos clubes e nos restaurantes, entre iguais e poderes direitos, expandindo o poder como o bom negócio que ele é, para os de sempre, e como sempre. *As usual...* É a vida privada, quase interior, da economia que cruza o espaço da política neste tipo de homem. Jamais este tipo de ator do poder tem relação com algo da rua, do espaço público social, e ele é tão mais poderoso quanto mais ascende sem nunca ter precisado se relacionar com alguma imagem de algum povo que o comprometa, e algum desejo popular que o contamine em oposição ao jogo do poder.

Esse é o caso extremo de Temer, presidente do Brasil assim. Ele é o antipopulista brasileiro por excelência, o dono da estrutura, das regras do jogo, mas não da bola, o gerente avalista da negociação e o árbitro dos equilíbrios e dos repasses do próprio poder.

Ele representa a organicidade da política em si, responsável somente pela conservação e expansão do sempre o mesmo. Seu poder vem, e ainda é, da máquina orgânica e profundamente enraizada de seu partido nos municípios do Brasil, o partido único de oposição que emergiu da Ditadura, e herdou o poder de controle da política desde o interior do Brasil, construído mesmo quando era a única opção permitida de oposição política nos 21 anos de Ditadura Civil-Militar no Brasil, os anos de 1960 e 1970. Os vinte e um anos de reserva de mercado política para o MDB, depois PMDB, agora MDB novamente. Porque no Brasil quando um partido vai completamente à falência se troca o seu nome, mas não os seus homens. MDB, o partido que gira ao redor do próprio eixo, que apenas se expande, amplia os negócios e controla fortemente a expansão da democracia no Brasil. A força de Temer, um insider orgânico, que herdou o PMDB paulista após a morte de Quéricia e a degradação política de Fleury, vem do

<sup>50</sup> Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985) na *Dialética do esclarecimento*, por exemplo, realizaram uma composição teórica reconhecendo que o modo de dominação proporcionado pela técnica e pela ciência na transição para a fase de acumulação flexível do capitalismo decorre de um processo próprio da sociedade burguesa que se vincula a lógica da racionalidade formal positivista, este processo teria automatizado uma posição conservadora de sociedade (1985, p. 38): “Quando afinal a autoconservação se automatiza, a razão é abandonada por aqueles que assumiram sua herança a título de organizadores da produção e agora a temem nos deserdados. A essência do esclarecimento é a alternativa que torna inevitável a dominação. Os homens sempre tiveram de escolher entre submeter-se à natureza ou submeter a natureza ao eu. Com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie. Forçado pela dominação, o trabalho humano tendeu sempre a se afastar do mito, voltando a cair sob seu influxo, levado pela mesma dominação”. O trabalho *O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada* de Marcuse (2015), irá destacar especialmente o cercamento às posições críticas na sociedade.

enraizamento material da oligarquia política peemedebista em todo o Brasil, de municípios ao Congresso, herdada da própria administração da política feita na Ditadura Militar. É o passado incrustado no atual.

Os apontamentos de Ab’Saber sobre Temer dão profundidade ao que estamos por apreender da prática da luta ideológica, como o monismo perfaz sua manutenção a partir de figuras representativas que atuam os modos de dominação característicos do país. Não é diferente parte deste conjunto de características, por exemplo, em uma figura como Sérgio Moro, embora lhe falte organicidade no poder e tempo de oligarquia. A figura de Moro terá também papel central na funcionalização da crise de representatividade, estendendo a decomposição da ordem liberal para o campo do judiciário.

Isto traz a consideração de que a ideologia monista leva a um perfil de atuação e modo de vida que condiciona pensamento e ação de determinada classe política – mas que ao mesmo tempo interpela e subjetiva parte da população. Para dar azo ao populismo de direita será necessária uma figura ainda menos “clássica”, mais violenta e intransigente, disposta a dar efetividade à ideologia da contrarrevolução. Ao mesmo tempo em que poria fim aos desejos e esperanças de mudanças que se expressavam nos limites da sociabilidade capitalista, Bolsonaro e o bolsonarismo situam o semblante e ideologia de recomposição da ordem a partir de 2018, uma ordem de estabilização imediata, vigilante e militarizada. Seria o caso de reinterpretar o monismo desde sua sanha contrarrevolucionária, que embora seja permanente, aparece de modo intermitente, em um jogo de falsa revolta, tomada do poder e desdemocratização.

Para entender o monismo para além da cultura política da modernidade capitalista liberal, devemos reintroduzir a dinâmica de fascistização na produção teórica, levando em conta sua influência sobre o âmbito nacional. No célebre trabalho *A grande transformação: As origens políticas e econômicas de nossa época*, Karl Polanyi aponta que se houve algum movimento político – ou melhor, uma religião política – que entendeu a situação objetiva da mudança social retirando-a de possíveis causas fortuitas, foi o fascismo. O capitalismo liberal – no campo das mudanças sociais – pôs impasses institucionais de difícil superação, seja para a transformação socialista da economia e da sociedade, seja para a infundável manutenção reformista que pouco age nas desigualdades sociais. A categoria do monismo precisa ser entendida junto a suposta “restauração do sistema de mercado ou dos valores sociais e morais da sociedade” que aparece sistematicamente na história do capital. Esta restauração irá aparecer como fascismo, “uma falsa rebelião, combinada com a aprovação de autoridades que fingiam ter sido dominadas à força” (Polanyi, 2021, p. 333), este seria o caráter “organizativo” que atravessa a história dos fascismos de maneira geral, dos mais aos menos apoiados

popularmente. Trata-se da criação de uma “situação fascista”, momento em que uma força social e política atua na correlação de forças sociais com uma margem de manobra de crescimento e esvaziamento, conforme sua necessidade de pôr abaixo organizações políticas e sindicais dos trabalhadores, governos, partidos, defesas democráticas e constitucionais em geral, inclusive com certa facilidade. Após este aparecimento debilitante e falsamente revoltoso, o pêndulo político retorna para o ponto da contrarrevolução como estado de coisas – para nós, o governo de Bolsonaro no período de 2018-2022 preenche este apontamento teórico. Assim, a situação fascista cria um espaço de revolta e efetiva degeneração de certos pontos instituídos socialmente, para então, chocar-se com a ideologia conservadora. Ao mostrar aos conservadores sua força, a ideologia fascista propõe a radicalização do conservadorismo, pois, seu caráter destrutivo demonstra-se mais efetivo para a contrarrevolução do que a mera posição conservadora – gerando uma ofensiva reacionária e possivelmente fascista.

O bolsonarismo brasileiro pode ser lido pela composição teórica de Karl Polanyi, especialmente por apontar que da situação fascista decorre de uma falsa revolta nacionalista, que após a chegada no poder se mostra como um entreguismo à política imperialista do capital. Bolsonaro, um inexpressivo deputado com ideias no mínimo duvidosas e histórico militar não menos duvidoso, passa então a dar nome a um seguimento social que ao longo dos últimos oito anos recompôs o regime discursivo da ordem social, regime discursivo que se desintegrou como consequência de 2013. A partir do vazio político que organizasse a desordem contra a ordem do capital, Bolsonaro foi capaz de concentrar as forças dos setores apoiadores do golpe-parlamentar (lavajatistas, militares, mídia, grandes empresários e seguidores de Olavo de Carvalho) por meio de um discurso antissistema que, ao mesmo tempo, defendia de maneira inflexível e violenta a ordem do capital e o fim do progressismo e das ideologias de esquerda. Ou seja, a situação (fascista) criada no pós-golpe de 2016 e durante as eleições de 2018 centrava-se no escalonamento exponencial da luta ideológica, apresentando uma alternativa reacionária sem pudores, com elementos de anticomunismo, racismo, misoginia e LGBTQIA+fobia, de modo que para combater tais minorias haveria justificativa para o fortalecimento dos aparelhos repressivos. Para além da ofensiva ideológica, Bolsonaro agiu de modo a captar a desesperança coletiva<sup>51</sup>, fazendo eco no conformismo, prometendo que a vida continuaria a mesma e a paz social conquistada por meio de uma população mais armada.

---

<sup>51</sup> Para uma análise em subjetividade deste processo, ver: *Bolsonaro: o mito e o sintoma* (Casara, 2020).

É importante ter em mente que esta radicalização da ideologia burguesa se dá no quadro de uma crise funcionalizada<sup>52</sup> do sistema representativo liberal, mostrando que golpe e reacionarismo fazem parte do circuito ideológico de dominação que é o monismo. Sua ativação está relacionada com a necessidade de as classes dominantes desativarem as potencialidades igualitárias que estão disponíveis na realidade social e nos processos democráticos. Portanto, há que se presumir uma fase de autossabotagem, uma tendência suicidária que atravessa o tecido social quando o sujeito social burguês assume a ofensiva na luta ideológica. Esta força autodestrutiva assume, ao mesmo tempo, a forma de movimento e a forma de governo, cobrindo aspectos da ordem e da desordem. O bolsonarismo é a concretização da revolução conservadora dentro da historicidade neoliberal que o Brasil vive desde a redemocratização, cujo os representantes iniciais foram Collor e FHC. Bolsonaro e a ascensão da extrema direita representam uma ruptura no quadro histórico deste neoliberalismo clássico. Ruy Fausto (2022, p. 12-18), em seu texto *Revolução conservadora e neoliberalismo*, irá apontar neste sentido afirmando que o caráter revolucionário destes movimentos – pois em toda tendência contrarrevolucionária há elementos revolucionários – está na ruptura radical com a verdade (no sentido mais corriqueiro da palavra), na quebra da liturgia do poder, no nacionalismo que retoma as raízes mais conservadoras do país, na exaltação da violência, no supremacismo, no conservadorismo moral e religioso, e nas fobias a sexualidades divergentes. Veremos que estes elementos estão no núcleo da luta ideológica enfrentada em Itaúna, isto porque o ideal político bolsonarista foi capaz de produzir uma guerra de valores que reencena no teatro das forças sociais um estado de guerra civil que afirma seu propósito.

Não se trata de um fenômeno político isolado, senão uma leitura tropical da extrema direita no mundo que revive o utopismo de uma contrarrevolução cultural que elimine dissidências nos campos da existência social, que pretende afastar “de uma vez por todas” a “tirania da esquerda”. Ou seja, há um modo ideológico e subjetivo, a criação de uma afetividade que enlaça os adeptos do bolsonarismo carrega em si uma luta pela liberdade de ser racista, homofóbico e/ou misógino. Ao mesmo tempo, implica como compromisso uma contraposição permanente ao chamado “marxismo cultural” – muito citado na filosofia de Olavo de Carvalho.

---

<sup>52</sup> Por crise funcionalizada entende-se a dinâmica do capitalismo de acelerar seus processos de valorização do valor mesmo quando a crise se apresenta em primeiro plano, ou seja, dentro da dinâmica social do capitalismo não há uma gestão de crise ligada à diminuição de danos, de mudança no modo de produção ou nas relações sociais de produção e circulação. Quando a sociabilidade capitalista passa a mostrar seus limites e crises, se acelera ainda mais tais processos, para extrair o máximo de valor antes da extinção – do que quer que seja.

Em *O populismo reacionário: ascensão e legado do Bolsonarismo*, Christian Lynch e Paulo H. Cassimiro (2022, p. 85-87) fazem uma análise do “novo” estilo conservador que se populariza no enfrentamento do “politicamente correto” representado pela ideologia progressista:

Em países novos como o Brasil, a decadência operada pelo marxismo teria se iniciado na década de 1950 – tempo do apogeu da cultura nacional, destruída pela ideologia esquerdista imposta pelas universidades, que precisava, portanto, ser combatida. Para Olavo, a existência do Brasil dependeria da preservação de um núcleo de ideias, fórmulas e símbolos básicos, seguida por um trabalho voltado para conferir à nação a unidade de sua consciência. A luta pela restauração da cultura nacional dependia da articulação das obras deixadas por intelectuais conservadores como Gilberto Freyre, Mário Ferreira dos Santos e Miguel Reale, com a universidade dos valores cristãos pregada por tomistas como Jackson de Figueiredo e Tristão de Ataíde, ou Octavio de Faria. Era esse o papel que Olavo julgava seu: vincular novamente o Brasil

Olavo de Carvalho divulgou suas obras e de outros pensadores conservadores e reacionários em cursos pela internet e pelas redes sociais, alcançando milhares de pessoas, a maioria jovens em busca de orientação espiritual, por ele incumbidos da missão de combate à hegemonia da esquerda e de regeneração da autêntica cultura brasileira. Não é surpresa para ninguém, portanto, que os principais expoentes do reacionarismo no governo Bolsonaro tenham se recomendado aos cargos de direção administrativa como amigos de seus filhos e discípulos de Olavo, e que eles tenham, ao menos em um primeiro momento, buscado balizar suas ações *observando* as diretrizes de seu pensamento no campo intelectual e dado continuidade, no governo, à necessidade de mover uma “guerra cultural”. Desde os ataques do Ministério da Educação às universidades e seus professores, até a tentativa de apostar em um tipo de política externa orientada pela ideia de reeditar na modernidade a “república cristã” da Idade Média, cuja nova Roma seria a Washigton de Donald Trump. O “nacionalismo” dos reacionários só pode ser compreendido nesse contexto de uma operação de salvamento da “civilização judaico-cristão ocidental”, protagonizada pelos Estados Unidos. Para os bolsonaristas, uma política “nacionalista” significa manifestar independência e hostilidade a respeito do “globalismo” internacional, subordinando-se, porém, à nova Roma americana, coadjuvando-a em suas cruzadas contra os novos mouros, especialmente os chineses.

A formação ideológica do movimento e do governo bolsonarista inauguram um tipo de estética como posição política e de religião política como forma de uma conscientização perversa<sup>53</sup>. O modo escrachado de ser “do povo” rompe com certa liturgia do poder presente em outros representantes do neoliberalismo ou no mais atual “bolsonarismo moderado”. O encaminhamento de uma política de linguagem agressiva leva ao tom e aos gestos que dão força aos discursos de ódio. É preciso lembrar que o bolsonarismo absorve em grande medida o combate à “ideologia de gênero”<sup>54</sup> que segundo o trabalho *Violência no ensino básico: a*

<sup>53</sup> Sobre a introdução da violência na consciência – por Sade –, ver: *O erotismo*, de Georges Bataille (2017, p. 214-226).

<sup>54</sup> Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017), em *“Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo*, mostram que a ameaça de uma “ideologia de gênero” originou-se em 1995 na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, ocorrida em Beijing. “O gatilho foi a substituição da palavra

“ideologia de gênero” enquanto discurso de ódio e violência simbólica, de Catarina A. S. Costa e Clarice B. C. Söhngen (2023, p. 475-483) – publicado nos anais do *Sociology of Law 2023* – toma força exponencial ao virar pauta do movimento Escola Sem Partido” em 2010, tonando-se uma das principais frentes de combate do bolsonarismo, fortalecendo seu campo do conservadorismo moral por meio da instilação do pânico moral. O fundo deste tipo de prática política é a heteronormatividade e a família heteronormativa que contém as bases e os valores supremos da civilização ocidental. Desta maneira, a extrema direita adota para si o papel de fazer “cruzadas morais” contra o direito ao aborto, o direito das mulheres em geral, “o estilo de vida LGBTQIA+” e às teorias de gênero e feministas. Pode-se dizer, em outros termos, que a valorização da família se torna um mecanismo de reação a qualquer reivindicação de igualdade.

Não é à toa que durante o ano de 2018 o mais forte repúdio de caráter popular contra a eleição do então candidato Bolsonaro foi realizada pelo movimento #EleNão que se tornou a maior manifestação de mulheres da história do país, segundo Céli Regina Jardim Pinto (BBC, 2018). O principal ato do movimento ocorreu no dia 29 de setembro de 2018 por 114 cidades do país e também em Nova York, Lisboa, Paris e Londres. As capitais do Brasil registraram massas populares nas ruas, muitas delas sob bandeiras da esquerda e da centro-esquerda, naquele momento já despontavam grupamentos antifascistas e um crescente engajamento contra o sexismo, o racismo e a homofobia que representava a adesão à Bolsonaro. A composição variada e ampla das e dos manifestantes mostraram a existência de oposição no campo da luta ideológica, Céli também aponta que as redes sociais foram importantes para popularizar o feminismo e pôr o movimento na rua em contraposição ao tipo de discurso que proliferava com a ascensão de Bolsonaro e de sua ideologia.

Em *Retrocessos de gênero e neoliberalismo: uma tempestade perfeita*, Maíra Kubík Mano e Stephanie Ferreira dos Santos Nascimento (2023, p. 119-124) irão colocar que é fundamental à ideologia neoliberal uma aliança conservadora-liberal para criar uma cultura antidemocrática que se legitime desde baixo e, ao mesmo tempo, legitime o poder de cima em favor do mercado. A tempestade, ou a tormenta – como diriam os zapatistas –, se desdobra em

---

“mulher” por “gênero” nas propostas da Conferência, o que ocorreu com o intuito de reconhecer que a desigualdade enfrentada pela mulher era um problema estrutural, o qual deveria ser combatido a partir de um viés integral de gênero”. O reconhecimento do conceito de gênero foi fortemente combatido por intelectuais e lideranças católicas, de modo a reforçar a autoridade e a hierarquia do homem, bem como, preservar o papel político da igreja. A defesa de tal posição se tornou popular no livro *O Sal da Terra* escrito pelo, à época, Cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, que em abril de 2005 assumiria a posição de Papa Bento XVI.

um duplo mecanismo ideológico, seleciona a esquerda como inimigo principal e grupos sociais específicos (homossexuais, mulheres, ativistas de direitos humanos, defensores do desarmamento, indígenas, quilombolas, sem-terra, movimentos sociais, comunistas, refugiados, intelectuais, jornalistas, entre outros). O segundo mecanismo é instaurar um “resgate da fé cristã” que envolve a falsa ideia de que há uma perseguição aos cristãos, uma “cristofobia”, e claro, deve-se entregar os destinos individuais e coletivos “nas mãos de Deus”. Para as pesquisadoras o tipo de tática se tornou evidente em março de 2013 quando o pastor evangélico Marco Feliciano foi eleito à presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Além disso, anotam a presença de grupos integralistas durante as manifestações de 2013 e o crescimento da misoginia após o golpe-parlamentar de 2016.

É importante entender que a tática neoliberal de recorrer ao conservadorismo moral e religioso está ligado especialmente a uma necessidade de sobrerresponsabilizar as mulheres pelas tarefas de cuidado e do trabalho doméstico. Isto se dá, tanto para afirmar seu lugar na família patriarcal-conservadora, como para desresponsabilizar o Estado de funções que deveriam ser cumpridas por ele. As pesquisadoras, Mano e Nascimento (2023, p. 121-122), ainda apontam que embora em 2015, no último ano do governo Dilma, o gasto com políticas para mulheres tenha caído 22% e uma reforma ministerial acabou por incorporar a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) no Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), a gestão de Dilma deu continuidade ao Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), com uma agenda ligada aos programas Minha Casa, Minha Vida, Pronaf Mulher e Bolsa Família. Com a deposição de Dilma, o orçamento da Secretaria da Mulher do governo federal diminuiu de R\$ 119 milhões para R\$ 5,3 milhões de 2015 à 2019 e o PNPM foi extinto. No governo Bolsonaro, o MMIRDH é diminuído e substituído pelo Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos, como Ministra, assume a advogada e pastora evangélica Damares Alves, autointitulada “terrivelmente cristã”. Em 2019, foram executados apenas R\$ 240 milhões do orçamento do Ministério, sendo a previsão de gastos de R\$ 500 milhões, ou seja, houve falta de priorização em ações e inclusive falta de repasses ao programa de combate à violência contra a mulher.

E esta é apenas parte do quadro de descaso financeiro do governo durante a transição do pós-golpe para o governo Bolsonaro. Este quadro serve para ilustrar as consequências da luta ideológica e da criação de uma situação fascista dentro do marco da historicidade neoliberal para o grupo social das mulheres. Cada grupo social atacado pela ideologia bolsonarista terá

diferentes consequências em diferentes instâncias e em diferentes localidades<sup>55</sup>. É importante ter em mente a complexidade e a amplitude de um movimento ideológico como o bolsonarismo que molda a racionalidade neoliberal nos termos do conservadorismo “renovando-os” radicalmente.

Em *Gênero, “valores familiares” e democracia*, Flávia Biroli (2020, p. 135-187) trará um panorama do tema da “ideologia de gênero” no mundo, na América Latina e no Brasil. Dirá que a denúncia da “ideologia de gênero” passou a ser tratada como agenda oficial de governo, justamente para contrariar a agenda de igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual defendida no meio acadêmico. Isto mostra que para combater as políticas de igualdade o bolsonarismo e as extremas direitas em geral necessitam articular discursos e mecanismos que desarticulem uma série de pontos que sustentavam a gramática do social. O bolsonarismo deseja e pratica um tipo de formação antissocial e, portanto, necessita articular antifeminismo e anti-intelectualismo.

No Brasil, em 2019, circulou no Congresso Nacional um dossiê sobre o CNPq, produzido pelo Ministério da Educação com denúncias contra professoras, professores, pesquisadoras e pesquisadores de gênero e da ditadura militar. Por conseguinte, a área de humanidades se tornou subsidiária das “áreas prioritárias” elegidas pelo governo, sendo excluída de editais de bolsas e financiamentos de pesquisa das agências nacionais (Biroli, 2020, p. 178-179). Isto significa que a desdemocratização não está apenas relacionada com o campo institucional, senão que a erosão política, institucional e social ocorre simultaneamente com a consolidação de uma ideologia que a justifique e fortaleça. No caso deste neoconservadorismo, aponta Biroli (2020, p. 174-175), o que se quer é formar um cidadão não democrático, que colabore com a erosão do público. Neste sentido, o ataque regressivo neoliberal é contra o próprio conceito de “social”, em especial às suas formas: epistemológica (negação da existência do campo social), política (desmantelamento do Estado e de suas funções distributivas), cultural (afirmação da família e do indivíduo como núcleos de responsabilização das vulnerabilidades) e ética (a justiça social deixa de ser referência normativa, para ser substituída pela autoridade proveniente da moralidade tradicional).

O bolsonarismo como ideologia atua sob símbolos básicos do monismo, a afirmação do poder patriarcal, mobiliza a segregação como fator de reconhecimento entre seus

---

<sup>55</sup> Nas políticas sociais, ver: *Conservadorismo e políticas sociais no Brasil* (Behring, 2023).

compromissados, cria um discurso demagógico que autoriza por inversão simplista posições a tensão agressiva. Diante do feminismo, se autoriza a ser machista, diante da causa negra e indígena, se autoriza a defesa da branquitude, da tradição coronelista e do colonialismo do nosso tempo, diante da posição política comunista autoriza e abraça os símbolos e imaginários nazifascistas. Este ódio à diversidade, ao pluralismo, se trata de um ódio experimental e instrumental que possui funcionalidade à classe dominante, permite desgastar a consistência do tecido social, da institucionalidade em geral e do próprio sentido de democracia burguesa que se havia constituído até então. O golpismo não pode ser entendido simplesmente como a prática de um golpe pontual, mas sim, como uma tendência de sabotagem política e social de grande extensão. Não nos cabe aqui exaurir os campos de mobilidade reacionária, da administração do ódio ou da negação e do negacionismo sistemático. Para dar continuidade ao nosso exercício de conjuntura com enfoque na formação do ser antissocial, antiprogressista e antidemocrático, passemos para o campo do local, buscando entender as raízes do conservadorismo em Itaúna, para posteriormente, trabalharmos com o crescimento da tendência da esquerda e a atual radicalização do monismo, situada, também, localmente.

## **2.2 Luta ideológica e pluralidade política em Itaúna**

Anteriormente definimos uma proposta de descolonização intelectual cuja objetividade é adentrar na luta ideológica a partir da pesquisa-ação e de uma posição política materialista, possibilitando uma crítica a prática ideológica do monismo. Em termos de prática teórica, a abstração crítica estrutural-monista após ser atravessada pela conjuntura nacional nos leva a possibilidade de pensar o universo ideológico em nível local, abrindo oportunidade para teorização junto a pluralidade, de modo a apreender a prática política de certa unidade coletiva da esquerda. Assim, neste primeiro ponto de nosso estudo-ação, pretendemos proceder a técnica de recuperação crítica da história de Itaúna, tendo como referência trabalhos produzidos tanto pela classe dominante e “fundadora” da cidade, quanto pela classe operária. Neste sentido se destacam duas posições antagônicas do conceito de história que reflete justamente na relação entre sujeito e sociedade, mostrando desde uma perspectiva dos dominantes e dos dominados, respectivamente, o modo com que se talhou o vínculo subjetivo da cidade com a ideologia conservadora.

Com uma investigação de cientificidade política e ideológica, destacaremos a constante histórica de luta e violência que atravessa a sociabilidade colonial, perfaz sua modernização e instala a sujeição ao capitalismo por meio de aparelho ideológicos que retém processos

subjetivos da dominação monista da sociabilidade. Este trabalho de recuperação crítica da história de Itaúna indica para nós a profundidade do processo subjetivo e as raízes da dominação atual, possibilitando a criação de um material crítico de conhecimento ideológico e político que pode e deve ser utilizado para recuperar a força da crítica dentro da esquerda local. Há de se dar destaque ao trabalho *Memória operária do bairro santanense: uma análise sociológica da experiência operária* de Neila Maria de Freitas (1994) e aos relatos colhidos em entrevistas com militantes da esquerda da cidade para situar nossa recuperação crítica da história.

Importa neste momento esclarecer que nossa prática de investigação, nosso estudo-ação, procede de modo a reconhecer individualidades e coletividades por meio de seus enunciados. Isto porque, ao propor um pluralismo político crítico se quer elaborar uma prática teórica a partir de relações sociais, variadas, flutuantes, que fazem sair da apreensão de uma totalidade fechada. Por isto, após proceder a técnica de recuperação crítica da história, avançaremos para uma análise da pluralidade política da esquerda local, partindo de trajetórias políticas colhidas em entrevistas pessoais. A pluralidade da esquerda será destaca em termos de pautas, movimentos, mobilizações, pensamentos e compromissos, formando uma *unidade coletiva* que não é de maneira alguma definitiva ou fechada. Ao nosso ver, enquanto o campo nacional “estrutura” parte da pensabilidade política, a pluralidade política local dilui e interliga aspectos, características e funções de outra ordem, formando um sistema de relações próprio, mas nunca fechado. Também não é possível contar com um tipo de “pureza” na composição político-ideológica, como se a crítica ao Partido da Ordem feita ao PT, por exemplo, já estivesse assimilada na unidade coletiva. Pelo contrário, a influência das concepções ideológicas dominantes interpela constantemente tal unidade, junto com clássicos processos de cooptação, oportunismo ou desvio acríptico das situações. Nossa estratégia discursiva está adstrita ao campo da luta ideológica, ou seja, limita-se a abordar os entrevistados e entrevistadas dando lhes parte no universo ideológico da teoria, considerando-os conscientes de seus compromissos e, por óbvio, permeados de contradições, assim como a própria prática da pesquisa. E é por isto que deixaremos para o terceiro capítulo a proposição de uma autocrítica da prática política e da prática teórica.

Em termos de temporalidade da pesquisa, a chegada em Itaúna e o início da aproximação aos grupos de base se deu nos fins de setembro de 2021, pode-se marcar a inauguração da Casa Socialista Irmã Benigna no dia 29 de setembro como marco inicial da pesquisa-ação. A pesquisa se estendendo por todo o ano de 2022 e finaliza com 20 entrevistas realizadas em fevereiro, março, abril e maio de 2023, e devidamente interpretadas. Ao participar de mobilizações, encontros, processos políticos e disputas ideológicas, foi possível a este pesquisador uma

inserção entre individualidades e coletividades, que por meio da prática política e do processo de entrevista, puseram-se a enunciar condições da realidade política objetiva. De maneira que foi possível privilegiar os campos da realidade, das representações e das subjetividades na incidência da luta ideológica. Nesta chave, conhecemos como as individualidades e os dispositivos coletivos (partidos, organizações e movimentos) agem sobre a unidade coletiva mais ampla (esquerda local), bem como, suas proposições enunciativas em termos da passagem temporal e dos impulsos à transformação social que o tempo e a luta ideológica trouxeram para a cidade.

### 2.2.1 *Recuperação crítica da história de Itaúna*

A recuperação crítica da história de Itaúna será realizada a partir dos dois volumes de *História de Itaúna* e do livro *Itaúna: 1765-2002*, ambos de Miguel Augusto Gonçalves de Souza, fundador da Universidade de Itaúna e neto do Doutor Augusto Gonçalves de Souza Moreira, fundador do município. Este material será utilizado especialmente para destacar o modo como que a classe dominante de uma cidade escreve sua própria história. A partir dele será possível identificar as raízes políticas e especialmente as origens desta identificação tão declarada de cidade conservadora. Pode-se adiantar que a família Gonçalves de Souza sempre esteve muito próxima do poder e que Miguel A. G. de Souza é um partidário da revolução burguesa de 1964 – o que nos dá certa noção crítica de seus papéis na cidade. Um segundo material a ser costurado na recuperação crítica da história de Itaúna é o trabalho *Memória operária do bairro santanense: uma análise sociológica da experiência operária* de Neila Maria de Freitas (1994). Além disto, utilizaremos alguns relatos colhidos nas entrevistas com militantes da esquerda da cidade para ajudar a compor esta recuperação.

Nosso objetivo aqui é a renovação crítica da história do passado ao presente, justamente para que se possa superar a tradição de certa geração passada que, como um pesadelo, comprime o cérebro dos vivos, como diria Marx. Para dar outro sentido, um sentido não conservador à cidade, é preciso pôr estes mortos a vista, desnudar suas intenções e posturas, mostrar que a forma do poder que sustentam no presente só é possível pelo elogio interminável ao poder colonial que consideram a história da cidade. Ao ler *História de Itaúna: Volume I e II* testemunhamos o padrão de interação social que corroeu e até hoje corrói as possibilidades de transformação da realidade.

Seria o caso de iniciarmos colocando em dúvida os mitos de fundação, isto porque, se aparece no ano de 1492, o ano um do capital, fazendo-nos rever a própria “descoberta” das

américas e do Brasil – a maneira que nos foi ensinada, talvez a fundação de uma cidade possa ser entendida como um violento ato de instalação de domínio, da ação e do pensamento das pessoas que ali habitam, um tipo de colonização de seus cidadãos. Para “o historiador definitivo” de Itaúna – na letra de sua elogiosa apresentação – a formação do arraial de Santana do São João Acima é apontada como decorrente do ciclo do ouro que viveu Minas Gerais de 1674 à 1887. Para Gonçalves de Souza (1985a, p. 30-31, 60-63) há um enorme valor ao fato de que por volta de 1710 o Tenente-General Manoel de Borba Gato tenha vivido o início do povoamento da região. Para ele, a história da colonização, o movimento das bandeiras, cujo sujeito central são os bandeirantes, foi a primeira manifestação de energia criadora advinda com os paulistas, diante do fascínio causado pelo ouro de Minas Gerais.

Foi a construção da capela de Santana por Manoel Pinto de Madureira e sua finalização em 11 de outubro de 1765 que funda o arraial de Santana do São João Acima, Gonçalves de Souza destaca que foi após 1830 que sua família, os Gonçalves de Souza, chegaram à região. Em 1841, há a criação da paróquia com a chegada dos primeiros vigários à Santana, padres que até 1902 (um ano depois da criação município de Itaúna) eram os portadores da cultura superior e que tiveram grande influência espiritual, segundo Gonçalves de Souza (1985a, p. 92). Em 1874, Santana do São João Acima é incorporada ao município de Pará de Minas (emancipado em 1848). É importante anotar que no ano de 1872, no primeiro recenseamento do país a população do município era constituída de 4259 habitantes, dentre eles: 1718 homens livres, 1830 mulheres livres, 341 homens escravizados e 370 mulheres escravizadas, totalizando 711 pessoas escravizadas, na contagem oficial da época. Neste período, já se poderia encontrar no rol dos vereadores do município de Pará de Minas o nome de João Dornas dos Santos e mais tarde de Augusto Gonçalves de Souza Moreira, que em 1902 iniciaria seu primeiro mandato como primeiro agente executivo municipal de Itaúna. Augusto Gonçalves de Souza Moreira estendeu sua atuação como agente executivo do município por mais dois mandatos, somando 10 anos e 5 meses de direção da cidade. Ao que consta (Souza, 1985a, p. 169), deixou de se reeleger após o término de seu terceiro mandato porque desejava dedicar-se à Presidência da Companhia Industrial Itaunense. Ou seja, não faltavam postos empresariais ou estatais a serem ocupados pelo chefe da família Gonçalves de Souza que foi também um dos constituintes da Constituição Mineira de 1891. O relato de Luis, após ser perguntado sobre o que é o conservadorismo em Itaúna, nos ajuda a ter noção da extensão do domínio ideológico de longo prazo na cidade:

Itaúna nasceu como cidade em 1901, e desde então havia uma fábrica de tecidos muito grande que existe até hoje, que é a Companhia Tecido Santanense. Logo depois, o grupo se rompeu e se dividiu e criou a outra companhia forte, Companhia Industrial Itaunense. Os diretores dessa companhia eram os dirigentes políticos da cidade e ao mesmo tempo eles criaram a Universidade de Itaúna em 1965, em plena ditadura militar, inclusive o diretor da Companhia Industrial Itaunense era secretário do governo Magalhães Pinto. Era um Itaunense, Miguel Augusto, ele era da elite econômica, era um dos grandes nomes que decidia quem seria o prefeito, quem seriam os candidatos a vereador. Desde os primórdios, os Gonçalves de Sousa. Então assim, a Itaunense, a Santanense, também da família, criada inclusive pelo bisavô dele, do Miguel Augusto, que era o Manoel José Gonçalves de Souza Moreira, e além de tudo, criaram a Universidade Itaúna. Os empregos, os melhores carros, os melhores postos, a prefeitura estavam nas mãos deles e ficava então entre eles. Então eu penso que eles querem conservar isso, esses privilégios, essas decisões de eu escolho quem vai mandar, eu escolho quem vai atuar.

Isto nos remete diretamente às lições de Florestan Fernandes (2020, p. 30-32) acerca da burguesia brasileira, sua formação e o caráter da dominação política e estrutural que exerce na constituição da sociabilidade capitalista. A parcela de valores conservadores que carregava consigo o sujeito social burguês se encarnava em sua relação de necessidade lucrativa com a economia colonial que transitava para a formação de rede de serviços ligada a formação de um Estado Nacional. Antes disto, o que unia os diversos estamentos sociais que poderiam ser considerados a formação inicial da classe burguesa era a forma com que sua utopia se expressava em reação a formação social. Em uma formação social marcada pela violência como técnica de controle de pessoas escravizadas, a dominação senhorial e o regime patrimonialista, os movimentos inconformistas se expandiam e tal expansão significava a possibilidade de estabelecer uma nova ordem competitiva.

Ora, a trajetória do fundador da cidade de Itaúna é justamente a amarração entre as necessidades lucrativas da economia colonial que chegava à Santana do São João Acima e que com a burocratização e formação do Estado passaram a se apossar das estruturas econômicas e políticas em um mesmo movimento. É curioso ver o tipo de historicidade usado pelo neto de Augusto Gonçalves de Souza Moreira para proceder um discurso elogioso, dos grandes homens itaunenses e pôr o seu avô no centro da história de Itaúna. Em termos de ocultamento e criação da imaginação do país e da região é preciso lembrar que o período que atravessa dos finais do século XVIII à fundação de Itaúna no início do século XX se passa por uma violenta ordem social constituída pelo escravismo. De modo que a burguesia utilizará da pauta antiescravista e abolicionista para atacar os fundamentos jurídicos e morais da ordem colonial, no entanto, não se trata do combate à escravidão, mas de consolidar seu projeto de organizar a nação de maneira em que fosse possível expandir o mercado interno.

Fica muito clara a concepção de história de Miguel Augusto Gonçalves de Souza, pois ao mesmo tempo que elogia a posição abolicionista de seu avô, também elogia escravistas da região como homens fortes e de energia, pragmáticos acima de tudo. Como, por exemplo, o senhor Jove Soares Nogueira elogiado como autêntico boiadeiro e mais bem sucedido pecuarista de Itaúna, o que talvez não se possa negar. No entanto, ao apontar que o amigo de seu avô possuía pessoas escravizadas nenhuma crítica lhe é feita, pelo contrário, os elogios não cessam, inclusive apontando que Hortêncio e Paulino, homens escravizados de Jove Soares continuaram a trabalhar para seu antigo senhor por uma “amizade verdadeiramente fraterna”. Sobressai a moral burguesa e o modo como as relações sociais de produção são apresentadas em benefício da imagem e da representação do bom burguês, do bom senhor, do bom colonizador. A obra de Miguel A. Gonçalves de Souza (1985a, p. 80-384) é um contínuo elogio aos senhores de Itaúna, nela se destaca o uso moral-político-valorativo do abolicionismo dentro do marco da surgente ideologia liberal implicada na Independência – a primeira revolução social operada no Brasil, que porá fim na “era colonial” para inaugurar a “época da sociedade nacional”. É preciso destacar que tal revolução não foi feita por massas sociais mobilizadas, senão como uma transição pacífica e segura, tanto para a casa de Bragança, quanto para parte dos senhores de terras que se infiltraram na formação moderna. Seja como aliados e/ou amigos das castas liberal-burocráticas, estas classes passam a formar as próximas gerações para integrar a estrutura jurídico-política do país, em consequência, vez ou outra estes novos “cidadãos de elite” assumiam princípios da ideologia liberal. Este processo teve duas notáveis consequências que perduram o modo monista de dominação: (1) a formação de um novo tipo de autonomia política que instaura a sociedade nacional, desencadeando, ao mesmo tempo, novos modos de produção que dão base para a vida econômica e uma sociedade civil “de elite” para gerir os poderes decorrentes; (2) a produção no nível subjetivo de uma filosofia ligada ao status de senhor de valores, ela perfaz a manutenção dos privilégios por meio de uma suposta capacidade de revolucionar os hábitos, comportamentos, instituições e estruturas do poder. No entanto, ocorre exatamente o inverso, os elementos da cultura senhorial passaram a figurar na expressão ideológica “cidadã” da época (Florestan, 2020, p. 45-47).

Não é à toa que o modo de historicizar a sociabilidade burguesa não passe do desenho da combinação das capacidades de acumulação de riquezas, independência e poder, entendido como “talento organizador”, junto ao desenvolvimento das cidades – que diz muito pouco de sua população. São os aspectos de dinamização da ordem nacional, de caráter estrutural e modernizante, que passam a influir nos comportamentos coletivos, conscientização e capacidade de ação, fornecendo interesses e valores sociais específicos que moldam os modos

subjetivos de ser, pensar e agir. De modo que não é difícil perceber na obra *Itaúna: 1765-2002* (Souza, 2002) uma repetição de sua obra anterior, um constante elogio às figuras patriarcais “de talento, energia e virilidade que construíram e transformaram a cidade, seus verdadeiros e mais honrosos cidadãos”.

Florestan nos ajuda a interpretar este tipo de história que faz Gonçalves de Souza em favor de sua família e classe, inclusive se pode entender sua enaltecida alusão ao Tenente-General Borba Gato. Trata-se da dinâmica de valores e interesses adequada ao capitalismo de mercado que está sendo implantado sob uma base colonizadora. O mesmo caráter aventureiro de um “soldado da fortuna” que não persegue apenas o lucro, e sim, a sensação de estar em uma aventura audaciosa, e por vezes, paga a duras penas de seus esforços econômicos, precisava estar presente para atrair os “bem-aventurados”. Mesmo que parte da renda não esteja mais sendo absorvida por agentes externos (Coroa, financiadores da produção, negociantes do produto bruto, refinação ou comercialização final), há a necessidade de manter este aspecto psicossocial para formar uma subjetividade cujo o núcleo é uma espécie de aposta contínua numa nova “mina de ouro”. Em outras palavras, a formação do sujeito burguês no Brasil está ligada a formação desta subjetividade de senhor-cidadão que atravessa a figura de homens como Tenente-General Borba Gato, Senhor Jove Soares Nogueira, Augusto Gonçalves de Souza Moreira e tantos outros, mas que, pertencem ao mesmo perfil de ousados empreendedores.

A consolidação política destes senhores-cidadãos se confunde com a formação da sociedade civil na consolidação da sociedade nacional. As camadas senhoriais adentravam aos debates democráticos como ponto de referência de cidadania, isto servia, mesmo que possa parecer contraditório, para que a integração jurídico-política obedecesse aos interesses dos estamentos senhoriais. Assim, se abria a oportunidade de uso do aparato administrativo, policial, militar, jurídico e político para a atuação dos particularismos dos estamentos senhoriais. Daí sobrevém um aspecto teórico fundamental, a legitimidade da revolução da Independência diz respeito da “tutela colonial” como prestígio social e político fundado numa posição privilegiada destes estamentos. Estas diferenciações funcional-estruturais aparecem em três níveis: (1) metamorfose do papel político do senhor para um “senhor-cidadão”, inaugurando uma nova posição de poder em que o mando do senhor ultrapassa o domínio senhorial; (2) aparecimento de formas de sociabilidades que se tornam privilégios sociais, a solidariedade e associação política dos estamentos senhoriais deram a estes estamentos uma visão de mundo e capacidade de organização do poder. Neste mesmo sentido, descobriram que a proteção e expansão dos privilégios sociais dependiam da extensão da dominação senhorial; (3) as garantias sociais creditadas ao idealismo político liberal se realizaram em um espaço

social reduzido, marcado por hierarquias estamentais-senhoriais que compunham a sociedade civil (Florestan, 2020, p. 54-55).

Assim, como boa parte dos “homens de negócios” no período do Estado Novo até a Revolução Burguesa de 1964 – que instaura a conscientização da contrarrevolução permanente, Miguel A. Gonçalves de Souza soube tirar proveito econômico e político da complexificação da sociedade, criando posição privilegiada na estrutura de valores brasileira, explorando a própria dependência do país. O relato de Mário aborda justamente a questão de um desenvolvimento econômico da cidade concentrado no acúmulo de riqueza por partes das famílias tradicionais da cidade:

Aqui se consolidou famílias ao longo das décadas que por conta da sua participação no município, longa, que foram seus descendentes, e por conta da organização política que eles logo tiveram na consolidação da vila depois da cidade, elas se tornaram muito poderosas. E aí quando o município descobre uma vocação que caminha pelo campo do metal metalúrgico, por conta do fato de estarmos no quadrilátero ferrífero e se perceber que o ferro é uma riqueza e esse processo ficou muito agudo depois da década de 70. Mas um pouco antes nós tivemos aqui no município um grande eixo de desenvolvimento econômico que foi o eixo têxtil e a companhia de tecido de Santanense é uma das mais antigas do país. Ela remonta ao final do século XIX, 1870, alguma coisa assim. Naquele momento essas famílias conseguem financiamento e estabelecem uma pequena indústria, indústria têxtil. E logo em seguida há um rompimento dentro das famílias que dirigiam a fábrica Santanense e se cria uma outra fábrica que era a companhia industrial Itaunense. E logo a Itaunense vai perceber que a grande sacada do futuro da indústria têxtil era a eletrificação do seu processo de manufatura e vai investir pesadamente nisso. A Santanense percebendo esse caminho que começou a ser trilhado pela Itaunense também vai disputar com ela esse processo. E aqui tem casos curiosos como a usina do Caixão, é uma usina dividida, partilhada entre as duas indústrias e tem lá os canos que levam a água para a usina geradora de uma indústria e a água que leva pra usina da outra indústria. E todas as indústrias com o mesmo diâmetro, no mesmo nível para que ninguém tirasse mais água ou gerasse mais energia que a outra. Eles construíram a barragem que hoje inclusive é de fundamental importância para regular a vazão do nosso rio, para controlar as enchentes, mais do que para gerar energia. Então todos estes foram investimentos privados, ou seja, essas pessoas perceberam logo que a ausência do Estado lhes era muito útil, porque a ausência do Estado colocava nas mãos privadas deles os destinos da nossa cidade e eles abocanharam tudo que conseguiram. Então desde a origem, aqui tudo é muito concentrado. Primeiro por um suposto futuro exitoso, é preciso somar esforços para desenvolver o nosso arraial. E depois esse “somar esforços” virou um gigante que nunca dividiu os méritos dos esforços. Sabe a história do nosso querido, está velhinho agora, o ministro da Fazenda na ditadura, Delfim Neto, “vamos primeiro crescer o bolo para depois dividir?” Pois é, aqui funcionou essa mesma lógica, só que cresceram o bolo e nunca dividiram. Então estavam essas famílias que estavam lá na origem do desenvolvimento do arraial, que em algum momento tiveram capital e inteligência para dar o passo de industrialização do município, concentraram poder demais e depois dominaram tudo. Quando se sucedeu o declínio da indústria têxtil, chegou à indústria metalúrgica e isso possibilitou um pouquinho de divisão maior do município, mas ainda assim é muito concentrado, porque indústria é cara, indústria requer muito capital concentrado. E com a explosão do minério, aí, de vez, a concentração se tornou absurda. Itaúna é o retrato mais bem acabado da absurda concentração de renda e, por consequência, de poder político que existe no Brasil. Nós temos no município, hoje com pouco menos de 100 mil habitantes, próximo a 100 mil habitantes, nós temos algumas das maiores

fortunas do país. Pelo menos duas famílias contam as suas fortunas na casa dos bilhões. Isso parece inacreditável para muitas pessoas, mas é isso. Então essas pessoas que no primeiro momento, até como forma de promover a industrialização, o crescimento do nosso município, conquistaram tanto poder e se apropriaram de questões que, em tese, seriam públicas, que para elas a dominação ficou total. Então para você ter uma ideia, quando a luz elétrica surgiu no município, ela era privada. Não foi pública, ela foi privada. A companhia industrial Itaunense é que gerava luz para o município e o município comprava. Só muitas décadas depois, a organização do sistema elétrico brasileiro e a criação da CEMIG que se repassou, mas ainda assim as nossas usinas geradoras aqui do município são privadas, são da companhia industrial Itaunense e da companhia industrial Santanense.

No fundo, a posição da burguesia itaunense repetia condicionamentos ideais e legais da fundação da ordem social competitiva, não é à toa que sua própria noção de história está ligada ao objetivo de industrialização da cidade, desde que, claro, a lucratividade seja revertida à família e aos senhores-cidadãos. Em termos de posição política, Miguel A. Gonçalves de Souza (1985a, p. 384-386) representa um golpismo declarado, em 6 de janeiro de 1963 quando tomava posse da Associação Comercial de Minas e da Federação das Associações Comerciais do Estado de Minas Gerais – cerimônia presidida pelo então, governador José Magalhães Pinto – declarou:

#### MANIFESTO À NAÇÃO

A Associação Comercial de Minas novamente se dirige às autoridades da República e ao povo de Minas e do Brasil sobre o agravamento contínuo e até agora incontido da situação nacional.

Assistimos ao enfraquecimento do princípio de autoridade e ao fortalecimento de organizações subversivas que visam a criação de ambiente propício à implantação do caos social, político, econômico e financeiro e, conseqüentemente, ao aniquilamento do sistema representativo e democrático assegurado pela Constituição.

A inflação, causa principal dos desajustes que afligem o País, continua sua ascensão em espiral, sem que medidas enérgicas e corajosas sejam tomadas para combatê-la.

(...) Todos anseiam por reformas que objetivem o aumento da produção, conduzam à justiça social e ao desenvolvimento harmônico do País, valorizando sobretudo o HOMEM. Demagógicamente conduzida, no entanto, a questão das reformas de base tornou-se instrumento de subversão e de tumulto. A reforma agrária, objeto de acalorados debates dentro e fora do Congresso e de cuja a necessidade ninguém duvida, passou a gerar ainda mais sérias inquietações com o projeto da SUPRA, eis que as soluções apontadas pelo governo abalaram a opinião pública e ameaçam de colapso a produção agropecuária.

(...) É chegada a hora das definições. Não há mais lugar para os indiferentes e conformistas. É preciso, o quanto antes, por fim à agitação organizada. É preciso que cada um de nós esteja alerta e vigilante, para que se torne firme, inabalável e compacta a resistência à desordem e aos princípios que não se afinam com a formação cristã e democrática da nação brasileira.

E, Gonçalves de Souza (1985a, p. 386-387) continua comentando sua própria intervenção alguns meses antes do golpe de 1964:

Estávamos, já, na antevéspera da revolução que fatalmente eclodiria tendo-se em vista o nítido divórcio entre governo e a Nação.

As inspirações do movimento de 31 de março de 1964 foram nitidamente éticas, democráticas e nacionalistas, tratando-se, em última análise, de luta contra a corrupção e a subversão, bem como a favor da democracia, objetivos permanentes do povo brasileiro. Inútil pesquisar suas origens em supostas maquinações internacionais, ou em conjunturas elitistas e reacionárias, pois, inarredavelmente, seriam encontradas explicações imaginosas, artificiais, ou ideologicamente comprometidas, totalmente apartadas da realidade.

O movimento de 31 de março de 1964 foi eminentemente popular, contou com o inquestionável suporte dos diversificados segmentos da sociedade brasileira, que bradavam por moralidade e eficiência administrativa, bem como, desenvolvimento econômico e tranquilidade social.

Com algum sentido de autocrítica, Miguel Gonçalves de Souza aponta que o processo revolucionário aumentou seu grau de autoritarismo com o Ato Institucional nº 5 (1968) e elogia o regime de Ernesto Geisel pela atitude de se autolimitar e pôr fim ao AI-5 em 1978. Para ele (Souza, 1985a, p. 391), a revolução de 31 de março de 1964 é fato histórico de maior significação, que se fez em nome da moralização da vida pública, contra a subversão anti-democrática organizada e em favor do desenvolvimento nacional. Este é o perfil representativo maior da cidade de Itaúna, lembremos, este senhor-cidadão inaugurou a Universidade de Itaúna e, seu avô, em 1901 inaugurava a cidade, instalando sua primeira indústria. Poderíamos admitir, a partir desta recuperação crítica, que a família dos Gonçalves de Souza exerce uma força ideológica estratégica para a transformação capitalista da cidade. O que não é pouco, pois, enlaça as relações sociais de produção desde a autoridade, que se torna autoritarismo anunciadamente nacionalista e democrático, e como veremos, formará, a partir do campo de exploração da força de trabalho, no controle da sexualidade e do gênero, uma subjetividade tendencialmente dominada e conservadora – a partir da imposição religiosa, laboral e “comunitária”.

Se por um lado, podemos entender a história de Itaúna desde a operação política, social e subjetiva do sujeito burguês, Neila Maria de Freitas (1994) situará uma perspectiva cujo o sujeito social é o operariado. Mais especificamente, um operariado de maioria feminina que permite inscrever uma crítica ideológica indicando outra “fundação” da cidade, que se estabelecerá no processo de subjetivação da relação entre fábrica e bairro. *Memória operária do bairro santanense: uma análise sociológica da experiência operária* se tornou uma das principais descobertas desta pesquisa, pois formula uma análise consistente e elaborada, tendo as trabalhadoras do bairro-fábrica santanense como verdadeiras protagonistas da história material da cidade. O trabalho foi escrito como monografia para o estágio supervisionado do curso de ciências sociais do Instituto de Ensino Superior e Pesquisa de Divinópolis, sob

orientação de José Geraldo Pedrosa em 1994. A elaboração deste estudo contou com entrevistas a funcionárias da Santanense e aplicação do materialismo histórico e dialético na realidade social do bairro que constituiu a formação ideológico-moderna da cidade, junto com o processo de exploração e dominação das operárias da fábrica. É importante notar que a crítica da ideologia proposta por Freitas (1994) se relaciona diretamente com a crítica à história de Itaúna realizada até aqui, isto porque a fábrica Santanense inaugurada em 1901, é de propriedade e administração da família Gonçalves de Souza até os dias de hoje. E foi a atuação política de Augusto Gonçalves de Souza que inaugura simultaneamente cidade e fábrica, dando forma à sociabilidade capitalista local. A partir do contraste entre estes dois trabalhos pode-se ter uma noção do que significa a luta ideológica na produção do conhecimento, e de como ela se estende ao campo do modo de reprodução das relações sociais, diferenciando uma perspectiva tradicional-burguesa e uma perspectiva crítica-operária.

O caráter colonial-capitalista pode ser destacado logo de início, visto que a grande fazenda da Cachoeira, propriedade do Coronel Manoel José Gonçalves de Souza Moreira, cedeu lugar às instalações fabris, a fábrica ocupou o lugar em que anteriormente era sede da fazenda, e a edificação que era senzala de pessoas escravizadas, se tornou as casas das operárias. A instalação da fábrica na cidade inaugura o universo ideológico da moderna sociedade capitalista, junto com representações e valores dos operários. No entanto, nota Freitas, que somente na década de 1980 que surgiram os primeiros movimentos de oposição, até então, a classe operária criaria uma identificação quase-total entre bairro (moradia) e fábrica. Ao invés de notarem o caráter de exploração do capital, o operariado acabou por entender a fábrica como “mãe carinhosa e provedora”, criando um mecanismo ideológico que fez da fábrica e das operárias uma grande família – projeção ideológica que se estenderá para toda a cidade.

A partir de uma reconstituição histórica do bairro santanense, Freitas aponta que:

O emprego de mão-de-obra feminina, a grande maioria, levou a empresa a construir uma casa para onde iam as mulheres solteiras e viúvas sem filhos, que chegavam da zona rural para o trabalho. Administrada por uma abadessa, esta casa foi chamada de "convento" pelos moradores. A abadessa supervisionava as mulheres, que ficavam sob a guarda do gerente da fábrica, que decidia, inclusive, sobre seus relacionamentos afetivos, aceitando ou não propostas de casamento.

A disciplina do "convento era muito rígida; as mulheres não podiam receber visitas masculinas e as portas se fechavam às 21:00 horas. Em caso de desobediência às normas, a transgressora era sumariamente demitida da fábrica.

A esta época, a vila se resumia na fábrica e casas. Distante e de difícil acesso ao arraial, devido à precariedade da estrada, os operários da vila ficavam isolados, sem muito contato com a futura cidade.

A vila possuía um único armazém, de propriedade da empresa, onde todos compravam, recebendo no final do mês, o saldo salarial após descontadas as compras mensais.

Segundo relato de uma ex-operária, a maioria dos operários acabava por nada receber. O pagamento efetuava-se através do chefe da família, que recebia por todos os seus familiares operários.

A memória de uma das antigas moradoras do bairro remonta a difícil vida na vila; casas pequenas, sem móveis, sem água ou esgoto; a longa fila na mina d'água brotada do córrego que atravessava o povoado e que servia para a lavagem da roupa, dos utensílios da cozinha e para fornecer água para encher o pote. Anos mais tarde, a fábrica construiu uma grande caixa d'água.

As casas possuíam energia elétrica gratuita - uma lâmpada para cada unidade -, cedida pela fábrica. Inicialmente, as luzes eram desligadas às 21:00 horas; mais tarde, à meia-noite.

Segundo o depoimento de um ex-operário, que durante 42 anos trabalhou na fábrica, os quintais das casas, antiga senzala, que no início somava umas cinquenta unidades, formavam um cinturão ao redor da indústria: "se você saísse pela porta da frente, dava de cara com o pátio da companhia. Nossos terreiros eram os pátios da indústria".

Uma ex-operária, Iracema Fernandes de Sousa, em sua obra "Itaúna através dos Tempos" (1984, Ed. Lemi, BH-MG), conta as reminiscências de sua memória. Segundo seu relato, as casas dos operários eram geminadas, com dois ou três cômodos, com divisões que não chegavam ao teto. A má qualidade dessas casas, sem quaisquer serviços de água e esgoto, facilitava a proliferação de pulgas, percevejos e a tuberculose, que acabou por se tornar temível epidemia.

Com o correr do tempo a senzala fora demolida. Construía-se uma casa nova para uma família, destruindo-se em seguida uma parte da antiga morada. E assim, gradativamente, uma por uma, até alcançar a completa higienização da indústria". Por este relato da autora acima referida, demonstra-se como foi solucionado o problema do contágio de doenças.

Os empregados nada pagavam de aluguel. Mais tarde, com o acréscimo de mais um turno de trabalho na fábrica, o que provocou um grande fluxo migratório para o bairro, a fábrica cedeu o terreno para que os operários construíssem suas casas, com a condição de não poder vendê-las. Posteriormente, o terreno foi vendido por imposição da empresa. Muitos moradores não tinham como pagá-lo, mas a maioria o conseguiu, pois o pagamento foi parcelado em inúmeras prestações; além disso, a venda entrava no acerto de contas por ocasião da saída do funcionário da fábrica, como indenização. Tal fato fez com que os moradores atribuíssem à empresa o fato de possuírem sua casinha.

A reconstituição da realidade de trabalho surpreende pela precariedade e dá mostras de que a constituição da cidade pouco tem do glamour burocrático-administrativo dos senhores-cidadãos que conta a *História de Itaúna: Volume I* de Miguel Augusto Gonçalves de Souza. Ademais, Freitas aponta que o tempo e espaço da vida em casa e na rua eram determinados pela fábrica, não havia hora de pegar, nem de largar o serviço – conta uma ex-operária. É importante destacar que havia emprego de crianças na fábrica, primeiramente a partir dos 7 anos de idade e, posteriormente, admitidas “apenas” depois de cursarem o 3º ano primário, ganhando 1 tostão por hora trabalhada. A presença de crianças era constante, pois as operárias não dispunham de lugar para deixar seus filhos e filhas. Além disto, já se tornava evidente que o tipo de controle “do trabalho” em realidade, se estendia para todos os campos de existência, inclusive dos próprios afetos das trabalhadoras.

Outro fator central e que nos ajuda a dar continuidade a crítica ao monismo como modo de dominação ideológica é o fator religioso. Isto porque em 1931 a diretoria da fábrica propõe

a construção de uma pequena capela. Com os gastos da construção a diretoria passou a cobrar a luz – que anteriormente era gratuita – das casas das operárias, para custear a construção da capela. Os arredores da capela se tornaram os espaços de lazer dos moradores do bairro. Deste modo, a criação do bairro estava sempre associada aos benefícios propiciados pela fábrica. Em 1960, com a chegada de um padre holandês, Antônio Wiemrs a comunidade operária-moradora do bairro-fábrica passa a viver um novo tipo de relação entre si. O padre passa a defender ideias de estruturação e emancipação da comunidade em relação a fábrica, que resultou na construção de uma nova igreja matriz em 1961 e na derrubada da capela antiga. Além disso, o padre incentivava reivindicações da comunidade em relação ao Estado, como a construção do ginásio, onde posteriormente passou a funcionar o Grupo Escolar. Saúde e higiene da comunidade era questão de importância para o vigário, com compra de filtros de água e distribuição aos moradores, trazendo para a nova paróquia enfermeiras que passaram a orientar as mães sobre cuidado dos filhos, vacinação e etc. Com todas estas atividades na comunidade, passou a propor a emancipação e separação do bairro Santanense da cidade de Itaúna, para que este se tornasse uma cidade. O padre Antônio Wiemrs conquistou a atenção das forças dominantes, sendo dissuadido pelo próprio Miguel A. Gonçalves de Souza de seus intentos de transformação social por argumento burocrático-administrativos, de maneira que acabou voltando ao seu país de origem<sup>56</sup>. O vigário holandês foi substituído por Monsenhor Hílton Gonçalves de Souza, neto do fundador da Companhia de Tecidos Santanense. Como conta Freitas (1994):

Em 1969, o padre holandês retorna a seu país, sendo substituído por Monsenhor Hílton Gonçalves de Souza, neto do fundador da Cia. de Tecidos Santanense, cuja posse deu-se no dia 09-01-1970. O novo vigário dirigiu a paróquia por quinze anos, até a sua morte.

Nestes quinze anos, a paróquia cresceu aceleradamente. Construiu-se o prédio das obras sociais, denominado Grêmio Paroquial. Nos registros do Livro de Tombo da Matriz, constam anotações do vigário de que sua construção foi feita com a ajuda da Cia. de Tecidos Santanense, Cia. Industrial Itaunense (também pertencente à mesma família) e seus familiares. Ele ressalta que não pediu dinheiro aos paroquianos devido à sua pobreza. A casa paroquial também foi reformada sob as mesmas circunstâncias. Sob a coordenação do vigário, a comunidade eclesial se organizou em diversas pastorais; seus coordenadores faziam parte de um grupo restrito, assim como os ministros dos sacramentos. Durante os quinze anos de sua permanência, o Conselho Paroquial, instância máxima decisória da paróquia, foi formado pelas mesmas pessoas, sem haver qualquer renovação. Vale ressaltar que a maioria dos líderes eclesiais eram pessoas que ocupavam cargos de chefia na fábrica.

<sup>56</sup> Os encontros e conversas entre Miguel e o padre Antônio Wiemrs sobre a tendência separatista são narrados pelo próprio Miguel (1985b, p. 437-466) em *História de Itaúna: Volume II*.

Com a morte de Monsenhor Hilton, outros padres ocuparam seu cargo; houve significativas mudanças, troca de algumas lideranças, renovação do Conselho Paroquial; porém, a hierarquia ainda permanece.

O destaque dado ao aspecto religioso se deve ao fato de que, no bairro, o calendário eclesial sempre conformou as demais atividades. O poder político no bairro sempre esteve nas mãos dos líderes eclesiais.

Hoje, o bairro vem crescendo e assumindo novos contornos. A fábrica continua sendo a única indústria do bairro, mas a mão-de-obra não é exclusiva do bairro; ela flui de vários pontos da cidade: O bairro deixou de ser a vila operária da fábrica de tecidos. Apesar deste novo quadro, a empresa continua marcando presença forte, cedendo espaços para a construção de centros de lazer. Podemos dizer que, neste século de existência, bairro e fábrica se fundiram, tornando-se o bairro uma extensão da fábrica, formando ambos uma grande família.

Só o resgate da memória operária do bairro é que poderá delimitar o contorno do movimento de sua criação e organização, retirando os véus que a ideologia colocou sobre os fatos, fazendo surgir a verdadeira história.

No campo da dominação ideológica é preciso dar destaque a esta ocupação de posições no Conselho Paroquial, “renovado” pela família Gonçalves de Souza, e na diretoria da fábrica da Companhia de Tecidos Santanense que possuem as mesmas pessoas (sic!). Há que se entender estes lugares como aparelhos ideológicos que são capazes de formar uma consciência coletiva dos moradores. Esta conscientização gira em torno de valores como docilidade, submissão, trabalho abnegado e percepção da fábrica e de seus membros como a sua própria família, o que servia, obviamente, aos interesses da classe dominante. Está aí, uma operação social muito precisa da transição do trabalho e da ideologia colonial para a composição na sociabilidade capitalista cuja a dominação das mulheres é central, e pode ser vista desde a classe operária e oprimida. A correlação fábrica e comunidade eclesial é destacada por Freitas (1994), especialmente no que se refere à conduta do vigário representante dos interesses da família Gonçalves de Souza:

A participação da administração da fábrica na comunidade eclesial, nas festividades religiosas sempre foi constante e bem marcante. A pessoa do gerentel da fábrica tornou-se um referencial no bairro, presente em todos os eventos, ocupando papéis de destaque na estrutura eclesial.

Outro fator de relevante importância foi a nomeação de um padre, neto do fundador da fábrica e grande acionista da mesma, para o vicariato na comunidade, cargo que ocupou por quinze anos, até sua morte. Sua conduta autoritária, centralizadora, restringiu a participação coletiva nas decisões tomadas. Durante todo o seu mandato, o Conselho Paroquial, órgão máximo de decisão da igreja local, foi constituído pelas mesmas pessoas - todas de destaque na fábrica e escolas; a renovação dessa diretoria só ocorreu com o vigário substituto.

Se antes da presença desse vigário a fábrica já atuava fortemente no espaço eclesial, sob sua coordenação esta atuação só se intensificou. As comemorações do dia do trabalhador eram realizadas na igreja, sempre com solene e pomposa missa, onde as autoridades da fábrica ocupavam lugares de destaque, seguindo-se a sorteios de brindes para os funcionários. As festividades por ocasião da Semana Santa, maior festa religiosa do bairro, contavam com a contribuição da fábrica, que montava altares, palcos e barraquinhas. Outra ajuda da fábrica era na limpeza e manutenção da igreja

e prédio das obras sociais, através da contratação de funcionária específica para tal, que constava em seu próprio quadro de funcionários.

Ao analisarmos tal relação, podemos perceber que, ao fazer-se presença constante na vida religiosa do bairro - que de certa forma era referencial moral e valorativo para os moradores, a fábrica acabou por tornar-se, também, membro da comunidade, que a via como parceira e provedora. Essa fusão entre fábrica e bairro no espaço religioso dos moradores foi elemento constitutivo de uma visão eclesial entre operários e patrão e não é difícil vislumbrar as consequências na relação entre trabalho e capital. Aliás, este espaço nem sempre foi bem delineado, como podemos apreender do depoimento de um ex-vigário da paróquia central de Itaúna e que atendia o bairro antes deste constituir-se paróquia. Segundo sua fala, as confissões dos fiéis eram realizadas dentro da fábrica, assim como as comunhões.

O entrelaçamento entre fábrica, bairro e comunidade formou um tipo de conscientização conservadora, veja-se a sujeição das pessoas, por exemplo, na prática da confissão no local de trabalho. Isto demonstra a forma de subjetivação que a classe dominante estava disposta a impor às mulheres da classe operária, espalhando sua ideologia e seus encarregados como “pais bondosos” que “ajudavam” a ditar as regras de conduta e dar conselhos aos membros da comunidade. Esta consciência de que a fábrica é entendida como uma mãe caridosa que possibilitou que as pessoas saíssem da pobreza perfaz a mistificação justamente do fundamento da luta ideológica de classe, escondendo o fato de que é a classe operária a criadora daquilo tudo que está sendo creditado à fábrica – que não é outra coisa senão o domínio privado dos meios de produção. Ou seja, a classe dominante age nas relações sociais de produção, como na relação fábrica-bairro ou comunidade-religiosidade, enfim, são variados os campos em que o sujeito burguês aparece monopolizando os circuitos de poder, a partir do universo de representações, valores e interesses que é capaz de criar.

É importante ter em mente que é sob estas condições ideológicas que irá se manter os modos de dominação na cidade. Em entrevista com a pesquisadora, militante e moradora do bairro, ela dirá que:

Aqui era uma fazenda, então os donos da fábrica eram os donos, criaram uma fábrica na casa grande e trouxeram pessoas para trabalhar na zona rural. Meus pais vieram da zona rural de Guaratinga, São Gonçalo, para trabalhar na fábrica de tecidos. Então, as primeiras casas eram as senzalas em volta da fábrica. Então, era uma relação de... o chefe da fábrica era o chefe da igreja. O padre confessava as pessoas dentro da fábrica. Certo? Então, assim, é uma questão mesmo de mãe. O bairro, porque como o pessoal não tinha fundo de garantia, era estabilidade, mamãe trabalhou lá 19 anos, meu pai também. Aqui todo mundo, os mais velhos, tiveram parentes que trabalharam na fábrica. E nos acertos, porque a fábrica cedia a casa pra pessoa, mamãe mesmo morou assim. E cada casa tinha uma lâmpada. Então a fábrica desligava a lâmpada. O tempo da casa era determinado pelo tempo da fábrica. Eles desligavam a lâmpada, então era a hora de todo mundo dormir. Então depois, quando as pessoas iam aposentando, o que a fábrica fazia? No acerto, toma a casa que é sua. Que já era por uso campeão, né? Então, todo mundo fala, os mais velhos, ah, eu devo, o que eu tenho eu devo à fábrica. Entendeu? Então, isso era muito forte. Em 89, nós tivemos uma greve na fábrica, a fábrica estava completando 100 anos. E a gente conseguiu até, na

época, em 89, nós conseguimos montar uma chapa de oposição no sindicato, foi um escândalo aqui no bairro. Um escândalo. E eu estar na porta de fábrica, nós do grupo de jovens íamos atrás do padre, você não vai falar nada? Espera aí, está todo mundo envolvido nisso aqui. Entendeu? A gente cobrava uma atitude do padre com relação à greve, porque a greve impactou o bairro inteiro. Então, assim, a relação da fábrica com o bairro é, nos moradores mais antigos, que agora já não é tão, tão... Eu fui entrevistar algumas pessoas, né, pra fazer meu projeto de pesquisa, e eles falaram comigo, você fala da minha mãe, mas não fala da fábrica. Eu ouvi isso. Então assim, a mãe... relação muito forte. Nos livros de tombo da igreja que eu pesquisei, a mãe deu terreno pra fazer a escola. A mãe deu terreno pra fazer a igreja. O padre era um padre holandês, mas progressista, ele punha a mãe entre aspas, quer dizer, não era ele quem estava dizendo. Então, assim, esse bairro aqui, ele é muito conservador. Muito conservador. Nós temos aqui uma grande parcela que participa do movimento de cristãos conservadores.

Como podemos ver, a constituição do monismo – como prática ideológica de dominação – se amplia a partir de uma temporalidade que se constitui pela concentração da riqueza, do poder e da gerência de aparelhos ideológicos como a fábrica, a igreja, o partido, as institucionalidades, a articulação política e econômica. Em *História de Itaúna: Volume II*, Miguel A. Gonçalves de Souza (2002), em especial no capítulo quatro, irá realizar um depoimento pessoal do período de 1964 à 1983, o que poderíamos adiantar como período de ouro da prática política de Miguel. Momento em que, segundo ele, esteve à mercê das altas missões e responsabilidades que o cenário político e administrativo do município lhe proporcionou. A designação como titular da Secretaria de Estado da Fazenda por José de Magalhães Pinto, logo após “iniciar-se o movimento revolucionário”, fez com que Miguel se destacasse na política nacional. O historiador itaunense não só ficou encarregado de levantar os custos da mobilização de tropas e compras de equipamentos gastos no período do golpe, como criou um setor de estímulo às exportações, a *Comissão Permanente de Exportação de Produtos Manufaturados*. O que, por consequência da política nacional de incremento da exportação de produtos manufaturados, significou a formação de uma mentalidade exportadora para o país. Aos fins do mandato de Magalhães Pinto, Miguel foi destacado para organizar o diretório local do partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA) em Itaúna, que “nasceu extremamente forte e representativa dos diversos segmentos da sociedade” (Souza, 1985b, p. 405).

Neste mesmo ano, 1965, foi criada a Universidade de Itaúna, iniciando sua instalação e atividade em 1966. Miguel aponta que até 31 de janeiro de 1983, ele e a coletividade que representava tiveram influência decisiva na escolha partidária e na eleição de todos os prefeitos itaunenses – por 20 anos. Em 1983, o domínio do conservadorismo sofrerá sua primeira fratura, aberta pelo campo eleitoral. A eleição do professor de História e Estudos Sociais, Francisco Ramalho da Silva Filho como prefeito da cidade em 1988, dá início à luta ideológica da esquerda. Pois, mesmo que Ramalho fosse partidário do PSDB se trata do primeiro momento

em que os interesses das tradicionais famílias de Itaúna, em especial, os Gonçalves de Souza, são bloqueados, abrindo a cidade ao trabalho popular da Teologia da Libertação, da Constituinte de 1988, da influência ideológica mais direta da luta de classes e do sindicalismo de luta.

### 2.2.2 *Três gerações da esquerda local*

A formação da sociedade itaunense até os dias de hoje foi constituída por uma intensa identificação ideológico com o conservadorismo. A classe burguesa local organizada politicamente dominou e domina boa parte dos campos de existência social (subjetividade, gênero, sexualidade, trabalho e autoridade) seja pela religiosidade, seja pela organização do trabalho. No entanto, mesmo com este forte domínio se apresentaram brechas no campo da ideologia, fazendo com que individualidades e coletividades se apresentassem para enfrentar a correlação de forças sociais que se constituiu historicamente. Estas pessoas se permitem à criação de um universo ideológico com suas representações, ideias e imaginários dissidentes em relação ao projeto ideológico monista.

Itaúna é, sem dúvida, um lugar de tensionamento estratégico para os conjuntos políticos dominantes da região, seja por sua localização, renda média ou posição político eleitoral. Está localizada na Mesoregião Oeste de Minas Gerais, fazendo parte do Anel Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Trata-se de uma cidade com 97.669 habitantes segundo estimativa do IBGE (2024). Outra informação que se pode dar destaque é que Itaúna é a terceira cidade com a renda média mais alta do estado de Minas Gerais, chegando a R\$ 2.581 segundo o Mapa de Riqueza publicado pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social), abaixo apenas de Nova Lima (R\$ 8.897,08) e Belo Horizonte (R\$ 2.925,25). Este dado se tornou importante na medida em que a notícia *Cidade de rico? Itaúna tem a terceira maior renda média de Minas, aponta pesquisa da FGV*, publicada no portal de notícias VIUITAUNA (2023) circulou em fevereiro de 2023 de maneira polêmica pela cidade, de modo que é significativo seu conteúdo, no que se refere a dimensão da desigualdade da riqueza produzida lá (VIUITAUNA, 2023):

De acordo com a FGV, a pesquisa considera dados de declaração do Imposto de Renda para chegar até o rendimento dos mais ricos, dificilmente apurado por outros levantamentos, que perguntam a renda diretamente à população. Para isso, ela calcula o principal indicador de desigualdade social utilizado no mundo, o índice de Gini. Quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade. O índice habitualmente considerado, calculado pela Pnad Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é 0,6013. Já pelo cálculo da FGV, que inclui a renda declarada pelos mais ricos, ele sobe para 0,7068, considerando dados de 2020.

“É como se fosse um salto triplo de desigualdade”, aponta o economista Marcelo Neri, um dos autores da pesquisa.

Cada 0,03 pontos de diferença no índice reflete uma grande variação da desigualdade. O pesquisador reforça que a pandemia de Covid-19 aprofundou a diferença entre os anos de 2019 e 2020 no Brasil.

“Os mais pobres tiveram a renda preservada, com crescimento de 0,2% devido ao auxílio emergencial. Os mais ricos perderam 1,5%. Mas a renda do meio da distribuição, a da classe média, caiu quase três vezes mais que isso, 4,2%. Isso levou a um aumento da desigualdade”, aponta.

Estes dados servem para colocar em evidência a desigualdade econômica na cidade, e adentra nossa exposição justamente por ter circulado de modo polêmico na localidade. Outro dado importante, para nós, é que durante a eleição de 2018, Itaúna somou 77% de seus votos válidos em Jair Bolsonaro, caindo para 66% na eleição de 2022. De maneira que estes 11% de queda de votos podem ser atribuídos por uma multiplicidade de fatores, dentre eles, a prática política da esquerda local, nas mobilizações como o 8 de março, o 1º de maio, caminhadas pela paz, Grito dos Excluídos, e tantas outras. Pode-se destacar também os trabalhos de panfletagem no período eleitoral e o ataque mais direto a Bolsonaro durante seu governo, especialmente no período da COVID-19, com as manifestações do *ForaBolsonaro*.

Ao que se refere ao universo ideológico da esquerda, nossa pesquisa e participação ativa e inserida na militância, pôde perceber aspectos pessoais singulares, entendendo que cada pessoa traz para a unidade política, cultural e social da esquerda, elementos próprios que são compartilhados em menor ou maior grau. Esta unidade apreendida em sua pluralidade interior se expressa em ações políticas, culturais e sociais, bem como, nas coisas que cada pessoa mobiliza, como imagens, histórias, discursos, gestos, e em ações como cantar ou fazer uma rima. Em geral, a militância dá mostras de uma maneira de se portar que desafia uma sociedade afirmativamente conservadora, seja numa afirmação política socialista, antifascista, marxista-leninista ou se mobilizando como contracultura periférica, negra e LGBTQIA+.

Para manter a pesquisa como preconizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade La Salle o anonimato será mantido por meio da mudança de nome do entrevistado ou da entrevistada, identificando-os/as por nome (modificado), idade, ocupação, gênero e etnia/raça/cor, da maneira como responderam ao serem questionados/as na identificação das entrevistas. Como já colocado anteriormente, o critério de entrevista é uma posição afirmativa com um compromisso de esquerda de maneira que a especificidade de cada afirmação fica a cargo do universo ideológico obtido através das entrevistas. Cada entrevistada ou entrevistado contribuiu com sua concepção de política, cultura e luta, parte de sua trajetória militante, uma análise da ideologia conservadora e dos problemas sociais da cidade, finalizando com uma resposta sobre representatividade e futuro da militância. O questionário age como um

reconhecimento da individualidade e das coletividades envolvidas na luta ideológica, momento de intensificação do debate ideológico incontornável diante do ano de eleição e da aderência ao bolsonarismo na cidade. Como resultado da investigação, seremos capazes de adentrar nas tendências, movimentos e aparelhos ideológicos da esquerda em Itaúna. As entrevistas serão utilizadas como fonte de crítica do monismo e autocrítica da esquerda, que são os elementos do pluralismo político crítico.

**Quadro 1 - Entrevistadas e entrevistados**

Nome	Idade	Ocupação	Gênero	Etnia/Cor/Raça
José	71 anos	Metalúrgico aposentado	Masculino	Branco
Mauro	63 anos	Metalúrgico aposentado	Masculino	Branco
Isabel	61 anos	Professora de história aposentada	Feminino	Preta “de pele branca”
Inês	61 anos	Professora de história aposentada	Feminino	Branca
Luis	60 anos	Professor de história, sociologia, filosofia e jornalista	Masculino	Branco
Ana	57 anos	Servidora pública aposentada	Feminino	Mestiça
Mário	57 anos	Bancário da Caixa Econômica Federal	Masculino	Branco
Rosane	51 anos	Trabalhadora da cultura e doméstica	Feminino	Parda
Airton	45 anos	Dirigente sindical	Homem	Negro
Flávio	43 anos	Catador e artista cênico	Masculino	Preto, negro
Cristiane	33 anos	Agente político	Mulher cisgênero	Preta
Luiza	30 anos	Artista de rua	Mulher Não-binária	Negra
Caroline	29 anos	Assessora de agente político	Mulher cisgênero	Preta
Lucas	24 anos	Professor de história	Homem	Pardo
Natália	24 anos	Professora do ensino básico	Mulher	Branca
César	24 anos	Diretor de marketing e tatuador	Masculino	Negro
Vitória	23 anos	Estudante de medicina	Mulher cisgênero	Branca
Pablo	23 anos	Estudante de direito	Masculino	Branco
Henrique	22 anos	Engenheiro de software	Masculino	Pardo
Celso	21 anos	Estudante de arquitetura	Masculino	Branco
Vanessa	20 anos	Estudante de jornalismo	Mulher cisgênero	Branca

Fonte: Autoria própria, 2024.

A prática teórica de descolonização intelectual deve reconhecer as singularidades, entendendo que cada atuação militante tem por trás de si uma vida complexa em que a resistência ou a luta aparecem em um sentido amplo. Faz parte do processo de descolonização epistemológica da prática política e teórica enfrentar a questão de que a vida social não é feita apenas de crítica, luta, mobilização e resistência. Cada pessoa fala de si e de seu trajeto como

militante de maneira diferenciada e própria, o que não significa que ela esteja retirada do campo das coletividades, pelo contrário, cada trajetória aponta formações subjetivas e humanas que vão do nível individual ao nível social. Ademais, é necessária certa humildade para se deparar com situações reais que ensejam frustrações, derrotas políticas, perdas de desejo de luta e processos contraditórios dentro das dinâmicas coletivas. A amplitude da dominação monista-burguesa e sua ofensiva afeta não apenas como totalidade organizada, mas como uma ofensiva sensível, em representações de mundo que oscilam de privações à sofrimentos injustos.

#### 2.2.2.1 Geração inaugural: democratismo e luta de classes

A militância de esquerda se estabelece em Itaúna, assim como pelo território nacional, a partir da mobilização prática na luta de classes e no processo constituinte. Trata-se de uma tendência ideológico-política que ressignificou – naquele momento instituinte – a luta pelo poder local, promovendo oposição ao poder coronelista-familiar. Este impulso tornou o espaço do imaginário político mais aberto a processos democráticos e de participação cidadã. Podemos pensar esta tendência como uma socialização política originária ao momento atual da conjuntura ideológica, isto porque ela concentra parte de sua consistência nas dinâmicas e institucionalizações do liberalismo brasileiro, auxiliando a construí-lo por uma via de oposição e disputa em movimentos e aparelhos ideológicos. Seria importante notar que em decorrência desta luta ideológica parte dos atores sociais e políticos da direita passaram a “adotar” um discurso democrático e participativo superficial enquanto continuavam a com práticas políticas tradicionais-coronelistas, de maneira que a tendência ideológica e o poder do conservadorismo se mantiveram. Os entrevistados e entrevistadas desta geração que permanecem fiéis aos seus compromissos dão continuidade a esta tensão e desafio de criação política local fora dos domínios da tradição coronelista.

A construção e solidificação desta percepção de possibilidade de enfrentamento e transformação política, econômica, social e cultural advém da experiência prática na luta ideológica, especialmente da geração de militantes de 50 aos 70 anos de idade. O sistema de crenças por trás deste impulso político é, sem dúvida, o envolvimento na prática política e teórica da Teologia da Libertação. A militante Ana<sup>57</sup>, por exemplo, tem raiz “igrejeira”, com

---

<sup>57</sup> Ana, 57 anos, servidora pública da educação aposentada, gênero feminino, mestiça. ANA. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Março de 2023. Entrevista gravada em MP3.

13 anos entrou para a Legião de Maria, assumindo o papel de coordenadora do grupo de jovens de sua igreja durante a adolescência. O enfoque de suas ações na época era de caráter assistencialista, realizava campanhas de alimentação para Vila Vicentina e ajudava em arrecadações para asilos da região. Desde lá, sentia incômodo com as desigualdades sociais, com o amadurecimento de sua atividade de militância passou a atuar na Pastoral da Juventude que posteriormente adotou o nome de Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP)<sup>58</sup>, atuou também nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ligadas à Teologia da Libertação.

Foi na década de 1980 que Ana conheceu o Partido dos Trabalhadores (PT), único partido de esquerda na cidade. A outra organização facilmente reconhecida da esquerda em Itaúna seria o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Oficinas Mecânicas de Itaúna (STMOMI), o Sindicato dos Metalúrgicos<sup>59</sup>. Ana filiou-se ao PT na segunda metade da década de 1980, como militante do partido se aproximou do Sindicato dos Metalúrgicos, indo para frente das fábricas nos momentos de chamadas para greves, fazendo piquete junto com seus companheiros e companheiras. Neste período, por volta de 1986, os militantes de Itaúna iniciaram, assim como em várias localidades do país, mini-comitês para participação popular na Constituinte. Posteriormente, Ana mudou-se para Belo Horizonte, participando do Comitê de Participação Popular na Constituinte do Estado de Minas Gerais como secretária. Neste processo de luta por uma Constituinte verdadeiramente popular, relata que viu nascer o Centrão como força política.

Ana aponta que o processo de participação popular da Constituinte, em especial a realização das emendas populares, foi bastante positivo: “a gente batia de casa em casa para apresentar as emendas para as pessoas e para conversar com elas, explicar e perguntar se elas queriam assinar”. Para ela, houveram muitos progressos com a Constituição Federal: educação, saúde, direitos sociais e trabalhistas. No entanto, algumas pautas como a reforma agrária “nós

<sup>58</sup> Acesse o site da PJMP para mais informações, ver: <https://pjmp.org/>.

<sup>59</sup> Em *História de Itaúna: Volume I*, Miguel A. Gonçalves de Souza (1985a, p. 338) faz menção ao Sindicato em questão: “O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e em Oficinas Mecânicas de Itaúna foi reconhecimento em 11 de fevereiro de 1952. (...) O Sindicato, em verdade, resultou do reconhecimento da antiga Associação Profissional dos Trabalhadores Metalúrgicos de Itaúna, fundado em 17 de março de 1950... (...) O mandato da atual diretoria compreende o período de 4 de dezembro de 1983 a 3 de dezembro de 1986 e o sindicato possui 3000 associados, aos quais presta assistência jurídica, providenciária, médica-odontológica, bem como, educacional e cultural. Sua sede está localizada à Rua Antônio de Matos, 103 e o Sindicato se constitui em entidade altamente representativa de um dos mais importantes segmentos da sociedade itaunense, com assinalados serviços prestados, à nossa comunidade”. Miguel escreve isto em 1985, logo após, nos fins da década de 1980 um sindicalismo de luta irá assumir este aparelho ideológico e fazer frente aos domínios conservadores no campo da luta política e econômica pelos trabalhadores, como veremos a seguir.

perdemos”. Ela aponta a necessidade de valorizar a Constituição, especialmente no quesito da participação. Ao mesmo tempo, indica, de forma crítica, que “muitas coisas que foram colocadas ‘lá’ [na Constituição Federal de 1988] não se fizeram valer na realidade social”.

Atualmente filiada no Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Ana teve papel articulador na unidade coletiva da esquerda durante a pesquisa-ação, isto porque idealizou e pôs em atividade a Casa Socialista Irmã Benigna – aparelho ideológico coletivo fundamental para reunião entre militantes de diferentes partidos, não-partidários e pessoas em geral. Ana aponta que a iniciativa da Casa Socialista surge a partir da ideia dos Centros Socialistas do professor Alysson Mascaro<sup>60</sup>, segundo Ana, trata-se da criação de:

um espaço numa comunidade periférica, preferencialmente, onde a gente militante pudesse fazer o socialismo. Mostrar para as pessoas, para as pessoas, para o povo, o que é o socialismo na prática. E aí eu falei, uai, esse negócio é legal. Então eu conversei com algumas pessoas. Não era uma coisa muito fácil, porque tinha que ter um dinheirinho para manter essa estrutura, para alugar uma casa, para pagar água, pagar luz, pagar internet. Então, mobiliar a casa. E conversei com algumas pessoas e elas toparam. Aí, conversei com mais pessoas e essas outras pessoas toparam ajudar a financiar. Então, aí nós fizemos. Fizemos e estamos aqui. Na verdade, é um espaço que a proposta é essa. É de tentar ter essa relação com a comunidade, no sentido de mostrar mesmo para a comunidade qual é a nossa prática, o que é que a gente defende e o que é que a gente faz no dia a dia. E, por outro lado, ser esse espaço também de encontro da esquerda. Eu luto muito para tentar convergir a esquerda aqui nesse espaço, porque tem diferenças. PT, PSOL, UP, os movimentos de juventude, a galera da batalha na pista, tem diferenças.

Para além das questões sobre organização da Casa Socialista Irmã Benigna, Ana aponta que “nenhum partido, nenhuma organização, isoladamente, vai conseguir fazer o nosso sonho acontecer. Então, apesar de todas as dificuldades, de todas as diferenças, eu acho que a gente tem que tentar caminhar junto”. É importante que haja um espaço coletivo que se comprometa em envolver cada vez mais pessoas para que encontros aconteçam e se construa um movimento. Além disto, um espaço como este é importante para que a militância e a comunidade se encontrem, criar um espaço de envolvimento, “um espaço bonito, um espaço nosso” – diz ela.

É importante destacar que no que se refere à prática política, as três gerações têm participação em mobilizações como o Grito dos excluídos, o primeiro de maio, o Dia da Mulher, Dia da consciência negra. Estas são algumas datas importantes para se realizar campanhas e

---

<sup>60</sup> *Sobre os centros socialistas* (Mascaro, 2021).

atos, chamar os militantes ao compromisso e à ação, mantendo as pessoas mobilizadas para criar uma agenda política, uma vida política da esquerda, com várias vertentes da esquerda.

Em termos de luta ideológica, Ana faz questão de apresentar, seja na Casa, nos atos nas ruas ou em atividades políticas os símbolos da Revolução Russa e da Revolução Cubana, figuras do socialismo como Lenin, Che, Fidel, indígenas brasileiros como Sônia Guajajara e Aílton Krenak, bem como, as conhecidas figuras de Lula e Dilma. Isto mostra como as tendências ideológicas da esquerda não são estanques, pelo contrário, há um contínuo processo de enunciação e expressão composto por elementos de memórias de luta de maneira que perfazem a interação dos campos da realidade, das representatividades e da subjetividade. Desta maneira, se pode situar esta militância, ao mesmo tempo, na defesa ideológica do democratismo, do constitucionalismo, da luta de classes e do socialismo.

Cabe adiantar que trabalharemos com o conteúdo da entrevista de Ana especialmente ao abordar a radicalização conservadora no aparelho ideológico escolar e no campo da educação. Ana finaliza a entrevista destacando a necessidade de se trabalhar com as pessoas mais jovens, trazer a juventude para a militância. Isto porque “a militância em Itaúna é basicamente mais velha, já estão cansados, estão na luta há 40 anos, 50 anos, alguns há 60 anos. A juventude está se mobilizando no máximo há 10 anos e já estão querendo desistir”. Para ela, é preciso cada vez mais apostar na juventude, trazer mentes mais jovens e construir o novo.

Esta trajetória igreja (aparelho ideológico), Teologia da Libertação, prática militante, contato ou filiação com o PT, ocorre com muitos militantes que iniciaram seu processo de luta durante as décadas de 1970-1980 e que passaram muitos anos de sua vida na luta por mudanças econômicas e políticas em favor da classe trabalhadora. Este é o caso de Mauro<sup>61</sup>, sua militância tem início em grupos de jovens da igreja católica na década de 1970. Envolvia-se com campanhas do agasalho, do “quilo”, em um sentido assistencialista, no início de sua trajetória também atuou em associações de bairros. Foi em uma série de atividades com pessoas do Rio Grande do Sul e de diversas partes do país – que na época ficou conhecida como Missões – que, pela primeira vez, participou de uma reunião em que se falava de política abertamente. Isto aconteceu no auge do Documento de Puebla em 1979. Aponta que foi um avanço muito grande para a igreja católica, nesta série de atividades lhe chamou a atenção que estavam envolvidos

---

<sup>61</sup> Mauro, 63 anos, sindicalista e metalúrgico aposentado, homem, branco. MAURO. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Março de 2023. Entrevista gravada em MP3.

sindicatos e atuações sindicais. Foi através de uma pessoa que conheceu no grupo de jovens que teve contato e passou a conhecer a luta partidária, mais tarde, em Itaúna – “na época do Tancredo Neves” – passou a se envolver diretamente com grupos políticos.

Em 1984 entrou no Partido dos Trabalhadores, época em que estava sendo criada a CUT e “pipocavam” oposições sindicais pelo país, “e nós também fomos fruto desse processo” – recorda Mauro. Teve participação na Convergência Socialista (que posteriormente se tornaria PSTU). Destaca que foi a linha de preferência pelos pobres aprendida na igreja católica que o levou a militância política. Participou da Constituição de 1988 indo à Brasília e foi vereador de Itaúna de 2001-2004.

Participou, especialmente, da luta sindical pela autogestão do setor têxtil e siderúrgico na cidade, quando uma das principais empresas destes setores fechou. No entanto, conta Mauro, não haviam condições técnicas e formais, como domínio da produção e carteira de pedido para os trabalhadores, lembra que os trabalhadores organizados eram tidos como radicais demais, embora fossem “um bando de analfabetos” – brinca o sindicalista durante a entrevista. Com o passar do tempo, um grupo de empresários arrendou o setor siderúrgico impossibilitando a autogestão. Para o setor têxtil algo parecido aconteceu, um antigo chefe do setor criou uma cooperativa e assumiu. Mauro fala com orgulho desta luta, pois embora a autogestão não tenha surgido, a situação criada pela luta sindical que reativou o setor e gerou empregos durante uma forte crise do trabalho que abatia a cidade.

Nos finais da década de 1980 e início da década de 1990, Mauro aponta um momento muito combativo para o sindicalismo local, houveram duas greves gerais de grandes proporções. Neste período foi bastante perseguido por estar na luta sindical. Conta que, em uma das empresas onde alguns dos trabalhadores passaram a se envolver nas lutas sindicais havia um painel na porta de entrada com uma montagem de recortes, era uma foto de seu rosto com um corpo de morcego, colocada lá pelos patrões da empresa, para que os trabalhadores soubessem que não deveriam se juntar a ele – o apontavam como um “sugador”, “um parasita” para o desenvolvimento da cidade. Este ponto trazido pelo entrevistado surpreende pela maneira como a luta ideológica se dá, utilizando de símbolos e imaginário, mostrando como os já referidos campos da realidade, da representatividade e da subjetividade se misturam. Enquanto no campo da realidade a luta de ideológica de classes ocorre no chamamento para as greves, por exemplo, a representatividade de Mauro precisa ser ameaçada por representações dele como um “vampiro” para a cidade, justamente para influenciar a subjetividade dos trabalhadores da fábrica.

Na década de 1990, em um período de crise para a classe trabalhadora e aumento do desemprego na cidade foi realizado um encontro de desempregados, onde se foi votada a criação de algumas cooperativas. Foi quando nasceu a COOPERT que assumiu a coleta de lixo da cidade e hoje conta com quase 70 postos de trabalho com um salário significativamente maior que um salário mínimo – com salários iguais para catadores e trabalhadores administrativos, gerando uma coleta e reciclagem de qualidade para a cidade. “Essa história da reciclagem de Itaúna é muito bonita” aponta Mauro. Vê-se que a construção de poder da esquerda local está enredada por aspectos de participação ativa e engajamento na criação de espaços de dignidade para a classe operária por meio da luta sindical.

Ainda, sobre as perseguições de cunho político que passou na cidade, Mauro coloca que quando uma empresa de montagem de peças chegou na cidade, o maquinário trazido pela empresa – que normalmente contratava muitas mães solteiras por um salário muito baixo – passou a lesionar estas mulheres. Muitas pessoas se lesionaram nestes equipamentos, então fomos pra rua e levantamos essas questões com carro de som em toda região. Foi quando na Câmara de Vereadores chamaram-no de câncer de Itaúna, acusando de que o Sindicato dos Metalúrgico estaria com a luta sindical quebrando as empresas da cidade. Segundo Mauro, esta luta ajudou a humanizar as linhas de produção na cidade, especialmente os postos de trabalho que causavam muitas lesões nas trabalhadoras e trabalhadores.

Uma outra militante desta geração, Isabel<sup>62</sup>, conta que sua atuação e formação seguiu o mesmo caminho de outros militantes desta geração, sua vivência política teve origem na militância eclesial da igreja católica, nas CEBs e na Pastoral da Juventude do Meio Popular. Participou, no auge da década de 1980 da discussão da Teologia da Libertação, em que a fé culmina como prática, “o evangelho da prática”, diz ela. Foi assim que iniciou sua percepção da vida social e política do país e na cidade. Nesta mesma década, houve um processo de efervescência de greves na região de Minas Gerais, foi quando conheceu a CUT e o PT, adentrando a uma posição de esquerda, alinhada à luta popular, participando especialmente em nível sindical. Sua prática na luta sindical se iniciou na Associação dos Trabalhadores do Ensino de Itaúna (ATEI), posteriormente, auxiliou no processo de construção do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação de Minas Gerais (SindUTE-MG, subsede Itaúna), se filiando ao PT

---

<sup>62</sup> Isabel, 61 anos, professora aposentada, feminino, preta “mas, da pele branca”. ISABEL. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Maio de 2023. Entrevista gravada em MP3.

no final dos anos 80. Teve a experiência de se candidatar a vereadora de Itaúna em 1988, quando também desenvolvia um trabalho comunitário com as mulheres do Morro do Rosário.

Desfilou-se do PT quando o partido resolveu apoiar o atual prefeito da cidade, Neider Moreira de Faria. Ela aponta que Neider havia sido deputado estadual várias vezes e a militância do PT de Itaúna já havia batido de frente com ele inúmeras vezes, pois sempre se posicionou contra as reivindicações dos trabalhadores na Assembleia Legislativa. Embora mantivesse carinho e crença no projeto político do PT, decidiu se retirar do papel de direção do partido na cidade. A crítica de Isabel indica que a trajetória de construção da esquerda local não é impassível à problemas, pelo contrário, a posição da militância, especialmente a que militou ou a que milita no PT tem sido crítica aos mandatos de Eugênio Pinto (prefeito de Itaúna entre 2005 e 2012, envolvidos em uma série de escândalos de corrupção, especialmente no segundo mandato). Cabe destacar que boa parte do conteúdo da entrevista com Isabel será usada em nossa análise sobre a radicalização conservadora nos aparelhos ideológicos escolar e familiar.

Inês<sup>63</sup> inicia sua entrevista lembrando que seu primeiro entendimento sobre política veio de seu pai, que no período da ditadura votava no MDB e fazia oposição aos governantes da época. A trajetória política de Inês inicia com sua filiação ao PT em 1986, sua aproximação do partido se deu a partir da igreja, no grupo de jovens e depois com a participação na PJMP. Ela conta que sempre foi muito rebelde e que na juventude seu “negócio” era ser anti-normas seja na escola ou no centro cívico, especialmente porque o contexto social era muito conservador. Com sua entrada no partido (fundado em Itaúna no ano de 1982), passou a se identificar como trabalhadora, descobriu a organização, a consciência e a luta de classes, foi quando entendeu o lugar que ocupava na sociedade e o modo com que a rebeldia constituía um comportamento a ser canalizado para a militância.

O papel da contracultura foi fator determinante para se desviar dos padrões sociais que seu bairro (Santanense) lhe impunha. O Rock e a literatura lhe deram a bagagem de ideias que considerou fundamental para alterar sua visão de mundo anti-conservadora. Inês fez parte da luta sindical da cidade, trabalhou com Mauro no Sindicato dos Metalúrgicos, se dedicando à

---

<sup>63</sup> Inês, 61 anos, professora de história aposentada, feminino, branca. INÊS. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Março de 2023. Entrevista gravada em MP3.

elaboração dos jornais do Sindicato. Depois disto, nos finais da década de 1990, foi para Betim, militando no SindUTE, até retornar para Itaúna em 2020.

Para Inês, a ideologia conservadora está impregnada de um saudosismo de algo que as pessoas, em realidade, nunca viveram. Algo que está no imaginário, ligado a própria forma da educação conservadora, o traço deste tipo de fórmula é “ah, no meu tempo...”, trata-se para ela de um insistente medo do novo. Em termos de organização da ideologia conservadora, Inês aponta que o Movimento Cristãos Conservadores se tornou muito forte e organizado em todas as classes. Desde trabalhadores sem consciência de classe, passando por uma pequena burguesia ocupada por empresários mais influentes e, claro, a elite conservadora muito poderosa e rica. Ela destaca que este grupo ajudou em grande medida na organização do 8 de janeiro de 2023 – várias pessoas de Itaúna foram a Brasília nesta data.

Para ela, é a própria organização política capitalista que cria as condições para a existência destes grupos, fomentando a desigualdade entre a política burguesa e a política da classe trabalhadora. A democracia representativa como pilar da democracia, por exemplo, é uma falácia, basta ver a distribuição do fundo eleitoral. Em termos qualitativos, há uma desqualificação contínua da política, assim como, a criminalização da política, onde o trabalhador é perseguido. “Aqui em Itaúna as militâncias sempre foram perseguidas, vai desde sair na rua como algum símbolo da esquerda ou até no grupo de WhatsApp da família, isto é fruto de um persistente autoritarismo”, diz Inês. A violência política é muito forte aqui no Brasil e é um tipo de violência de silenciamento que está encrustada no país pelo que passamos historicamente com o escravismo, os processos racistas e as relações entre patrões e trabalhadores, essa é a violência que fundou o Brasil. Inês relata sobre o período de campanha eleitoral: “nós fomos para a rua e fomos xingados o tempo inteiro e respondíamos aos xingamentos também. Mas este tipo de violência é continuidade da violência política que se vivia na igreja nos anos de 1980” e continua:

eu tive essa repressão, tanto que nós estávamos na época da constituinte, montando comitês para a constituinte, que eram muito legais, a igreja participou de uma forma maravilhosa, a gente colhia assinaturas, A gente colocava lá, deputado tal votou contra, ia pra porta da igreja, coletava assinatura e tudo. Então, o padre, eu acho que ele foi violento comigo. Ele não me permitiu participar. Colocou lá uma advogada de direita, que não tinha nada a ver com o movimento que estava acontecendo. Tanto que não aconteceu o movimento aqui no bairro. Mas assim, nada que me impedisse de continuar participando. Isso a gente viveu. Ele foi no meu trabalho, reclama com o meu patrão, que era amigo dele, que era meu cunhado também, sabe?

A colocação de Inês faz lembrar algo que está ligado ao domínio da política conservadora que é a vigilância de dissidentes a partir das relações afetivas, proximidades e

cumplicidades ideológicas, especialmente em uma cidade de pequeno-médio porte, em que “todo mundo se conhece”. O contexto social e histórico de Itaúna – Inês destaca a questão da fábrica no bairro Santanense e a relação com a mentalidade da cidade – sempre criou um ambiente hostil para ideias progressistas, o que torna difícil a mobilização por mudanças sociais significativas. No entanto, ela enfatiza a importância de continuar a luta contra essa mentalidade, buscando organizar a resistência e construir alternativas políticas e culturais que possam desafiar e transformar essa realidade conservadora. Ela vê a necessidade de uma frente unida da esquerda para enfrentar esse desafio, mesmo reconhecendo a dificuldade de alterar profundamente a mentalidade conservadora que domina a cidade.

Luis<sup>64</sup> cresceu no meio partidário e de criação do PT na cidade, aponta que em termos de combate ao conservadorismo a esquerda teve um papel importantíssimo, a luta dos jovens, estudantes e trabalhadores, mas especialmente do Sindicato dos Metalúrgicos. Ele aponta que na década de 1980 a hegemonia conservadora das famílias Gonçalves de Souza que dominam o poder político estatal sofre uma primeira fratura com a eleição de Francisco Ramalho da Silva Filho (prefeito de Itaúna de 1983-1988). Embora Ramalho fosse partidário do PSDB, a eleição dele serviu para romper com o revezamento de poder entre os conhecidos donos da cidade. A entrada do PT no jogo político levou ao mandato de Eugênio Pinto que para Luis foi um mandato cheio de equívocos, que acabou levando a perder o segundo mandato. Apesar de ainda ter um nome em evidência, Eugênio Pinto já não possui ligação alguma com PT.

Desde uma perspectiva mais abrangente, Luis e também outros militantes, apontam que mesmo com uma oscilação do poder entre direita e extrema direita (conservadorismo reacionário), a esquerda foi capaz de abrir espaços no campo de democratização da cultura dentro da vida social da cidade. Grupos culturais de teatro, música, literatura foram tendo mais espaço nesta nas décadas de 1980 e 1990, junto com a criação de museus e bibliotecas. O Grupo de Teatro Corpo e Alma criado em 1987 atuava politicamente, além de serem sempre incentivadores de festas populares como o Carnaval e o Congado.

Luis coloca que a violência política de Itaúna é silenciosa e silenciadora, há intimidações em relações àqueles que pensam diferente. Aponta que a história de Itaúna está prenhe de casos de intimidação e manipulação eleitoral, com o sumiço de urna, votos de cabresto com entrega

---

<sup>64</sup> Luis, 60 anos, professor de história, sociologia e filosofia, jornalista, masculino, branco. LUIS. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Março de 2023. Entrevista gravada em MP3.

do título de eleitor aos patrões. Além disto, há um tipo de “violência econômica” bem presente, em que “determinadas pessoas” são consideradas “não gratas”, tendo sua ascensão profissional limitada devido a posições políticas divergentes. Colocando a questão nos seguintes termos:

Itaúna sempre foi uma cidade muito ordeira, muito pacata, e as pessoas falam, de certa forma equivocadamente, de que Itaúna é uma cidade em que convivem muito bem os contrários. Não é verdade, mas sempre houve uma violência silenciosa aos que pensavam diferente... A violência política é quando você não aceita o diferente em nenhum aspecto e você vai se impor através do seu poder econômico, do seu poder de persuasão, do seu poder mesmo de argumentação ou mesmo da violência física...

Este trecho da entrevista com Luis é relevante especialmente na medida em que nos entrega o modo como as práticas ideológicas (monistas) sustentam a ideia de ordem social. A noção de que uma sociedade “ordeira” é pacata e pacífica é falsa, isto porque manter o alinhamento político e o domínio social requer uma vasta gama de práticas não assumidas de violência política. Luis destaca que em 2018 e 2022 houveram ameaças veladas e tentativas de intimidação por parte dos apoiadores da direita. Coloca que o governo Bolsonaro deixou para Itaúna uma “herança maldita” que coloca a esquerda sob o desafio de lidar com uma mentalidade negativa, negacionista e tóxica, que se espalhou pelas pessoas e famílias, não apenas em um sentido político, mas em várias esferas sociais. Há de maneira generalizada na cidade uma falta de vontade e de crença na possibilidade da mudança, para ele, este é um dos principais desafios a ser enfrentado pela esquerda da cidade.

Outra trajetória militante de Itaúna foi a de Mário<sup>65</sup>, filho de uma dona de casa e de um pequeno comerciante, seus pais não tinham nenhum contato com a política. Sua primeira percepção sobre política foi o movimento *Diretas Já* em seu período de juventude, posteriormente, durante a graduação em Engenharia agrônoma, teve contato com o Teatro do Absurdo e com o Teatro crítico de Augusto Boal na Universidade de Viçosa nos anos da década de 1980. Foi lá que passou a adentrar uma trajetória propriamente de esquerda, quando ouviu falar de marxismo, Che Guevara e Marighella, por exemplo. Para ele, foi um momento de ampliação de seu universo cultural, social e humano. Participou do Diretório Acadêmico iniciando um projeto de uso da arte no ensino, com exposições de filmes que chegavam ao Brasil, como *Je vous salue Marie* de Jean-Luc Goddard, notando que desde aquele momento houve

---

<sup>65</sup> Mário, 57 anos, Bancário da Caixa Econômica Federal, masculino, branco. MÁRIO. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Março de 2023. Entrevista gravada em MP3.

uma reação de um grupo de conservadores – da universidade – que tentou impedir a projeção do filme no espaço acadêmico.

Na década de 1990, após se formar em Técnico em Fundição, passa em um concurso da Caixa Econômica Federal e vai estudar Letras na UFMG. Em 2005 se torna diretor do Sindicato dos Bancários de Minas Gerais. Depois de algum tempo acompanhando a luta sindical da categoria, Mário aponta que especialmente durante o governo Lula, a categoria bancária conseguiu crescer e construir uma organização que se dá por local de trabalho, regiões, estados e em nível de federações, permitindo avançar em muitas pautas, “com debates acalorados e nem sempre terminando como gostaríamos”, diz ele. Foi a partir do Sindicato dos Bancários que pôde acolher diversos movimentos sociais e sindicais de BH, como o MST e o SindUTE. Em 2009 Mário se filia ao PT e em 2012 retorna para Itaúna, quando percebe a necessidade de construir novas lideranças na cidade, neste período também presidiu o Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural Artístico e Ecológico de Itaúna (CODEMPACE).

Mário aponta que a esquerda sempre foi muito atacada na cidade e que possui uma tradição sindical muito fraca, com exceção do Sindicato dos Metalúrgicos, mas mesmo com sua forte atuação, este sindicato acaba sofrendo uma brutal pressão por parte das indústrias, com ameaças das lideranças, ameaças de demissão e subfinanciamento da atividade. “A situação aqui é difícil”, segundo ele, a categoria dos trabalhadores não contribui, as empresas não ajudam e as negociações não acontecem, as forças sindicais de Itaúna não conseguem constituir uma musculatura, pois o modo operandi da ideologia dominante tenta levar ao sindicalismo uma lógica assistencialista, o que mina a luta política. As pessoas querem que os sindicatos reproduzam a mesma política que elas encontram na igreja, nas entidades dos bairros ou então nos grupos como Rotary ou Lions, que é uma linha de assistência e doação. No entanto, esta não é a tarefa da organização sindical, os sindicatos precisam fazer a luta ligada a emancipação do trabalhador, avançar nos direitos trabalhistas, garantir qualidade do trabalho, um plano de saúde que permita ao trabalhador e a sua família um acesso à saúde, uma remuneração que permita ter bem estar, lazer, cultura, etc.

Em relação ao poder público, Mário aponta que este sempre foi muito condescendente com os poderosos. Um drama social vivido na cidade foi a tentativa de transformar um casarão construído na década de 1920 próximo à praça da Matriz em patrimônio histórico. Foram muitas reuniões e deliberações do CODEMPACE, no entanto, o senhor Wilson Fonseca, um bilionário do município, dono dos meios de extração de minério local e proprietário do imóvel, se recusou a manter o casarão, não se submetendo ao conselho deliberativo do patrimônio da cidade. Ademais, mesmo com uma legislação que permitisse uma decisão pública da prefeitura em

relação ao tombamento, este nunca foi realizado. O casarão que atestava com sua presença o valor histórico e arquitetônico da cidade foi posto abaixo e um estacionamento foi feito no seu lugar, em favor do capital privado.

Esta ausência do poder público, segundo Mário, se apresentou também na restauração da igreja do Rosário, a primeira igreja do município. A igreja, tombada como patrimônio da cidade necessitava de um restauro, havendo inclusive um projeto a ser realizado, mas não posto em ação por falta de recursos. O senhor Igor Dornas, um grande empresário do ramo do metal e da metalurgia, um dos senhores de Itaúna, resolveu abraçar o projeto de restauro. No entanto, ele simplesmente descartou o projeto e passou a alterar a igreja do jeito que entendia que seria “melhor”. Este foi mais um dos difíceis embates no setor do patrimônio cultural, artístico e ecológico de Itaúna envolvendo estes que se julgam donos da cidade. Não cabe aqui explicitar o longo processo que precisou envolver inclusive o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, dos órgãos reguladores do município, os órgãos de controle de arquitetura e a própria administração pública para reverter a ação de Dornas. Estes socio-dramas mostram, segundo Mário, como a influência dos capitalistas da cidade é capaz de mandos e desmandos. O segundo caso, mostra inclusive a capacidade destes senhores da cidade de pôr a atuação dos membros do Conselho em dúvida, com calúnias e difamações, inclusive com perdas de cargos que eram exercidos por pessoas envolvidas no caso. A imagem que se desenhou por meio dos órgãos de imprensa era de que se estava tentando impedir a restauração da igreja, fazendo com que os representantes do Conselho sofressem a pressão das lideranças conservadoras e autoritárias que apoiavam Dornas. Estes são exemplos da facilidade com que os ricos e poderosos da cidade têm de administrar os bens públicos por meio de influência direta aos agentes estatais ou por meio de pressões populares.

Outra pessoa que fez parte destes difíceis embates em relação ao patrimônio da cidade, foi Rosane<sup>66</sup>, que inicia sua trajetória de politização no teatro, que entende como uma forma de resistência e expressão política, incentivada por Silvio Bernardes, cujas influências familiares estavam fortemente ligadas à esquerda política na cidade. Durante os anos 1980, Rosane foi uma das figuras centrais em revitalizar o movimento teatral de Itaúna, num período em que a cidade era marcada por um conservadorismo intenso. O grupo de teatro do qual fazia parte

---

<sup>66</sup> Rosane, 51 anos, trabalhadora da cultura e doméstica, feminino, parda. ROSANE. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Março de 2023. Entrevista gravada em MP3.

utilizava suas apresentações para abordar questões sociais e políticas, muitas vezes desafiando a estrutura conservadora da cidade. Essa experiência foi fundamental para Rosane, ajudando-a a desenvolver uma consciência crítica sobre a política e o papel dos partidos políticos na organização social.

Embora nunca tenha se filiado a um partido político, Rosane sempre se identificou com ideais progressistas e com a esquerda, especialmente o PT. Ela descreve sua militância como uma extensão de sua vida pessoal e profissional, atuando em movimentos sociais e participando ativamente de campanhas e protestos. Rosane vê a política como algo intrínseco ao cotidiano, não restrito ao âmbito partidário, mas presente em todas as relações sociais. Ela também teve um papel ativo na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) em Itaúna, um projeto inovador que visa a ressocialização de presos. Sua participação na APAC foi marcada por desafios, incluindo o preconceito social e a necessidade de operar em segredo devido à desaprovação familiar. Em 2005, Rosane assumiu a coordenação do Departamento de Cultura de Itaúna durante a gestão do prefeito petista Eugênio Pinto. Neste cargo, ela teve a liberdade de implementar iniciativas culturais inovadoras e progressistas, focando na inclusão social e no acesso à cultura em áreas rurais e periféricas. Regina e sua equipe trabalharam arduamente para levar atividades culturais a comunidades que tradicionalmente não tinham acesso, promovendo cinema, teatro e outras formas de arte como ferramentas de transformação social.

Um dos momentos mais desafiadores de sua carreira no Departamento de Cultura foi o embargo da obra de reforma da Igreja do Rosário, um patrimônio histórico da cidade. A decisão de embargar a obra, que estava sendo realizada sem o devido cuidado com a preservação histórica, gerou uma onda de oposição e hostilidade por parte de setores conservadores da cidade. Rosane enfrentou assédio moral e perseguição política, sendo alvo de linchamento midiático e processos judiciais. Apesar disso, ela se manteve firme em sua convicção sobre a importância de proteger o patrimônio cultural. Rosane observa que o conservadorismo em Itaúna sempre esteve presente, mas ganhou força e visibilidade com o surgimento de lideranças políticas nacionais que legitimaram discursos conservadores e de ódio. Durante sua gestão, ela frequentemente enfrentou resistência não apenas de forças políticas conservadoras, mas também de dentro da própria administração, onde a falta de compreensão e apoio às iniciativas culturais eram comuns. Rosane também reflete sobre sua experiência em Belo Horizonte, onde se envolveu em iniciativas culturais que reforçaram sua compreensão da interseção entre cultura e política. Durante seus anos na capital mineira, ela trabalhou com produções teatrais e projetos sociais que reforçaram sua visão de que a cultura deve servir como um meio de empoderamento

e conscientização social. Essa experiência foi fundamental quando ela retornou a Itaúna, trazendo uma perspectiva mais ampla e crítica para seu trabalho na cidade.

Rosane também fala de sua experiência como pessoa assumidamente de esquerda dentro da igreja, lugar em que experimentara tensionamento em relação a sua prática de fé e convicções políticas por parte de outras pessoas. Criada em um ambiente familiar profundamente católico, Rosane sempre esteve envolvida em atividades da igreja, mas, desde jovem, começou a questionar as normas e tradições conservadoras que prevaleciam em sua comunidade religiosa. Ela passou a enfrentar desafios para conciliar suas crenças progressistas com a tradição conservadora da igreja, especialmente em um contexto comunitário onde essas ideias muitas vezes eram vistas como conflitantes. De maneira que pôde aportar à entrevista pontos essenciais sobre a radicalização do conservadorismo dentro aparelho ideológico religioso – como veremos no ponto 2.3.

Ainda, é importante destacar que estas tensões só podem ser estabelecidas na medida em que pessoas de esquerda passaram a estabelecer posição político-ideológicas na cidade. Não se pode entender tais disputas como decorrentes de individualidades pontuais, preferimos entendê-las como resultantes de um processo de coletividade que se compõe em ações de resistência e luta. Em termos de enunciação, esta primeira construção da esquerda local é influenciada pelo democratismo, pela força da Constituinte, da ideologia da luta de classes e do sindicalismo de luta. Tais enunciados apontam o modo histórico da política da esquerda, inclusive utilizando-se da prática teórica – como visto na recuperação crítica de perspectiva operária – e da prática política que vai da agitação dos trabalhadores na luta sindical, à luta eleitoral, às disputas nos aparelhos ideológicos escolares-universitários e religiosos. Isto mostra que Itaúna guarda avanços sociais e forças políticas que surgem desta geração inaugural do tensionamento ideológico, momento que o progressismo, a luta de classes e o democratismo (na via da redemocratização) circulam amplamente, de maneira que colidem ou são absorvidos pela ideologia conservadora dos “senhores donos da cidade”.

José<sup>67</sup> nasceu no Mato Grosso do Sul, no entanto, já fazem mais de 40 anos que está em Minas Gerais. Participa efetivamente na política desde muito jovem, ajudou na organização da

---

<sup>67</sup> José, 71 anos, metalúrgico aposentado, homem, branco. JOSÉ. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Abril de 2023. Entrevista gravada em MP3.

classe trabalhadora, com participação efetiva em partidos e organizações. Para ele, o sentido de política está ligado a necessidade que o ser humano tem que se organizar, de construir uma concepção de mundo e uma concepção de vida.

Quando chegou em Minas Gerais, José vinha de São Paulo, onde já vinha sendo perseguido por sua atuação política. Foi preso durante seis meses em 1969 pela ditadura empresarial-militar, com um pouco mais de 18 anos e detido diversas vezes em atividades sindicais como greves e protestos em geral. A partir de longa experiência política em diversas organizações, se propõe a fazer duras críticas à democracia, apontando “entulhos” – autoritários – que se mantiveram mesmo após a transição democrática, o que fica evidente em manifestações como a do 8 de janeiro de 2023. Atualmente aposentado, conta que foi dirigente do sindicato dos metalúrgicos de Belgrano e Contagem, viveu as greves de 1989, que foram greves intensas, de ocupação das fábricas.

Foi fundador da Federação Democrática dos Metalúrgicos do Estado, participou na construção do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e ultimamente está se dedicando a um aspecto da luta política que considera muito importante: a responsabilização de quem atuou durante a ditadura, por meio da Comissão da Verdade dos Trabalhadores e do Movimento Sindical de Minas Gerais (COVET-MG), comissão ligada ao Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (CJT) da Faculdade de Direito da UFMG. Do ponto de vista da representação, José se considera representado tanto pela organização sindical, especialmente CSP-Conlutas, pelo PSTU e pela Convergência Socialista, organizações políticas que ajudou a construir. José é o único entrevistado que não reside em Itaúna, aportou na pesquisa por recomendação de Airton, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Oficinas Mecânicas de Itaúna.

Sua crítica vai apontar que os trabalhadores que lutaram contra a ditadura, tiveram a memória desta luta apagada da história. “Parece que foi uma luta dos estudantes e dos democratas capitaneados por Ulisses Guimarães”, mas de fato, os trabalhadores não pararam de lutar contra a ditadura desde sua instalação. É importante destacar que esta ditadura teve apoio e colaboração com as principais empresas do país. É preciso que muita discussão seja feita e há poucos fazendo as discussões necessárias, a organização da COVET serve para isto, recolocar a questão da Justiça de Transição não realizada, especialmente na perspectiva da classe trabalhadora, representada por todas as centrais sindicais, federações e confederações. Primeiro se luta para garantir a recuperação da memória e a reparação das vítimas da ditadura, também se luta pela punição dos torturadores, dos generais que ainda estão vivos. E agora estamos impulsionando a responsabilização das empresas apoiadoras da ditadura. A

Volkswagen em São Paulo já foi responsabilizada, o processo da FIAT aqui em Minas Gerais<sup>68</sup> está sendo finalizado, também há pesquisas ocorrendo na Mannesmann e na Belgo – empresa com sede em Itaúna. O exemplo da Belgo é notável, pois o mesmo médico que atendia os trabalhadores na fábrica, atendia e auxiliava os torturadores no DOPS, o que mostra a integração que existia entre empresa e DOPS.

Para ele a esquerda parece estar um pouco perdida, pois passou a considerar a eleição, que é uma tática, como uma estratégia. E isso acaba impossibilitando de resolver problemas estruturais da sociedade, porque se perdem elementos que deram base para o que vem acontecendo. José coloca que não dá pra esquecer que existe uma crise estrutural do capitalismo em nível mundial, que há uma tendência muito grande da queda da taxa de lucro, logo, não é possível aumentar a taxa de lucro sem repressão. Se aumenta por todos os lados os níveis de pressão a que estão submetidas as pessoas, o Estado fica mais violento, a solução é a liberação e o uso da arma. Então, este aumento da violência vai criar seus alvos, “contra a mulher, contra o negro, contra os travestis, houve um aumento da violência, porque as pessoas ficam menos tolerantes, as pessoas estão infelizes, as pessoas estão com os nervos a flor da pele”. Para ele é preciso situar novamente a luta anticapitalista:

o capitalismo está esgotado, não resolve o problema da humanidade. Como o feudalismo não respondia mais lá atrás, o capitalismo hoje não resolve mais o problema. As forças produtivas não estão mais se desenvolvendo. O que está se desenvolvendo hoje são forças destrutivas. Você pega a tecnologia hoje, avanços tecnológicos, mas como que as forças produtivas não estão desenvolvendo se a tecnologia está desenvolvendo? Mas está a serviço de quê? Está a serviço da humanidade? Não, está a serviço do lucro. E ao estar a serviço do lucro, muito do desenvolvimento tecnológico piora a vida da população ou do trabalhador, inclusive. As máquinas hoje, que se tem nas linhas de produção, geram uma série de doenças profissionais graves. Não é para melhorar a vida do trabalhador. Não, é para piorar a vida. ...tanto é que existe uma guerra para reduzir o efeito estufa, para reduzir a poluição do mundo. Então isso mostra que as forças que estão aí são forças destrutivas, que estão se desenvolvendo. Se não forem atacadas, vão destruir o planeta.

Para ele, as empresas sob lógica do capitalismo demonstram uma constante desresponsabilização quando se pensa em suas funções sociais. Ele usa o exemplo da Belgo-Mineira, apesar do que está escrito na Constituição, o poder econômico não está preocupado com o desenvolvimento das cidades. A empresa de tecelagem, a mesma coisa, ao invés de

<sup>68</sup> Ao final da entrevista José presenteia o entrevistador com um CD-ROM intitulado *1964-1988: Comissão da Verdade em Minas Gerais – Relatório Final* (COVEMG, 2017).

trazerem benefícios para as cidades possivelmente estas grandes empresas são responsáveis pela poluição, assim como as siderúrgicas... “Aí muito falam, ah, mas gera emprego. Isso é bom, faz girar recursos, mas o contrapeso, você vai ver, é muito pouco em relação aos aspectos negativos que essas empresas produzem na sociedade”, especialmente quando a questão é meio ambiente. Os problemas sociais só tendem a aumentar porque já não existe uma preocupação. E é por este motivo que o conservadorismo retorna com tanta força, como pauta dos costumes, que passa pelas questões racial e de gênero, porque a crise do capital abre espaço para um espaço para defender uma exploração cada vez maior recrudescida.

#### 2.2.2.2 Segunda geração: corpo-política e ampliação da luta ideológica

Uma segunda geração da luta ideológica e política da esquerda em Itaúna será marcada pela presença da questão racial, da corporalidade de negros e negras na política institucional, no sindicalismo e na luta de classes – na luta por trabalho digno e representatividade na própria esquerda –, bem como, por dissidências à heteronormatividade no campo da sexualidade e do gênero. Esta segunda geração cujo o recorte de idade pode ser feito dos 29 aos 45 anos introduz uma série de questões na luta ideológica da cidade, pode-se listar: crítica à política parlamentar excludente, a defesa das causas feministas e LGBTQIA+, a questão racial em nível de autocrítica à esquerda, a politização da cultura negra periférica (Hip Hop) e dos sujeitos e sujeitas da periferia, a atenção a questão do trabalho para população mais pobre, racializada e em situação de rua, a especificidade do trabalhador-catador, a continuidade do sindicalismo de luta e a crítica ao neoliberalismo em sua faceta progressista ou conservador-reacionário. A partir desta geração veremos que os próprios conceitos de democratismo, luta de classes e sindicalismo se ampliam e são problematizados, mostrando mudanças e continuidades de posições políticas entre as gerações. O que, como preferimos entender, é salutar à luta ideológica, na medida em que as diferenças se tornem capacidades de desdobrar novas práticas políticas e práticas teóricas.

Cristiane<sup>69</sup> é vereadora na cidade, sua presença demarca uma série de tensões com a ideologia conservadora, justamente diante destes tensionamentos foi mudando sua concepção de política. Sua primeira perspectiva de política entendia a defesa e garantia de direitos dos

---

<sup>69</sup> Cristiane, 33 anos, agente político (vereadora), mulher, preta. CRISTIANE. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Abril de 2023. Entrevista gravada em MP3.

grupos que representa (campo da representatividade) como um modo de ampliação de direitos por meio de reivindicações. No entanto, ao adentrar no espaço político foi percebendo que este espaço de institucionalidade não foi construído para se buscar politicamente reivindicações e direitos, havendo muitos entraves reais. Isto a fez perceber-se como um corpo político, entendendo certas características próprias como fontes de força política, se colocando como corporalidade de mulher, preta e periférica. Ao mesmo tempo em que percebe a existência de barreiras institucionais, Cristiane busca sensibilizar outros agentes políticos para suas causas, pautando os direitos das juventudes, a defesa das questões ligadas à comunidade LGBTQIA+, a questão do acesso à cidade, da infraestrutura nas periferias, a questão da polarização política, a questão dos direitos das mulheres, não só da violência doméstica, mas também da violência do Estado contra as mulheres. Para exemplificar, ela diz que quando uma mulher não tem seu direito de colocar seus filhos numa creche é uma violência do Estado que está sendo praticada. Cristiane faz uma crítica quanto à idealização da política, apontando que quando se deparou com as forças que estão em jogo, o que se mostra é que um grupo político tem a capacidade de barrar as mudanças sociais. Se adentra a um jogo político-institucional muito menor do que se imaginava, segundo ela, é preciso ser da base aliada da prefeitura, por exemplo, se se quer capinar uma rua ou desentupir um bueiro. Caso se vote contra o executivo, rapidamente se sofre retaliações. Cristiane aponta que é a única vereadora de esquerda entre os 17 vereadores da casa legislativa, evita se posicionar na oposição, que é feita pela extrema direita, mas a base – da direita – também não lhe permite trabalhar suas pautas no campo da cultura, da educação e do acesso à cidade, que são executados de maneira muito ruim pela atual gestão da prefeitura.

Em relação à disputa entre os partidos, Cristiane preferiu se candidatar pela primeira vez pelo PDT, momento em que recebia críticas tanto da direita, quanto da esquerda da cidade. Por sua posição política, a esquerda apontava que deveria entrar em partidos como o PT ou o PSOL, pois por ser uma mulher preta e com pautas da periferia, sua capacidade de puxar mais pessoas para o campo da esquerda deveria ser usado a este fim. Por outro lado, a direita de maneira mais violenta, se contrapôs à candidatura de Cristiane com um discurso de que ela queria ser “uma Marielle” e que viria para destruir famílias na cidade, pois defendia os direitos da comunidade LGBTQIA+. Foi por meio das redes sociais e destas polêmicas que se tornou a vereadora mais bem votada da cidade em 2020, mesmo limitada em sua atuação de candidatura por conta de uma gestação que coincidiu com o período. Ela aponta que o jogo político nas cidades pequenas é muito concentrado e que as legendas servem a captação de votos e a posição ideológica fica em segundo plano. Dois de seus colegas de legenda, do PDT, fizeram campanha

aberta para Bolsonaro, apoiando-o em todas as pautas e projetos. Estes dois vereadores de seu partido estão sempre dispostos a barrar reivindicações e projetos relacionados à comunidade LGBTQIA+.

Em relação a representatividade, Cristiane aponta que parte da militância partidária de classe média alta sai da cidade para estudar e não retorna ou quando retorna estão completamente desarticulados politicamente, havendo um constante esvaziamento dos partidos de esquerda. Sua crítica aos partidos de esquerda é de que usam as pautas que ela representa, mas não apoiam a ela o quanto se esperava. Cristiane também faz uma crítica ao marxismo, ao Manifesto Comunista, a posições políticas como de Marighella, apontando que quem está na periferia não tem tempo de sentar e estudar, se aprende a ser político na prática. Aponta que aprendeu política nas letras como as dos Racionais, aprendeu o que é política por meio do RAP. E não se trata de aprender o que é política em si, mas de compreender que muitas pessoas negras estão restritas a um ciclo social. Este ciclo envolve ir do ensino básico para rua, trabalhar no tráfico e se deparar com a morte, ou então, sair e voltar pra cadeia, ou até mesmo virar um “nóia”. Para as meninas o ciclo é a gravidez precoce, quatro ou cinco filhos, essa é a “questão cultural” que ocorre mesmo antes da política. Neste sentido, diz Cristiane, a esquerda tá muito distante desta realidade, da população preta e pobre, que não tem transporte, não tem calçamento na sua rua. Ao tratar sobre coletividade e movimento negro em Itaúna, Cristiane coloca que alguns grupos tentaram se formar antes de 2021, mas sem sucesso de continuidade. Em 2021 foi possível realizar o primeiro *Encrespa*, evento que unia o 20 de novembro – Dia da Consciência Negra – com a semana do Hip Hop. Posteriormente, foi aprovada a semana do Hip Hop na Câmara, de maneira que foi possível enfrentar parte da criminalização e marginalização do movimento da Batalha da Pista (BdP), movimento popular da juventude que se criava na Praça Céli, junto a pista de skate, e que vinha sofrendo pressão dos moradores ao redor para que se encerrasse a movimentação que vinha ocorrendo. Para Cristiane, é preciso usar os instrumentos do Estado para possibilitar o movimento da comunidade e da cultura preta, de expressar sua forma de vida e sua forma de fazer arte, bem como, discutir políticas públicas.

Cristiane aponta que é preciso criar uma identificação com determinado território, tanto da juventude, da comunidade LGBTQIA+ ou da galera preta. No entanto, assim que ocorre a identificação das pessoas com algum território, há um processo de ataque que liga estes movimentos, grupos e coletividades aos usuários de drogas, às brigas nas ruas e qualquer rótulo de violência para que estas populações possam ser marginalizadas. A Batalha da Pista (BdP) e os movimentos que circulam naquele território tem este tipo de problema começam por câmeras de vigilância, polícia, moradores. Quando é algum evento, como a semana do Hip Hop, aí é

preciso comunicar a polícia, os bombeiros, ter liberação da prefeitura, saber o horário de início e de término. Esse tipo de vigilância aos movimentos são formas de discriminação, racismo e homofobia.

Quando perguntada sobre o conservadorismo da cidade, Cristiane faz relação com o período escravista, apontando que suas consequências são muito recentes e ainda tem forte influência na luta ideológica e na vida das pessoas. Destaca, por exemplo, o fato de que dois de seus sobrenomes são em realidade nomes de senhores-escravistas de seus antepassados. Ao falar do campo de representatividade e dos laços sociais em uma sociedade conservadora aponta que:

É complicado de lidar, eles querem manter e se manter como famílias tradicionais ricas que dominam a cidade, que ditam as regras da cidade. Então, quando eles veem uma mulher, filha de doméstica, de pedreiro, em um espaço como esse [câmara municipal], para eles é um absurdo. “Como assim? Olha quem está representando nossa cidade!”. E eu estou representando uma parcela grande da população, que é a parcela pobre, essa é a parcela dos grupos que eu represento. E eles invisibilizam, diminuem as questões. Eu imagino que seja muito complicado para eles que estas pessoas [pobres e periféricas] estejam na mesma faculdade que o filho deles, que a empregada deles, às vezes, tenha um celular igual o deles... Porque agora tem condições de consumir... E Itaúna realmente é uma cidade conservadora, por causa disto, porque essas pessoas querem manter este status que elas sempre tiveram, como uma classe, um grupo dominante e elas acabam de alguma forma influenciando outras pessoas também, que não são de alta [classe], que não são ricos, mas que prestam serviços para essas pessoas. E muitas acabam sendo influenciadas e tem aquilo como verdade. Principalmente pessoas que frequentam templos religiosos aqui em Itaúna, como por exemplo a igreja Batista-Betel, que é uma igreja com milhares de fiéis que fizeram abertamente campanha para o Bolsonaro.

Cristiane aponta que dentro de um templo como este se prega em nome de palavras de efeito como “Deus, Pátria e Família”, da necessidade de ser um “cidadão de bem”, que para ser um “cidadão de bem” é preciso votar em quem está na direita, nos candidatos que são veiculados na igreja. Desta maneira, tanto a extrema direita, quanto a direita – na prefeitura – utilizam de táticas antiéticas para terem votos, com compra de cestas básicas e doações para famílias. Aponta que cabeça desse conservadorismo são as famílias muito ricas, donos de empresas que tem vários funcionários, que são ameaçados de perderem seus empregos. Por isso, os trabalhadores “nem são doidos” de fazerem campanha ou declarar voto para alguém da esquerda.

Essa classe dominante quer continuar dominando e nos impedem de exercer nossa fé, impedem de ocupar espaços políticos, de dar continuidade aos nossos planos políticos... Soltam várias fake News, soltam vídeos distorcendo qualquer momento de descontração meu ou das minhas assessoras... para manchar nossa imagem, desgastar a nossa imagem. Qualquer coisinha é um prato cheio para eles julgarem e viralizar nas redes sociais, para que a gente não consiga se reeleger.

Perguntada sobre violência política e violação de direitos políticos, Cristiane aponta que já sofreu diversas vezes violência política, no entanto, para eles – representantes do conservadorismo – isso não existe, está normalizado este tipo de comportamento violento, eles dizem que é “mimimi”, que a vereadora está se vitimizando querendo “reverter” a situação. E continua Cristiane:

A primeira violência política que eu sofri foi na porta da Câmara Municipal e estava grávida, e não vi nenhuma nota de repúdio da própria Câmara, nem da prefeitura, nem dos conservadores, nem da esquerda. Uma mulher grávida de seis para sete meses... sendo agredida na porta da Câmara, a Câmara Municipal sendo omissa, a prefeitura de Itaúna sendo omissa e os grupos da esquerda sendo omissos, com uma mulher preta, periférica, que foi eleita para defender um mandato de esquerda. Depois outra violência foi de um jornal aqui de Itaúna, eles falaram que meu gabinete estava fazendo funk, baderna e andando de bicicleta nos corredores da Câmara. E o terceiro ataque foi uma charge, que quando meu filho era menorzinho e não tinha ninguém pra ficar com ele, eu tinha que trazer ele para a Câmara e eu estava amamentando e era secretária de mesa na época, E saiu uma charge: eu com ele no colo, aí em cima estava escrito “berçário” e embaixo “virou bagunça”.

Estas e outras “micro-violências”, como aponta Cristiane, trazem os modos como atua o conservadorismo para se fazer ideologia dominante, com práticas agressivas e de invisibilização. Como no caso da proposta de proibição de fogos de artifício sonoros em apoio a grupos de pais autistas, em que a proposição dela juntamente com outra vereadora, não teve seu nome mencionado no dia da votação. Ou então, perguntas como: “vereadora com cabelo assim?” ou “vereadora tem que andar de salto e roupa social”. Quando foi levar sua assessora para conhecer a Câmara, um outro vereador lhe disse: “você trouxe mais uma negra?”.

A crítica de Cristiane, tanto no que se refere a sociedade conservadora em geral, quanto na particularidade do racismo na prática política parlamentar local mostra que a luta ideológica praticada pelo conservadorismo se utiliza do racismo junto a um tipo de vigilância sob qualquer movimentação política ou social de coletividades ou populações periféricas, isto fica muito claro em Itaúna. O caráter da corporeidade e da classificação social da raça, do gênero e da sexualidade ampliam a luta ideológica da esquerda, aumentando também os pontos de incidência da ideologia conservadora.

A perspectiva política de Caroline<sup>70</sup> está diretamente ligada a este aspecto de tensão entre o reconhecimento político de seu corpo negro e sua relação com a estrutura do trabalho, da família e da religião. Para ela, foi só após os 18 anos de idade que passou a entender que seu “corpo negro” era político, pois foi neste momento que passou a se perguntar sobre as dificuldades de se conseguir emprego, estudo e dinheiro. Enquanto cursava um ensino técnico em contabilidade acabou percebendo que todos seus colegas conseguiam estágio e que para ela esta tarefa foi se tornando uma dificuldade cada vez maior. Foi isto que a fez perceber que se tratava de uma questão de raça e de posição social, o que era tabu na sua família – negra e conservadora –, pois este tipo de problematização do “lugar social” nunca apareceu de forma aberta no interior da família.

A aproximação mais sistemática de Caroline ao partido político foi quando passou a trabalhar como assessora no gabinete de Cristiane. Antes disso, alternava sua atividade social em participações em grupos da igreja católica e da Comunidade São Vicente de Paulo com objetivo de ajudar pessoas e na cultura Hip Hop. Conta que teve uma infância pobre e difícil, com variados problemas na relação familiar por conta de doenças e precariedades. Para ela, o Hip Hop foi uma fonte de enriquecimento para enfrentar a luta social e cultural que encontrou na sua vida. A dança, a música, a rima, a moda, toda esta “fonte cultural” do Hip Hop fez parte do desenvolvimento pessoal e coletivo de Caroline. Em 2017, ela conta que participou de um evento da Nação Hip Hop, foi neste encontro que lhe chamou a atenção que a cultura preta podia ser entendida como um movimento político. Ao assumir como assessora de gabinete na Câmara Municipal Caroline teve contato com uma série de violências políticas praticadas lá dentro.

Caroline aponta que por conta de seu vínculo com as ideias e a estética do Hip Hop passou por uma série de repressões, especialmente no campo do trabalho, quando foi demitida por causa de seu cabelo e seu modo de vestir. Inclusive na Câmara, tanto ela, quanto as demais mulheres negras (incluída a vereadora), eram constantemente percebidas com um rótulo de marginalidade, porque ao invés de ser respeitada pelo trabalho que considerava mais digno, o que ocorreu foi o crescimento de demonstrações racistas contra a coletividade que fazia parte.

---

<sup>70</sup> Caroline, assessora de agente político, 29 anos, bissexual, mulher, preta. CAROLINE. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Abril de 2023. Entrevista gravada em MP3.

Em sua primeira visita à Câmara Municipal um outro vereador da cidade, perguntou a vereadora que trouxera Caroline para trabalhar no seu gabinete: “você trouxe mais uma negra para trabalhar aqui?”. Mas não é apenas o ataque pessoal que aparece, são as próprias pautas da Câmara Municipal, uma pichação feita na pista de skate da cidade parece ter incomodado mais os vereadores da Casa do que a morte de um menino negro com dois tiros na cabeça, conta ela.

Durante os dias que atuava na Câmara, era preciso evitar circular pela Câmara, pois não havia realmente um diálogo com os demais vereadores e assessores. Conta que durante a votação sobre a tentativa de criação do Conselho LGBTQIA+ na cidade<sup>71</sup>, a ala conservadora foi em peso para a Câmara, devidamente uniformizados com camisas amarelas que invocavam Deus, Pátria, Família e Liberdade e a figura de Jair Bolsonaro. O projeto de criação do conselho foi derrubado sem dificuldades e as redes bolsonaristas se encheram de notícias falsas<sup>72</sup> sobre o projeto, afirmando que o objetivo da criação do conselho era acabar com a instituição família. A pressão sofrida foi o suficiente para criar um desgaste político e emocional para ela e suas colegas. A partir de então o gabinete passou a estar submetido a um tipo constante de vigília da extrema direita. Caroline conta que poucas pessoas da sua família entendem ou apoiam seu trabalho político, isto por conta desta aderência do núcleo familiar ao conservadorismo moral e religioso.

Em relação à corpo-política negra e a ideologia conservadora concentrada pelos aparelhos ideológicos familiar e religioso, Caroline faz uma crítica muito interessante de como o submetimento à ideologia conservadora funciona como sistema de proteção social às pessoas e famílias negras. As famílias passam a ser respeitadas quando estão no meio da igreja, o que não ocorre, por exemplo, se se está no meio do Reinado, onde há famílias que não são respeitadas até hoje. Especialmente por serem muitas violências a serem suportadas (por um corpo negro), quando passam a se movimentar dentro da igreja há um tipo de aceitação, inclusive no lugar onde moram, que fica ainda mais no interior, onde a maioria é de igreja também.

---

<sup>71</sup> O Jornal Estado de Minas (2022) publicou a seguinte notícia do caso, como tema de direitos humanos, *Criação de Conselho LGBTQIA+ gera polêmica em Itaúna*, com o seguinte destaque: “No Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ a criação de Conselho Municipal para garantir direitos é derrotada na cidade do Centro Oeste de Minas.

<sup>72</sup> Para uma crítica às notícias falsas, ver: *Desinformação e democracia: a guerra contra as fake news na internet*, de Rosemary Segurado (2021).

Em relação à atuação da esquerda na luta ideológica, tanto Cristiane, quanto Caroline farão uma forte crítica à esquerda em geral, apontando que ser de esquerda não é sinônimo de uma representatividade verdadeira, consideram que muitas pessoas ditas de esquerda se utilizam das pautas do movimento negro e periférico para se autopromover. Aqui vemos uma das divisões mais profundas internas da ideologia da luta de classes e da corpo-política negra, lugar em que a prática teórica necessita de melhor aprofundamento para que a luta ideológica nos campos da realidade, da representatividade e da subjetividade se tornem qualitativamente mais ajustados.

Airton<sup>73</sup> é atual dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos, aponta que sua trajetória política desde cedo foi influenciada pelo irmão, que também foi dirigente sindical. Aos 16 anos, ele começou a se interessar por política, especialmente por meio das leituras de filósofos franceses e das discussões sobre figuras históricas como Rousseau e Lenin. Mesmo sem terminar os estudos formais na época, retornou à escola mais tarde, participando de supletivo e completando sua formação. Esse interesse levou Airton e seus colegas a fundarem algo semelhante a um grêmio na escola para discutir questões sociais e políticas. Sua militância se intensificou com o envolvimento no Sindicato dos Metalúrgicos, onde se destacou pela firmeza em defender os direitos dos trabalhadores. Lá teve de enfrentar a resistência e a perseguição das empresas do setor, inclusive recebendo ofertas de compra de sua posição política, quando uma quantia significativa de dinheiro foi depositada na sua conta para que desistisse do seu mandato sindical, a oferta foi recusada e o dinheiro devolvido.

Airton conta que a entrada no movimento sindical o levou a uma participação constante em debates e congressos de sua corrente política dentro da CSP-Conlutas, foi onde se tornou ativo na militância e teve a oportunidade de entrar em contato com militantes de outros partidos, apoiar a luta pela moradia em uma ocupação em Belo Horizonte e posteriormente assumir a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos. A análise de Airton sobre Itaúna irá apontar que não é só a luta sindical que contrapõe as elites conservadoras da cidade, é preciso que a esquerda se articule e se mobilize no campo da cultura também para o enfrentamento da ideologia conservadora e da influência religiosa na política local.

---

<sup>73</sup> Airton, 45 anos, dirigente sindical, homem, negro. AIRTON. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Abril de 2023. Entrevista gravada em MP3.

Airton destacou a importância da luta sindical para garantir a presença de mulheres nos postos de trabalho, especialmente em setores onde tradicionalmente não havia essa participação. Ele mencionou especificamente o acordo com a empresa Belgo-Mineiro para permitir que mulheres trabalhassem nos mesmos turnos que os homens, o que antes era impedido pela legislação que proibia mulheres de trabalharem em turnos ininterruptos devido à questão da dupla e tripla jornada de trabalho. Airton explicou que o sindicato viu essa mudança como progressiva e importante para promover a igualdade de gênero no local de trabalho. Inicialmente, esse acordo permitiu que seis ou sete mulheres começassem a trabalhar nos mesmos horários que os homens. Hoje, esse número já aumentou para mais de 115 mulheres trabalhando junto com os homens, girando turnos e desempenhando as mesmas funções. Esta ação reflete o compromisso do sindicato, sob a liderança de Airton, em lutar contra barreiras de gênero na promoção de um ambiente de trabalho mais inclusivo e igualitário.

Ao abordar a questão da raça, Airton aponta que é inegável o racismo da pequena elite financeira de Itaúna, especialmente porque maior parte da população – que é negra – ganha muito menos que as pessoas brancas. Além disso, a questão da violência está muito mais presente onde habitam corpos negros: “Eu nunca vi uma bala perdida acertar as costas de um branco que mora num bairro nobre aqui em Itaúna, na periferia, você vê a questão dos negros, sendo abordados por policial e tomando tiro”. Em termos de transformação social, Airton vê a necessidade da tomada de poder por parte do proletariado, da maneira clássica de luta de classes, no entanto, isto não desabona a defesa da arte, especialmente o teatro e o hip-hop, como formas de expressão e ferramentas para transmitir mensagens de luta social, política e ideológica. Ele menciona artistas locais que utilizam a arte para promover conscientização, como Léo e Ice Black: “este trabalho que eles fazem é interessante, dentro dessa área da conscientização que envolve a questão da arte juntamente com a luta de classe”. Ademais, Airton reforça a importância da luta sindical das décadas de 1980 e 1990 na cidade, pois abriu possibilidade de trabalho digno, como no caso da COOPERT.

Sobre a luta de classes no campo sindical, Airton aponta que a prática da perseguição acontece especialmente com a vigilância da polícia, um tipo de prática ligada aos tempos da ditadura. Ele alerta que a Belga, agora conhecida como Belga-Mineiro, a maior empresa do setor metalúrgico em Itaúna, com médio de 1.500 funcionários, foi uma das empresas que ajudou a financiar o golpe de 1964, como a FIAT e a Mannesmann. Hoje a Belga-Mineiro tenta maquiagem falando que abriu espaço para a questão da diversidade tendo mais negros em cargos de chefia e mais mulheres dentro da fábrica.

Airton aponta questões preciosas sobre a ingerência econômica, trapaças e o modo com que a representação da ideologia conservadora da classe burguesa cerca a classe trabalhadora nas fábricas diante de qualquer fragilidade:

A gente é pobre, a gente tem que trabalhar. E vou te dar um exemplo aqui de um cara muito conservador que é o Igor Dornas. Que é um capitalista, mega empresário de Itaúna. Um dos caras mais ricos da Itaúna. Que fez campanha abertamente pro Bolsonaro. Entendeu? Fez campanha abertamente. Coagindo os trabalhadores dentro das fábricas. Que se o Bolsonaro não ganhasse, que ia fechar a fábrica, que outras fábricas iam fechar. Teve todo esse movimento aqui dentro da cidade. Coagindo os trabalhadores a despejar voto no dito candidato conservador da extrema direita que é o Bolsonaro. Então, essa relação é muito próxima. Por que esses caras faziam essa leitura que tinha que coagir os trabalhadores? Vou votar no candidato deles. Porque ele sabia que sendo eleito, não estou falando que o Lula também é a solução, mas o Lula é um mal menor, um mal pouco menor do que o Bolsonaro nessas questões aí. Porque o Bolsonaro é da extrema direita. Hoje eu considero o PT como de direita. É um partido de direita. O Bolsonaro de extrema direita tem toda essa pauta antissemita, o conservadorismo muito forte. A extrema direita crescendo e os caras supremacistas brancos. Tudo dentro do governo desse cara. Então, o que essa elite está apoiando é esse tipo de coisa. Então, isso aí fica muito claro. Para quem tem uma visão crítica, consegue enxergar isso aí. O senhor Igor Dornas, supostamente, foi um dos caras que estava envolvido diretamente em toda essa questão do acampamento aqui. No pedágio. Não foi ninguém que me contou. Eu o vi pessoalmente lá no acampamento, com o caminhão dele lá na coisa. Não sei se precisar, se ele estava envolvido naqueles atos lá do 8 de janeiro. Mas tudo leva a crer que tem envolvimento nisso aí sim. Não consigo te afirmar. Mas parece que está sendo apurado isso aí. Então, essa questão do conservadorismo com a sociedade de Itaúna é muito forte com isso aí. Os empresários jogam pesado para defender essa pauta deles, entendeu?

Para a classe burguesa, ele é um cara renomado aqui na cidade. Para nós aqui do Sindicato, a gente acha esse cara um picareta. Porque na última vez que a fábrica dele rodou, infelizmente, tem muito trabalhador que é analfabeto. Ele colocou uma rescisão para o trabalhador assinar, como se tivesse recebido as verbas rescisórias dele e ele não tinha. Aí, quando um trabalhador que sabia ler, pegou e leu o negócio, falando que já tinha recebido, o que não havia recebido, chegou para a gente aqui. A gente correu na empresa lá, fez um boletim de ocorrência, deu polícia no dia lá. A gente fez um escarcéu danado para garantir as verbas rescisórias, o acerto dos trabalhadores lá. Infelizmente, esse senhor queria dar o calote nesses trabalhadores, entendeu?

As colocações de Airton mostram que a luta de classes, e a luta sindical tem papel fundamental nesta percepção, acontece com o emprego sistemático de trapas, técnicas policiais-militares, cercamento de qualquer fragilidade, como o fato do trabalhador ser analfabeto. A organização da ofensiva burguesa se dá num amplo espaço, ele destaca o acampamento criado pela militância bolsonarista na rodovia estadual que leva até Itaúna, isto porque após a derrota nas urnas diversos pontos rodoviários foram interditados pela militância da extrema direita, estes fatos são de conhecimento geral, assim como, a montagem de acampamento em frente ao Tiro de Guerra da 4ª Região Militar localizado em Itaúna. Estas mobilizações chamam atenção da própria classe trabalhadora, é preciso lembrar que em uma cidade assumidamente conservadora, os laços afetivos e a imposição do comportamento

trabalham como forma de classificação social dentro da ordem. Neste sentido, Airton destaca que o desafio da militância hoje é avançar na conscientização da classe trabalhadora, mesmo com tamanha desigualdade na correlação de forças sociais, políticas e econômicas:

Hoje eu vejo a questão o desafio da militância nossa, a gente que tem uma bagagemzinha eu não sou dos caras mais velhos aqui no sindicato, sou da turma mais nova e pela questão da militância que a gente tem, eu vejo o desafio de formar novas lideranças e avançar na questão da consciência da classe trabalhadora, que é uma disputa muito desigual enquanto a elite, ela tem dinheiro, ela tem tempo pra conversar com os trabalhadores dentro da fábrica, a gente enquanto ativista o tempo nosso é restrito, é curto a gente não tem o mesmo tempo pra passar a política nossa pro trabalhador igual tem os empresários dentro das empresas, então vejo muito um desafio grande mas a gente vai ter que se dar a ele vai ter que aprender a fazer mídias novas, aprender a conversar com essa molecada nova que está chegando no mercado de trabalho infelizmente a internet é boa por um lado, mas por outro lado ela prende muitos caras em fake news em desinformação, que é difícil de quebrar essa questão das redes sociais que tem hoje em dia acho que uma tarefa do revolucionário quebrar isso aí vejo isso como um desafio pra frente como uma coisa importante de fazer, mas difícil mas que a gente vai ter que aprender e fazer disputar essa consciência principalmente dessa molecada de 20, 25 anos que está dentro das fábricas.

Para a luta ideológica a disputa por novos corações e mentes, especialmente das juventudes e nossos ingressantes no mundo do trabalho é central. Ademais, Airton destaca a exigência de se assumir uma posição revolucionária para o enfretamento desta disputa. O movimento bolsonarista age para congelar o espaço de politização e conscientização da classe trabalhadora, fortalecendo as capacidades de opressão da classe burguesa em relação a classe trabalhadora. O sindicalismo, ou melhor, a luta sindical, confere um espaço privilegiado para perceber as condições da luta no campo do trabalho, a entrevista com Airton nos mostra não só como a luta sindical permanece imprescindível, como nos ajuda a balancear a força da contrarrevolução burguesa em ação após 2018.

Flávio<sup>74</sup> é catador da COOPERT e ator, formado no Teatro do Oprimido de Augusto Boal. Flávio considera sua formação política tardia, só foi “entender de política” quando começou a trabalhar na catação de materiais recicláveis, o que trouxe para ele uma forte mudança em relação a noção de “lixo”. Por volta de seus 28 anos – 25 anos atrás – a cidade vivia uma crise do trabalho, era difícil encontrar uma fonte de renda. Este processo criou uma clara distinção sobre quem eram essas pessoas que passavam pela crise. “Que grupo elas

<sup>74</sup> Flávio, 43 anos, catador, artista-ator, homem, negro. FLÁVIO. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Março de 2023. Entrevista gravada em MP3.

representavam?” – pergunta Flávio ao entrevistador. E responde: “são pessoas negras, na maioria, né? Pobres”. Foi ali, durante este momento, que chamou de “demanda política” que notou qual a diferença entre a direita e a esquerda.

É o processo de crise do trabalho que passa a situar Flávio de suas condições sociais, econômicas e políticas, ao entrar na COOPERT e a se inteirar da política nacional para os resíduos sólidos – que inclui os trabalhadores catadores nela – há uma mudança muito grande que ocorre como processo de conscientização e de politização. Este processo pessoal e coletivo leva a uma identificação com a população em situação de rua e com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Flávio aponta que a situação de rua não é propriamente a sua realidade, mas na convivência por causa do trabalho da catação passou a conhecer, respeitar e defender as causas ligadas a esta parte da população. Além disso, sua prática de ator, formado no Teatro do Oprimido de Augusto Boal e conhecedor da pedagogia de Paulo Freire, o possibilitou criar um personagem chamado Seu Agenor que interage com crianças de forma lúdica e engraçada. Durante a entrevista comenta que a linguagem do teatro ajudaria na formação de militantes da esquerda, especialmente para sair da timidez, criar campos de mobilizações diferentes, que envolvam arte, além de aprimorar habilidades de fala, discurso e atuação.

Aponta que passou a se posicionar na esquerda quando percebeu que as políticas públicas que combatem a desigualdade social e racial vinham deste lado político. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305 de 2010) mudou a vida de muitas pessoas, diz Flávio. Há pessoas que nascem dentro dos lixões e todos seus valores estão lá, valorizar este trabalho e trazer dignidade para ele significa dar voz, permitir que estas pessoas falem uma língua que elas não falavam antes. A cidadania, por exemplo, diz Flávio, sempre foi uma noção exterior para as pessoas negras e pobres, os encontros e congressos realizados junto aos trabalhadores catadores de todo o Brasil foi um grande avanço político. A inclusão social dos catadores com capacitação, organização, reunião de grupos, discussões políticas e fornecimento de equipamentos mostrou que a aplicação de uma política específica para parte da população traz afeitos positivos.

Flávio critica as políticas de incineração de resíduos sólidos, promovidas por grupos ricos e conservadores, que a apresentam frequentemente a incineração como alternativas de "energia limpa" e "energia verde". Ele argumenta que, na prática, a incineração destrói materiais valiosos para os catadores, como plástico e papel, que são essenciais para a sua fonte de renda. Além disso, a incineração não é apenas um processo de queima de rejeitos, mas envolve a combustão de materiais recicláveis, o que, segundo Flávio, resulta em prejuízos significativos

para os catadores. E o conflito entre ricos e pobres é enorme neste campo do trabalho, isto porque as grandes empresas veem o mercado de resíduos como lucrativos e tentam assumir o controle, marginalizando os catadores. Como fica claro na sua colocação:

Eu sempre me expesso como um grupo, como eu te falei, por conta da dificuldade [no conflito contra grandes empresários do ramo]. Tem uma história interessante aqui. A cooperativa nossa hoje era pra serviço de coleta seletiva. Isso fortaleceu ainda mais a referência que a gente tem, com outros estados, com outras cidades. Que essa prestação de serviço era impossível alguns anos atrás, porque a gente tinha que concorrer com um grande empresário. E a gente não tinha força pra concorrer com ele. Aí criou-se uma lei que a gente poderia fazer essa prestação de serviço, sem licitação. Que isso tinha que ser caso o prefeito optasse. Então tinha uma brecha. Se o prefeito quiser ia passar pra gente sem licitação. E ele fez, e foi uma coisa muito boa. Porém, a gente não tinha muita visão da coisa como um todo. E aí, a gente pegou o serviço que a empresa pegaria... Enquanto era, por exemplo, quinhentos mil... Oitocentos mil... Nós pegamos muito baratinho, pegamos aí, por cem mil. É o exemplo que eu tô dando aqui, só pra você ver a diferença. Porque o trabalho é muito mais bem feito do que o prefeito esperava. A gente tem mais compromisso com esse trabalho. E nesse sentido aí... A gente ficou conhecido... Choveu de gestor público aqui. Querendo ver o trabalho. Mas a gente não tinha [maldade]... A gente tinha uma inocência. A gente não sabia. Pra gente era só o trabalho desse governo. Mas não era. Nós ganhamos fama de mão de obra mais barata do Brasil. E isso não foi uma coisa muito legal. Porque deveriam ter nos valorizado pelo serviço prestado.

A colocação de Flávio mostra as condições que o processo de classificação social de raça e classe são trazidas para o campo do trabalho, não é difícil notar em sua fala uma vontade de valorização real do trabalho, não só de remuneração, também no sentido de dignidade. Isto mostra como a luta ideológica no campo do trabalho, especialmente quando se trata de pessoas racializadas, passa constantemente por este processo de desvalorização. Pois, como Flávio colocou de maneira muito simples e consistente: para que os grandes empresários lucrem é preciso desqualificar e retirar o sentido do trabalho, seja em nível mais subjetivo-valorativo ou propriamente na defasagem de remuneração. A fala de Flávio explica como mecanismo de valorização do capital é visto da perspectiva do trabalhador catador, negro e pobre, o que nos leva a concluir que há uma demanda muito clara destas populações em relação a uma condição básica de inserção no mundo do trabalho – no enfrentamento do modo como este mundo é dominado pela ideologia burguesa que desqualifica e desvaloriza em prol da lucratividade própria. Trabalharemos com mais posições de Flávio ao longo do trabalho.

Luiza<sup>75</sup> é artista de rua, tem 30 anos e se identifica como mulher, lésbica, com expressão não-binária, negra e “tô pobre” – ri a entrevistada de modo descontraído. Sua trajetória política e social é marcada pela forte intersecção entre sua identidade e seu trabalho cultural. Nos últimos cinco ou seis anos, Luiza passou a compreender que seu corpo e sua expressão são intrinsecamente políticos. Passou a reconhecer sua existência como um ato de resistência e política, carregando bandeiras que refletem sua luta e a de muitos outros na sociedade. Luiza não se alinhava, nem se alinha à política formal, para ela a poesia e a música servem como modo de enfrentamento e quebra do padrão social que as pessoas tentam impor, seja em uma apresentação, seja no seu dia-a-dia.

O relato de Luiza diz sobre a violência política e ideológica lançada tanto na instância da arte, quanto na instância da identidade. Ao cantar na praça da Matriz em Itaúna, já passou por muitas coisas boas, mas também algumas bem ruins, diz ela. É preciso enfrentar, em uma cidade como Itaúna uma série de preconceitos, seja quando não sabem se ela é “menino ou menina”, quando tentam lhe dizer como agir ou se portar, ou, até mesmo, o que cantar (que é o seu trabalho). Luiza relata "Tive uma situação de um senhor que ele me chamou de vagabundo e mandou eu procurar um trabalho. Ou seja, isso é uma violência política também. Com a mensagem que eu tô passando, com o que eu tô trazendo, com o meu trabalho". Luiza descreve a frustração de ser interrompida durante uma apresentação musical por um homem que exigia que ela tocasse uma música diferente. Ela explica:

Tava tocando uma vez um rap do Racionais, o cara parou de frente pra mim, tava com uma moeda de um real na mão, ele falou assim... Toca essa música aqui pra mim. Começou a cantar uma canção do Gustavo Lima. Eu desacreditei. Eu continuei cantando e tocando... Quando a música terminou, eu falei, rapaz, você, primeiramente, você não tem educação, nem com o meu trabalho, nem com a minha pessoa, me parar no meio da música. Você ia chegar no show do Gustavo Lima e pedir pra ele cantar Racionais? Para aí. Primeiro, ele nem ia te ouvir, mano. Ah, mas eu tô fazendo um real. Meu amigo, pode levar esse dinheiro. Eu não tô aqui só por dinheiro.

Para ela essa foi uma forma de atuação da extrema direita<sup>76</sup>, é um modo político de ofender e afetar uma pessoa, porque o que se expressa é de alguma forma de diminuir meu

<sup>75</sup> Luiza, 30 anos, artista de rua, feminino com expressão não-binária, negra. LUIZA. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG**. [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Março de 2023. Entrevista gravada em MP3.

<sup>76</sup> É preciso concordar inteiramente com Luiza, a contraposição entre Racionais (cantado por ela) e Gustavo Lima (pedido pelo interpelador) se trata de uma evidente disputa ideológica entre a ideologia da oligarquia rural brasileira contra talvez a maior representação da população periférica brasileira, as seguintes teorizações

trabalho, minha presença, limitar e controlar o espaço público. Ao compartilhar estas experiências de discriminação e violência, Luiza mostra como a ofensiva conservadora-reacionária impacta a vida das pessoas, podem se manifestar de maneiras sutis ou diretas, e acabam por afetar emocionalmente.

Ela aponta que a esquerda deve se fortalecer incluindo mais mulheres, pessoas LGBTQIA+ e outras minorias em cargos políticos, defendendo cada vez melhor as pautas feministas e antirracistas. Luiza vê na política de esquerda uma ferramenta para promover justiça social e igualdade, garantindo que todos tenham acesso a direitos básicos e uma vida digna. Para ela, a luta pela inclusão e representatividade é contínua, e é necessário enfrentar o patriarcado e o conservadorismo com ações concretas e mobilização social. Luiza destaca que por de trás destes ataques está uma tentativa de silenciar a expressão cultural de raízes afrodescendentes, um ataque a este tipo de arte que não é a arte convencional – dos artistas padrões. Ela lembra que a cultura negra é também a cultura da rua, o reconhecimento e atuação desta cultura é uma forma de resistência e luta, é a preservação das tradições e identidades marginalizadas.

A força desta segunda geração da esquerda itaunense, sem dúvida, está na maneira com que a questão racial e a corpo-política de dissidências aparecem como discussões no próprio âmbito da cidadania, da luta de classes e dos espaços por reconhecimento. Ainda, suas colocações mostram que a ideologia conservadora e monista não se concentra apenas no domínio da classe trabalhadora, senão que se amplia utilizando-se de preconceitos, fragilidades e fórmulas de violência política diversas. A pluralidade política, social e cultural entre gerações deve ser vista como instrumento de ampliação e pluralização de nossa luta ideológica, elemento mobilizador das coletividades dissidentes nos campos de existência do trabalho, da sexualidade, do gênero, da autoridade e das subjetividades. Neste sentido, o reconhecimento das individualidades e suas enunciações como fórmula de aglutinar as partes que constituem a

---

corroboram nossa interpretação: *Agronegócio e indústria cultural: as formas do showbusiness da oligarquia rural brasileira* (Chã; Villas Boas, 2016), *Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio* (Bruno, 2012), *Agronegócio e Indústria Cultural: mercantilização e homogeneização da vida e da arte* (Damasceno, 2011), *Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia* (Chã, 2018). Ademais, vale destacar a palavra autorizada de Dussel sobre arte e luta ideológica: “A arte cumpre um momento central na luta ideológica do sistema (como arte de dominação, quando reproduz e afiança o sistema; como arte de libertação, quando expressa as classes oprimidas e rascunha o mundo novo e ainda utópico). Como expressa um esteta: ‘Se a revolução futura não é proposta apenas por razões econômicas, mas também pelo surgimento de uma nova sensibilidade que busca novos objetivos e prioridades, não será uma revolução e o artista tem muito que ver com uma autêntica revolução’” (Dussel, 1997, p.158-159).

esquerda local não podem ser pensadas como divisões excludentes, senão como diferenças complementares, de maneira que não apenas se influenciam mutuamente, trazendo novos aspectos para os campos da realidade, das representatividades e da subjetividade.

### 2.2.2.3 Terceira geração: juventudes, antifascismos e radicalização

A opção teórica por uma diferenciação da esquerda por meio de gerações tem por trás uma objetividade que se liga, primeiramente à localização histórica destas pessoas na luta ideológica, o que tem consequências em sua radicalização e prática política. O corte em relação à idade destas juventudes é dos 20 aos 24 anos de idade. Utilizamos a palavra *juventudes* no plural, justamente para evitarmos sinalizar características homogeneizantes que retirariam as diferenças internas desta própria geração. No entanto, seria o caso de apreender especialmente aquilo que às conecta, entendendo-as interligadas por uma região histórica e cultural, bem como, por um destino comum, que é estarem expostas ao mesmo sintoma social e intelectual de desestabilização<sup>77</sup>: o governo Bolsonaro e o bolsonarismo, como veremos, as juventudes compromissadas com a esquerda apontam o golpe-parlamentar de 2016, marco da revolução conservadora, ou a ascensão e radicalização do bolsonarismo como causa central para dar início ao seu processo de militância.

Lucas<sup>78</sup>, por exemplo, iniciou sua militância no grêmio estudantil do ensino médio, posteriormente, na faculdade de história da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entrou no centro acadêmico, em um primeiro momento, sem se envolver em partidos ou movimentos. Foi após seu retorno para Itaúna por motivo da Pandemia de COVID-19 que resolveu se organizar em uma organização socialista, a União da Juventude Rebelião (UJR),

<sup>77</sup> Sobre a origem de unidades de gerações, Karl Mannheim (1980, p. 154), em *Sociologia do conhecimento: Volume II*, aponta o seguinte: “Levanta-se agora a questão de saber o que produz uma unidade de geração. Em que consiste neste caso a maior intensidade do laço? A primeira coisa que surpreende ao considerarmos qualquer particular unidade de geração é a grande semelhança de dados que fazem a consciência de seus membros. Os dados mentais são sociologicamente importantes não só por causa de seu conteúdo real, mas também porque fazem com que os indivíduos que os partilham formem grupos, tendo assim efeito socializante”. Esta posição teórica de Mannheim auxilia na medida em que aparecerão elementos de constituição dos laços concretos na luta ideológica, implicando em atitudes integrativas, forças formativas e práticas políticas intensificadas pela vivência da situação fascista (2018-2023) neste período de juventude.

<sup>78</sup> Eduardo, 24 anos, homem, professor de história, pardo. EDUARDO. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Março de 2023. Entrevista gravada em MP3.

quando passou a ingressar em uma militância mais sistemática. Este contato e prática da militância mostrou a Lucas um certo horizonte programático para a transformação social.

Inicialmente a pandemia pareceu dificultar a organização e mobilização, no entanto, com o governo de Bolsonaro apareceram cobranças por vacinação contra a COVID-19, as manifestações do *foraBolsonaro* fizeram com que a UJR crescesse, impulsionando a atividade militante de Lucas. Neste período pandêmico, começou a atuar na Casa Socialista, segundo ele: “um espaço, um coletivo, com várias pessoas de partidos diferentes, mas todo mundo identificado com a esquerda e com o socialismo”. Na Casa, para além das atividades políticas, Lucas auxiliava no reforço escolar para crianças do bairro Morada Nova. Lucas aponta que não via possibilidade de militância junto a sigla do PT em Itaúna, pois considera muito problemático os governos municipais do partido. Foi na UJR, com participação na Casa Socialista e nas manifestações *foraBolsonaro* mobilizadas pela União da Juventude Antifascista Itanense (UJAI) que iniciou um processo de politização coletiva na cidade. Posteriormente, passou a organizar – junto com outras pessoas – o núcleo da Unidade Popular pelo Socialismo (UP) e com isto, a venda do Jornal A Verdade (JAV) na cidade.

Lucas aponta que a UP, o partido que faz parte, nasce da necessidade de criar representação política institucional após o Junho de 2013. Que embora muita gente da esquerda veja esse período como o nascimento do fascismo ou do neofascismo no Brasil, foi neste momento que diversos movimentos perceberam a necessidade de ter um partido político. Dentre estes movimentos estão o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), a UJR e o movimento de Mulheres Olga Benário, que integram a organização do partido UP, junto com outros movimentos. A característica principal destes movimentos é sua linha política, uma linha comunista, segundo Lucas, de luta da juventude, de luta por moradia e reforma urbana e de luta das mulheres, cujo horizonte é de transformação radical do sistema que a gente vive. É preciso fazer um trabalho mais sistemático e mais consistente, criar um movimento socialista de uma esquerda revolucionária.

Lucas aponta que, em Itaúna este tipo de linha política seria importante para conseguir contrapor o conservadorismo que afeta toda militância, principalmente no sentido inibidor da educação e do debate político. A consciência política precisa ser um lugar de disputa, embora conservar seja bem mais fácil do que andar, o desafio atual é superar essa paralisia. Para ele, isto tem sentido em todo campo da esquerda, pois as divisões com outras forças políticas aparecem por divergência estratégica, divergência tática, divergência teórica, o que descamba em muitos conflitos. A internet aumenta ainda mais estes conflitos, de modo que é necessário construir uma unidade mínima de esquerda que permita a construção política na cidade.

Sobre a UP, Lucas aponta que é um partido que ainda tem muito a desenvolver de sua linha política, as últimas eleições foram importantes para verificar algumas fragilidades que devem ser discutidas no interior do partido. Mas uma questão que Lucas considera central é tirar o socialismo da linguagem da direita, tirar de cena a ideia de que socialismo é aquele fantasma que come criancinha e etc. É preciso que a causa socialista apareça com seu desenvolvimento político próprio. Hoje, a militância para Lucas acontece em um sentido socialista e partidário, entende a radicalização como a necessidade de pautar problemas mais viscerais, no sentido de garantir coisas básicas, como saúde, educação, moradia, que não estão garantidas na sociedade que vivemos. Identifica-se com o movimento negro e com a questão da moradia, lhe interessando as questões racial e das cidades, pois elas possuem fortes complementariedades. Lucas destaca que, além de construir uma unidade mínima da esquerda, é preciso que no interior desta unidade se apresente uma linha política de orientação revolucionária e antifascista. Reafirma que é importante conseguir contrapor o conservadorismo – especialmente seu caráter de inibidor político da maioria da população –, disputando a consciência das pessoas.

Vanessa<sup>79</sup> é estudante de jornalismo e identifica-se como mulher cis e branca. Ela vê a política como algo intrínseco à sua vida, especialmente devido à sua condição de mulher, trabalhadora e LGBT (bissexual). Desde os 15 anos, Vanessa se identifica como comunista, não se encontrando nos partidos da esquerda liberal. Iniciou sua militância cedo no movimento estudantil, aos 18 anos decidiu que precisava estar organizada em um partido, escolhendo a linha teórica do marxismo e se envolvendo com a UP, a UJR e o PCR com atividades em núcleos políticos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Nascida em Itaúna, relata que passou a atuar na cidade durante o governo Bolsonaro, com a crise da pandemia participou da fundação da UJAI, fazendo parte das manifestações e atividades pelo *ForaBolsonaro* e demais atuações antifascistas na cidade.

Vanessa aponta que entende que há uma relação estreita entre luta social e cultura, acreditando que toda obra (artística) popular é política. Ela se identifica e atua com movimentos estudantis, feministas e LGBTQIA+, principalmente na universidade pública. Ela percebe Itaúna como uma cidade extremamente conservadora, governada por famílias ricas e influentes

---

<sup>79</sup> Vanessa, 20 anos, estudante de jornalismo, mulher, branca. VANESSA. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Abril de 2023. Entrevista gravada em MP3.

que disseminam ideologias conservadoras nas escolas e na cultura local, de modo geral. A importância de uma militância organizada e diversificada em Itaúna se dá especialmente para combater o conservadorismo e transformar a sociedade de lá. Considera o crescimento do fascismo como um produto final do capitalismo e de sua crise, o período atual exige que a esquerda insista em criar uma militância antifascista, pois este tipo de atuação política e social aumentou assustadoramente nos últimos anos.

Ela deixa transparente certo desejo de não viver na cidade, justamente pela característica conservadora tão famosa que lhe é atribuída. Quando aborda os diversos campos que constituem a cidade, aponta que se formam grupos conservadores muito fortes, pois as igrejas, o teatro, as escolas são sustentados por doações de famílias ligadas aos grandes empresários da cidade. São donos de colégios católicos conservadores, o conservadorismo está muito bem instalado na base da sociedade itaunense. Na eleição de 2018, Bolsonaro teve mais de 60% dos votos. Vanessa diz que o Movimento dos Cristãos Conservadores alcançou tamanha influência na cidade, não só com outdoors e adesivos de carro, até mesmo os médicos estavam distribuindo kit da cloroquina durante a pandemia. Pelas condições de adesão religiosa, Itaúna tem um terreno fértil para a radicalização da direita, o que fez eles crescerem em todos os espaços da cidade. Os padres defendem o pensamento político conservador, falando que que Lula é ladrão, é uma formação ideológica muito forte, tanto a Câmara Municipal quanto a Prefeitura têm esse viés ideológico. Tem uma única vereadora que se diferencia desse perfil.

Itaúna é uma cidade que tem um grande giro de capital, várias empresas grandes, área siderúrgica, alumínio, aço, tem também um grande comércio, mas quando se fala das questões sociais não há grandes investimentos. Há um único hospital, pouquíssimas escolas municipais que não recebem investimentos, não tem um transporte público decente, além de ser completamente privado. Em termos de lazer e cultura não tem opções, eu sinto que a população pobre aqui é completamente isolada, um isolamento geográfico muito grande, diz Vanessa. Para ela, a cidade “tem dinheiro e nada de investimento. Não tem retorno público”.

Durante a pandemia, por exemplo, o hospital virou um caos, poucos funcionários, jornadas de trabalho abusivas, não haviam insumos, não haviam leitos suficientes... Médicos ofertando “tratamento precoce”<sup>80</sup> que comprovadamente não funcionavam. Não havia preparo

---

<sup>80</sup> No Jornal O Tempo (2021) a notícia, *Grupo conservador faz pressão por ‘tratamento precoce’ em Itaúna*, traz informações sobre o momento e a pressão exercida para que o Estado fornecesse este tipo de tratamento.

nenhum para o que estava acontecendo. E assim, “nosso prefeito é médico” então as contradições da cidade ficaram muito evidentes. Nas escolas municipais não havia como atender mais as crianças, a cidade basicamente sobreviveu de voluntariado, de pessoas das igrejas que doavam roupas, cestas básicas e itens de higiene, os partidos de esquerda e a UJAI fizeram campanhas de arrecadação e doações de máscaras, alimentos e etc. O governo municipal não fez o seu papel. Este momento de pandemia só deixou mais nítida a realidade enfrentada em Itaúna, uma cidade governada por essas pequenas oligarquias, completamente infiltradas na política. Este elitismo, para Vanessa, cria um ciclo de desamparo que destrói as bases de crescimento e da associação social, os trabalhadores, as trabalhadoras se vêm desesperados por dinheiro para sustentar suas famílias, em trabalhos, por vezes, completamente abusivos. E este ciclo se completa na igreja, onde aparece a religião, a política e as empresas, este é o modo de confinamento que o conservadorismo criou na cidade.

A União da Juventude Antifascista Itaunense (UJAI) foi criada durante a pandemia como uma resposta da juventude organizada ao conservadorismo local. A fundação da UJAI surgiu da indignação dos jovens de Itaúna com a situação política e social da cidade, especialmente após a eleição de Bolsonaro, a disseminação do bolsonarismo, do nacionalismo simbólico e da atitude cada vez mais violentas das pessoas ao falar de política. O movimento antifascista da UJAI começou a ganhar força quando um outdoor em apoio a Bolsonaro foi colocado na cidade, provocando a reação dos jovens que se organizaram através de redes sociais, especialmente no Twitter, para derrubar o outdoor e iniciar protestos. Os jovens se reuniram em grupos de WhatsApp e começaram a planejar ações, reunindo contribuições financeiras para financiar um outdoor que criticava Bolsonaro e seu modo de governar. Essa ação inicial foi o catalisador para a formação da UJAI, que passou a organizar manifestações semanais na Praça da Matriz, com música, performances artísticas e discursos.

A UJAI cresceu rapidamente, atraindo jovens que nunca tinham participado de movimentos políticos antes. A organização estruturou-se com núcleos específicos para arte, propaganda, redes sociais e finanças, promovendo uma militância ativa e constante. A UJAI tornou-se um símbolo de resistência jovem contra o conservadorismo em Itaúna, desafiando o status quo e buscando transformar a realidade local. Vanessa coloca que existem muitos desafios para enfrentar o conservadorismo enraizado na cidade, uma das maiores dificuldades é conciliar militância com vida pessoal e acadêmica. Ela acredita que é necessário combater o fascismo nascente, especialmente entre os jovens, para assegurar um futuro progressista e inclusivo.

A militância para Natália<sup>81</sup> tem início por volta de 2016, quando ocorre o impeachment de Dilma Rousseff, este acontecimento político a fez perceber a fragilidade e o caráter reacionário/conservador que estava sendo direcionado o futuro do país. Embora já se identificasse anteriormente com os movimentos feminista e LGBTQIA+, não entendia a importância de ligar estes movimentos com a luta de classe e partidos políticos, foi perceber esta necessidade diante da crise política. Antes disto, costumava a se situar politicamente na defesa de um tipo de direito ou liberdade das ações individuais, como a liberdade de exercer sua sexualidade ou de profissão em relação ao gênero, por exemplo. Natália conta que via com muito preconceito os partidos políticos, entendendo que qualquer organização é ruim e que as pessoas “na política” querem sempre se aproveitar, que na classe política “são todos ladrões”, era o que ouvia e aprendeu a reproduzir quando criança. Por meio deste senso comum, assumia uma posição antipetista, no entanto, com o processo de impeachment começou a pesquisar sobre política e entender melhor as posições da esquerda, especialmente sobre a defesa de uma política que envolva políticas públicas e coletividades, e não só ações individuais.

Neste período, dos 16 aos 17 anos, passou a lidar com discursos xenofóbicos e misóginos de colegas do ensino médio, quando passou a fazer frente a estes discursos. Posteriormente, entrou para a faculdade de letras na UFMG, participando do movimento estudantil, momento em que o governo de Michel Temer, realizava corte de verbas – foi quando entendeu que um governo de direita e neoliberal prejudicava a dinâmica da própria Universidade. Eram vários os pontos da vida cotidiana que estavam sendo afetados: o acesso às bolsas, ao bandeirão, aos auxílios estudantis, projetos de extensão... foi quando decidiu adotar uma linha política marxista-leninista e se organizar além do movimento estudantil. Do movimento Correnteza foi para atos e plenárias da UJR e da UP, quando começou a participar do partido de forma concreta.

Para Natália a luta política sempre envolve a luta cultural, isto porque, no seu entender, a cultura de massas é fator de alienação e padronização da meritocracia, então é importante agir no espaço cultural para conseguir despertar a conscientização nas pessoas. Isto se dá especialmente em Itaúna onde o meio político não é ocupado por pobres, negros e mulheres. O retorno a Itaúna, em 2020, devido à pandemia foi um ponto de virada na sua participação ativa

---

<sup>81</sup> Natália, 24 anos, professora do ensino básico, mulher, branca. NATÁLIA. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Março de 2023. Entrevista gravada em MP3.

na organização da UP e da UJR na cidade. Ela relata que a corrupção no governo petista local (de Eugênio Pinto) intensificou o conservadorismo na cidade, com grupos como os Cristãos Conservadores utilizando seu poder econômico e social para influenciar a opinião pública e disseminar desinformação. Natália vê a violência política não só na coerção financeira, mas também nas humilhações e ataques públicos que os conservadores praticam, especialmente contra mulheres e minorias. Na escola, seu local de trabalho, Natália também sente claras resistências, quando foi falar de sua perspectiva em relação a sexualidade, gênero e o movimento LGBTQIA+, outros professores lhe alertaram que este não seria um tema apropriado para a escola. Até coisas básicas, conta Natália, criam oportunidade de ataque de professores conservadores, como um colega seu que defendia a conscientização da vacina contra COVID-19 passou a ser “monitorado” por professores assumidamente conservadores. Para eles, falar tanto da causa LGBTQIA+, quanto da vacinação são motivos para acusar de doutrinação, e essa era uma posição tomada inclusive pela diretora da escola, ou seja, há um controle ideológico muito forte e presente.

Para Natália assumir uma posição de esquerda é lutar pela equidade e entender que as lutas antirracista, feminista e LGBTQIA+ estão ligadas à questão de classe. Ela vê a direita como um atraso, perpetuando violências diversas e contribuindo para a desinformação e a alienação das pessoas. Natália destaca que ser antirracista e antifascista é compor e apoiar as lutas das minorias, reconhecendo que todas as opressões são sustentadas pelo capitalismo. O exemplo mais forte de luta na juventude itaunense é da União da Juventude Antifascista Itaunense (UJAI) que, como apontado anteriormente, surgiu em resposta aos outdoors conservadores na cidade que propagavam desinformação e preconceito. Natália situa a criação da UJAI na luta ideológica pela visualidade das pautas:

A União da Juventude Antifascista Itaunense foi um movimento que surgiu de forma independente por causa dos outdoors que estavam sendo colocados pelos conservadores cristãos em vários espaços de Itaúna com um nível de desinformação horrível. Falava do tratamento precoce, de ‘quem vota em ladrão é ladrão’, que o Brasil vai se tornar uma Venezuela, vai virar comunista e passar fome, todos estes bordões que a gente vê em uma série de espaços virtuais. E eles traziam isso para o espaço físico da cidade. E aí os jovens ficaram indignados com estes outdoors que os conservadores estavam colocando e decidiram fazer um próprio outdoor, denunciando quantas mortes já haviam acontecido por COVID-19 no Brasil, eu acredito que quando colocamos já haviam atingido as 430 mil mortes. A gente colocou em um ponto específico da cidade, e a gente conseguiu a partir da ação dos próprios jovens.

Indignados, os jovens de Itaúna se organizaram para financiar um outdoor denunciando as mortes por Covid-19 e os crimes do governo Bolsonaro. A UJAI se estruturou como um movimento independente, focado em ações antifascistas e mobilizando jovens através das redes

sociais e contribuições financeiras coletivas. A militância de Natália e da juventude em geral, enfrenta desafios como a conciliação de tempo e a motivação de novas pessoas a participarem. Ela ressalta a importância da organização coletiva para alcançar mudanças e combater o conservadorismo e a opressão. Para o futuro, Natália vê a necessidade de continuar a disputa de consciência, trazendo mais pessoas para os movimentos sociais e garantindo a luta pelos direitos de todos. Atualmente Natália faz parte da UJR, da UP, da UJAI e do movimento de Mulheres Olga Benário.

Outro participante da UJAI entrevistado foi Pablo<sup>82</sup>, para ele os partidos políticos tiveram uma incidência baixa na sua vida, mas acabou tendo contato com pessoas envolvidas em partidos de modo que acabou participando de algumas reuniões da UP/UJR na Casa Socialista. Embora não esteja filiado, considera muito útil a atividade dos partidos, especialmente no que se refere a orientar ideologicamente as pessoas. Pablo se interessou por política por meio de um grupo de leitura que participava, estes amigos acabaram se tornando seus companheiros de luta na UJAI – organização em que realiza sua prática política. Para ele, são importantes as lutas anticapitalistas e pelo socialismo, cita como referência a UP, o movimento Olga Benário e as lutas antimanicomiais.

O conservadorismo em Itaúna, segundo Pablo, é perceptível desde sua infância, sendo intensificado durante a pandemia e a ascensão do bolsonarismo. Ele relata como a cidade sempre votou de forma conservadora e como os conservadores, especialmente agora que os Cristãos Conservadores tem grande influência. Durante a pandemia, essa influência se manifestou em outdoors, publicações nas redes sociais e manifestações públicas que muitas vezes resultaram em ofensas e quase em confrontos físicos. A violência política em Itaúna é uma realidade constante para Pablo. Ele relata um caso específico durante as eleições de 2022, quando uma fiscal do Partido Liberal tentou impedir uma pessoa de votar usando um boné do MST, demonstrando a tentativa de intimidação e controle.

Outro apontado de Pablo é sobre a vigilância política no núcleo familiar, ele conta que sempre foi alertado pelo seus pais sobre os perigos de se posicionar politicamente de maneira aberta, menciona um episódio em que a mãe assumidamente conservadora de um amigo tentou

---

<sup>82</sup> Pablo, 23 anos, estudante de direito, homem, branco. PABLO. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Abril de 2023. Entrevista gravada em MP3.

convence-lo o amigo a mudar de lado politicamente de maneira bastante constrangedora, isso o fez perceber a intensidade do controle social na cidade. Decidiu se juntar à UJAI, participando das atividades, panfletando nas ruas, praças e fábricas no combate ao assédio eleitoral que vinha acontecendo especialmente nos postos de trabalho de Itaúna. Ao mesmo tempo em que Pablo vê a necessidade de aumentar a representatividade política da esquerda em Itaúna, conquistando mais cadeiras nas câmaras e mostrando que há oposição ao conservadorismo, relata que o medo e a repressão na família e local de trabalho dificultam a participação de novas pessoas nos movimentos e organizações da esquerda. Ele mesmo enfrenta tem enfrentado dificuldade de assumir uma posição política mais incisiva por trabalhar como estagiário na área do direito, uma área que para ele tem se revelado extremamente conservadora.

Celso<sup>83</sup> passa a ter interesse por política por conta de sua proximidade com a questão do meio ambiente. Posteriormente, ao se descobrir gay e depois bissexual passou entender que tais posições precisam ser defendidas politicamente. Aos 16 anos havia se filiado ao PSOL, no entanto, passou por alguns conflitos internos e não se identificou com algumas condutas tomadas pelo partido à época. De maneira que passou a se filiar à Unidade Popular pelo Socialismo (UP), aponta que em relação às ideologias da esquerda se identifica melhor com o marxismo-leninismo considerando que as representações populares são fundamentais para a transformação social, especialmente para a mudança das condições de pessoas marginalizadas e racializadas.

Celso coloca a questão da cultura dominante como a capacidade de marginalizar e reprimir outros tipos de cultura. É muito forte “no interior” um tipo de posição cultural que “demoniza” ou então, considera “vagabundo” os praticantes de outras culturas, o conservadorismo, segundo ele, se utiliza muito destes estereótipos. Sobre o conservadorismo aponta que:

Conservadorismo é a prática social que é aplicada desde sempre, em todas as sociedades que você tem essa distância de poder absurda. Você vai ter uma classe que sempre vai estar lutando pela conservação desse poder, dessa forma de poder, que é um poder extremamente opressivo ao resto da população. (...) sempre tem uma classe que está pisando em cima de todo mundo, uma classe que está sendo pisada por essa classe, mas também está pisando em outra, classe que também está sendo pisada. Então o conservadorismo é geralmente parte dessas classes dominantes e dessas

---

<sup>83</sup> Celso, 21 anos, estudante de arquitetura, masculino, branco. CELSO. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Abril de 2023. Entrevista gravada em MP3.

classes um pouco abaixo, e as vezes estão bem mais abaixo. Mas ai vai sendo permeado de vieses ideológicos religiosos, você começa a misturar a família, você começa a misturar a religião juntamente ao discurso para manter uma visão, tipo assim, essa diferença de poder estratosférica. Então, o conservadorismo, eu acho que é a soma dessa ideologia opressora, mas também esse escorrimento que você tem dela somado com os vieses ideológicos, porque a classe opressora sabe que não é sobre Deus, ela sabe que não é sobre a família, ela sabe que é sobre o lucro e é sobre esse enriquecimento estratosférico que não para e vai acabar com os recursos. E quando acabar com os recursos vai explorar até o fim. E é daí que está vindo esse neoliberalismo todo, e o conservadorismo hoje no Brasil que defende fielmente o neoliberalismo. Então, eu vejo que é isso.

A partir da posição de Celso podemos ver que a geração mais jovem compromissada com a esquerda está ciente de que o conservadorismo está diretamente ligado ao regime neoliberal. Ele destaca que Itaúna é uma cidade muito rica, com famílias bilionárias, donas de grandes mineradoras que incentivam práticas ideológicas como a do Movimento dos Cristãos Conservadores (MCC) que usam um discurso do sagrado testamento para expandir o domínio das grandes indústrias, de Itaúna sobre Itatiaiuçu, onde ficam o território minerado, acumulando recursos políticos na Câmara Municipal, dentro da Prefeitura. Ou seja, a utilização do discurso conservador serve para criar a circulação do poder que eles conseguiram solidificar. E este tipo de política é extremamente negligente com o cidadão itaunense, aponta Celso, isto se vê especialmente na garantia de direitos humanos básicos, no transporte público. Sobre o transporte público, que na realidade é realizado por uma empresa privada, a Prefeitura é completamente negligente e administra sempre em favor desta empresa privada, mesmo com a questão do transporte ser completamente problemática. E o setor automobilístico é uma instância de demonstração de poder, era muito fácil ver durante as eleições as 4x4 com adesivos do Bolsonaro, aliás, estas SUV e 4x4 são maneiras de mostrar poder aqui na cidade.

Por ser estudante de arquitetura, Celso coloca que tem facilidade de observar como o conservadorismo também influencia em características do urbanismo da cidade. Além da estrutura urbana estar toda concentrada em criar condições para favorecer os carros em detrimento de espaços públicos que promovam socialização e qualidade de vida, as ruas de Itaúna não são arborizadas, a maioria das ruas não tem uma drenagem “ok” e, repete Celso, não há espaço de socialização. O conservadorismo reflete um modo de gestão pública sem responsabilidade com a cidade, isto vem do nosso lugar no capitalismo, lembra o entrevistado, um país extrativista que começa com a cana e o algodão e hoje exporta soja e minério, “a gente nunca parou de extrair matéria prima e exportar”. O Brasil acaba sendo uma grande fazenda para os países centrais e por isto, a defesa destes grandes latifúndios é também a defesa dos interesses deste projeto. Assumir uma posição anticapitalista é, segundo Celso, criar uma realidade alternativa a esta, de autodeterminação do povo brasileiro, em que haja uma indústria

nacional, soberania nacional, ao ponto em que não fiquemos a mercê de nenhum outro país. E neste sentido, criar uma alternativa anticapitalista também é criar um projeto de “reparação histórica para as mulheres, principalmente para os povos negros, para os povos indígenas, para as pessoas LGBT, para as pessoas sem teto, para as pessoas marginalizadas, para os operários”.

Henrique<sup>84</sup> aponta que seu processo de politização está ligado a ter se mudado para Belo Horizonte para estudar, lá teve contato direto com movimentos sociais e passou a se identificar com a esquerda, desenvolvendo uma percepção crítica marxista, adotando uma posição socialista. Foi também durante a pandemia, e isto fica muito evidente nas politizações da juventude, que Henrique se envolveu ativamente na militância partidarizada, se filiando ao PSOL e aderindo ao movimento da Juventude Manifesta, onde juntou a amigos que já estavam envolvidos com o partido.

Para ele, a política em Itaúna é fortemente influenciada por uma tradição de liderança política familiar e de classe, observa que a referência de futuro para a juventude na cidade é o trabalho na indústria, o que limita a visão de futuro no mundo do trabalho e no desenvolvimento econômico. Isto faz com que as juventudes da cidade se sintam limitadas e frustradas pelas várias restrições que a política conservadora sujeita a elas, para ele, isto reflete diretamente na saúde mental destes jovens. Além disto, é preciso enfrentar instabilidade econômica, uma forte desvalorização da educação, muitas vezes continuar a estudar nem é possível porque se está sempre atrás de emprego. A crítica de Henrique aponta que a própria dinâmica destrutiva do capital mina inclusive o nível das reivindicações que vão se tornando cada vez mais básicas:

...ele [o capital] já permeia a gente de tal forma que é como se ele fosse uma coisa que transcendesse o tecido social. E aqui em Itaúna, a juventude quer pouca coisa. Não está nem se pedindo muito. Pede-se por trabalho honesto, pede-se por um pouquinho de acesso à cultura, pede-se acesso a esporte, pede-se acesso a lazer, transporte. Essa juventude tendo que lutar por direitos básicos do ser humano. E a gente está sendo privado de tudo isso cada vez mais, porque a cada nova geração de juventude que chega, eles vão ser privados de mais coisas. Então, as necessidades sociais aqui em Itaúna são lutar por direitos básicos, porque se a gente tivesse muito evoluído, muito abstraído das ideias, a gente já podia estar lutando por... Aí sim a gente começava a falar de coisas mais abstratas, conceitos que já envolvem uma maior reflexão, mas a real é que a gente está lutando por coisa básica, por direitos que são básicos do ser humano. Então, esse poder econômico vai fazer o possível para censurar essa luta, para censurar quando a gente denuncia essas necessidades sociais, em detrimento de manter esse ritmo até um ponto que vai ficar insustentável.

---

<sup>84</sup> Henrique, 22 anos, engenheiro de software, masculino, pardo. HENRIQUE. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Março de 2023. Entrevista gravada em MP3.

A posição anticapitalista de Henrique apontar porque o impulso de radicalização aparece no interior das juventudes, os modos de repressão do poder econômico e político levam à censura das reivindicações mais básicas. A luta pelas condições fundamentais da vida que são continuamente negadas fazem aparecer a luta antifascista – uma luta eminentemente ideológica – que busca dismantelar as representações e subjetividades de caráter violento que defendem o regime social a qualquer custo. A crise da pandemia mostrou essa situação e não foi a toa que muitos jovens passam a participar da política neste período. Henrique também fez parte do contexto de organização da UJAI que levou as manifestações do *ForaBolsonaro* para Itaúna, trata-se de uma resposta orgânica da juventude contra as pressões do capital, as opressões sistemáticas e a instabilidade econômica.

Henrique aponta que para as juventudes o cenário em Itaúna acaba sendo bem difícil, havendo uma “via única” em relação a acesso ao mundo do trabalho:

A referência de futuro para a juventude aqui em Itaúna é a indústria. Então tem lugares como Senai SESI e todo o movimento, todo o aglomerado industrial que tem aqui em Itaúna vai muito nesse sentido. Porque realmente é a única percepção que a gente tem de trabalho, a única percepção que a gente tem de um futuro aqui em Itaúna. Então vai muito no sentido de que esse poder político de liderança junto com o poder do capital que rola aqui em Itaúna, o preço político que isso teve para mim foi muito de me deixar apolítico e muito de me trazer uma ideia muito subvertida sobre economia. E a percepção de como a gente poderia fazer crescer a economia de forma geral, mas realmente para quem está operando essa economia, que são os trabalhadores.

Para ele, a juventude é a parcela da sociedade que já vem percebendo que vai se dar muito mal “nessa história toda”. Porque na medida em que a concentração de capital cresce, enquanto o trabalho é precarizado, a juventude acaba pegando o pior dos cenários. “A gente vai pegar o mundo acabando. O mundo está terminando. Está dando adeus porque o capital também destruiu isso. E o capital não vai parar enquanto ele já não tiver consumido o planeta inteiro”. Por conta disso, aponta Henrique, há um conformismo generalizado em Itaúna, “a juventude quer pouca coisa, não está nem se pedindo muito. Pede-se por trabalho honesto, pede-se por um pouquinho de acesso à cultura, pede-se acesso a esporte, pede-se acesso a lazer, transporte”. Coisas que o sistema social não parece ser capaz de dar, por isto, a juventude, segundo ele, se vê na necessidade de lutar por direitos básicos do ser humano. “Cada vez mais estamos sendo privados de tudo isso, ‘cada vez mais’, porque a cada nova geração de juventude que chega, eles vão ser privados de mais coisas.”

Sobre o MCC, Henrique aponta que se trata de um sintoma moral ideológico muito profundo, que embora o reaparecimento do conservadorismo seja em nível mundial, em Itaúna

ele aparece de modo muito forte. O tipo de conteúdo propagado na internet por estes grupos para criar engajamento das pessoas é de caráter misógino, por exemplo, culpando mulheres que usam roupas “indecentes” por qualquer abuso que possam sofrer. Há figuras empresariais da cidade muito próximas a estes grupos, além de um forte setor que “banca” materiais de publicidade, camisetas e outdoors, há uma juventude fascista, que espalham um tipo de “versão da história” onde a escravidão não teria nenhum caráter racista, e sim, uma necessidade econômica<sup>85</sup>. Para Henrique se trata de um visível projeto de degeneração política, que está ligado a impedir processos de organização de movimentos progressistas que vem ganhando atenção em Itaúna.

Ele aponta, ainda, que o MCC é um movimento extremamente organizado, com um direcionamento muito claro, atuam fortemente em páginas das redes sociais, promovendo a defesa de vários tipos de barbárie no Instagram. Eles trabalhar para deslegitimar as pautas da esquerda, fazendo retornar debates já superados, disseminando medo e falsas polêmicas morais relacionadas ao socialismo, ao comunismo, à comunidade LGBTQIA+ e etc. Mas eles também não estão só nas redes, eles são muito ativos nas ruas também, com ligações muito fortes com as igrejas, especialmente evangélicas. Durante o período eleitoral, os pastores passaram a utilizar da pregação, que tem caráter de “verdades inegáveis”, para pedir abertamente votos para Bolsonaro. Outra instituição em que o bolsonarismo está muito forte, diz Henrique, é na polícia militar, há integrantes do MCC que trabalham na PM e reforçam a violência nas comunidades periféricas aqui da cidade.

Sobre o PSOL, Henrique aponta que parte de figuras de destaque da extrema direita tem ganhado notoriedade – como Nicolas Ferreira, por exemplo – perseguindo, tentando calar e caçar mandatos de agentes políticos do PSOL. Esta extrema direita, junto com boa parte dos políticos parlamentares estão utilizando meios jurídicos para atacar partidários mais radicais da esquerda, especialmente socialistas. Em Itaúna, durante a organização dos atos *ForaBolsonaro* trabalhadores dos Correios que gostariam de se juntar aos atos e criticar o governo Bolsonaro deixaram de estar nestes atos porque parte de seus gerentes eram declaradamente bolsonaristas e do MCC, de maneira que eram “alertados” que participar desse tipo de manifestação poderia

---

<sup>85</sup> Sabemos que argumentos deste tipo foram defendidos por parlamentares brasileiros, o trabalho *Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social*, de Juremir Machado da Silva (2017), mostra que tais posições foram defendidas na Câmara dos Deputados e no Senado.

gerar demissões. Ou seja, tanto no campo político partidário, como no trabalho político de base, há uma forte pressão perseguição e métodos de controle antidemocráticos.

Diante deste cenário, Henrique destaca a importância de massificar a luta revolucionária, enfrentando especialmente os desafios impostos pela crise climática e pela concentração de renda no país e no mundo. A radicalização da juventude e o fortalecimento dos movimentos sociais são fundamentais para se alcançar uma transformação significativa da sociedade.

Vitória<sup>86</sup> também faz parte do PSOL, da Juventude Manifesta e da corrente Primavera Socialista no interior de seu partido, ela destaca a importância de ter uma militância partidária, pois o partido político assegura a posição de um projeto político unificado. Claro, há “partidos de aluguel” que servem apenas para lançar candidatura e não alinham uma luta ideológica clara, há também partidos da direita em que há projeto, mas não são debatidos socialmente, especialmente quando se tratam das questões econômicas e políticas, diz ela. Em relação ao PSOL coloca que se trata de um partido que se quer como instrumento de luta da classe trabalhadora, e de todas as lutas, das pessoas negras e negros, das pessoas indígenas, das mulheres, das LGBTQs. Destaca que a bancada do PSOL no Congresso Nacional é a única bancada com a maioria de mulheres, destaca nomes importantes como Erika Hilton e Duda Salabert, primeiras mulheres trans a serem eleitas. Destaca ainda o mandato do pastor Henrique Vieira, que pauta a questão do cristianismo de maneira diferente do que a política hegemônica vem pautando.

Além destacar outras figuras de seu partido, ao que se refere à Itaúna, Vitória destaca a prática política da Casa Socialista que vinha abrindo espaço de encontros e diálogos com as pessoas e juventudes. Para ela é importante concentrar um trabalho político de base, por meio da Juventude Manifesta, especialmente junto ao movimento estudantil e popular, dialogando com espaços como a Batalha da Pista (BdP), participando de eventos que estão transformando Itaúna, dando força ao movimento de parte da periferia da cidade. De outro lado, tem a ideologia conservadora que decidiu travar uma guerra cultural, aponta Vitória. Ela destaca que os conservadores usam expressões como marxismo cultural para deslegitimar a prática política da esquerda, mas eles usam sem nenhum rigor teórico.

---

<sup>86</sup> Vitória, 23 anos, estudante de medicina, Mulher cisgênero, branca. VITÓRIA. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Março de 2023. Entrevista gravada em MP3.

Vitória coloca que a importância de estar em um partido se dá especialmente pela noção de conjuntura, pois sabe-se que por de trás desta guerra cultural colocada pela direita há a guerra de classes, posição que a direita prefere não problematizar. A partir desta posição, diz ela, sabemos que os ricos dominam os meios da política e os meios de comunicação e o projeto deles está nas escolas, em Itaúna, as escolas possuem um viés claramente autoritário e conservador. A mesma influência existe nas instituições de saúde da cidade. Para ela a problemática da luta ideológica se estende por cada campo social, no movimento estudantil – na medicina – se debatia muito a luta antimanicomial, especialmente com a proliferação de comunidades terapêuticas, muitas vezes defendidas a partir de uma lógica religiosa, cristã. Ou seja, a luta ideológica contra a ideologia conservadora interfere em muitos pontos da vida social, destaca Vitória.

Na centralidade da luta ideológica, está a disputa por consciências, defende Vitória. Para ela a questão revolucionária também se refere a algo que é preciso ser feito no interior do ser, é preciso dar um passo em direção à coletividade, criar mais maneiras de dialogar, “deixar de picuinha”, ser mais solidário, priorizar este olhar coletivo é essencial para a formação política. É preciso que lutas como a luta LGBTQIA+ se entenda como anticapitalista, para que o foco seja contra a classe dominante.

Ao ser perguntada sobre o que é o conservadorismo em Itaúna, Vitória aponta que se trata de um resgate claro do movimento integralista, um fascismo à brasileira, que está sendo organizado pelo MCC. Se trata de um resgate constante dos símbolos e bordões do integralismo, de um patriotismo estranho porque apoia, por exemplo, a ingerência de Elon Musk na Amazônia, incentiva garimpos, então, segundo Vitória, se trata de um movimento bastante contraditório:

é uma fusão de muitas coisas, bebem fontes, fundem a galera dos patriotas, os cristãos e sempre nestas pautas anti-esquerda, anti-mulheres, anti-LGBTs, anti-negros, negras, indígenas, e aí se produz figuras públicas tipo Nicolas Ferreira, que é super-transfóbico e faz esse debate conservador, né? É um debate de valores. O conservadorismo não tem projeto, ele tem os valores que eles querem, que são valores ultra-retrógrados.

Ao que se refere à violência política, Vitória destaca as práticas racistas e machistas na Câmara de Vereadores contra Cristiane, que sofre constantemente deslegitimação de suas falas, por isto é importante que a esquerda ganhe espaço e seja capaz de construir uma bancada progressista em Itaúna. Parte deste movimento de tensão contra a ideologia conservadora foi feita pela UJAI, que realizou ações significativas, como a colocação de outdoors na entrada da

cidade denunciando as mortes por COVID-19 e pedindo impeachment de Bolsonaro. A UJAI também focou suas ações em panfletagens e mobilizações públicas, utilizando uma identidade visual própria para fortalecer sua presença nas ruas. O movimento da UJAI foi importantíssimo no combate da violência política que avançava e, ainda, para reunir jovens envolvidos nos movimentos estudantis e populares, e aqueles que não estavam reunidos em grupo político nenhum.

Vitória faz um balanço crítico sobre a UJAI, afirmando que o movimento sofreu um forte refluxo, sendo difícil manter a atividade dos participantes ativa, no entanto, mesmo após este refluxo a atividade da UJAI continua sendo crucial para unir e concentrar diálogos e lutas das juventudes da cidade. Dentre os desafios para o futuro está em manter uma agitação antifascista e socialista, pois, mesmo com a derrota eleitoral de Bolsonaro, o bolsonarismo e o fascismo à brasileira continuam sendo ameaças presentes tanto em Itaúna, como no país. Ela coloca isto nos seguintes termos:

Um grande desafio que a gente vive para essa forma de militância no presente é a ideia de jogo-ganho que a gente está. Porque está reinando uma ideia de que já resolvemos a fita, já resolvemos o BO, está tudo certo, elegemos o Lula tranquilo. Mas tipo assim, eleger não é o suficiente para resolver todas as fitas. A gente tem que lembrar que ainda está com o Alckmin de vice-presidente. Então, a gente não pode se furtar desse debate de radicalizar mais, ir radicalizando até a ascensão do movimento socialista e operário, porque é isso que a gente quer afinal de contas. Então essa ideia de jogo-ganho tem prejudicado bastante, até por um processo de cansaço mesmo que eu acho que a gente sofre, porque a grande parte da ideia da galera é ir desgastando a gente. Então chega um ponto que fica mais maçante ainda para a galera ver que luta, luta e a gente ainda não está resolvendo as paradas. Claro que é um trabalho de formiguinha, mas no geral isso desgasta, desgasta muito. Então o esvaziamento desses espaços tem acontecido muito por causa dessa ideia, mas a gente tem que reverter essa análise.

Vitória nos dá condições de pensar a militância em relação em seu caráter de vontade e força, é importante, ao teorizar sobre a desigualdades da correlação de forças, indicar a questão do desgaste, do baixo índice de vitórias com que se pode contar para aumentar um contingente de militância. A unidade da esquerda precisa estar atenta para os esvaziamentos e suas causas, aprender a dosar o ritmo, buscar a formação e os encontros como espaços de reforço das subjetividades, neste sentido, a ideia de radicalização passa não só pela intensidade da luta, mas pela fidelidade do compromisso, até mesmo para que se possa constituir um trabalho político cotidiano que se entrelace nos tecidos das sociabilidades. A criação de um âmbito de crítica política é extremamente difícil, especialmente em cidades não-metropolitanas. Talvez por isto, a tendência da politização culturalista por meio dos encontros periféricos se tornam mais “agradáveis” do que o discurso ou o protesto mais direto contra a classe dominante. A atividade

panfletária de defesa de pautas se torna, por conta da visibilidade e do compromisso assumido, uma tarefa pouco atrativa para as juventudes não-politizadas. Isto se torna claro tanto na posição de Vitória, quanto em nossa prática política da pesquisa-ação junto com a UJAI, ponto que retomaremos no capítulo 3.

César<sup>87</sup> é sem dúvida um representante de uma potilização culturalista, vinda da rua, do hip hop, do samba, do skate, da contracultura destas zonas marginalizadas da cultura oficial burguesa. Sua politização está ligada com esta vivência de enfrentamento aos fortes processos de marginalização na cidade. Seu envolvimento com o Centro da Juventude foi uma experiência que mostra as dificuldades de se manter um aparelho ideológico próprio para e da juventude, e de como, o próprio poder público passa a sabotar o CJ. César relata que Centro da Juventude em Itaúna emergiu como uma iniciativa crucial para o desenvolvimento social e cultural da juventude local, especialmente após 2016, quando foi estruturado sob a liderança de pessoas como o ex-secretário de desenvolvimento social, Dr. Élvio Martins, e Cristiane, uma figura central na administração do espaço. Esse centro, inspirado no Centro de Referência das Juventudes (CRJ) de Belo Horizonte, ofereceu um lugar de resistência e crescimento, apesar das limitações de recursos, contando basicamente com o fornecimento de água e luz pelo poder público. A falta de verba destinada a este tipo de política pública exigiu que muitas atividades fossem financiadas do próprio bolso dos envolvidos, destacando a importância do voluntariado e do engajamento das juventudes.

Com o envolvimento das juventudes o CJ se tornou um ponto de convergência para diversas iniciativas e coletividades, promovendo eventos que incluíam desde cultura hip hop, artes visuais, música, até encontros com coletivos de pessoas com deficiência auditiva, algo inédito na cidade. Essas atividades foram fundamentais para a formação de uma nova geração de jovens conscientes e engajados, proporcionando-lhes oportunidades de explorar seus interesses e talentos em um ambiente acolhedor e inclusivo. Vitor, que atuou como coordenador voluntário por três anos, enfatizou a importância de ensinar as juventudes a desenvolverem seus próprios projetos, promovendo autonomia e capacitação.

Contudo, César coloca que o Centro da Juventude enfrentou desafios significativos devido à interferência política e às dinâmicas de poder locais, refletindo o controle de certos

---

<sup>87</sup> César, 24 anos, diretor de marketing e tatuador, masculino, negro. CÉSAR. **Entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de Itaúna-MG.** [Entrevista cedida a] Jorge Alberto de Macedo Acosta Junior. Março de 2023. Entrevista gravada em MP3.

grupos sobre cargos públicos e recursos. Essa situação culminou na saída de Vitor do cargo de coordenador, motivada por desentendimentos políticos e sabotagens por parte de figuras que buscavam manter o controle sobre as iniciativas do CJ. A experiência no Centro da Juventude revelou o potencial transformador da arte e da cultura, especialmente em áreas periféricas, e destacou a necessidade de espaços que ofereçam novas perspectivas e alternativas de vida para os jovens, distantes das pressões e expectativas tradicionais impostas pelo sistema educacional e pelo mercado de trabalho locais. A tatuagem, o grafitti, a música foram campos que puderam ser desenvolvidos na coletividade do CJ em Itaúna.

Pra César, apesar dos desafios, o impacto do Centro da Juventude é duradouro, com muitos jovens continuando a reconhecer o valor das experiências e aprendizados adquiridos lá. Para ele a história do Centro da Juventude exemplifica a luta contra a cultura do conservadorismo, isto porque enquanto as juventudes estavam ativas e trabalhando de forma autônoma no CJ, foi possível criar ambientes que permitiam o desenvolvimento pleno e crítico da juventude, promovendo uma resistência ativa às estruturas de poder estabelecidas. No entanto, a intensidade da participação das juventudes foi diminuindo na medida em que os recursos eram tão limitados que apenas a infraestrutura mais básica era fornecida pela Prefeitura, água e luz, sem orçamento específico para uma política pública para as juventudes. Quanto o CJ cresceu, passou a ser interesse, gerando pressões políticas que afetaram a operação do Centro.

Sobre a esquerda, César tem uma posição de abertura e crítica. Na sua perspectiva, ser de esquerda significa ser favorável ao diálogo, alinhado com a defesa de direitos básicos como água, comida, moradia e dignidade humana. O que contrasta com a direita, que para ele, não propõe soluções concretas para as questões sociais. Para ele a expressão “militante” ou “militância” é ambígua. Coloca sua posição na luta antirracista, antes mesmo de se assumir neste tipo de embate, de uma “forma” de militância, já estava envolvido “até o pescoço” com o compromisso com a luta.

Ele destaca também que no campo da cultura, especialmente da cultura periférica, já se está militando mesmo que isto não seja de forma anunciada, porque a própria vivência desta cultura é um modo de luta pela universalidade. Sua consideração entra em tom de crítica na medida em que “o militante” assume uma figura de proeminência que as vezes é “meio esquisito, tá ligado?”. Isto porque o “militante de movimento tal, não mistura com o militante de movimento tal” e acrescenta outra problemática “Tem mano que fala, não, o cara é branco, como é que ele é militante? [do movimento negro]”. Neste sentido, a crítica de César vai no sentido de que a questão da militância traz consigo uma conflitividade para o interior da luta o

que, segundo ele, mais enfraquece que potencializa a ação das coletividades. A questão central trazida por César é sobre a necessidade de que a mistura de pessoas e das ideias no campo da contracultura periférica é mais importante que as divisões causadas pelas diferenças próprias das “formas” de militância.

### **2.3 Radicalização monista: a situação fascista em Itaúna**

Como dito anteriormente, para entender o monismo além da política cultural da modernidade capitalista liberal, será preciso reintroduzir a dinâmica de fascistização na produção teórica, levando em conta sua influência sobre o local. Em *A grande transformação: As origens políticas e econômicas de nossa época*, Karl Polanyi (2021, p. 333) aponta já apontava que a fascistização tem início com a criação de uma “situação fascista”. Esta situação permite a classe dominante produzir uma margem de manobra política e social para esvaziar ou corroer processos de lutas, organizações políticas e sindicais dos trabalhadores, governos, partidos, defesas democráticas e constitucionais em geral. Assim gerando um falso espaço de revolta e efetiva degeneração ou destruição de certos elementos da gramática social, para tanto, a ideologia fascista comunga com a ideologia conservadora, forçando-a a se radicalizar, pois seu caráter destrutivo demonstra-se mais efetivo para a contrarrevolução.

E isto tem consequências locais, como assinala Polanyi:

Em sua luta pelo poder político, o fascismo fica inteiramente à vontade para desconsiderar ou usar problemas locais. Seu objetivo é social, ou seja, transcende a estrutura política e econômica. Ele põe uma religião política a serviço de um processo degenerativo. Em sua ascensão, exclui de sua orquestra apenas um punhado muito reduzido de emoções. Uma vez vitorioso, restringe as motivações para um número muito pequeno, embora, também nesse caso, todas sejam muito peculiares. A menos que façamos uma distinção rigorosa entre essa pseudointolerância a caminho do poder e a verdadeira intolerância no poder, dificilmente teremos esperança de compreender a diferença sutil, mas decisiva, entre o falso nacionalismo de alguns movimentos fascistas, durante a revolução, e o não nacionalismo especificamente imperialista que eles desenvolvem depois da revolução.

A colocação de Polanyi aponta tanto a questão do falso nacionalismo e do entreguismo que aparece assim que a tendência fascista assume o governo, como é visível no caso do bolsonarismo. Mas em primeiro lugar, e dá mote para a elaboração de uma crítica pluralista ao monismo, o uso dos problemas locais para cumprir o objetivo social de instaurar uma religião política. Para nós, isto está nítido na atuação ideológica do conservadorismo em Itaúna, o que motiva a radicalização – em sentido burguês – na cidade.

Nos festejos do Reinado ao lado da igreja Nossa Senhora do Rosário em agosto de 2022, podia-se ver um enorme guindaste de movimentação de cargas e materiais pesados que em seu

ápice sustentava uma gigantesca bandeira do Brasil. Este equipamento esteve em cada evento que atraísse multidões, desde o parque de diversões na avenida Jove Soares ou junto ao local em que os manifestantes pró-Bolsonaro faziam sua campanha eleitoral. A situação fascista pode ser pensada como a tomada de um lugar e a consolidação de uma tendência específica da formação social. Para que esta “tomada de lugar” aconteça exige-se o “sair às ruas”, a criação de uma hegemonia visual – circunscrita à aparência – para que se realize uma reflexividade entre o interior e o exterior dos aparelhos ideológicos. Trata-se de um processo de “fechar o circuito” social: no Estado a representatividade de Bolsonaro e seus ministros, nas escolas a defesa do ensino conservador-reacionário, nas fábricas a coação eleitoral, nas famílias, nas igrejas e até mesmo na sociedade civil, o Movimento Cristãos Conservadores (MCC) consolidava seu papel de aglutinar a organização da ideologia fascista. Com base na experiência pessoal e nos relatos dos entrevistados, foram nestes termos que, para nós, se desenrolou a fascistização da cidade, utilizando-se a disputa eleitoral como motor da guerra ideológica.

Seria também importante lembrar que o calor desta disputa vem acompanhado de rupturas sensíveis no campo das relações pessoais, isto porque a eleição de 2018 já deixara fortes quebras traumáticas naqueles que encontraram no âmbito familiar um fator de corte político-ideológico. Isto faz lembrar que a política e o jogo das forças sociais são realizados antes do caráter de estruturação dos aparelhos ideológicos, por uma percepção sensível do real. O bolsonarismo desde 2018, assim como boa parte destas “revoluções conservadoras” do século XXI, foi capaz de construir uma representatividade despolitizante que atravessa o tecido social compondo com certo desejo agressivo e regressivo (antiprogressista).

O entrevistado Lucas conta que os grupos bolsonaristas foram muito hábeis em imprimir uma imagem de que Itaúna aderira a uma forte politização conservadora, que a cidade se somava a estes grupos. Uma de suas táticas foi espalhar outdoors pela cidade, dentre seus conteúdos estavam a violência política direta à Lula e ao PT, chamando-os em geral de ladrão/corruptos. Ataques aos ministros do STF e defesa do lavajatismo também podiam ser vistos nas principais avenidas da cidade. Na época das eleições, conta Lucas, haviam muitos carros adesivados com Bolsonaro, isto aconteceu em 2018 e está acontecendo em 2022 de novo.

Eles conseguem colocar essa visualidade ali que está todo mundo de um lado, e aí quando você está do outro lado, essa própria hegemonia visual das pessoas falando gera uma coisa que intimida. Até por ser gente que gosta de arma, exibe arma, fala de arma... Na eleição de 2018 tive uma amiga da minha mãe que eu até gostava, eu gosto muito dela. Ela é uma atriz muito boa, muito boa, uma pessoa legal de conhecer. Só que ela é de uma igreja que encampou completamente esse conservadorismo cristão deles. E aí, na hora que a gente estava saindo do local de votação, ela parou a minha mãe, e ela falou que tinha que esmagar os petistas, e ela fez com a mão, a coisa de

como torcer a roupa, de esmagar os petistas. Então eles utilizam uma linguagem muito violenta que acaba inibindo um pouco... Acabou inibindo um pouco essa vontade de expor as próprias opiniões.

Este tipo de violência comunicativa e cotidiana é a principal prática na disputa ideológica que se manifestou nos últimos tempos, segundo Lucas. Trata-se de uma linguagem violenta, que está relacionada com a criação de situações de hostilidade através de identificações que aparecem nos círculos de afetos e nas redes sociais. Ele fala do modo como viu se intensificar este sistema de relações: são pessoas que dificilmente falam sobre temas da política, mas no ambiente digital se mostram de maneiras muito contundentes. Houve, para ele, de forma nítida uma ruptura na família, que se inicia durante a segunda eleição de Dilma Rousseff. Mesmo que seu envolvimento em termos de política fosse muito difuso e não tivesse uma compreensão mais organizada de política naquela época, no momento em que passou a defender a posição política de esquerda acabou tendo algumas rugas com seu avô, tio e madrastra. Especialmente com o aparecimento do bolsonarismo em 2018, pois tanto seu tio quanto sua madrastra aderiram ao movimento de maneira forte, usando seus espaços pessoais e digitais para propagar as ideias bolsonaristas. Em 2022, Lucas afirma que preferiu não adentrar neste tipo de conflito ideológico com familiares, pois acredita que esse tipo de conflito acaba por prejudicar a saúde mental da militância em geral.

Para Lucas há uma forte inibição propagada nos espaços sociais, não só no âmbito familiar, como colocou anteriormente, mas no espaço do trabalho. Como professor de história a questão das posições políticas aparecem com frequência, no espaço escolar a inibição se inscreve no discurso do professor doutrinador. Isto levou Lucas a tomar muito cuidado quando falava de política em sala de aula. Ao mesmo tempo, relata que a professora de seu irmão – de sete anos de idade – afirmava dentro da sala de aula que quem votava no PT era ladrão, algo que no contexto pedagógico não fazia o menor sentido. Comenta que a pouco tempo da entrevista um professor havia sido demitido de seu trabalho em uma escola privada da cidade por ter falado de política em sala de aula. Ele vê que a inibição que se criou na cidade tem apenas um lado, e é espantoso notar que nas aulas da 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 9<sup>a</sup> séries, vários alunos que se interessam por história – a matéria que o entrevistado leciona – se apresentam como anticomunistas e bolsonaristas, ou seja, estes adolescentes já estão inseridos numa posição conservadora reacionária, ou seja, a formação deste ideário aparece muito cedo.

Este trecho da entrevista de Lucas nos dá uma noção geral de como a radicalização da ideologia monista se comporta, sua fratura nos afetos, sua atuação simbólica no “esmagamento” da esquerda. O cercamento da posição política aberta tanto no espaço de trabalho quanto no

nível dos afetos mais íntimos são os modos pelos quais ocorre o recrudescimento da vida social e política. O próprio relato de Natália sobre a escola onde trabalha mostra a tensão de abordar temas como sexualidade, gênero e movimento LGBTQIA+, outros professores a advertiram de que esses tópicos não seriam apropriados para o ambiente escolar. Natália relatou que até mesmo questões básicas, como a conscientização sobre a vacinação contra a COVID-19, geraram conflitos durante o período de acirramento da luta ideológica. Um colega que promovia a vacina passou a ser "monitorado" por professores declaradamente conservadores. Para eles, discutir tanto sobre questões LGBTQIA+ quanto sobre vacinação é visto como doutrinação. Essa visão é compartilhada até mesmo pela diretora da escola, indicando um controle ideológico muito forte e presente no aparelho escolar.

Seria o caso de reconhecer a força da situação de fascistização da cidade, a situação se expressa nos diversos aparelhos ideológicos, bem como, na política do Movimento Cristãos Conservadores (MCC), que é uma política-ideológica de pluralização do fascismo por todo tecido social da cidade. Na educação, este tipo de domínio conservador não é novidade, Ana lembra que, em 1976, Itaúna ganhou o prêmio de cidade educativa da UNESCO, o que virou um ufanismo na cidade. De maneira crítica ela aponta que esta educação era muito boa para os coronéis que compraram o título, pois a educação da cidade estava inserida predominantemente a uma lógica dedicada a conservar privilégios e desigualdades, por meio de preconceitos e violências. E Ana complementa, na educação, até hoje, essa lógica é mantida na sala em que só o professor fala e o aluno escuta, uma educação bancária, como afirma Paulo Freire.

Lembremos, a luta ideológica se expressa em seus aparelhos, e a Escola é o aparelho ideológico dominante após a Revolução Francesa, isto porque a mudança do regime se concentrou em uma luta anticlerical e antirreligiosa fazendo da igreja não mais o aparelho ideológico dominante (Althusser, 1999, p. 165-167). Embora se possa duvidar que a passagem à sociedade capitalista tenha ocorrido desta maneira no Brasil – com uma forte luta anticlerical e antirreligiosa, já que as igrejas ainda possuem um papel bastante dominante na construção da sociabilidade, é preciso concordar que a escola funciona de modo a reproduzir as relações sociais de produção/exploração capitalistas. É na escola que os papéis de explorado, agente da exploração, agente da repressão, saber demagógico e o profissionalismo da ideologia são aprendidos. A “consciência profissional”, “moral”, “cívica”, “nacional” e “apolítica” é altamente desenvolvida neste aparelho e, portanto, se trata de um lugar central de disputa pelo projeto de sociedade. Em Itaúna, o Aparelho ideológico escolar tem forte influência na formação da identidade conservadora, central para o projeto monista de sociedade.

Segundo o Censo Escolar 2023 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Itaúna possui 39 escolas públicas e 16 escolas privadas, totalizando 55 escolas rurais e urbanas. As entrevistas com militantes das juventudes (UJR e Manifesta) e do sindicalismo do setor de ensino e educação (SindUTE-Subsede Itaúna) fornecem informações e questões qualitativas no que se refere a luta ideológica neste aparelho. Em geral, a militância das juventudes, mais jovens e próxima das escolas na condição de alunas e alunos, vão evidenciar a falta de investimentos, não se diferenciando das escolas das demais cidades do país. Além disto aparece nas entrevistas um tipo de vínculo com a classe dominante que se sustenta, ou por doações das famílias de grandes empresários ou por estas famílias serem as proprietárias diretas da escola.

O caso envolvendo o Colégio Recanto do Espírito Santo foi apontado por duas pessoas entrevistadas (Vanessa e Ana) como uma clara influência ideológica da classe dominante dentro de uma instituição de ensino. O colégio em questão foi acionado pelo Ministério Público por reproduzir discurso de ódio, pela publicação de uma cartilha sobre “ideologias antifamília” no ano de 2022, demonstrando o tipo de ação discursiva que investe na guerra de valores ocidentais. O intuito do colégio foi proibir materiais escolares com determinados símbolos que para eles compõem risco para educação cristã, pautada nos valores bíblicos judaico-cristãos da civilização ocidental, como mostra o parecer do Grupo de Estudos Constitucionais e Legislativos do Instituto Brasileiro de Direito e Religião que saiu em defesa do colégio (apelando ao caráter confessional da instituição e ao Direito Divino e imutável). O arco-íris e o unicórnio seriam símbolos que representariam personalidades não binárias ou transsexuais, usado por pessoas que não se identificam como homem ou mulher trazendo riscos para o ambiente escolar. A caveira, o símbolo da anarquia e o rosto de Che Guevara figurariam entre os símbolos de rebeldia e “cultura da morte” que também deveriam ser evitados nos materiais escolares.

Esta disputa é travada no campo simbólico-imaginário da sociedade, especialmente por ser interno à formação humana mostra o caráter estratégico do setor da educação para a conquista da guerra de subjetividades. A educação se tornou a instância direta da “guerra cultural”, onde são disseminados fundamentalismos religiosos, hostilidades aos direitos humanos, sociais e trabalhistas a partir de um forte conteúdo ideológico que tem como fonte o seu intelectual mais proeminente Olavo de Carvalho. É preciso lembrar que o próprio Ministério da Educação se tornou o *bunker* desta guerra ideológica durante o governo Bolsonaro, como vão apontar Roberto Leher e Maria Rosimary Soares dos Santos (2023, p. 9-42) em *Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente* e Inny

Accioly, Amanda Moreira da Silva e Simone Silva (2023, p. 43-60) em *Guerra cultural e seus efeitos na educação pública brasileira*. A partir do conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia vão apontar que as escolas vão se tornar local privilegiado para o combate às “ideologias de gênero” e ao “marxismo cultural”:

A guerra cultural bolsonarista – em consonância com a guerra cultural alimentada pelo ex-presidente Trump, nos Estados Unidos – se apropria de um discurso pretensamente cristão para impor uma percepção dogmática e reacionária de cristianismo que compreende a sociedade como uma realidade cindida pela luta do bem contra o mal – na qual o bem se identifica com a moral cristã ocidental, branca e patriarcal e o mal representa tudo o que, em sua visão, se afasta disso.

Como resultado, forja-se entre a classe trabalhadora uma subjetividade internalizada como um novo “senso comum” no qual existe uma permanente oposição entre sujeito de bem (defensor de um modelo da “família tradicional brasileira”, compreendida como sendo branca, conservadora, adaptada às hierarquias sociais assimétricas e defensoras do patriarcado) e sujeito crítico, entendido como inimigo a ser combatido.

Em Itaúna não é diferente, o modelo de sociabilidade é o enfoque da formação escolar. A presença da “guerra cultural” nas escolas não surpreende Isabel, sindicalista na área da educação e professora de história por anos nas escolas públicas da cidade. Ela conta que há algo em Itaúna que causa certa estranheza, pois ainda que houvesse ao longo dos últimos 30 anos um movimento cultural com teatro, cinema, grupos musicais, fomento de artistas por meio do setor da educação, projetos de levar cultura para dentro das escolas, a presença da cultura popular do Reinado e dos congadeiros, mesmo com todas estas aberturas, o conservadorismo sempre se instalou com facilidade com âmbito da educação. Como professora se propôs por muitos anos trabalhar a história brasileira e africana com elementos do congado, no entanto, por muitas vezes, sofreu resistência de colegas professores e direções escolares.

Em relação a luta sindical no interior deste debate (“guerra cultural” na educação), ela aponta que o sindicato dos metalúrgicos, dos tecelões e o SindUTE-subsede Itaúna, embora sempre tentassem ser uma referência de inserção e sustentação do mundo cultural para a categoria dos professores, havia dificuldade de inserir pessoas mais pobres e superar as barreiras da linguagem e de acesso. Os profissionais da educação eram em sua maioria formados por uma classe média alta que possuía estrutura e poder econômico, mas com pouco interesse no aprimoramento cultural. Para esta classe média alta, o sindicato deveria assumir uma posição assistencialista, e a escola um papel mais tradicional, um ensino mais rigoroso, isto nas décadas de 1980 e 1990. Isto acabou mudando um pouco, diz ela, havendo uma nova geração de professores mais combativos atualmente, no entanto, nada mudou no que se refere ao conteúdo ensinado em salas de aula:

Olha, realmente Itaúna é uma cidade conservadora, é uma cidade tradicional, onde a maioria da população defende isso, acredita mesmo, muitas vezes não tem a dimensão do que é isso, mas caminha muito no sentido de preservar a família, preservar a cidade, é assustador, você vê aí que entorno de 60 e poucos por cento da cidade, pelo resultado eleitoral, você percebe que é uma população extremamente conservadora. E eu vejo que a educação contribui muito para isso. A educação, eu digo assim, os próprios trabalhadores da educação, os próprios professores que estão ali lidando com o saber, com o conhecimento científico produzido, e que acabam repassando essa ideia também. A gente percebe, por exemplo, que tem muitos professores, muitos educadores que estão nesse grupo aí dos conservadores cristãos. Melhorou, a gente tem hoje um grupo de pessoas, vamos dizer, de educadores mais combativos, que tem uma visão, um senso crítico mais aguçado, uma visão política mais libertadora. Mas levar essa discussão para dentro da sala de aula, para dentro da escola, isso ainda deixa a desejar. Então eu acho que a educação, os educadores, ainda contribuem, mesmo que seja de forma indireta, mesmo que seja inconsciente, sabe? Mas contribui para que esse conservadorismo predomine ainda na nossa cidade.

É interessante notar o tipo posição crítica que Isabel elabora da educação em Itaúna: embora os trabalhadores estejam se tornando mais críticos e combativos, a dimensão crítica do conhecimento em um sentido mais libertador não consegue adentrar como conteúdo nas salas de aulas. Usa o exemplo do ensino da história da África e das africanidades no Brasil, argumenta que embora haja uma lei federal que coloque esta questão, este conteúdo não se apresenta na prática. Outra questão está nas religiosidades, há uma predominância de ensino catolicista, deixando de lado outras crenças religiosas. Além disto, os momentos místicos na escola vão trabalhar a espiritualidade sempre a partir de um catolicismo doutrinário. Isabel percebe que tal tradição de cidade conservadora se preserva desta forma. Para ela, pouco surpreendente o aparecimento de um movimento como o bolsonarismo, isto porque este tipo de conservadorismo reacionário com as pluralidades da vida social sempre esteve presente nas escolas, nas igrejas e nas famílias, mas de portas fechadas. Estas posições já estavam introjetadas nas cabeças e corações, as pessoas só passaram a levar para as ruas, diz ela. Relata ainda, que durante o início do processo de radicalização da direita o âmbito escolar foi se tornando local de controle da posição política, especialmente dela, que era conhecida pela luta sindical no setor da educação na cidade.

[...] havia situações em que colegas de trabalho [professores] incitavam os alunos a me provocar dentro de sala de aula, a falar, por exemplo, mal, inventar coisas, de Lula, de Dilma, dos meus candidatos, para me deixar irritada. Mas eu sempre tive uma boa relação, tanto com os alunos, quanto com os profissionais das escolas, e eu consegui isso justamente por causa do meu comprometimento com a luta e com o projeto de educação, que fosse libertadora. Então, eu consegui esse respeito, mas eu passei muito por isso. Eu vejo, por exemplo, a questão da violência [a partir do bolsonarismo], ela se tornou muito verbal, das pessoas verbalizarem. A agressão física, eu acho que nem tanto, mas essa agressão verbal, igual você falou, dos cartazes, da pessoa bater boca uma com a outra, até nas próprias famílias. Nós tivemos, tanto do lado do meu marido, quanto do lado meu, da minha família, nós tivemos problemas assim. Problemas, mas assim, dadas as nossas escolhas. Então, tivemos embates com família, teve um

período que nós optamos por não estar presente em alguns eventos, e eu vejo que isso aconteceu na cidade inteira. Essa violência verbal, sabe, de atacar a índole da pessoa, a história de vida.

Isabel aponta que é preciso ter certo conhecimento, equilíbrio e estrutura de vida para não cair por terra diante destas violências que atacavam sua história de vida, especialmente vindo por parte de familiares e no âmbito do trabalho escolar. Perguntada se já sofreu algum tipo de violação de seus direitos políticos lembra que na década de 1980, antes de 1988, foi junto com uma amiga votar na eleição municipal com uma camisa de um padre que havia sido morto na guerrilha do Araguaia, e por estar vestida com aquela camisa não poderia votar. Depois de algum tempo de discussão com o coordenador responsável pela votação foi autorizada, “depois de muita briga”, segundo ela. Este relato, embora breve, já demonstra que o controle ideológico na cidade atravessa as décadas. O segundo relato de violência política e exclusão é ainda mais surpreendente, pois está ligado ao ensino superior na cidade. Este ataque a sua posição política de esquerda foi no início dos anos 2000, quando uma amiga que trabalhava na Universidade de Itaúna (UIT) pediu que a substituísse nas aulas de ciências sociais. Não havia nenhum impedimento para a substituição, pois Isabel tinha a formação necessária em curso superior da disciplina que foi convidada a lecionar em substituição. No entanto, após o primeiro dia de trabalho, na semana seguinte, foi avisada pela amiga que o próprio reitor havia feito contato com ela e lhe dito que: “a esposa do Mauro não trabalha na minha universidade”.

Chama atenção o tipo de declaração da autoridade universitária e o modo autoritário de atuação. Mesmo sendo uma instituição de ensino superior pouco se diferencia do modo de mandar e desmandar dos senhores de terras, uma clara demonstração que o coronelismo se amplia inclusive para as ditas instituições modernas, como a universidade. Além disto, o argumento é patriarcal e violento, desconsidera a professora em sua singularidade, a reduz a sua relação conjugal e a exclui do trabalho sem uma justificativa plausível, senão por seu vínculo político-ideológico, o que está por de trás da declaração. Isto mostra como o aparelho escolar e universitário tem centralidade na guerra cultural de valores, pois estes aparelhos guardam em si a objetividade da formação intelectual e humana, o que significa um espaço de defesa e ampliação dos aspectos ideológicos e de conscientização, seja burguesa-dominante ou dissidentes-dominadas.

Para além da particularidade do campo ideológico, o aparelho escolar situou também uma disputa acerca da precarização do trabalho e da própria educação. Mesmo antes da pandemia de COVID-19 o ataque a classe trabalhadora já vinha sendo realizado. A Lei

13.429/2017 – Lei da Terceirização, a Reforma Trabalhista Lei 13.467/2017 e a Emenda Constitucional 103 de 2019 que altera o sistema de previdência social são claros elementos da ofensiva burguesa. No entanto, a crise da pandemia permitiu um forçamento ainda maior na deterioração dos postos de trabalho, especialmente na educação.

Ana, que trabalhou por 25 anos na educação e 6 anos na prefeitura de Belo Horizonte na secretaria do Meio Ambiente com educação ambiental, relata a disputa política para impedir a instituição do ensino domiciliar (*homescholling*) em Itaúna, que pode ser considerada uma vitória na luta ideológica local, conquistada por meio da mobilização popular. O *homescholling* em Itaúna foi proposto pelo vereador Joel Arruda, sendo aprovado pela maioria da Câmara Municipal em plenária ordinária do dia 23 de abril de 2020. Após a aprovação, militantes da esquerda, o SindUTE-Subsede Itaúna e os trabalhadores-educadores da rede municipal passaram a “fazer um barulho bom” na cidade. Grupos de WhatsApp, áudios de informações sobre as consequências da proposta, falas na televisão local, entrevistas nos jornais da cidade e carro de som nas ruas. Com a pauta bastante mobilizada, “conseguimos barrar” a proposta, diz Ana, de modo que o prefeito vetou a proposta e quando retornou a Câmara Municipal, diante da pressão popular, os vereadores mantiveram o veto.

Outra ofensiva ideológica clara, ao nosso ver, é o programa “Direito na Escola”, a ser oferecido em parceria com 34ª subseção da OAB – Itaúna, trata-se da abordagem de noções de direito, cidadania e empreendedorismo. O projeto promulgado é de autoria de Kaio Guimarães, uma liderança conservadora e religiosa da Câmara. Se por um lado não surpreende este tipo de projeto, por outro, mostra que o campo do direito forma coalizão com o ideologismo neoliberal. Trata-se de uma formulação eficiente em termos de legitimação de “formas democráticas” dominantes, pois embrulham em um mesmo pacote “formação a respeito de direitos e deveres em sociedade”, empreendedorismo e “novas formas de atuação no mercado de trabalho”. Está-se aqui as voltas da redução da subjetividade humana às formas da mercadoria e do dinheiro como correias prioritárias da constituição da sociabilidade.

De maneira geral, pode-se sintetizar que os aparelhos ideológicos escolar e universitário são instrumentos de forçamento e agudização da luta ideológica, concentrando pautas morais e seletividades político-ideológicas. O uso da educação na “guerra cultural” acontece de variadas maneiras, a impossibilidade de um ensino crítico e libertador, por exemplo, aparece como evidência do projeto de sociedade que está determinado pela ideologia conservadora característica de seu lugar dependente no sistema de lugares do capitalismo. Deve-se entender que o processo de fascistização corresponde a uma ofensiva da burguesia que por meio da ideologia fascista unifica seu bloco no poder (Poulantzas, 2021, p. 117). Esta também é a tese

de Florestan (2020, p. 299-317), de que a revolução burguesa brasileira (golpe militar-empresarial de 1964) faz com que se consolide uma conscientização afinada entre os setores da burguesia, incluindo os coronéis e donos de terras. A questão da ofensiva ideológica em prol da unificação de um bloco no poder é para estes setores algo como um direito natural (Florestan, 2020, p. 299):

Ela [a Revolução Burguesa brasileira] visa assegurar a consolidação da dominação burguesa no nível político, de modo a criar a base política necessária à continuidade da transformação capitalista, o que nunca constitui um processo simples (por causa dos conflitos faccionais, no bloco burguês; e da pressão de baixo para cima, visível ou não, das classes operárias e destituídas). Doutro lado, graças às suas conexões estruturais e dinâmicas com a dupla articulação, a revolução nacional sob o capitalismo dependente engendra uma variedade especial de dominação burguesa: a que resiste organizada e institucionalmente às pressões igualitárias das estruturas nacionais da ordem estabelecida, sobrepondo-se e mesmo negando as impulsões integrativas delas decorrentes. Configura-se, assim, um despotismo burguês e uma clara separação entre sociedade civil e nação. Daí resulta, por sua vez, que as classes burguesas tendem a identificar a dominação burguesa com um direito natural “revolucionário” de mando absoluto, que deve beneficiar a parte “ativa” e “esclarecida” da sociedade civil (todos os que se classificam em e participar da ordem social competitiva); e, simetricamente, que elas tendem a reduzir a nação a um ente abstrato (ou a ficção legal útil), ao qual só atribuem realidade em situações nas quais ela encarna a vontade política da referida minoria “ativa” e “esclarecida”.

Ora, com base na experiência vivida em Itaúna, podemos dizer que Florestan não só está correto em sua leitura da conjuntura ideológico-estrutural, como os setores nacionalistas “ativos” e “esclarecidos” organizavam continuamente seu direito natural “revolucionário” exercendo um mando absoluto, que quando interrompido era reaccionariamente respondido. Além disto, é preciso destacar que em nível local a unificação de vários setores radicalizados possui uma forte concreção de caráter político-religioso, que entrelaça elementos de crença e representação que vão se fortificando especialmente após o golpe parlamentar em Dilma. Luis aponta que a ofensiva do conservadorismo na cidade tem início com a ascensão de Michel Temer e toma força com a eleição de Bolsonaro. Para ele, o que está em jogo na atual ofensiva não é apenas o campo cultural, mas também uma recuperação da condição política ativa e direta que foi perdida desde 1983 com a eleição do professor de história Francisco Ramalho (PSDB) que foi prefeito de Itaúna até 1988. A partir da eleição municipal de 1982 se rompeu com o revezamento de poder dos donos da cidade. Isto porque Ramalho estava fora do circuito das antigas tradições. Logo depois, as décadas de 1990 e de 2000 trouxeram o crescimento do PT e da esquerda em geral na cidade, mudando inclusive a maneira de fazer o sindicalismo. Esta colocação sobre o sindicalismo é corroborada por entrevistados da primeira e segunda geração

da esquerda local. Como colocado anteriormente por Luis, os grupos de esquerda da cidade passaram a influenciar em nível cultural, na vida social e política.

A representatividade de Bolsonaro fez ressurgir um sentido de combate contra aquilo que estes conservadores cristãos acreditam que estaria desvirtuando as mentalidades das pessoas em geral, mas especialmente dos jovens. As falas e posições de Bolsonaro armaram estas pessoas, deram vez e voz a elas. Como reação a estas mudanças que vinham ocorrendo na cidade se organiza o MCC de Itaúna e diversos subgrupos nas igrejas de Itaúna. Rosane menciona que tanto as igrejas católicas como evangélicas são dominadas por grupos conservadores que se ativaram nos últimos anos, com organização de eventos e grupos, como Encontro de Casais com Cristo, Encontro de Jovens com Cristo e Encontro de Adolescentes com Cristo, estes são veículos de disseminação da agenda política conservadora.

Como católica praticante de longa data, Rosane critica a Renovação Carismática, pois ela prega uma teologia da prosperidade que quebra com dinâmica de contemplação católica, enfatizando a prosperidade material imediata em detrimento de valores espirituais mais profundos. A igreja, em geral, tem um papel muito ativo na orientação dos votos dos fiéis, limitando completamente a ação de uma perspectiva de libertação na prática religiosa. Grupos autointitulados conservadores, componentes do MCC, foram ampliando sua influência no período da pandemia, passaram a agir mais diretamente em aparelhos ideológicos como igrejas e sindicatos, propagando a negação do uso da vacinação. Ela critica a forma como a religião tem sido utilizada como uma ferramenta de controle social e político. Rosane menciona que essa mistura entre política e religião não é saudável para a democracia, pois limita a liberdade de escolha dos cidadãos. "Quando a igreja se envolve diretamente na política, ela está tirando a liberdade dos fiéis de escolherem por si mesmos," afirma. Essa prática, segundo ela, cria um ambiente de pressão e conformidade, onde divergir da opinião dominante pode resultar em ostracismo social. Este tipo de dinâmica acabou trazendo um clima de intolerância e de divisão para a cidade, pois a discordância política passou a ser vista como ameaça, sua convivência na igreja foi desgastada a tal ponto que teve de sair, isto porque dentro da comunidade religiosa sabiam de sua posição política de esquerda.

Rosane detalha a influência das famílias poderosas de Itaúna "Os Moreira, os Gonçalves, os Nogueiras, os FONSECAS... o povo de mineradoras que são muito fortes aqui". Essas famílias controlam não apenas os negócios, mas também as instituições sociais e religiosas da cidade, exercendo um poder considerável sobre a vida dos cidadãos. Ela também destaca a influência dessas famílias dentro das igrejas, onde elas exercem um poder significativo sobre as atividades e decisões religiosas. Ela menciona eventos religiosos, como

a festa da padroeira da cidade, financiados por cooperativas ligadas a essas famílias, como a Sicob: "Você chega lá... é placa da Sicob para todo lado". Esse financiamento permite que as famílias mantenham sua influência sobre a comunidade religiosa, usando a fé como ferramenta de controle social.

Além disso, Rosane aponta que essas famílias utilizam seu poder econômico para influenciar as eleições, financiando campanhas e manipulando votos para manter o controle político. Esse domínio perpetua um ciclo de poder e riqueza concentrado nas mãos de poucas famílias, dificultando a ascensão de novas lideranças e a implementação de políticas progressistas que poderiam beneficiar a população em geral. Ela explica que essas famílias têm um papel central no controle dos sindicatos patronais, influenciando diretamente as condições de trabalho e as políticas salariais. "Os sindicatos patronais são controlados por essas famílias". Essa influência impede a organização efetiva dos trabalhadores e limita suas capacidades de negociação, afetando negativamente suas condições de trabalho.

Militantes das três gerações da esquerda fazem críticas de forma e conteúdo do cristianismo conservador. Como cristã, Ana defende que o MCC de Itaúna não é um movimento realmente cristão, pois usam de difamação, notícias falsas e intimidação como meios para conseguirem seus objetivos. Aponta que na direção deste movimento estão os grandes coronéis de Itaúna, os donos e milionários da cidade, se trata, sim, de um movimento de caráter fascista. Ela liga o desenvolvimento deste movimento com os protestos de 2013, pois, mesmo não havendo levantes contra o aumento das passagens ou contra a COPA 2014 em Itaúna, pessoas ligadas a causa conservadora cresciam em representatividade ao se deslocar até Belo Horizonte para participar das manifestações de 2013 e 2014.

Na instância religiosa, Ana aponta que este tipo de movimento está ligado com o desfazimento da Pastoral da Juventude, com fortes ataques à Teologia da Libertação. Este tipo de movimento vem ganhando força desde que o Vaticano condenou Leonardo Boff e desmantelou as organizações populares dentro da igreja. Em Minas Gerais havia um bispo muito conservador que simplesmente "detonou" com o movimento das CEBs, da PJMP e das pastorais universitárias. A partir daí começa a nascer a Renovação Carismática, que é uma igreja apartada do Outro, do ser humano, que deveria ser entendido como irmão. Foi um processo de fundamentalização, tanto dos evangélicos, quanto dos cristãos, pois este movimento é formado por cristãos católicos e evangélicos, pastores e padres, todos defendendo uma posição muito fundamentalista. Há, no mínimo, três lideranças fortes em Itaúna, um pastor e outros dois padres, um deles tira fotos com arma, faz discurso sobre ideologia de gênero e defende Bolsonaro dentro da igreja. E da igreja, estes líderes vão para dentro das escolas fazer formação,

as diretoras “carolas” apoiam este tipo de atividade, levando também professores para assistirem palestras destes padres.

Flávio apresenta uma crítica ao conservadorismo que parte de sua concepção de Cristo, que parte de seu sistema de crenças e valores. Para ele, é difícil enxergar Cristo da maneira como os conservadores enxergam. Conta uma passagem em que Cristo conversa e toma água junto com uma mulher samaritana, possivelmente uma prostituta, a mulher se espanta com o gesto de Cristo, assim como os discípulos dele, que se sentem frustrados diante da postura de Cristo. Para Flávio essa passagem mostra que Cristo:

quebrou os muros e construiu um monte de outras crenças e religiões. (Seu ensinamento) é de amar o próximo, é de doar a si mesmo... esse conservadorismo prega o ódio. Essas últimas campanhas foram muito... Eu não digo necessárias, não. Mas elas trouxeram à tona coisas. Pessoas que conviveram com a gente e não sabem conviver com a diferença. E quando fere a dignidade, aí tem uma coisa que não dá para negociar. Não tem como. Por exemplo, a orientação sexual. Como que eu vou odiar uma pessoa? Eu não vou aceitar. Eu nem sei se aceitar seria a palavra certa. Essa pessoa não quer ser aceita, ela quer ser respeitada. Então, esses princípios cristãos, para mim... Passam longe desses valores que esses outdoors estavam colocando.

Flávio se refere a série de outdoors espalhados pela cidade durante o período pré-eleitoral e eleitoral, aponta que o conservadorismo sempre está ligado ao capitalismo e que o sentido desta palavra lhe incomoda, na medida em que considera tão importante conservar as coisas... conservar o meio ambiente, “conservar as coisas boas”, justamente porque se trata dos fundamentos de seu trabalho (como visto anteriormente, Flávio é catador em Itaúna).

Para Mauro conservadorismo é falta de conhecimento, falta de uma visão de futuro, falta de acúmulo de verdades. Os líderes do conservadorismo têm objetivos exclusivistas, políticos ou financeiros, aplicam o conservadorismo como forma de dominação através da cultura. Mesmo sendo um militante de longa data em Itaúna, Mauro viu com surpresa a formação do MCC. No entanto, relata que em 1986 ou 1987, quando disputava a eleição no sindicato já era possível perceber que haviam três empresários em Itaúna que se sentiam donos dos trabalhadores, tinham uma forte visão escravocrata e o sindicato atuou para acabar com isto. Os empresários itaunenses tiveram papel importantíssimo no golpe militar de 1964, o Miguel Luiz Gonçalves, por exemplo, teve participação no movimento em Belo Horizonte. Ainda, aponta que o Integralismo itaunense foi forte na época, com muitos partidários da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na cidade.

Empresários como Igor Dornas e Henrique da Henrique Seguros são lideranças do MCC, eles assumiram o discurso bolsonarista junto com parte de evangélicos e católicos ligados

à Renovação Carismática<sup>88</sup>. Mauro acrescenta seu espanto com padres que adotaram o negacionismo, um discurso antivacina, anticristão, apoiando a compra de armas. Antes, a igreja católica tinha um papel mais importante, mas agora, qualquer padre com uma posição política mais progressista, o pessoal da igreja de Itaúna dá um jeito de mandar embora rapidinho, aponta o sindicalista. É grande a influência da RC na estrutura religiosa de Itaúna, se tratam de grupos fechados, que trazem uma influência neopentecostal para dentro da igreja católica. Eles se reúnem pra rezar e trazem nestas reuniões toda uma gama de conservadorismo, pregando contra homossexuais e levando diversos preconceitos para a prática religiosa.

Mauro aponta que a década de 1980 foi um momento importante, onde a classe trabalhadora estava em ascenso e parecia possível combater o conservadorismo, tanto em âmbito nacional, quanto em Itaúna. No entanto, ele reaparece de forma muito forte depois do impeachment da Dilma, “de lá pra cá foi só pauleira em cima da gente, culminando na eleição do Bolsonaro”. Mauro aponta que a violência política não era muito clara, mas veio a se aprofundar com o bolsonarismo, com os grupos católicos do MCC colocando “as unhas pra fora”. Teve um caso de uma tentativa de parar carro de um militante que estava com adesivos do PT no veículo, teve uma companheira que estava de moto também com materiais de mobilização eleitoral e um motorista de caminhão fechou ela, pressionou ela na estrada e foi embora rindo.

Vitória aponta de modo muito claro o resgate de elementos integralistas no nacionalismo bolsonarista, criticando as contradições na correlação destes símbolos e imaginários que são propagados pela ideologia do MCC:

Existe o conservadorismo enquanto movimento organizado, que em Itaúna são os conservadores cristãos mesmo. Então nesse sentido, atualmente, na conjuntura atual, conservadorismo pra mim, aqui no Brasil, é esse resgate ao movimento integralista, sabe? O Bolsonaro tem essa linha de pensamento de Deus acima de tudo, pátria acima de todos, Brasil acima de todos, né? Isso aí é um resgate do movimento integralista. Muitos militantes mais radicalizados utilizam símbolos desse movimento, né? Então é um fascismo à brasileira, né? Integralismo era um movimento fascista também. E o bolsonarismo bebe dessas fontes. E aí vem todas as questões que vêm junto com isso, né? Esse resgate a um Brasil que a gente é patriota, né? Que a gente ama o nosso país. Mas que amor é esse? Se você ama o seu país e vende a Amazônia inteira pra outro país, sabe? Conversa com a Elon Musk pra fazer alguma coisa na Amazônia. Incentiva garimpo. Tem um ministro que facilitou a corrupção de madeira lá, enfim.

<sup>88</sup> A tese *A Renovação Carismática Católica na condição Pós-Moderna e na Hipermodernidade. As características dos seus sujeitos ante as novas tendências dos tempos atuais*, de Karine Pagliosa Scherer (2013) nos ajuda a entender muitos aspectos deste tipo de dominação.

Que amor a pátria é esse? Se você está destruindo a pátria, inclusive destruindo a pátria que é o seu povo, né?

Conhecer o monismo *com* os militantes da esquerda local abre condições para melhor teorizarmos a conjuntura do monismo, pois como adiantamos no início do capítulo, ao tomar a centralidade da luta ideológica em nosso estudo-ação, o conceito de monismo passa a sinalizar uma estrutura, funcional-adaptável, e o modo de comportamento do MCC está diretamente relacionado ao processo revolucionário conservador que corta o regime neoliberal, do nacional ao local. Neste sentido, observamos que as relações de produção têm poder sobre a vida social, ou seja, delas decorrem uma produção de subjetividade, de modelos de subjetivação que serão repetidos conforme as condições conjunturais do capitalismo. Quando vistas no nível local, tais condições subjetivas parecem toscas, ligadas a certa ignorância sistemática, mostrando-se contraditórias em seus próprios termos, como colocam muito bem cada entrevistado/a a sua maneira. Recorrer a estas vozes nos traz uma pluralidade das contradições e irracionalidades do projeto monista que envolve domínio, luta e recursos em cada aparelho ideológico com o qual pretende normatizar e normalizar cada campo de existência social (trabalho, sexo, gênero, subjetividade e autoridade).

A regularização de comportamentos, o controle das crenças e os expoentes de representações que trazem do passado para o presente a memória da revolução burguesa de 1964, os lemas do integralismo e discursos de ódio possuem um sentido muito claro de fazer da dominação burguesa a única fonte de poder político legítimo. O que se produz em nível local, como coloca Vanessa, é um ciclo de desamparo que destrói as bases de crescimento e da associação social livre, os trabalhadores e trabalhadoras se vêm desesperados por dinheiro para sustentar suas famílias, em trabalhos, por vezes, completamente abusivos. E este ciclo se completa na igreja, onde aparece a religião, a política e as empresas, este é o modo de confinamento que o conservadorismo criou na cidade. E por isto, podemos concluir que esta reprodução ampliada da sociabilidade capitalista exige uma “sobrecarga” subjetiva que impõe o ponto de partida e de chegada de qualquer mudança social relevante – como faz o fascismo. A ideologia do MCC pode nos indicar a trilha da ordem social e legal do modo como a ideologia conservadora repõe os limites da sociabilidade competitiva – visivelmente exauridas em 2013 –, sua concepção racista de segurança nacional, sua margem de domínio do conceito de

democracia, já que sua linguagem<sup>89</sup> há muito tempo entrega coordenadas sociais ao moderno-colonial movimento dos trabalhadores e aos demais movimentos da sociedade colonial-moderna. A educação democrática se torna um elemento essencial do domínio da pensabilidade e da sociabilidade burguesa, a aceitabilidade do salário mínimo, as relações de classe que passam a serem cortadas por divisões de raça, sexo, gênero impregnadas na luta ideológica, tanto pela esquerda, quanto pela direita.

Sobre a luta eleitoral de 2022, Lucas aponta que, a participação na campanha eleitoral permitiu que percebêssemos o nível de organicidade da direita. Além de estarem preparados muito antes de nós, nossa organização foi sempre de caráter mais artesanal e, infelizmente, até mais desorganizado. A direita, em Itaúna, possui uma forte capacidade de levar gente para a Câmara Municipal quando precisa defender alguma pauta, principalmente contra a comunidade LGBTQIA+, como foi a votação sobre o uso de linguagem neutra nas escolas, a questão dos banheiros unissex, nas eleições eles demonstraram uma presença permanente em alguns pontos da cidade, como na Avenida Jove Soares (a “prainha”), aos sábados na Praça da Matriz. Bem antes, na Festa do Reinado (em agosto de 2022) o caminhão com a bandeira hasteada já estava lá, no Morro do Rosário, financiado pelo Igor Dornas.

Um caso recente que mostra a influência do empresariado na mudança do poder público foi a mudança da prefeitura, deslocada para um lugar mais longe do centro da cidade, ficando próxima de um novo condomínio fechado que vai ser criado. Um claro sinal de descaso com o interesse social, uma mudança pensada para a valorização privada. Para Lucas, isto mostra de maneira evidente que não há nenhuma pretensão de construção de moradia popular, pelo contrário, o projeto deste grande bloco de poder de Itaúna é a privatização dos setores sociais. O Carnaval em Itaúna é mais um exemplo deste processo, com um discurso da Secretaria de Cultura de que o fechamento do Carnaval atrairia mais pessoas de outras cidades, a administração optou por realizar um circuito fechado com cobrança de ingressos, alterando o que anteriormente era uma festa popular pelas ruas da cidade. Com isto, passaram inclusive a cobrar um “aluguel” das bancas de alimentação popular.

O bloco do poder econômico é formado principalmente pelo capital advindo da mineração, a J Mendes, que era uma das principais empresas de mineração e foi comprada pela

---

<sup>89</sup> Para uma abordagem da linguagem fascista, ver: *A linguagem fascista*, de Carlos Piovezani e Emilio Gentile (2020).

Usiminas. A família no poder ficou ainda mais rica e diversificou suas atividades, passaram a investir em saúde, são donos de fábricas e etc. Os investimentos no hospital aparecem com uma imagem de caridade e filantropia. O tipo de influência que eles têm na cidade é muito forte, diz Lucas. Durante as eleições, por exemplo, nas atividades de panfletagem da UP no primeiro turno e junto a militância do PT no segundo turno, haviam pessoas contratadas para panfletagem e muitas outras ideologicamente motivadas, algumas “completamente conservadoras” que passavam xingando quando nos viam. Por outro lado, havia um efeito positivo na nossa atividade, diversas pessoas passavam agradecendo, falavam que a nossa presença na rua era muito importante porque elas detestavam o Bolsonaro, mas tinham medo de colocar isto nos espaços da família e especialmente na rua, de forma aberta.

A dinâmica da luta ideológica, como colocou Flávio, revela algumas coisas para nós, que estão no nível das relações sociais. De modo que agem para revelar o imaginário do “capitalismo possível”<sup>90</sup> que é, além de outras coisas, o padrão das nações hegemônicas e sua capacidade de desenvolvimento. A liberdade sindical, por exemplo, é atacada de cima à baixo na medida em que os trabalhadores tem senhores-patrões que estendem seus domínios do campo do trabalho para o campo da política, sem o menor pudor. Se trata de um raciocínio simples para o capitalismo dependente. A questão que se coloca é que o desenvolvimento econômico capitalista não é viável sem um tremendo controle social e político das classes operárias, subalternizadas e marginalizadas. O que nos leva a cogitar a razão e necessidade do desenvolvimento político do país, a Reforma Política não ocorrida em 2013 no mandato de Dilma Rousseff nos mostra que há uma necessidade brutal de bloqueio do que poderia expressar a força popular. Trata-se de uma posição inflexível na atual sociabilidade capitalista, em última instância, monismo significa a opção interna das classes burguesas de realizar um intenso

---

<sup>90</sup> Este “capitalismo possível” significa a expressão imaginária do capitalismo selvagem que coube ao Brasil na divisão do sistema-mundo moderno-colonial. Florestan Fernandes (2020, p. 301) indicará as condições funcionais garantidas por esta particularidade na forma da dominação burguesa: “(1º) preservar e fortalecer as condições econômicas socioculturais e políticas através das quais ela pode manter-se, renovar-se e revigorar-se, de maneira a imprimir ao poder burguês, que ela contém, continuidade histórica e o máximo de eficácia. (2º) ampliar e aprofundar a incorporação estrutural e dinâmica da economia brasileira no mercado, no sistema de produção e no sistema de financiamento das nações capitalistas hegemônicas e da “comunidade internacional de negócios”, com o objetivo de garantir máximo de continuidade e de intensidade aos processos de modernização tecnológica, de acumulação capitalista e de desenvolvimento econômico, e de assegurar ao poder burguês meios externos acessíveis de suporte, de renovação e de fortalecimento. (3º) preservar, alargar e unificar os controles diretos e indiretos da máquina do Estado pelas classes burguesas, de maneira a elevar ao máximo a fluidez entre o poder político estatal e a própria dominação burguesa, bem como a infundir ao poder burguês a máxima eficácia política, dando-lhe uma base institucional de autoafirmação, de autodefesa e de autoirradiação de natureza coativa e de alcance nacional.

bloqueio no nível da civilidade, e como vimos tais práticas ideológicas se expressam fortemente ao longo do período de pesquisa.

Este segundo capítulo examinou a conjuntura ideológica e a pluralidade política, abrangendo o nível nacional e local. Analisamos eventos cruciais que moldaram o cenário político brasileiro nos últimos anos, como o ressurgimento das lutas insurgentes em 2013, o golpe parlamentar de 2016, e a ascensão do bolsonarismo em 2018. Essa análise evidenciou a complexidade do ambiente político atual e as tensões que a radicalização conservadora e monista é capaz de estimular no tecido social. Inclusive com a formação de uma cidadania, contraditória e assumidamente, antissocial e antidemocracia. O domínio dos aparelhos ideológicos por meio de uma guerra cultural e de valores contra a esquerda, o marxismo e às pessoas com posições dissidentes nos campos de existência ou então, submetidas a marcadores de racialização, mostram como a extrema direita intensifica a luta ideológica.

No nível local, em Itaúna, realizamos uma recuperação crítica da história da cidade, destacando o papel da classe dominante na criação da sociabilidade capitalista com a continuidade de mecanismos coloniais. O processo histórico nos mostrou que o domínio do campo do trabalho se estendia para o controle dos corpos das mulheres operárias, com o uso muito pronunciado do aparelho ideológico religioso e a concentração dos poderes políticos junto à classe dominante, representada especialmente pela família dos Gonçalves de Souza. O poder familiar, o controle da subjetividade e o forte padrão do poder colonial nos mostra que o ressurgimento do conservadorismo radicalizado na cidade possui raízes que podem ser objeto de nosso pensamento e ação. Ainda, mostrou-se a luta ideológica praticada por três gerações da esquerda local. A primeira geração, marcada pelo democratismo e pela luta de classes, lançou as bases para uma prática política que desafiava as estruturas estabelecidas de poder, desafiando-se na luta pelo aparelho ideológico sindical e dar início a uma posição crítica e política na cidade. A segunda geração, sem dúvida, ampliou a luta ideológica ao incorporar questões de corpo-política e afirmação da questão racial, diversificando o escopo das reivindicações sociais, trazendo mais campos de atuação prática para a crítica social. A terceira geração, composta por juventudes antifascistas, socialistas e marxista-leninistas, emergiu como uma força de radicalização que confronta diretamente as ideologias conservadoras, especialmente em um contexto de ascensão do fascismo local.

À medida que avançamos para o terceiro capítulo, buscamos realizar uma autocrítica das práticas políticas da esquerda local e de nossa própria prática teórica. Este capítulo busca examinar como a prática política da esquerda em Itaúna pode ser limitada por abordagens tradicionais e propõe uma reavaliação dessas práticas à luz de uma perspectiva pluralista crítica.

Investigaremos os limites do democratismo como prática política hegemônica e a relevância das tendências políticas minoritárias, como o antifascismo, o socialismo e o marxismo-leninismo, na cidade. Além disso, no campo da autocrítica interna da esquerda, debatemos com a crítica de uma entrevista sobre o “intelectualismo”, nos forçando a repensar a posição do marxismo em relação às subjetividades culturais periféricas. Por último, discutiremos a prática teórica como um processo de descolonização intelectual, buscando enunciar uma autocrítica epistemológica que promova uma crítica radical às estruturas monistas de pensamento. Esta transição do nível contextual para a autocrítica interna é essencial para fortalecer a resistência à dominação ideológica e propor estratégias eficazes para a emancipação social

### 3 AUTOCRÍTICA: REPENSAR PRÁTICA POLÍTICA E PRÁTICA TEÓRICA

No segundo capítulo, examinamos a conjuntura ideológica e a pluralidade política que caracterizam o cenário político brasileiro contemporâneo, abrangendo tanto o nível nacional quanto o local. Analisamos eventos cruciais, como o ressurgimento das lutas insurgentes em 2013, o golpe parlamentar de 2016 e a ascensão do bolsonarismo em 2018, destacando como essas dinâmicas políticas impactaram a resistência e a organização social. Em Itaúna, realizamos uma recuperação crítica da história local, bem como, identificamos o papel transformador de três gerações distintas da esquerda, desde o democratismo inicial até a radicalização das juventudes antifascistas. Essa análise revelou a importância de fortalecer identidades coletivas e recuperar a memória histórica como bases para uma qualificação da luta ideológica contra as ofensivas conservadoras.

À medida que avançamos para o terceiro capítulo, voltamos nossa atenção para uma autocrítica das práticas políticas da esquerda local e para uma autocrítica de nossa prática teórica, com base na dialética materialista. Este capítulo se concentrará em avaliar as limitações das abordagens tradicionais à luz de uma análise dialética, que considera as contradições e conflitos inerentes a realidade-concreta. Desde o início de nossa exposição assumimos uma posição junto à dialética materialista, isto significa, entre outras coisas, que se assumiu um duplo compromisso, com a prática política, sinônimo de pesquisa-ação, e com a prática teórica, sinônimo de descolonização intelectual. Em *Pour Marx* ou *La revolución teórica de Marx* – traduzido por Marta Harnecker – Althusser (1971, p. 132-166) colocará de maneira cuidadosa a relação entre solução prática, problema teórico e prática teórica, levando a produção do conhecimento a uma apreensão materialista da teoria.

Primeiramente, há que se saber que ao lançar um problema teórico (como tomamos o monismo, neste trabalho) a “solução” de tal problema já existe em estado prático, claro, se nossa concepção de teoria assumir uma concepção dialética e materialista. O enunciado teórico de uma solução existente de modo prático não se anuncia por si só, exige um trabalho teórico real que irá não só elaborar um conceito ou conhecimento específico, mas se propor, ao mesmo tempo, em destruir certas ilusões, desmistificando a correlação entre teoria e prática política, bem como, realizar um reconhecimento deste estado da prática política de solução do problema.

Nossa interpretação da ideia de solução prática não deve ser totalizante, na medida em que é a prática teórica que permite o processo de reflexão e transformação qualitativa da prática, no nosso caso, da prática política de luta ideológica contra o monismo e sua radicalização. A prática deve ser entendida como o processo de transformação de determinada matéria, é a

prática que põe em ação a transformação de si mesma dentro de uma estrutura específica. Em nosso itinerário de pesquisa reconhecemos a prática política de uma pluralidade política, social e cultural em Itaúna, este reconhecimento da prática permitiu adentrar em possibilidades, elementos, particularidades e singularidades ainda não tomadas em consideração em uma prática teórica. A prática da descolonização intelectual e da luta ideológica se encontram em uma multiplicidade de modos, cada prática política pode ser considerada pelas relações sociais que irá desenvolver, se considerada em sua praticidade ideológica aparecerão relações ideológicas de criticidade, negatividade e/ou complementariedade em relação a outras ideologias. Da maneira que concebemos a dialética materialista da teoria é justamente a prática teórica que irá se estabelecer como condição prévia indispensável para compreender o campo da realidade, o campo das representações e o campo das subjetividades.

É importante destacar que não tomaremos uma posição estritamente althusseriana na composição de nossa autocrítica da prática teórica, senão que partimos de parte de suas definições sem nos restringir a uma prática política rigorosamente marxista – isto porque, partiremos da prática política registrada até aqui – ligada à pluralidade política da esquerda local. De qualquer modo, neste capítulo realizaremos uma prática teórica de autocrítica em dois tempos: (1) da prática política realizada junto a coletividade da esquerda local; (2) da própria prática teórica, levando-nos a uma crítica epistêmica que conjuga a dialética materialista e a descolonização intelectual. Neste primeiro espaço de autocrítica trabalharemos com a matéria das representações, com os usos dos conceitos e fatos, procurando repensar a prática política, sem abandonar a tendência teórica do marxismo e do radicalismo de esquerda. No segundo espaço, nossa matéria de trabalho será a própria prática teórica, repensando definições gerais da prática, questionando-nos sobre a ruptura epistemológica decorrente da prática do pluralismo político crítico.

A prática teórica da autocrítica permite nos lançar em um tipo de forçamento que atua desde as práticas empíricas de nossa pesquisa-ação, devolvendo ao campo de batalha ideológico (da prática política e do campo do conhecimento) um autêntico produto ideológico trabalhado pela dialética materialista. Vale lembrar que a luta ideológica exerce um papel determinante no itinerário desta pesquisa-ação, nossas elaborações de monismo, pluralismo político e metodologia da pesquisa-ação, foram concebidas sob a objetividade da luta ideológica que ressurge na materialidade concreta dos fatos políticos. Neste sentido, continuaremos a concentrar nossos esforços teóricos na qualificação e formação de uma prática política e de uma prática teórica ligada inerentemente com o primado da luta ideológica, reforçando nossas posições ideológicas e políticas.

### 3.1 Sobre a prática política da esquerda local

A prática do pluralismo político crítico (pesquisa-ação e descolonização intelectual) não pode ser tomada por uma simples descrição de uma situação dada e enumeração de elementos diversos e/ou contraditórios. Embora nosso caso conte com uma situação, a situação de fascistização local e a enumeração de elementos políticos individuais e coletivos da esquerda itaunense, será preciso captar a prática desta pluralidade política, social e cultural de maneira qualitativamente mais profunda, para depurar a realidade objetiva que devemos pensar. Neste sentido, elegemos a autocrítica como operadora da diferença entre prática política e prática teórica do pluralismo político, abrindo uma pensabilidade dialética e materialista das questões expostas até aqui, permitindo-nos um balanço provisório do “momento atual” das possibilidades da esquerda diante da luta ideológica.

A realidade objetiva da luta ideológica nos mostrou que a prática política se concentra em uma contínua tensão entre o radicalismo-monista e a pluralidade política da esquerda, que se dá em uma brutal desigualdade de relações de forças, econômicas, sociais e políticas. Adentrar a conjuntura das dinâmicas de poder em Itaúna mostrou, primeiramente, que os setores da esquerda organizada têm preocupação com sua própria continuidade de maneira que a participação e formação se tornam elementos incontornáveis. Aqui se inscreve, para a esquerda local, um desafio contraditório, por um lado, superar parcial a ideologia pós-moderna que retira o campo político-ideológico moderno do centro das preocupações pessoais. Por outro lado, combater a radicalização do monismo, ou seja, uma postura política agressiva e violenta que usa fragilidades, classificações sociais e incentiva fraturas relacionais no interior da classe trabalhadora.

Neste sentido, seria equívoco concentrar nossos esforços teóricos em dissuadir a radicalização da ideologia conservadora, decidimos, por método de abordagem, trabalhar teoricamente com a prática política investigada, elabora-la no campo do possível. Isto significa destacar especificamente dois momentos em que nossa pesquisa-ação encontrou tensões internas da esquerda local, havendo assim pontos de divergência a serem suturados pela prática teórica.

O primeiro se refere a prática política hegemônica ligada a um tipo de democratismo que se desligou da luta ideológica de classes, cabe adiantar que se trata de uma prática política excessivamente discursiva e pouco atenta ao lugar de politização. O segundo ponto, é a crítica do marxismo teórico apontada em uma entrevista, colocando que a posição intelectual na

esquerda acaba por afasta-la dos setores periféricos. Frise-se que estes dois pontos são respondidos de maneira autocrítica e a partir da experiência vivida, tanto da própria prática hegemônica, como nos encontros na territorialidade em que a prática da politização culturalista acontece.

### *3.1.1 Limites do democratismo como prática política hegemônica da esquerda*

No capítulo 2 de nosso trabalho, vimos que a prática política da esquerda em Itaúna tem seu sentido inaugural no democratismo, fazendo dela uma particularidade própria da esquerda ocidental abordada como abstração teórica no capítulo 1. A força da redemocratização e do constitucionalismo de 1988 foram fundamentais para a consolidação desta esquerda, que a partir de então, passou a dar sentido à democracia no interior da luta ideológica de classes. A força do democratismo da geração inaugural acabou por tensionar com parte das tradições coronelista e liberal-conservadora concentradas na cidade. Este tensionamento assentou certas figuras no campo da representação – da luta de classes e sindicalista –, como ampliou-se em direção da corpo-política feminista e negra, questionando a posição da classificação social da raça, da mulher e de sexualidades divergentes na própria esquerda e no padrão mundial de poder. À esta intensificação das tensões no campo social-ideológico, os estratos da classe, do sexo, da autoridade e das subjetividades dominantes se puseram a reforçar seus domínios de modo que, em nível nacional-local, o bolsonarismo aparece a reboque da revolução conservadora, justamente por implementar a partir dos termos da linguagem conservadora, uma efetiva contrarrevolução, ou melhor, um antiprogressismo-antiesquerdismo.

Fechamentos e hostilidades se tornam cada vez mais pronunciadas, esse “sair para à rua” do conservadorismo, destacado por Isabel, pode parecer pouca coisa, um movimento simples, no entanto, não o é. “Sair às ruas” na luta ideológica é tornar ativo o que estava em estado de latência, o ressurgimento da luta ideológica aberta e local circunscreve a ruptura já adiantada, teoricamente, entre nacionalistas e sociedade civil. Esta seria a divisão mais aparente da luta ideológica, onde a esquerda passa a figurar internamente à sociedade civil e o radicalismo monista-burguês chama para si a representação, a todo vigor, da forma-nação, mesmo que, como vimos tanto nos apontamentos teóricos de Karl Polanyi, como nos próprios enunciados bolsonaristas, trata-se de um nacionalismo prenhe de contradições e entreguismos.

Se por um lado, o democratismo gravita em torno da correlação estreita entre radicalismo burguês, reformismo e pressões dentro da ordem, por outro, ele pode ser deslocado desta estruturação monista da política democrática parlamentar, é por meio da prática política

que poderemos agir com mais elementos que desloquem a correlação de forças. Em nosso estudo-ação, um destes elementos foi a radicalização antifascista da juventude. Uma radicalização que, embora se insira na oposição entre sociedade civil e sociedade nacionalista, por meio da nomeação *antifascista* leva o democratismo para além de sua posição convencional ou atualmente dominante na esquerda, esta última, posição que nos parece insuficiente em termos de prática política.

A opção estratégica dominante na luta ideológica da esquerda foi, sem dúvida, relacionar no interior do democratismo a opção de defesa afirmativa da sociedade civil organizada “apartidária” e a posição partidária de retorno do Partido da Ordem anterior. Uma primeira impressão que temos é que os desdobramentos da segunda década do século XXI, mais especificamente de 2013 para cá, ainda não se tornaram consistentes em nossa crítica política, isto porque a luta ideológica se expressou de maneira muito tímida em relação a outros objetivos que não fossem a eleição de Lula pelo PT. Este modo de pensar a ação criada internamente na esquerda deixa pouco espaço para críticas, embora a própria autocrítica de Dilma (ver, 2.1.1) tenha nos colocado a par da necessidade de criar uma perspectiva antissistema. Além disto, é preciso concordar com Ricardo Antunes (2020, p. 52-53), em *Capitalismo pandêmico*, o PT abandonou a perspectiva de um partido da classe trabalhadora que defendia a independência política de classe<sup>91</sup>. Atualmente, sem contestação da ordem capitalista mostrou que o partido acabou se caracterizando mais pela continuidade do neoliberalismo do que com a ruptura a este regime. Mas então, porque lutamos pelo retorno do Partido da Ordem?

A derrota de 2018, a “renovação” do monismo agora recrudescido e militarizado por meio dos discursos de ódio, as consequências mortais do modo de gestão da pandemia<sup>92</sup> e a saída para a rua dos valores conservadores, reacionários e protofascistas geraram um pragmatismo da luta ideológica, centrada agora nas condições da guerra civil-ideológica imposta pela extrema direita. A amplitude do forçamento da situação fascista com o enfraquecimento dos direitos sociais, o racismo, a misoginia e a LGBTQIA+fobia como elementos ideológicos aglutinadores, a formação de uma crescente cidadania antissocial comandada pela tradição dos senhores-cidadãos, a criminalização da contestação, a

---

<sup>91</sup> Para uma crítica desta postura reformista, ver: *Reform and Political Crisis in Brazil: Class Conflicts in Workers' Party Governments and The Rise of Bolsonaro Neo-fascism* (Boito, 2022).

<sup>92</sup> Para uma perspectiva teórica deste momento, ver: *Pandemic and crisis of democracy: Biopolitics, Neoliberalism, and Necropolitics in Bolsonaro's Brazil* (Duarte, 2023).

consolidação de uma nova ordem moral de caráter cristã com uma espécie de cruzadas e liberalização de armamentos fez com que a ideia de uma nova derrota eleitoral para Bolsonaro fosse apavorante. De certa forma, o domínio político e social da ideologia da extrema direita havia se estendido tanto que não se esforçar ou agir em prol da eleição de Lula em 2022 era visto como um absurdo, criando uma ação sensível ao medo e à esperança<sup>93</sup>.

Nossa aposta, junto aos militantes da UP/UJR foi de fazer a campanha eleitoral focada no candidato da UP, Leonardo Péricles, no primeiro turno das eleições, criando uma posição mais à esquerda de Lula. Esta posição foi vista com certa suspeição para os partidários do PT e pelos novos aderentes à esquerda da cidade, que se juntavam ao movimento da esquerda firmando suas apostas diretamente no projeto lulista. Neste sentido, o objetivo mais evidente era pôr freio à devastação do social, tanto no sentido institucional, quanto no sentido da fórmula de ação e posição violenta que as pessoas passaram a tomar diante do acirramento da luta ideológica.

Entendemos que, para além do sentido defensivo, o horizonte de uma esquerda socialista teria de estar ligado a criação de recursos materiais e de condições políticas para avançar uma conscientização crítica. A esquerda local deve estar atenta ao caráter relacional da luta ideológica, de maneira que a ideia de conscientização crítica ou de pluralização de nossa posição ideológica não se trate de uma imposição unilateral de interesses e valores de uma concepção fechada da classe trabalhadora, ou melhor, de uma concepção de prática política fechada à classe trabalhadora. Por isto, a batalha de ideias deve avançar pondo em xeque a posição do PT em relação ao tipo de esquerda que se constrói ao se assumir o papel de Partido da Ordem. O trabalho *Partido dos Trabalhadores & Governo Lula: a regressão da luta ideológica* de Caio Toledo (2007) já adiantava a discussão que deve ser posta, na medida em que *A Carta ao Povo Brasileiro* de Lula em 2002<sup>94</sup> apresentava os delineamentos das políticas neoliberais que seriam adotadas no futuro. A partir daí, o elemento da radicalidade foi sendo destituído do campo da esquerda ou, ao contrário, o campo político do PT foi se afastando da esquerda – ambas interpretações são possíveis, embora entendemos a segunda como mais acertada.

---

<sup>93</sup> Pra um apontamento sobre a polarização entre o mundo do medo e o mundo da esperança, ver: *O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul* (Santos, 2021, p. 407-417).

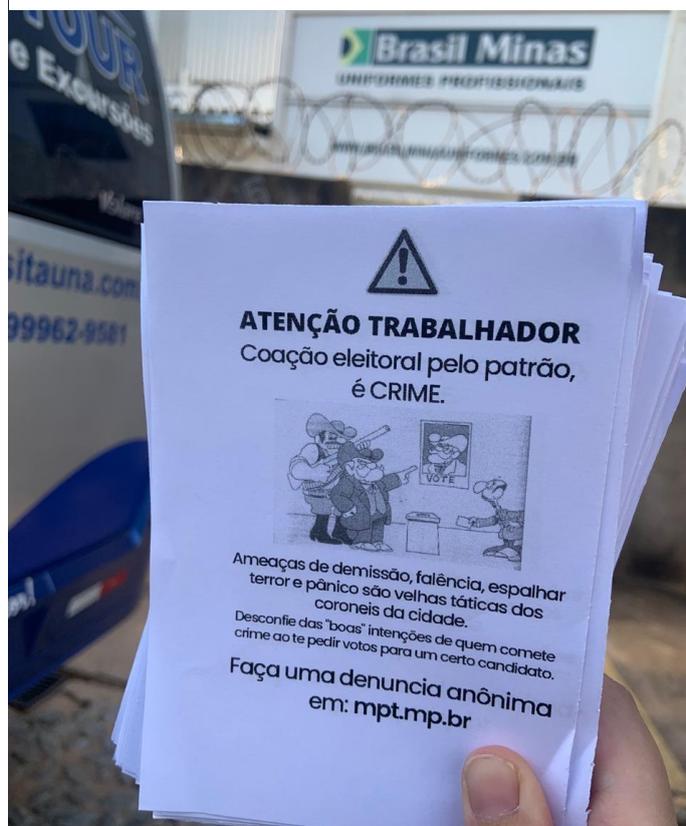
<sup>94</sup> Em *Uma esquerda fora do lugar: o governo Lula e os descaminhos do PT*, Ricardo Antunes (2006, p. 54-56), ao abordar a erosão do PT que estamos a tratar, dirá que, em 2005, no 5º Fórum Social Mundial sediado em Porto Alegre era possível o profundo desconforto com o governo Lula.

Nos casos em que a radicalidade é absorvida pela ideologia da direita, figuras burguesas passam a habitar a luta ideológica da esquerda, minando a posição de esquerda de seu valor de antagonismo, como pode-se ver claramente no nome de Alckmin para vice-presidente – Vitória, por exemplo, é bem clara na crítica a figura de Alckmin na composição da chapa presidencial. Ao retirar o valor de antagonismo (criticidade e negatividade) em relação a estruturação burguesa de sociedade, a luta ideológica perde chance de tensionamento, e com isto, perde também seu ímpeto de afirmação de um projeto de outra sociedade. Consideramos sintomático que parte da esquerda passe a compor cada vez mais, em amplitude e intensidade, com elementos da direita em seu modo de fazer política e, conseqüentemente, em sua luta ideológica. E aqui, parecem haver indícios iniciais da divisão interna entre progressismo-monista e a esquerda a favor de rupturas, problemática que o período de 2013, por seu caráter de insurgência já antecipava. Esta contradição central que aparece na disputa eleitoral deve ser trabalhada na luta ideológica da esquerda de maneira que a tendência ao monismo – centralização hegemônica do PT como representação da esquerda – se desfça, e outras tendências menores possam aparecer como centrais para a ação e construção política local-nacional.

No caso de nossa pesquisa-ação e da posição política da UP, não se deixou de apoiar a candidatura do PT, nossa posição crítica em relação a uma prática de pluralismo político de simples afirmação da sociedade civil foi reforçada por uma prática política com ações em fábricas do setor têxtil de Itaúna, onde haviam denúncias não-oficializadas de assédios eleitorais realizados por gestores e empresários bolsonaristas dentro das fábricas. Estas ações de panfletagem em frente das fábricas foram organizadas pela UJAI e reuniam militantes de todas as tendências políticas da cidade (especialmente as minoritárias: antifascista, socialista e marxista-leninista). O panfleto virou notícia da Gazeta Itaúna (2022). Atuar nas portas de fábrica possibilitou o diálogo com trabalhadoras e trabalhadores, com especial atenção ao tema do assédio político-eleitoral.

Consideramos esta ação acertada na medida em que cria um tipo de dissidência ao apoio integral ao PT no modo de uma prática política. Ao mesmo tempo em que traz possibilidades de interações diferenciadas, de modo que a ação nas fábricas foi recebida de maneira bastante positiva por muitos das trabalhadoras e trabalhadores abordados. Com uma abordagem popular que rememora a atuação dos coronéis da cidade, a ação política foi vista de maneira “mais honesta” do que o pedido de voto em determinado candidato e, inclusive, gerava afirmações de que realmente este tipo de assédio estava acontecendo nos locais.

**Figura 1 - Panfleto Atenção Trabalhador!**



Fonte: Autoria própria (2022).

Esta prática política foi acertada porque incidia sobre os excessos do poder local da ideologia conservadora, mostrando um caminho de denúncia dos poderosos. Por outro lado, seria o caso de notar e salientar novamente que o monismo e a afirmação do “Estado de Direito” se fazem sob condições de guerras ideológicas e crimes políticos, de maneira que o crime político da coação eleitoral não deixou de cessar. Aliás, poderíamos pensar que este seria o mais simples dos indícios de colonialidade política no interior da instância local. Embora seja um indício simples, não é um problema que se possa solucionar sem considerar a prática política na luta ideológica. Surge a oportunidade de transformar ação em crítica, de realizar apontamentos teóricos que defendam a prática da luta ideológica nos termos da ação-militante em contraposição ao tipo de ação política dominante, seja de uma esquerda centralizada no curso eleitoral ou então, na atuação de tipo bacharelista. Se, a luta no campo da ideologia, como a entendemos, passa pelas atividades práticas que dão sentido a estrutura e tensionam a conjuntura, parece-nos favorável renovar as expectativas sociais e sua gramática refazendo vínculos com parte da população mais sensível à influência do neoliberalismo e do recrudescimento das relações sociais e políticas que é a fascistização. Isto significa, atuar e interagir no nível do vivido, junto a frações populacionais, grupos e indivíduos.

Outra ação realizada em Itaúna no período da pesquisa-ação foi a leitura da *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!* no dia 11 de agosto de 2022, ao mesmo tempo em que era lida no Largo São Francisco (São Paulo - SP) e em diversas outras cidades do país. Para nós, esta atividade está diretamente ligada a uma tendência do democratismo pouco atenta à intensificação da luta ideológica. Em termos pragmáticos, a ação de denúncia da coação eleitoral nas fábricas se mostrou mais efetiva em critérios relacionais do que a leitura pública da *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!* – que soou estrangeira e pouco ligada à vida social local.

Em termos teóricos, se há algo que o pluralismo político como prática política da luta ideológica poderia contribuir para formação e construção de outras capacidades intelectivas, é sustentando que a posição subjetiva pela emancipação e/ou politização adequada ao democratismo empurre sujeitos ao compromisso e à responsabilidade aqui e agora, ou seja, de forma localizada. Há em parte da tendência do democratismo um desejo de dirigismo que assume – justamente para que possa dirigi-lo – certa inocência (consciente ou inconsciente) em relação ao povo. Este tipo de política de “cartas de mão única” nos parece mais uma admissão tácita das distâncias dos altos setores da sociedade (que se autointitulam sociedade civil) do que uma maneira de dialogar e construir mudanças sociais substantivas. Nos parece possível pensar que enviar cartas aos brasileiros possa ser um tipo de ato ou manifestação de caráter monista, em que ressoa apenas a voz dos senhores da democratização, já que, como vimos, a democratização a maneira como foi realizada também possui seus senhores.

O pluralismo político crítico como teoria relacional propõe superar este tipo de *condição de inocência do povo*. Não há como pregar “Estado Democrático de Direito” quando todos os direitos dos trabalhadores estão nos últimos 5 ou 6 anos se desfazendo junto com a seguridade social. Não há como pregar igualdade e cidadania quando a prática política só aparece nos mesmos lugares, distantes das fábricas, da moradia, das salas de aulas e dos transportes públicos. O que uma teorização de cunho militante tem a apontar é que será preciso diluir algo dos processos de idealização, seja da democracia ou dos funcionamentos institucionalistas, e tomar parte no confronto das contradições reais, participando da reconstrução no plano imaginário. Frise-se, participando da formação das representações e das relações reais no horizonte do vivido.

Isto significa que a luta da esquerda não pode ser reduzida à defesa de um Partido da Ordem, senão que deve estar preparada para construir uma perspectiva antissistema – como aponta Marta Harnecker (2008, p.96) em *Reconstruyendo la izquierda*:

[Para la izquierda]... la política debe ser *el arte de la construcción de una fuerza social antisistémica*. Pero esto sólo puede alcanzarse si se logra “desarticular las barreras que la dominación enemiga pone para evitar su construcción; de ahí la importancia de tener una visión amplia de esas barreras, y no quedarse en la observación y el enfrentamiento a sólo parte de ellas. Esas barreras no son sino la forma en que las clases dominantes tienden a organizar en términos sociales y políticos a los dominados.

La izquierda no debe, por lo tanto, concebir al pueblo o fuerza social popular como algo ya dado que se puede manipular y que sólo basta agitar, sino como algo que hay que construir y para lo que las clases dominantes tienen una determinada estrategia para impedirlo. Esto implica no dejarse llevar por la situación sino actuar sobre ella, seleccionando entre los espacios y conflictos presentes aquellos donde debe concentrar sus energías en función del objetivo central: la construcción de fuerza popular. Esta construcción, por lo tanto, no puede producirse espontáneamente, requiere un sujeto constructor, un sujeto político capaz de orientar su acción sobre la base de un análisis de la totalidad de la dinámica política.

A proposição de Harnecker encontra eco na autocrítica de Dilma e na proposta que viemos construindo. Isto porque deixamos claro que nossa posição privilegia a construção antissistema, reforçando as tendências antifascista, socialista e marxista-leninista da cidade. A UP a UJR, o PSOL e a Manifesta foram as organizações políticas que durante o período da pesquisa-ação realizaram atividades de formação de cunho antifascista na Casa Socialista em Itaúna: *O golpe de 64 e suas mentiras, Revoltas e abolição no Brasil: 135 anos da falsa Abolição da escravidão, 190 anos da Revolta de Carrancas, Leitura & discussão: Quarto de despejo de Carolina Maria de Jesus, Leitura & discussão: Como nasce e morre o fascismo de Clara Zetkin* (2019). Estas formações com discussões sobre o golpe de 1964, a pobreza, a posição política e ideológica da luta de classes, a questão da revolta da população negra na luta contra a escravização, a tarefa atual de enfrentamento do fascismo, todas elas foram realizadas pelas juventudes em seu processo de radicalização da luta ideológica. Estas leituras e discussões sintetizam não apenas o aprofundamento teórico e político, como põem em jogo o embrião de uma alternativa ao democratismo hegemônico, apontando caminhos, reorientando a partir de baixo.

Seria importante lembrar que em 1991, em *O PT em Movimento: Contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores*, Florestan alertava que o partido deveria preparar-se o bastante para a transformação e dissolução da ordem burguesa. A superação do horizonte intelectual burguês, que leva à aculturação e inculcamento das instituições-chave da ordem, requereria o rompimento de laços crônicos que decretam o “fim da história” a partir de um trabalho pedagógico de libertação da imaginação política dos assalariados. E nesta digressão a questão da defesa do Estado de direito aparece em tensão com a posição autêntica de uma esquerda que mire com objetividade na transformação social da ordem social monista-burguesa:

Os verdadeiros anarquistas, socialistas e comunistas não podem endossar a confusão entre a social-democracia moderna – submetida à iniciativa privada, aos interesses capitalistas e ao “Estado de direito” capitalista – e o socialismo, que serviu de vertente às correntes radicais dos operários e assalariados do fim do século XIX aos nossos dias. Oferece-nos uma democracia. Mas não precisamos rezar diante dela as preces farisaicas dos que entenderam que ela seria a única saída entre o “socialismo real e totalitário” e a “liberdade”. Excluindo-se Rosa Luxemburg, os primeiros críticos autênticos das distorções de certa versão do “marxismo-leninismo” – que seria furiosamente repelida por Marx e Lenin – foram os próprios bolcheviques que se mantiveram fiéis à tradição democrática do marxismo revolucionário. Eles se opuseram aos mencheviques, que levantaram bandeiras social-democráticas para trair a revolução, e tentaram impedir – às vezes pagando com sua vida ou sofrendo a prisão, a difamação, o ostracismo e o desterro – a deformação dos soviets, do partido, da transição socialista e do Estado prisioneiro de múltiplas “deformações burocráticas”. Por isso, os petistas não devem se deixar iludir. Eles precisam se fazer duas perguntas: **A social-democracia, adulterada para servir às nações capitalistas centrais, é viável na periferia e nela perderia o caráter de uma capitulação dos trabalhadores e dos assalariados de outros escalões ao despotismo do capital?**

**O PT manterá a natureza de uma necessidade histórica dos trabalhadores e dos movimentos sociais radicais se preferir a “ocupação do poder” à ótica revolucionária marxista?**

Depois que a “crise do Leste” e a “morte do socialismo” deixaram de ser novidade, os problemas vitais dos trabalhadores e dos oprimidos da periferia sobem à tona. E muda, também, o teor da discussão. O que deu origem ao PT? A inexistência de um partido dos de baixo que pudesse atuar, simultaneamente: na criação de uma democracia que conferisse peso e voz aos trabalhadores e aos oprimidos na atual sociedade de classes, realizando tarefas políticas monopolizadas pelos de cima; abrir a ordem existente para reformas sociais de interesse específico para os trabalhadores e os oprimidos; formar as premissas históricas de uma revolução socialista. O PT despreendeu-se quer do populismo dos partidos das classes dominantes, quer do oportunismo de partidos de esquerda, que se conformavam com os papéis de cauda da política burguesa, pseudoprogressista e pseudodemocrática. Os objetivos decorrentes das duas alternativas levavam a nada, pois anulavam o inconformismo, o reformismo e o revolucionismo dos trabalhadores e dos seus aliados orgânicos. Daí o encaminhamento de uma posição de luta que refutava o socialismo burocrático, a ditadura militar, os artifícios da burguesia reacionária ou conservadora e os propósitos espoliativos do imperialismo. Em uma situação extremamente difícil, o PT eclodiu como a via que poderia unir os trabalhadores e seus aliados orgânicos nas várias batalhas simultâneas que deveriam enfrentar para que brotasse uma República democrática e a conquista do socialismo não se restringisse a mera retórica. **[grifo nosso]**.

Estamos novamente sob a pressão destas perguntas, agora podendo serem realizadas no âmbito ainda mais geral da esquerda. Poderíamos reconhecer que nossa social-democracia está adulterada para servir melhor aos despotismos das nações centrais do capital? Não seria este um primeiro passo para uma descolonização de nossa teoria crítica e prática política? Sobre a segunda questão posta por Florestan, poderíamos responder de pronto, a preferência pela “ocupação do poder” está feita – por parte do PT. Ao nosso ver, o trabalho político de defesa do socialismo e de uma posição descolonizadora passa, sem dúvida, pela esquerda e pelo partido, ambos como instrumentos. Também passa pela capacidade de alterar as prioridades da esquerda, tomando-as em termos de confrontação ideológica, especialmente na medida em que a ideologia burguesa está em ofensiva e é, por força da correlação de forças, necessário

deslegitima-la. Para isto, se faz coerente alterar nossa atitude em relação ao espaço da institucionalidade e da ação parlamentar, para refazer os laços de organicidade nos campos sociais de existência. Mas isto sem defesa prévia de hierarquias, e sim, partir para a ação concreta junto às pessoas vivendo em situações de desigualdades, uma classe trabalhadora em sentido ampliado, ou seja, considerando as novas formas de tensão da universalidade. Os movimentos sociais e populares, os sindicatos de classe – não pelegos – tem sido construções de grande valia para a transformação social, no entanto, não será possível avançar qualitativamente nestas transformações se não tivermos de maneira clara nossa posição de antagonismo ao monismo-burguês. O que torna, por sua vez, ainda mais necessária a posição materialista de pertencimento de classe e na extensa tradição das oprimidas/os/es.

O enunciado de Inês, militante do PT, mostra como a posição democrática pode ser ampliada no sentido de antagonismo à burguesia, na medida em que se revela sua verdade ao assumir uma posição antifascista:

Ser antifascista é ser democrata. A palavra democracia hoje é muito gasta. Mas eu falo da democracia no sentido mais amplo mesmo. Não no sentido burguês da democracia, mas da democracia como uma possibilidade de igualdade entre as pessoas, ou de uma aproximação de uma igualdade. Por exemplo, nós vamos falar de Brasil, nós vamos falar de democracia dentro do capitalismo, A gente já está sonhando, porque um sistema desigual jamais vai ser democrático. Aliás, ele se pauta, ele está licenciado na desigualdade, então não vai ter democracia. Mas o fascismo, ele é o esgoto da política. Ele é antipolítico, mas ele é político, porque ele está organizado num partido político. Por mais que eles falhem que não estão, eles estão. O fascismo é você querer destruir o diferente, a aniquilação do diferente, daquele que você não concorda, daquele que pensa diferente, que é diferente. É o máximo do autoritarismo. “O mundo tem que ser do meu jeito e quem se enquadra fora, vai ser eliminado”. É a intolerância. A quantidade de fascistas que nós temos é triste, a gente vê isso. Que a gente falava dos integralistas como um povo meio que... Caricato, né? Algo do passado... O próprio Bolsonaro era um personagem caricato da política. Não era, sempre foi. Aqueles escrotos lá falavam aquilo, aquilo... de repente hoje nós temos milhões de bolsonarenses aí, é terrível e aqui Itaúna, você fala do movimento conservador, Itaúna teve a marcha da família, da propriedade aqui em 64, as madames foram pra rua, contra os comunistas.

A indicação de Inês da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreram ao longo do processo político do golpe de 1964 em muitas cidades do Brasil e em Itaúna, mostra que o posicionamento não pode ser isolado unicamente como instância política. A posição antifascista, se entendida no contexto da luta ideológica que está sendo travada hoje se estende ao âmbito familiar e relacional-sensível. Nesta medida, a questão da democracia se torna cada vez mais acirrada e fratura suas próprias divisões formais. Por isto, concebemos a democracia em uma relação dialética e pluralista de unidade da esquerda local, tendo em conta que a luta ideológica não é uma defesa *a priori* da forma-democracia entendida como Estado de direito.

Este modo formalista de tratamento das ideologias tende a sabotar a pensabilidade da prática política e da prática teórica na própria esquerda.

### *3.1.2 Marxismo e radicalismo de esquerda na periferia de Itaúna*

O exercício da pluralidade e da autocrítica é a oportunidade de depurar parte da pensabilidade afetada pela ideologia dominante, oportunizando costurar pontos de relacionalidade entre as posições de luta dentro das gerações da esquerda. A própria posição marxista, revolucionária e “teórica” foi bastante criticada por Cristiane, nos seguintes termos:

Ser de esquerda é ser a favor da vida. De todas as vidas. Ser de esquerda é saber qual é o seu lugar de fala. E quando você está em uma posição. Você dá oportunidade para outras pessoas terem espaço de fala também. Ser de esquerda é realmente não soltar a mão de ninguém. Estar com os nossos. Ser nós por nós. Acho que ser de esquerda é isso. Não tem nenhuma prova que tem que ser feita. Ler livro de Marx. É Karl Marx o nome do cara? Ler manifesto comunista, socialista. Não tem isso gente. Sabe? É uma política nós por nós. E uma parada. Uma crítica que eu tenho também. A galera da esquerda. Eles vêm muito com discurso de tipo. Como que é o nome daquele livro lá? O Marxismo. Eles vêm com esses livros. Aí vem com o Manifesto Socialista. O Manifesto Comunista. Ah, o filósofo sei lá das quantas. Ah, o cara pensador. Marighella. Mano. Tipo. A galera da periferia não tá nem aí pra isso. Não quer nem saber quem que é. Quem que foi. Entende? E eles não têm tempo de sentar. Vou ler o Manifesto Comunista. Sabe? A galera não tá dentro dessas paradas. Entendeu? A gente aprende o que é político. O que é ser político. E a gente nem usa a palavra político. E ser um ser político. A gente aprende através da arte. Quando a gente fala através da arte. Eu aprendi o que é político através das letras do Racionais. Entendeu? Ouvindo nego-drama. Ouvindo um homem na estrada. Ouvindo o diário de um detento. Eu fui aprender o que é política com o rap. E mesmo assim. Eu nem falava. Nossa eu tô aprendendo política. Eu vou explicar aqui que eu vou aprender política. Não. Eu aprendi que eu era diferente pra ser preta. Eu aprendi que a galera que eu cresci. Que eu convivo. Repete um ciclo. Porque o cara nasce. Estuda. Não conclui nem o sino fundamental. Vai pra rua traficar. Aí dali é pra pior. Ele morre. Ou ele vira nória. Ou ele vai viver na cadeia. Sair e voltar. Sair e voltar. A menina vai engravidar cedo. Vai ter três quatro cinco filhos. E ele vai repetir aquele ciclo. Foi através das letras do Racionais. Entende? Então pra nós. A questão cultural. Ela tem muita essa pegada. É que a gente tem nosso primeiro contato. Lembrando que pra nós. Antes de conhecer política. A gente nem falava. Ah, política. Sou de esquerda. Sou isso. Sou aquilo outro. Não. A gente é pobre. Preto. Mora num bairro que não tem transporte. Que antigamente não tinha nem calçamento na rua. Não tinha nem rede de esgoto. O nosso discurso é esse. E como, vou falar de novo, como que a esquerda tá distante disso né? Tá ali falando. Ah porque o Bolsonaro é isso. O Bolsonaro é aquilo. Mano, a galera tá nem aí pro Bolsonaro também. Não. A gente quer falar. Não Bolsonaro não. Mas não é esse discurso sabe? Que pega pra nós. Não é esse discurso que a gente vem reproduzindo. Que a gente vem falando. Talvez hoje até mais. Porque a galera começou a ter acesso em outros espaços. Em outros ambientes. Mas não é esse discurso 100%. Então eu aprendi o que é política através do hip-hop.

Esta posição crítica de Cristiane nos coloca sob o desafio de compor uma autocrítica que encaminhe a problemática apontada por ela em relação ao marxismo conjugando-o com a questão racial e periférica. Isto porque, como afirmamos em nossa metodologia de pesquisa-

ação, importa dinamizar as percepções e categorias que aparecem nos grupos concretos, constituindo em teoria uma realidade objetiva das coletividades, para que se possa criar e esclarecer questionamentos internos da esquerda, que poderão ser reexaminados e interpretados. Neste sentido, vale alertar que a presente teorização não pretende se imunizar ou se afirmar por sua forma ou método, e sim, recorre às condições da experiência vivida para compor sua autocrítica. Pensamos que a problemática da teoria apresentada por Cristiane pode ser trazida em, no mínimo, três pontos: (1) divisão entre grupos intelectuais e contingentes marginalizados; (2) politização culturalista da periferia negra; (3) consequências do acirramento da luta ideológica.

Primeiramente, seria o caso de assumir esta divisão entre grupos intelectualizados (partidários ou não-partidários, nominalmente revolucionários – anarquistas, comunistas ou socialistas) e os contingentes marginalizados, racializados e periféricos, matizando tal divisão, pois ela não é de nenhuma forma absoluta. A afirmação de que a teoria marxista tradicional se desconectou das realidades cotidianas das comunidades periféricas foi uma questão para toda uma geração de pensadoras e pensadores negros. Lélia González (2020, p. 25-33) em *Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*, dirá que mesmo com a seriedade dos teóricos brasileiros é difícil escapar da astúcia da razão ocidental, de maneira que os efeitos do neocolonialismo cultural na teoria são visíveis, os níveis de abstração, o distanciamento e o “objeto” mostra que muitas vezes a teoria negou as condições do povo de cor. A sociologia acadêmica em geral, centrada na modernização e na integração do povo negro passou a “justificar” a marginalização do negro por conta do despreparo do ex-escravo ao assumir o papel do homem livre. A cultura da pobreza, a anomia social, a família desestruturada seriam efeitos dessa passagem do regime servil, que coloca não só o negro como mau cidadão, como também desloca para o próprio negro as razões de sua mobilidade social, liberando o branco da responsabilidade da situação atual do negro. Uma segunda tendência é a do marxismo ortodoxo que insere a categoria “raça” em uma temática economicista, entendendo que esta classificação social não passaria de uma maneira de divisão do proletariado. González utilizada o clássico trabalho da teoria da marginalidade de José Nun, *Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal*, para constatar que a população negra estaria situada no tipo de massa marginal A e B, segundo Nun: desemprego aberto, ocupação “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional ou biscate, ocupação intermitente e trabalho por temporada. Não é difícil perceber este tipo de “lugar” da população negra em Itaúna, lembremos dos apontamos de Flávio sobre a crise de trabalho para os negros na cidade. De qualquer forma, para além de situar a força de trabalho de determinada população no capitalismo industrial

competitivo, a terceira abordagem, destacada por Lélia, dirá que as minorias e grupos racialmente subordinados acabam por internalizar o processo de colonização, de onde irá surgir o privilégio racial, em que se identifica que os grupos brancos são beneficiários da exploração dos grupos raciais. Em outras palavras, irá se criar uma supremacia do branco às expensas do negro, neste sentido, há uma *mais-valia* econômica (compreendida na análise economicista) e uma *mais-valia* psicológica, cultural e ideológica do colonizador. No Brasil estas problemáticas de estruturação estão especialmente articuladas na ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial. Lélia irá apontar a figura de Oliveira Vianna como um mulato, cientista social e político que foi um grande ideólogo do branqueamento da população brasileira, defendeu a política que estimulava a imigração europeia e a “diminuição do índice de negrescência” da população. Para Lélia, ambas posições teóricas do marxismo ortodoxo e da crítica da supremacia branca e do mito da democracia racial são valiosas, na medida em que estejam dialetizadas com a realidade brasileira. Neste sentido, estaríamos falando de um marxismo aplicado por Lélia, influenciada especialmente por Althusser e Poulantzas.

No entanto, o que a crítica de Cristiane nos traz não diz tanto do conteúdo do marxismo, senão de sua forma, professoral e idealista-revolucionária, pouco ligada à realidade da população negra. Lélia (2020, p. 31-32) apontará algo no mesmo sentido:

O interessante a se ressaltar, nessas formas racionalizadas da dominação/opressão racial, é que até as correntes ditas progressistas também refletem, no seu economicismo reducionista, o mesmo processo de interpretação etnocêntrica. Ou seja, apesar de sua denúncia em face das injustiças socioeconômicas que caracterizam as sociedades capitalistas, não se apercebem como reprodutoras de uma injustiça racial paralela que tem por objetivo exatamente sua reprodução/perpetuação. A pergunta que se coloca é: até que ponto essas correntes, ao reduzirem a questão do negro a uma questão socioeconômica, não estariam evitando assumir o seu papel de agentes do racismo disfarçado que cimenta nossas relações sociais? Nesse sentido, seu discurso difere muito pouco do das correntes conservadoras que, por razões óbvias, desejam manter seus privilégios intocáveis. Em outros termos, o paternalismo/liberalismo racial que permeia o discurso “revolucionário” na luta contra o monopólio do capital revela uma forma de perpetuação dos mecanismos de dominação utilizados pelo sistema que combate. Também ele reage negativamente quando uma minoria negra, consciente do racismo disfarçado, denuncia os diferentes processos de marginalização a que seu povo está submetido.

Enquanto isso, os aparelhos ideológicos do Estado, na medida em que servem à manutenção das relações de produção existentes, desenvolvem com eficácia a veiculação e o reforço das práticas de discriminação.

Somando a crítica de Cristiane e Lélia poderíamos dizer que é necessário que os movimentos da esquerda se aproximem das questões práticas e urgentes das comunidades, usando linguagens e abordagens relevantes e acessíveis, é verdade. No entanto, não se pode cair na afirmação simplista de que a luta contra o monopólio do capital daria cabo dos processos de

marginalização. Para escapar deste economicismo que poderia se atribuir ao marxismo Lélia aplica às formas racionalizadas de dominação/opressão raciais o dispositivo teórico dos aparelhos ideológicos (do Estado – de Althusser), o que nos parece ser uma saída interessante para qualificarmos nossa prática política, como apontado por Lucas, militante negro da UP/UJR, ao ser perguntado sobre o que é ser antirracista?

Acho que o racismo é uma coisa que se convencionou falar de racismo estrutural, mas é uma **ideologia** que está presente em tudo quanto é lugar: está presente nas escolas, na política institucional, nas relações entre as pessoas e tudo. E eu acho que ser antirracista **é lutar em todas essas frentes, em cada um desses lugares, em cada aparelho ideológico do Estado**, se a gente quiser falar pra ser marxista, pra ser althusseriano. É em cada aparelho desse que tem que ter luta nesse sentido de enfrentar os preconceitos de forma geral, mas acho que ser antirracista também é identificar a raiz desses preconceitos e tentar identificar formas de superá-los, formas efetivas de superá-los. E aí eu acho que tem várias formas. Acho que aí entra a pergunta da frente: **não dá pra ser antirracista sem ser anticapitalista**, sem lutar pelo fim de como que o poder e os modos de produção que ainda tem as fábricas e tudo, como que isso está organizado. **Porque hoje esse recorte de classe ele também é racial, essas coisas elas se misturam o tempo inteiro. E de gênero também. Está tudo misturado, não dá pra separar uma coisa: vou lutar só contra isso. Eu entendo todos esses antes, já vou emendando porque pra mim é inseparável. Não tem como lidar com cada um desses problemas de forma estanque. Eles têm particularidades, mas se não entender eles como que eles estão amarrados ali na totalidade acho que a gente não avança.** E acho que as iniciativas têm que ser pensadas nesse sentido: como que cada iniciativa geral ela se encaixa pra se enfrentar o racismo, e sempre nessa coisa estrutural. Não existe uma solução individual de resolver isso só numa empresa ou só numa instituição. Isso tem que ser uma coisa que tem que caminhar junto, é tudo ao mesmo tempo. Se não for ao mesmo tempo, não vai. **[grifo nosso]**

O uso do marxismo para a pensabilidade da prática política feito por Lélia, ao apontar o a formação das crianças negras nas escolas (González, 2020, p. 32-33), e a colocação do racismo no enfoque da luta nos aparelhos ideológicos feita por Lucas coincidem, e mostram como o marxismo pode ser usado de modo não professoral, como explicação ou justificação. Esta deve ser uma atenção própria das elaborações por via de uma posição política materialista, os movimentos e partidos da esquerda não devem explicar ou justificar a situação para o povo, algo deste tipo nos faria retornar para a racionalidade de inocência em relação ao povo. Seria o caso de proceder uma prática política capaz de declinar a autoridade do saber, pois é na atuação estatutária do portador de saber que a discriminação e a desigualdade epistêmica da razão ocidental se proliferam. Em *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*, Darcy Ribeiro (1988, p. 190-195) já não só havia adiantado esta divisão, que será longamente trabalhada pelas teorias da marginalidade, bem como, irá apontar o papel do movimento estudantil como núcleo do proselitismo da militância da esquerda, lugar de formação de novas lideranças. Como vimos, na terceira geração da esquerda local, o papel de

convocação das juventudes continua sendo aberto. De qualquer modo, seria o caso de reconhecer e combater as formas de colonialidade que persistem nas estruturas de poder, inclusive dentro dos próprios movimentos e, especialmente, partidos. Isso implica uma luta não apenas contra a exploração econômica, mas também contra a opressão racial, de gênero e cultural.

E, justamente, por conta deste reconhecimento é que a descolonização intelectual praticada pelo estudo-ação pôde nos colocar em relação a uma ampla organização cultural, estética e artística em Itaúna, assumidamente democrática. A territorialidade da Praça Celi ao Bar Culture<sup>95</sup> serve como aparelho ideológico de contracultura, especialmente em relação à ideologia conservadora. É nesta territorialidade que tem vez a Batalha da Pista (BdP) e onde se concentra em festas, eventos e encontros parte das dissidências no campo das juventudes, sexualidades, autoridades e subjetividades. É neste fervo cultural e dissidente que aparece tudo aquilo que é estranho ao homem, branco, heterossexual, cristão, trata-se de um espaço onde a subversão cultural se politiza e a radicalização política pode aparecer. Não é à toa, como apontou Cristiane (ponto 2.2.2), se trata de um local que enfrenta processos de criminalização e marginalização por parte da ideologia conservadora em geral.

Ao que se refere ao apontamento, de Cristiane, de como as pessoas periféricas pensam “a galera não tá nem aí pro Bolsonaro também”, seria o caso de fazemos dois apontamentos que decorrem da ideia de politização culturalista (politização por via do Hip-Hop), um apontamento de caráter prático político e outro relacionado a posição teórico-materialista. O primeiro se refere à própria perspectiva da extrema direita em relação à população periférica, mesmo que a galera não esteja “nem aí” para Bolsonaro, a prática ideológica do bolsonarismo os coloca na mira da violência e do ódio, de maneira que não estar atento à luta ideológica ou considera-la de maneira secundária seria insistir no erro de uma esquerda que perde o horizonte de seu antagonismo. Tanto Cristiane, quanto a galera que circula na BdP ou no Culture sabem que o enfrentamento ao fascismo representado por Bolsonaro teve, e ainda têm, importância fundamental. Por conta disso, a comemoração da eleição de Lula como presidente no dia 30 de outubro de 2022 foi tão festiva e mostrou uma esquerda que Itaúna não conhecia até então.

---

<sup>95</sup> O MCC em outubro e novembro de 2022, durante <https://www.cut.org.br/noticias/rs-extrema-direita-ameaca-e-faz-listas-de-boicote-a-empresarios-que-apoiaram-lul-5f77>

E neste sentido, chega-se à posição teórico-materialista, para nós a teoria, ou seja, nossa capacidade de antecipar as condições da luta ideológica por meio da conjuntura, não serve para dizer sobre o “ser”, ou melhor, como as pessoas são ou pensam. Defesa da revolução teórica de Marx nos diz mais sobre reconhecer-se em determinado processo histórico e encontrar lugares onde a própria conjuntura ideológica possa ser fraturada, isto é, onde o pensamento dominante possa ser contraposto de maneira cada vez mais enfática. O acirramento da luta ideológica, o aparecimento da radicalização do conservadorismo não deve ser ignorado, pois ela move as condições de desigualdade racial, sexual, de gênero, no trabalho e na própria subjetividade. É trabalho da esquerda realizar a ligação entre luta ideológica e prática política, especialmente nos redutos de politização culturalista. E isto não acontece de modo forçado como discurso, e sim, de modo orgânico como diálogo, como conversa, como encontro. É claro que não se pode descartar os discursos dos partidos em eventos como o 1º de maio – Dia Internacional das Trabalhadoras e Trabalhadores, como a prática política em Itaúna nos mostrou. Este crescimento da esquerda visto no dia 30 de outubro (2022) deve ser entendido como fruto de uma prática política efetiva e de crescimento que toda a esquerda local, com seus erros e contradições, vem desenvolvendo e qualificando.

É preciso assumir que o intelectual, estudante ou acadêmico, precisa quebrar sua redoma aculturativa, branqueadora, intelectualizada e isolacionista, realizando estudos-ação, se juntando organicamente, saindo do circuito dos gabinetes e escritórios. Adentrar em um território como a Praça Celi, a BdP, o Culture e seus arredores (as ruas das margens) é habitar valores de resistência cultural afro-brasileira e de dissidências no campo das representações culturais. Esta prática nos força a romper com o monopólio da cultura, que por consequência é o monopólio do saber, logo, o monopólio do poder. Abrir e diversificar alternativas é o modo de enfrentar a cultura do colonizador, dos Gonçalves de Souza, dos donos de Itaúna. Criar produção intelectual que parte da periferia, dos campos da marginalidade é um caminho possível para qualificar nosso enfrentamento ao pensamento colonizador dominante, como apontou o comunista militante, jornalista, sociólogo e intelectual negro Clóvis Moura (2020, p. 245) em *Dialética Radical do Brasil Negro*:

O monopólio da cultura no Brasil, o monopólio do saber, é também o monopólio do poder. É preciso, então, na medida em que democratizemos esta sociedade, tenhamos condições de abrir os leques democráticos, não apenas econômicos e políticos, mas também culturais, nós incorporemos essa produção de imprensa negra, dessa juventude negra que está escrevendo e participando num processo de renascimento negro. Essa produção precisa ser também considerada pluralisticamente como pluralista; é a cultura brasileira e não mediante o critério monopolístico imposto pela

cultura do dominador colonizador, sem alternativas de outras formas de expressão que reflitam exatamente as grandes diversidades da nação brasileira.

Após a escravidão, os grupos que se organizaram como grupos específicos negros, na sociedade de capitalismo dependente que a substituiu, também aproveitaram os valores culturais afro-brasileiros como instrumento de resistência.

Isto não quer dizer que se conservassem puros, pois sofrem a influência *aculturativa* (isto é, *branqueadora*) do aparelho ideológico dominante. É uma luta ideológico-cultural de expressão dialética travada ainda diante dos nossos olhos.

A posição de Clóvis Moura mostra a possibilidade de nos qualificarmos ainda melhor para a romper com o monopólio da cultura dos senhores-conservadores apoiados dos colonialismos de todo tipo. No entanto, será preciso assumir que se trata de uma disputa de nível ideológico que precisa situar melhor os vetores de nossos esforços. A agressividade reminescente da relação dominação/subordinação entre senhores e escravos produz mecanismos sociopsicológicos de transbordamento, compensações simbólicas de desajustamento, reajustamento e ajustamento. Não é à toa que, por exemplo, a Batalha da Pista se caracterize primeiramente como uma *batalha de sangue* e de maneira muito mais tímida ou difícil, uma *batalha de conhecimento*. Esta diferenciação mostra que mesmo no espaço de resistência os vetores de força continuam rivalizando e direcionados entre as próprias individualidades, embora, por óbvio, continuam a ser um exercício extremo de raciocínio e agilidade de pensamento. No espaço da politização culturalista, a situação política precisa se tornar menos ambígua, talvez este seja um caminho possível de elaboração da luta ideológica à esquerda.

De qualquer forma é preciso passar pela crítica do revolucionarismo, entendendo que não se trata de assumir um discurso revolucionário idealista contra o capital também abstrato. Se trata, sim, de tomar uma posição política (revolucionária e latino-americana) ligada ao apontamento do caráter de dependência nas diversas instâncias (econômica, social, política, subjetiva), à defesa da reforma agrária, a configuração da nação, a organização operária e camponesa, a luta de massas, o governo popular, os protestos civis, o enfretamento dos ídolos, todas estas são formas de reorientar a esquerda para o objetivo de construir outra coisa que não seja a continuidade da reprodução estendida do capital. Além disto, a posição política revolucionária confere a coragem de apontar os donos do capital, os senhores das relações sociais de produção e realizar uma crítica ao Estado burguês, retirando a capa ilusória de Estado democrático de direito, especialmente na medida em que as crises nos campos de existência se alargam para as populações mais pobres e inferiores nas hierarquias sociais.

No campo da representatividade nossa posição se relaciona com as condições de luta, especialmente de luta ideológica, não descartamos a luta parlamentar, muito menos a luta insurrecional. Por isto, propomos a construção da prática política a partir das coletividades e da

pensabilidade por via da análise conjuntural. Retirar-se da posição política revolucionária, é também retirar-se da teoria mobilizada política e subjetivamente para a transformação da sociedade. A questão da radicalidade – defendida especialmente pelas juventudes – é correlata direta e inevitável da objetividade moderna, momento da autoprodução alienada do mundo. Mas, desde uma perspectiva crítica, entendemos este mundo como produzido politicamente, e por isto, a formação política, a luta de longo prazo no campo das representações, no campo das subjetividades e considerando a análise do “momento atual”, não podem deixar de fazer sentido para a esquerda – que mistura cada vez mais as críticas da descolonização e da decolonialidade com a vivência cultural e periférica.

A este propósito parece importante retomar uma distinção que consideramos errônea e que por vezes leva a própria esquerda a desengajar-se de sua corrente revolucionária. A distinção entre reforma e revolução é muitas vezes mal interpretada e ainda mais difícil de se elaborar na prática política cotidiana. E quando se aponta o sentido professoral de certa “superioridade” da corrente de pensamento marxista, é porque esta dicotomia se acentua mais por um caráter autofágico para a esquerda do que de consistência da unidade. Marta Harnecker pode nos ajudar neste sentido, destacando que os iniciadores do marxismo sempre estiveram a favor da luta por reformas ainda que estas produzissem mudanças que não retiram ou privam as classes dominantes do poder. O problema não é propriamente dizer sim ou não às reformas, mas se convém lutar por reformas e *como* se pode obter frutos revolucionários destas reformas. Nem o uso da violência, nem o uso da institucionalidade podem ser a definição última da demarcação entre revolucionários e reformistas.

Nesta mesma linha, o importante teórico da dependência, mexicano, Jaime Osorio (2019, 114-116), em *Conyuntura: Cuestiones teóricas y políticas*, dirá que não existem ações que sejam reformistas ou revolucionárias por si mesmas, o que determina tais ações está em sua capacidade de se articular ou não ao sentido estratégico de pôr fim ao domínio político imperante. Por isto, a participação em processos eleitorais – como da Unidade Popular pelo Socialismo, que defendemos em nossa prática política em Itaúna – não faz de nossa organização uma organização reformista. Para Osorio, inclusive a organização de células armadas em zonas de selvas, semiurbanas ou urbanas pode ser considerada reformista em caso de não estarem articuladas a objetivos estratégicos rupturistas, isto está ligado sempre estará ligado ao estado de ânimo e a disposição da luta dos setores dominados e oprimidos. Não se pode cair no vanguardismo inconsequente, nem na mistificação do sujeito revolucionário que estaria acima da população ou dos trabalhadores. Não se pode esquecer que as revoluções que triunfaram em um sentido anticapitalista acabaram por aglutinar a população em reivindicações básicas – ou

problemas mais viscerais, segundo Lucas – como pão, trabalho, fim da ditadura ou da guerra. Por isto, a causa revolucionária e sua prática política implicam em sensibilidade para entender o estado de ânimo e as potencialidades da luta, mantendo suas posições de modo a reconhecer que ações de forças reformistas podem gerar dinâmicas de luta e potencialidades. Por consequência, o purismo revolucionário não deve ser nem praticado pela esquerda que assuma uma posição revolucionária, nem deve ser usado como pecha de deslegitimação por parte da própria esquerda.

À vista disso, vale nos tornarmos atentos e sensíveis ao domínio político local, a recuperação crítica da história de Itaúna nos mostra quem são os senhores e a forma como eles escrevem a história. Livrar-se do estudo, da leitura, da teoria e do desenvolvimento intelectual imputando-os um caráter elitista e eminentemente embranquecedor é problemático na medida em que, como apontou Clóvis Moura, se deixa de romper com o monopólio cultural, pois abdica de disputar os aparelhos ideológicos diante de suas condições de domínio. Por outro lado, incorre em uma posição anti-intelectualista, aumentando a distância entre teoria revolucionária e um possível sujeito real. O trabalho prático político defendido pelo pluralismo político de tipo crítico-transformador é de demarcar nossas divisões internas para tornarmos mais fortes a partir de nossas diferenças, neste sentido, o trabalho intelectual, a teoria e a contribuição marxista, ao nosso ver, possuem consistência e capacidade de instrumentalizar a esquerda.

Como já havíamos adiantado anteriormente, o marxismo inaugura uma teoria da história e, ao mesmo tempo, uma história da teoria, logo, toda e qualquer posição deve ser pensada diante da conjuntura histórica na qual ela se insere. Sabemos que a transformação social não virá do dia para noite, nem mesmo sem que a prática política se intensifique com uma dimensão sociológica e política específica de onde atua e, por consequência, a prática política sempre atua em condições de particularidade local. Isto exige pensar em condições complexas, que envolvem consciência e fatores subjetivos (conhecimento e análise da situação, consciência política, organização, partido, consciência moral).

Ao nosso ver, a teoria e a posição política socialista são pré-requisitos para reverter o domínio da ideologia conservadora sobre Itaúna. Movimento que vem sendo construído no mínimo há 40 anos a partir do democratismo de luta, da luta de classes, da corpo-política negra, da crítica feminista, todas estas linhas de desenvolvimento da esquerda estão enunciadas na precária unidade da esquerda local. A proposição de uma prática política que enfrente de modo ainda mais direto o intuito de domínio político monista dos coronéis da cidade foi posta no campo da possibilidade pela premissa ideológica antifascista da UJAI. Seria o caso de insistir na ampliação da causa antifacista e no seu estudo aprofundado, entendendo-a como sentido da

luta ideológica na medida em que combate de uma só vez a violência racista, patriarcal, militarista, autoritarista e tantas outras vertentes subjetivas arraigadas não só em Itaúna, mas em boa parte das cidades brasileiras. No entanto, embora tenha esta aparência de problema de escala nacional, diante do quadro conjuntural-ideológico estudado, é possível entender que a luta ideológica local parece ter um caráter incontornável.

### **3.2 Sobre a prática teórica do pluralismo político crítico**

O processo da prática teórica desenvolvido até aqui constitui um aprendizado que pôs a centralidade das lutas em sua decorrência concreta, privilegiando um modo conjuntural de exposição. Em relação a capacidade de descolonização intelectual estamos a volta do “conhecer-com” que exigiu nossa atenção metodológica e prática em meio aos enunciados e à história da dominação política de Itaúna. Em termos gerais, utilizamos da dialética materialista resultando em uma prática teórica que pode ser sintetizada em três generalidades que são os três capítulos da presente tese. A primeira generalidade constitui nossa matéria prima teórica, ponto em que foram abordados conceitos e elementos de caráter predominantemente teórico- abstratos que constituíram uma primeira apreensão da teoria da luta ideológica que, segundo a posição que optamos, é necessariamente materialista. Neste sentido, o monismo se tornou o conceito teórico central, pois justamente é ele que fornece as bases colonizadoras, o padrão de poder que se estende pelos campos de existência e pela produção de conhecimento. Logo, a descolonização intelectual de que falamos e estamos a defender, se apresenta desde uma metodologia que declina o “conhecer-sobre” em favor do “conhecer-com” – o que em termos falsbordianos significa o declínio da relação de pesquisa sujeito-objeto para uma relação sujeito-sujeito. Em termos mais específicos, conhecer a luta ideológica local com àqueles que a realizam, realizando a luta juntamente com estas pessoas, esta foi a prática concreta que esteve internalizada ao nosso ato de abstração.

Adiantamos no início deste capítulo que nossa exposição assume uma posição junto à dialética materialista, ou seja, um compromisso com a prática política e com a prática teórica. Ao se lançar um problema teórico como o monismo – um problema de prática ideológica – localizamos, por meio da dialética materialista, indícios de sua “solução” em um estado prático. Esta seria a premissa básica de uma prática teórica cuja objetividade visa a descolonização intelectual, especialmente na medida em que a intelectualidade é vista como um afastamento da prática. O enunciado teórico de uma solução existente de modo prático não se anuncia por si só; exige um trabalho teórico real que não só elabora um conceito ou conhecimento

específico, mas também se propõe a destruir certas ilusões, desmistificando a correlação entre teoria e prática, bem como realizar um reconhecimento deste estado prático de solução do problema.

Na dialética materialista, a prática teórica evolui da generalidade I para a generalidade II e culmina na generalidade III, que denominamos autocrítica. Essa terceira generalidade nos permitiu alcançar um concreto-teórico real, transformando o pluralismo político crítico em uma questão central da prática política (ver ponto 3.1). Para que essa síntese concreto-pensamento atue como um processo de descolonização intelectual no “momento atual”, especialmente no campo da ideologia e do conhecimento, é fundamental considerar as condições contemporâneas de formação política e intelectual, particularmente no direito. O monismo, ao estabelecer a estrutura dominante da formação política e intelectual, relaciona-se diretamente com as desigualdades no desenvolvimento da subjetividade nacional. Conseqüentemente, a formação do jurista tende a replicar as posturas intelectuais de seus antecessores dos séculos XIX e XX<sup>96</sup>. O pluralismo político crítico visa preencher esse vazio de compromisso, promovendo uma qualificação crítico-política mais engajada na formação jurídica, através da participação ativa na luta ideológica local e da autocrítica das práticas política e teórica.

A luta ideológica desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da pesquisa; nossas explorações de monismo, pluralismo político crítico e metodologia da pesquisa-ação foram elaboradas a partir da objetividade da luta ideológica, que se manifesta na materialidade concreta dos eventos políticos. Assim, é necessário reconhecer que todo o processo teórico até agora envolveu a construção de uma intuição própria, traduzindo-se em conceitos e representações de um todo que se articula na mente de maneira especulativa e exploratória, mas nunca como uma representação completa e volátil, onde a determinação abstrata se tornaria uma determinação geral dentro do arcabouço teórico.

A prática deve ser compreendida como o processo de transformação de uma matéria específica; é a prática que catalisa sua própria transformação dentro de uma estrutura definida. Em nosso percurso de pesquisa, identificamos a prática de um pluralismo político em Itaúna.

---

<sup>96</sup> Em *História do direito: tradição no ocidente e no Brasil*, Wolkmer (2019a, p. 274-321) trabalhará o perfil ideológico do bacharelismo liberal, bem como, os horizontes ideológicos da cultura jurídica brasileira. Podemos adiantar, neste sentido, que – tendencialmente – a problematização política, ideológica e emancipatória não é realizada neste âmbito, especialmente porque o discurso jurídico está calcado na lógica da racionalidade técnico-formalista, bem como, em pressupostos dogmáticos do positivismo. Portanto, há uma forte dificuldade de elaboração política e epistemológica, o que nos permite insistir em uma prática teórica descolonizadora.

Esse reconhecimento nos possibilitou explorar possibilidades, elementos, particularidades e singularidades que ainda não haviam sido consideradas em uma prática teórica. A prática da luta ideológica pode manifestar-se de diversas formas; cada prática política pode ser avaliada pelas relações sociais que promove. Quando analisada sob a ótica ideológica, surgem relações de criticidade, negatividade e/ou complementariedade em relação a outras ideologias. Na concepção dialética materialista da teoria, é precisamente a prática teórica que se estabelece como condição prévia e indispensável para compreender o campo da realidade, as representações e as subjetividades. É importante ressaltar que não adotamos uma perspectiva estritamente althusseriana na construção de nossa autocrítica da prática teórica, mas nos baseamos em algumas de suas definições, sem nos limitar à prática política marxista, pois nos fundamentamos na prática política registrada até o momento.

A segunda generalidade introduzida pela dialética materialista no processo da prática teórica do pluralismo político crítico foi a conjuntura ideológica tensionada pela pluralidade política local. Neste ponto, tomamos dois pontos de partida, o monismo – por ser a prática ideológica dominante – e a esquerda, por ser a representação parcial e precária das possibilidades de um sujeito real que mesmo dominado na instância ideológica em cada aparelho que se propõe a disputar segue realizando tensionamentos por via de múltiplas causalidades. Seria o caso de lembrar as palavras de Marx (2011, p. 70-72), nos *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*, acerca do método da economia política, que não é outro senão a aplicação da dialética materialista:

...o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento... [e mais] para a consciência para a qual o pensamento conceitualizante é o ser humano efetivo, e somente o mundo conceituado enquanto tal é o mundo efetivo – e a consciência filosófica é assim determinada –, o movimento das categorias aparece, por conseguinte, como o ato de produção efetivo – que, infelizmente, recebe apenas um estímulo do exterior –, cujo resultado é o mundo efetivo; e isso – que, no entanto, é uma tautologia – é correto na medida em que a totalidade concreta como totalidade de pensamento, como um concreto de pensamento, é de fato um produto do pensar, do conceituar; mas de forma alguma é um produto do conceito que pensa fora e acima da intuição e da representação, e gera a si próprio, sendo antes produto da elaboração da intuição e da representação em conceitos. O todo como um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível, um modo que é diferente de sua apropriação artística, religiosa e prático-mental. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comporta apenas de forma especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação.

Isso explica por que a prática teórica, compreendida como uma síntese concreto-teórica real, não surge como a primeira elaboração desta tese, mas sim como a terceira parte, ao final, servindo como uma autocrítica dos encontros e da forma mais abrangente da pesquisa, tornando este momento de prática teórica restrita o resultado da descolonização intelectual. Isso significou a necessidade de alcançar um concreto de pensamento que integrasse o campo da realidade, o campo da representatividade e o campo das subjetividades. Para tanto, foi realizado um corte estrutural-conjuntural da ideologia, considerando o ano de 2013 como um marco de impossibilidade para um sujeito político real alterar as coordenadas dominantes, mesmo que os limites da sociabilidade capitalista se tornassem cada vez mais evidentes. Isso gerou o ressurgimento da ofensiva burguesa-dependente, uma revolução conservadora que, por seus próprios elementos, levou a uma situação fascista estabelecida em nível mundial, nacional e local, mas que apreendemos especialmente na particularidade do local. Isso se tornou o concreto-realidade sintetizado na generalidade II (capítulo 2).

O processo da prática teórica, mesmo quando se trata de algo aparentemente abstrato como a luta ideológica, pode influenciar e atuar sobre elementos da prática política. Isso não significa, obviamente, que o sujeito e/ou a sociedade sejam a própria teoria e que se modifiquem apenas pelo pensamento teórico. O sujeito real existe no mundo real, expressando-se como um ser-no-mundo contínuo, produto do pensamento, da conceituação e da ação. A dialética entre teoria e prática pode ser entendida como uma dialética da pluralidade e da autocrítica, onde cada elemento informa e transforma o outro ao integrar-se no circuito de troca, qualificação e formação, que é característico do processo ideológico ou, metodologicamente, da pesquisa-ação. De qualquer forma, é fundamental estabelecer uma posição epistemológica sobre nosso processo da prática teórica.

De qualquer modo, quer-se apontar que a prática teórica recai sobre as definições gerais da prática, ou seja, trabalha sobre uma matéria de representações, conceitos e fatos. A ruptura epistemológica – introduzida por Gaston Bachelard e retomada na epistemologia crítica no campo do pluralismo no direito por Wolkmer – é um exemplo clássico de transformação teórica, instaurando premissas para a constituição de uma investigação científica. Chamaremos de prática teórica do pluralismo político crítico este tipo de forçamento, que atua como produto ideológico das práticas empíricas e, por sua vez, devolve ao campo de batalha ideológico constituído nos domínios e estruturas do campo do conhecimento.

Parte do processo de descolonização intelectual promovido por esta pesquisa envolve uma mudança estratégica na produção do conhecimento, afastando-se das tipologias

tradicionais das ideologias políticas (Wolkmer, 2003, p. 120-150). Em vez disso, a crítica é impulsionada por meio de conteúdos e autocríticas apresentadas na prática política. O desafio é não apenas identificar os principais grupos e posições antagônicas das ideologias políticas, mas também vivenciar as tensões de forma colaborativa com outras pessoas, evitando divisões conceituais que impeçam a cooperação e solidariedade. Este desafio transcende o bacharelismo e se aplica amplamente a todos os compromissos assumidos pela esquerda. A prática teórica, portanto, se situa em uma dimensão relacional que requer compromisso, diálogo e uma ruptura com a linguagem científica tradicional.

Ao refletirmos sobre todo o conteúdo concreto trabalhado até aqui, é necessário formular uma conjunção dos seus elementos para que eles se tornem um enunciado teórico, considerando a possibilidade de desenvolver uma teoria pluralista da ideologia. Em *Ideologia, Estado e Direito*, Wolkmer (2003, p. 109) define ideologia como "o reflexo simbólico permanente das condições e representações ético-culturais reais e imagináveis, além da racionalização e legitimação de uma estrutura socioeconômica predominante em um dado momento histórico-político." Esta definição pode nos ajudar a formular uma concepção transformadora do conhecimento, conectando a posição política materialista com a prática política e teórica do pluralismo político crítico. Para isso, é essencial incluir a racionalização crítica e a deslegitimação da estrutura capitalista e do sujeito burguês-monista, seja por meio de práticas políticas, culturais ou teóricas. Nosso esforço tem sido reinterpretar o conceito de ideologia, afastando-o de um entendimento restrito como erro ilusório ou dominação inconsciente, e ressaltando sua capacidade de enunciação, criticidade, negatividade e relacionalidade.

De forma geral, nossa abordagem teórica neste trabalho concebe o conceito de ideologia como um componente central na formação e estruturação da vida humana, onde os indivíduos atuam como seres conscientes e reflexivos, especialmente no que tange à interpelação dos seres humanos enquanto sujeitos. Isso porque, na concepção de Althusser, conforme discutido por Göran Therborn, a ideologia não abre espaço para uma dialética interna, já que o sujeito é visto como uma construção da ordem social, uma força opressiva, semelhante a Deus na ideologia religiosa judaico-cristã, um Sujeito com "S" maiúsculo. Em *La ideología del poder y el poder de la ideología*, Therborn (1987, p. 14-15) sugere que a ideologia deve ser vista como um processo de submissão-qualificação, relacionado à formação dos indivíduos, seja em um contexto conservador ou revolucionário. Assim, adotamos uma interpretação ampliada da ideologia, que abrange desde o sujeito monista-burguês até o sujeito real, compreensível apenas em sua parcialidade, que definimos como a esquerda local. Nosso compromisso, portanto, se

estabelece como um elemento estratégico na produção de conhecimento, podendo ser descrito como uma teoria pluralista da ideologia, pois contempla sua expansividade dentro da dinâmica da luta ideológica. Essa teoria é viabilizada pela compreensão da realidade objetiva através do estudo-ação, onde o concreto-realidade (generalidade II) uniu enunciados e encontros frente à situação de fascistização experienciada coletivamente, de modo que as posições políticas, tendências e inclinações representativas que enriqueceram o repertório da luta ideológica são reconhecidas por sua capacidade de fomentar novos processos de formação e aprendizado, seja através da continuidade da politização, seja pela crítica e/ou autocrítica.

Ao considerar a ideologia como um elemento central na formação humana, avançamos para um exame mais detalhado das interpelações ideológicas e sua função na reprodução social. Isto porque uma teoria pluralista da ideologia consideraria as interpelações ideológicas a partir de sua função de manter a reprodução social em qualquer nível de organização, tanto em uma sociedade exploradora, quanto em um partido revolucionário, como explica Therborn (1987, p. 15-16).

El doble proceso de sometimiento y cualificación incluye la interpelación por parte de un Sujeto central y el reconocimiento en él, llámesele Dios, Padre, Razón, Clase o algo más difuso. Dicho Sujeto modela el superego de los sujetos y les proporciona egos-ideales. Habida cuenta de la orientación social y política de este ensayo, no trataré todos los aspectos lingüísticos y psicoanalíticos de estos procesos; volveré, en cambio, sobre el funcionamiento social básico del proceso de sometimiento-cualificación. Este comprende *tres modos fundamentales de interpelación ideológica*. Las ideologías someten y cualifican a los sujetos diciéndoles, haciéndoles reconocer y relacionándolos con:

1. Lo que existe, y su corolario, lo que no existe; es decir, quiénes somos, qué es el mundo y cómo son la naturaleza, la sociedad, los hombres y las mujeres. Adquirimos de esta forma un sentido de identidad y nos hacemos conscientes de lo que es verdadero y cierto; con ello la visibilidad del mundo queda estructurada mediante la distribución de claros, sombras y oscuridades.
2. Lo que es bueno, correcto, justo, hermoso, atractivo, agradable, y todos sus contrarios. De esta forma se estructuran y normalizan nuestros deseos.
3. Lo que es posible e imposible; con ello se modelan nuestro sentido de la mutabilidad de nuestro ser-en-el-mundo y las consecuencias del cambio, y se configuran nuestras esperanzas, ambiciones y temores.

Estes três modos fundamentais de interpelação abarcam a variabilidade da dimensão ideológica, fazendo considerar no dispositivo teórico dimensões temporais (do que existiu, do que tem existido), dimensões espaciais (como o que estrutura e normaliza os processos de orientação social e política) e sensíveis (que permitem a mutabilidade do ser-no-mundo, esperanças e temores). Isto permite que a leitura ideológica não esteja adstrita apenas à realidade existente. A estrutura elementar do processo ideológico de *submetimento e qualificação* serve para abordar discursos e estratégias discursivas que fazem parte de práticas

políticas, culturais ou sociais. Esta ampliação da teoria da ideologia nos auxilia a incentivar uma prática teórica pluralista na medida em que dá ênfase à formação das subjetividades humanas, de modo a apresentar o universo ideológico em uma maior multiplicidade.

Ao compreender as interpelações ideológicas como parte de uma estrutura mais ampla, podemos agora complexificar as relações que anteriormente entendidas apenas pela relação classe e ideologia – frise-se tal complexificação não retira a centralidade da luta ideológica de classes, senão que a complementa. Assim, podemos concordar com Therborn, de que a relação entre classe e ideologia não é direta e determinante; ao contrário, ela se forma a partir da criação e articulação de diversas ideologias. A utilização desta apreensão teórica ficou explícita em nosso trabalho de pesquisa junto à esquerda, pois, as pessoas que fizeram parte do rol de entrevistadas declararam-se inclusas tanto na ideologia de esquerda, quanto como cristãs, por exemplo, permitindo-nos adentrar na crítica do monismo a partir do aparelho ideológico religioso. A concepção de uma prática teórica pluralista da ideologia também permitiu ligar a posição profissional de caráter educativo e realizar a crítica do monismo a partir do aparelho ideológico escolar-universitário, assim, como reter percepções à esquerda do aparelho ideológico sindical, entre outros processos – vistos no subcapítulo 2.2.

Estamos por afirmar uma prática teórica que desfaça o processo de contração e restrição da prática militante, que é próprio da estrutura política monista. É preciso que a prática teórica reorganize este falso sentido de efemeridade e transitoriedade, costurando experiências de modo mais alargado, em que as individualidades passem a sinalizar coletividades, representatividades e reconhecimentos. Neste sentido, a prática teórica consistiria em trabalhar com a pluralidade dispostas à unidade política de uma localidade, o regime monista-burguês da economia e da mercantilização de tudo não é o único regime de uma espacialidade. Há que se abrir, por meio da vivência, as lutas em seu sentido amplo e no sentido estritamente ideológico, isto porque o socialismo, a transformação social, a insurgência ou, até mesmo, as práticas políticas mais simples, exigem certa musculatura subjetiva que será adquirida apenas na coexistência, na opção da unidade de esquerda por viver uma ruptura e/ou uma temporalidade plural ligada aos diferentes modos de ser-no-mundo.

Frise-se que nossa colocação não é um elogio a pluralidade, senão uma autocrítica que assume um erro fundamental: a despolitização não é só um fator irremediável do regime neoliberal, mas também a incapacidade da prática teórica-intelectual (marxista, decolonial, descolonizadora e crítica em geral) de dar atenção ao campo de produção de encontros, de antepor à prática teórica uma alteridade radical do ser, ou seja, à realidade. Em termos

fundamentais estamos a falar de uma dialética completamente distinta da dialética hegeliana, como expõe Carolina Collazo (2017, p. 49) em *Althusser y Derrida. Una “alianza política”*:

No se trata del ser en sí que deviene para-sí, no se trata de la realización de la historia en el devenir hacia el para-sí, la autoconciencia como Fin, su devenir como único Origen; se trata de un proceso de articulaciones contingentes, precarias, donde no sólo el sentido de la determinación se constituye en la mirada hacia atrás, sino que todo elemento carece de identidad previa al encuentro, su existencia es *dada siempre-ya* en lo que *ha-advenido*. Pero una vez ahí dado, el mundo insiste contra su propio nada, su precariedad, los infinitos mundos posibles acechando en la alteridad constitutiva de toda forma.

O materialismo do encontro<sup>97</sup> de Althusser (2005), trabalhado especialmente no texto *A corrente subterrânea do materialismo do encontro* de 1982 foi um desenvolvimento teórico autocrítico em relação a sua separação total entre ideologia e ciência<sup>98</sup>. A pensabilidade aberta por este materialismo nos aportou uma capacidade de lidar com a contingência e o reconhecimento dos fatos e das pessoas como elementos de constituição do ser-no-mundo e do ser-na-teoria. A exemplo disto, na luta ideológica, a politização de vários militantes das juventudes se deu com o processo do golpe-parlamentar em Dilma, o que não os fez se filiarem ao partido de Dilma, senão que se puseram a militar em uma organização socialista ainda mais à esquerda do PT, da qual tinham alguma proximidade, possivelmente na instância universitária.

A pensabilidade aberta pelo materialismo do encontro nos leva a reconhecer as contingências e articulações como fontes da prática política e da prática teórica comprometida com a radicalização da subjetividade em relação às práticas de controle e manutenção do padrão de poder. Lembremos, dos apontamentos de Luiza, para ela a palavra *política* não detinha um sentido ativo, pelo contrário, se tratava de um aspecto da vida a ser evitado. No entanto, a partir

<sup>97</sup> Sobre o materialismo do encontro, além do texto do próprio Althusser (2005), ver: *O primado do encontro sobre a forma* (Morfino, 2005), *Plural Temporality: Transindividuality and the Aleatory Between Spinoza and Althusser* (Morfino, 2014), *Imanência, política e marxismo: da autocrítica althusseriana ao materialismo do encontro* (Leite, 2020), *O último Althusser: materialismo do encontro e marxismo* (Pirola, 2016). Sobre Espinosa e materialismo, ver: *The Spinoza-Machiavelli Encounter: Time and Occasion* (Morfino, 2019), *Spinoza y la política* (Balibar, 2011), *Marx e Espinosa* (Callinicos, 2024), *Nervura do real II: Imanência e Liberdade em Espinosa* (Chauí, 2016), e os próprios escritos de Marx sobre Espinosa traduzidos para o espanhol: *Cuaderno Spinoza* (Marx, 2012).

<sup>98</sup> Em 1971, Jacques Rancière publica *Sobre a teoria da ideologia: a política de Althusser*, o texto é uma forte crítica ao estatuto teórico de Althusser até a data. Rancière, um dos estudiosos mais próximos de Althusser, irá afirmar que a significação de política althusseriana diante do surgimento do Maio de 1968, especialmente na cena universitária mostrou-se incapaz de acompanhar os processos de revolta e o significado da revolta para a luta de classes.

da politização do ódio realizada pelo bolsonarismo Luiza foi “incluída” por seus variados modos de ser-no-mundo (mulher, negra, não-binária, artista de rua) na mira da radicalização monista-burguesa. Sua atitude em relação à luta ideológica foi de composição na esquerda, articulando em seu trabalho músicas enunciativamente feministas e de crítica à gramática fascista. Esta posição não se realiza de maneira isolada ou por contraposição simples, senão por encontros e articulações em que Luiza pôde identificar-se subjetivamente. De maneira geral, pode-se reter – na pensabilidade do materialismo do encontro – que a luta ideológica não se dá unicamente por uma disputa das ideias em si, no nível do racionalismo, em última instância, e sim, por elementos conjugados na aleatoriedade dos encontros e de seus possíveis reforços enunciativos que conectam pessoas e territorialidades. Portanto, a espacialidade e a nomeação passam a ser interpelações significativas para a pensabilidade organizativa e sensível da esquerda. Isto porque sua condição de existência se dá em condições de instabilidade radical – produzida pela sociabilidade capitalista –, logo, aprender sobre a “chance” e “fazer durar” seus próprios elementos, seja na prática política, cultural ou social, amplia sua capacidade de perdurar e aumentar qualitativamente sua intensidade, e a prática teórica precisa reter este aumento qualitativo da intensidade da esquerda.

É por isto que não estamos a defender uma pluralidade política ou ideológica no sentido das formas ou, de maneira ainda mais rasa, em um sentido liberal de pluralismo político. A liberdade de opinião da política parlamentarista estabelecida desde os gregos não se aproxima ao que estamos tratando aqui. Deixar clara esta disjunção auxilia em evitar qualquer aproximação de nossa prática de pesquisa, política ou teórica, aos fundamentos minimalistas do espaço público entendido como espaço de opinião ou de criação da opinião pública. Uma concepção de pluralidade ou de pluralismo político deste tipo reafirmaria o caráter monista da política parlamentarista no interior de nosso dispositivo teórico de modo acrítico. A maneira política da prática teórica que se está defendendo apresenta um elemento incontornável de identificação militante da política local. Deste modo, estamos dando um passo de retirada da elaboração teórica das formas e se aproximando, como dissemos, de uma prática teórica centrada nas contingências e reconhecimento dos encontros como condições de acumulação de forças.

Na medida em que a espacialidade e a nomeação da espacialidade do encontro, bem como, os elementos internos destes encontros são considerados, a possibilidade da prática da esquerda deve ser pensada como interpelação-intervenção, ajustando provocações e confrontações de acordo com a situação. O que habilitaria uma prática política e uma prática teórica em termos de ruptura em determinado campo de existência. De qualquer modo, a prática da esquerda não pode se limitar a uma identificação da prática política como discurso – no

sentido fraco do termo, uma politicidade pensada desta maneira não passaria de uma perspectiva normativista ou idealista, na medida em que nega a exterioridade das práticas. É sempre preciso ter atenção, como nos lembra a fala sobre a luta antirracista elaborada por Lucas, há um discurso dominante em cada aparelho ideológico. Logo, pode haver um discurso dominante por de trás da produção dos encontros, isto porque, como sabemos, em condições estruturais de dependência não se pode deixar que o sentido dos elementos dos encontros seja reforçado pelas relações de senhor e domínio. E, em caso de assim se configurarem, que se faça uma intervenção em nome deste corte.

A luta ideológica contra o conservadorismo impregnado pela classe dominante nos costumes e tradições, bem como, contra o conservadorismo-reacionário fascistizante que reaparece no século XXI, é também a luta contra o conservadorismo interno da própria esquerda. Especialmente na medida em que a prática política continuar a se limitar ao reduto seguro dos domínios dos aparelhos ideológicos institucionalizados, como fazem os bacharéis ou a classe política dominante, este isolacionismo em relação ao povo contribui para direitização radicalizada. Como vimos, na recuperação crítica da história de Itaúna, a figura conservadora de Miguel A. Gonçalves de Souza sustentava o golpe militar-empresarial de 1964 como um processo revolucionário nacionalista e **democrático**. Se pode concluir que a ideia de democracia pode ser aplicada discursivamente, ou seja, de maneira idealista, para inclusive pôr fim a suas próprias dinâmicas, para a instalação da contrarrevolução burguesa. E por isto, consideramos uma prática teórica que seja capaz de gerar uma ruptura na linguagem científica, conferir uma gramática politicamente ativa, em que a defesa do conceito – seja de democracia, de luta de classes, de antirracismo, de feminismo ou de qualquer tendência da luta ideológica – se faça por meio de uma relação prática.

Há que se insistir em interpelações de legitimidade democrática que correspondam à conquista da dignidade pelos grupos de base, feministas, operários, negros e toda sorte de construções políticas emancipatórias, é claro. No entanto, há que se abrir a prática política e a prática teórica aos encontros e coletividades para a construção de elementos de deslegitimação de certas subjetividades, como o próprio bolsonarismo e sua defesa renitente da ordem social capitalista, exploratória e dependente. Nossa inserção local mostra que o coronelismo, por exemplo, é elemento de deslegitimação incontornável na luta ideológica a ser travada no século XXI, que está diretamente ligado ao campo de existência da autoridade. Em nossa prática militante coletiva nos pusemos a deslegitimar tanto o bolsonarismo, quanto coronelismo – este último especialmente na prática política antifascista organizada pela UJAI.

Sabemos que não é possível se livrar do monismo a um só golpe – muito menos de maneira eleitoral – também se sabe que não é possível enunciar a pluralidade como algo acabado ou se quer disponível para futura continuidade da esquerda. Se tomarmos, por exemplo, o lugar de encontros das militâncias e tendências políticas da esquerda nomeadamente socialista – a Casa Socialista Irmã Benigna – já não existe mais no bairro Morada Nova, o que não significa que a pluralidade política socialista não esteja mais em exercício, mas a perda de um lugar de encontro é desfavorável ao propósito da transformação social. Aliás, como vimos na disputa pelo Centro da Juventude, a luta por lugares de encontros é central para a luta ideológica e para afirmação das juventudes, especialmente, as periféricas. A pesquisa nos mostra que uma das mais difíceis tarefas da política emancipatória é adaptar-se à perda destes aparelhos ideológicos, seja por falta de recursos financeiros ou humanos, pois uma perda deste tipo reflete diretamente no trabalho cotidiano, nas atividades e organicidade das coletividades. O exercício da pluralidade (política, cultural ou social) existe como elemento dependente da organicidade e da perseverança de visões de mundo dissidentes. Há, infelizmente, uma finitude das singularidades, e por isto, a formação e qualificação de novos militantes se torna tarefa elementar da luta ideológica.

De maneira mais geral, concentrar a prática teórica nos encontros e nas individualidades em composição coletiva compromissada com a posição política de esquerda nos levou, como orienta Dussel (2007) em *Política de la Liberación: Historia mundial y crítica*, à localização do lugar crítico-político em Itaúna. Para Dussel (2007, p. 15):

«Localización» indica la acción hermenéutica por la que el observador se «sitúa» (comprometidamente) en algún «lugar» socio-histórico, como sujeto de enunciación de un discurso, y por ello es el lugar «desde donde» se hacen las preguntas problemáticas (de las que se tiene autoconciencia crítica o no) que constituyen los supuestos de una *episteme* epocal, como la que desarrollaremos en esta filosofía política crítica. Enunciamos inevitablemente el discurso «desde algún *lugar*». Desearíamos desplegar una descripción que en el mayor grado posible tenga autoconciencia de su «situación» espacial, histórica, social, de género, racial, etc. Intentaremos superar ciertos «lugares» triviales, obvios, ingenuos (que tienen sin embargo pretensión de cientificidad u objetividad perfecta) pero sumamente deformantes de los discursos. Por ello intentaremos, negativamente, que nuestro discurso no sea «helenocéntrico», ni tampoco «eurocéntrico», «occidentalista», «colonialista», meramente «moderno» (pero tampoco simplemente «postmoderno»), «racista», «machista», etc. Es una «pretensión» (*claim, Anspruch*) que por anticipado se sabe no posible de manera perfecta, y por tanto se avanza como falible, corregible y sin embargo con sincera pretensión de verdad (y de verdad con pretensión de universalidad, hasta tanto no se demuestre honestamente lo contrario). Esta actitud crítica de intentar tener el mayor grado posible de reflexividad sobre el «lugar» desde donde se enuncia el discurso (el *locus enuntiationis*) deberá mantenerse como posición permanente, y para ello dedicaremos a este tema las primeras tesis provisionales de reconstrucción histórico-mundial, como sendero crítico fundamental.

Seria importante, ainda, reter que não estamos dispostos a assumir o relato e a prática teórica posta até aqui como uma produção fragmentária ou redutível porque localizada. Pelo contrário, entendemos nossa prática teórica como um esforço de descolonização intelectual capaz de pôr no jogo no campo acadêmico e/ou da prática política uma disputa sobre a universalidade pluralista, defendida igualmente por Herrera Flores (2005) e (Wolkmer; 2019). Para nós, este desenvolvimento de um universalismo *a posteriori* construído por uma pluralidade concreta que se interessa pela transformação das condições de ser-no-mundo teve início na prática teórica de Neila Freitas (1994) em *Memória operária do bairro santanense: uma análise sociológica da experiência operária*. Como já discutido, a experiência operária é elemento incontornável para a luta ideológica e para a descolonização intelectual – já que a problemática do proletariado está intimamente ligada à do colonialismo e do patriarcado. Uma posição intelectual e teórica honesta e materialista se percebe como que adentrando um processo em movimento, não busca ser fundadora de uma problemática, senão que adentra a problemática de uma complexidade real para dali retirar questões e conjuntura vitais para a transformação.

Pode-se argumentar contrariamente a esta posição intelectual, pondo nossa teoria como não-universalista ou incapaz de projetar-se a um sentido global. Será preciso então, contra-argumentar a partir da dialética da dependência, mostrando que a luta ideológica pela esquerda não poderá ser feita sem considerar a força conservadora que recria constantemente subjetividades marcadas entre a metrópole e a colônia, entre a cidadania e a relação senhorial. Sem que o imaginário de nosso possível sujeito real absorva a particularidade desta relação no sentido de transforma-la, não será capaz de projetar um lugar histórico-mundial diferente do sentido criado pelo sujeito-monista-burguês. O giro descolonizador que empreitamos na prática teórica se situou na desvinculação das generalidades abstratas da esquerda ocidental, para então, fixar um lugar de enunciação qualitativamente próprio.

Ainda, é possível destacar por meio de nosso estudo-ação, certa debilidade que se refere à formação-qualificação da unidade estratégica e da pluralidade tática que se quer estabelecer como consistência da prática militante da esquerda. Embora haja uma variabilidade de posições dentro da pluridimensionalidade do universo ideológico e ligações afetivas estáveis para a transmissão destas experiências e percursos entre as gerações da esquerda, há uma falta de encontros de maturação e de qualificação interna às próprias gerações. Este problema inscreve o lugar de atuação da prática teórica, mas não apenas no sentido de dar sistematicidade ou “forma” intelectual à esquerda local, mas sim, de estender o modo do compromisso a uma

fidelidade à amizade política, refazendo o lugar da sensibilidade às mudanças, conectando-as a intensidades e durações qualitativamente maiores.

Nosso trabalho prático político fez perceber que não há essência ou definição última na pluralidade, sequer um conjunto de identidades estanques que a forme ou formule. Para nós, a pluralidade se inscreve no relacional que decorre de causas e posições singulares, sempre sob uma determinada conjuntura que lhe é externa e que a faz vir a ser de determinado modo. A autocrítica do erro em ideologia, ou seja, o ajustamento da melhor posição para a luta ideológica não se faz unicamente por insistência na divisão, há que se insistir também em um tipo de afeto político plural e simultâneo, atravessado pela crítica, para que seja possível a radicalização em meio a coletividades mais contingentes. A pluralidade poderia ser entendida, de modo basilar, como um exercício de composição de corpos-políticos, como apontaram Cristiane, Caroline e Luiza, comunicação, articulação interna e afetação mútua, são pistas de orientação. Sabe-se que tal formulação pode se tornar demasiadamente abstrata ou então, acabar por se retirar dos constrangimentos do real, no entanto, a teoria, a coerência e a constância são elementos que precisam sedimentar a imaginação política, cultural e/ou social. Em termos de imaginação, por exemplo, para retirar a cidade da gravidade do conservadorismo é preciso que haja visíveis brechas no bloco da ideologia dominante. E, portanto, há que se reivindicar as pequenas vitórias novamente, o *homescholling* derrotado, a vitória do professor Ramalho em 1982, o delírio de uma emancipação separatista como a do padre Antônio Wiemrs na década de 1960, todos estes fatos históricos reverberam derrotas ao conservadorismo.

Para nós, a prática teórica deve estar preparada para enfrentar as práticas ideológicas dominantes e, ao mesmo tempo, manter uma pensabilidade própria, para isto, a pluralidade significaria coexistência de múltiplas perspectivas, histórias e vozes, de maneira que possam ser reconhecidas e consideradas em suas singularidades como fontes de conhecimento. A partir de nossa vivência, compromissos teóricos e políticos dimensionados até aqui, poderíamos pensar que a produção de uma temporalidade plural que desafiasse a dominação monista passaria por, no mínimo, dois aspectos: considerar a finitude das singularidades humanas dentro do processo de luta ideológica; segundo, a variabilidade dos modos de pensar, ensejando no aprimoramento da colocação crítica – de maneira a evitar a crítica destrutiva, de modo que a estabilização da pluralidade seja um recurso da produção de conhecimento com diferentes estruturas cognitivas que se permitam relacionar simultaneamente.

A finitude das singularidades humanas dentro do processo de luta ideológica consiste na apreensão de uma condição presente de nossa experiência e que está ligada às desigualdades das forças em disputa. O compromisso, a dedicação e a entrega do tempo de vida de cada

individualidade à causa, e seus processos, assume importância e se torna objeto essencial de disputa. A intimidação, os gestos de constrição e imposição de poder nos campos da existência situam o investimento subjetivo como recurso valioso e, portanto, desvalorizado, na medida do pensamento dominante. A partir deste manejo na sensibilidade a experimentação singular vai sendo subtraída, pessoa por pessoa. Os fatores de indeterminação são utilizados pelas forças dominantes, o que tendencialmente diminui a intensidade do compromisso, especialmente porque, como vimos, se trata de um compromisso ligado ao ser-no-mundo. Por isto, o contingente e o possível passam a se tornar fatores de realidade, para que a impressão de arrastamento por forças superiores se torne menos intensa.

A complexidade do relacional-afetivo nos variados campos de existência social adentra um jogo de forças, de modo que sustentar o desejo de transformação significa sustentar uma causa externa ao modo de dominação exercido. Lembremos do embate de Isabel no aparelho ideológico escolar, a transformação possível apareceu na defesa de um conteúdo novo (História da África e das africanidades), no aparelho ideológico político-municipal, o Conselho LGBTQIA+ aparecia como novidade oportunizada pelo Gabinete Nós por Nós. Em termos da luta ideológica interna, na relacionalidade da esquerda, a reintrodução do socialismo, do antifascismo, do marxismo-leninismo por frações minoritárias na cidade não pode ser entendida como a perda de espaço de domínio, e sim, como abertura a um novo possível. Ou seja, uma diferença substancial entre o modo de pensabilidade da direita e da esquerda seria sua capacidade de trabalho com o contingente e o possível das singularidades, ao invés de uma pensabilidade de domínio.

Ao que se refere à variabilidade dos modos de pensar e o modo de colocação da crítica seria importante a uma posição teórica materialista e pluralista não deixar de fazer o enfrentamento dos conteúdos divergentes, isto é essencial. Tentamos no ponto *Sobre a prática política da esquerda local* colocar nossa divergência orientando novidades na prática teórica sem deixar de apontar nossas discordâncias. Permitimo-nos abordar uma autocrítica delimitada à prática política, primeiro em relação à ação no campo do democratismo e, posteriormente, defender que a teoria, o marxismo e a radicalização por meio da inteligência são possíveis e necessários nos lugares periféricos junto às populações marginalizadas. No entanto, aspectos autocríticos dos campos de existência de gênero e sexualidade por exemplo, não puderam ser trabalhados. Esta é uma questão que decorre da ampliação da luta ideológica que viemos argumentando, a produção de conhecimentos e conjunturas cada vez mais precisará se sustentar por gama ampliada de estruturas cognitivas diferentes e coletividades interrelacionadas.

Neste terceiro capítulo buscou-se realizar uma autocrítica das práticas políticas e teóricas da esquerda local em Itaúna, analisando como essas práticas podem ser limitadas por abordagens tradicionais e propondo uma reavaliação à luz de uma perspectiva pluralista crítica. Investigamos os limites do democratismo como prática política hegemônica, destacando a importância de incorporar perspectivas de tendências políticas minoritárias, como o antifascismo e o marxismo-leninismo, para enriquecer a prática política local. Um ponto central deste capítulo foi a análise das práticas políticas junto às fábricas, onde a luta contra a coação eleitoral significou um espaço contingente de encontro de conscientização e formação política informal. As fábricas e as ruas tornam-se locais de articulação de estratégias mais amplas de resistência ao poder monista, quando a abordagem da prática política consegue atingir nevrálgicos do poder conservador. Neste sentido, a luta ideológica da esquerda se torna mais efetiva com práticas políticas que se oponham aos fundamentos de autoridade da ideologia conservadora, criando uma maior circulação de indignação e insubmissão. A prática teórica da descolonização intelectual deve estar atenta a estas diferentes práticas, dinamizando práticas de subversão do pensamento dominante.

Nosso processo de entrevista também revelou suspeitas sobre o “intelectualismo” do marxismo internas a própria esquerda, o que torna relevante nossa apreensão da crise do marxismo na esquerda ocidental, feita no primeiro capítulo. De maneira autocrítica respondemos a estas suspeitas afirmando que o materialismo deve reforçar uma prática teórica ligada ao caráter contingente dos encontros. Isto significa, uma menor afirmação teleológica e uma maior margem de composição de complementariedades com os encontros em espaços periféricos. Isto é importante porque faz com que a teoria revolucionária retorne à prática e aos desdobramentos dos contingentes periféricos e marginalizados. A questão que colocamos como politização culturalista pode ser entendida menos por sua afirmação do conteúdo e mais pela sua capacidade de ocasionar encontros a serem politizados e teorizados, conforme a capacidade das individualidades e coletividades envolvidas. Obviamente, privilegiando o trabalho coletivo, seja na prática política ou na prática teórica. A posição do marxismo em relação às subjetividades culturais periféricas, ao nosso ver, deve buscar estabelecer uma crítica construtiva que fortaleça a atuação política em contextos locais. Ao nos aprofundar nesta temática, foi possível avançar para uma discussão sobre a prática teórica como um processo de descolonização intelectual, enfatizando a importância de repensar os fundamentos epistemológicos para promover uma crítica radical às estruturas monistas de pensamento. Essa abordagem nos permitiu compreender a prática teórica e política não apenas como ferramentas

de análise, mas como práticas vivas que devem evoluir em resposta às mudanças sociais e políticas.

Nossa tese até aqui pode sustentar que a luta ideológica não é apenas um debate de ideias, mas um campo de práticas concretas que se desdobra em múltiplas dimensões sociais e políticas. Portanto, a prática teórica do pluralismo político crítico, conforme desenvolvida nesta tese, oferece um caminho para a descolonização intelectual e a formação de subjetividades críticas. Por meio da dialética materialista, exploramos como teoria e prática se entrelaçam, formando um circuito de troca que transforma a compreensão ideológica e a prática política. Esperamos que esta análise inspire novas formas de engajamento tanto na prática política, quanto na prática teórica, promovendo uma qualificação da esquerda na luta ideológica. O reconhecimento da pluralidade e da autocrítica como elementais para este processo destaca a necessidade de um compromisso contínuo com a transformação social, especialmente em contextos onde o conservadorismo e a desigualdade de poder persistem.

## CONCLUSÃO

Em teoria, nos aproximamos do conceito de sujeito real ao nos inserirmos na problemática da luta ideológica. A posição política e a abordagem dialética materialista nos permitiram acessar conceitos que correspondem ao tensionamento da universalidade. Nossa intervenção teórica demonstrou que, além de ser desigual, a correlação de forças se expande para os campos da vida social, podendo ser generalizada no discurso e nas práticas cotidianas. Através de nossa metodologia de pesquisa-ação, comprometemo-nos com práticas políticas que tomam as pessoas e suas representações de coletividades como ponto central. Ouvimos as pessoas sobre a radicalização conservadora, mas também sobre as condições de existência do tensionamento da universalidade. Essa luta ocorre nas ruas e em aparelhos ideológicos mais “institucionalizados”, que passam por um recrudescimento em termos de violência e tensão ideológica. Isso significa, na prática, que o cerco discursivo à esquerda, a dissidência normativa em relação à sexualidade ou gênero, assim como marcações de racialização, tornaram-se alvos de controle social por forças políticas conservadoras em processo de radicalização. Exemplos incluem a introdução da História da África e de africanidades no currículo escolar, a expressão artística do Racionais na Praça Matriz, ofensas em relação à cor na Câmara Municipal (aparelho ideológico político), a representação do sindicalista como um “morcego-vampiro, parasita da cidade” em um mural de fábrica, a ingerência dos ricos no espaço público, e a exclusão pessoal em instituições religiosas ou universitárias devido à posição de esquerda ou à militância sindical. Não faltam relatos de tensões que envolvem a universalidade nos campos da realidade, das representações e da subjetividade, ou, em termos mais amplos da colonialidade do poder: trabalho, sexo, autoridade, subjetividade e gênero.

Essas tendências devem ser combatidas desde as raízes da formação da sociabilidade capitalista na cidade. Nacionalmente, esta afirmação se alinha ao marco de 2013 como nosso enquadramento histórico do século XXI. Localmente, centramos nossa crítica no poder familiar e de classe dos Gonçalves de Souza. Especificamente, enfrentamos um confronto de universalidade no campo da produção do conhecimento, tensionando a narrativa histórica de Miguel Augusto Gonçalves de Souza, caracteristicamente elitista, restrita à história dos senhores da cidade e sua suposta cidadania. Para esses senhores, cidadania não significa outra coisa senão a inauguração de um domínio de poder ou enriquecimento. Esse tipo de cidadania monista-burguesa, de caráter coronelista e desprovida de relacionalidade ética, não vê problemas em exigir votos de seus funcionários ou ameaçar com perda de emprego – mesmo no campo democrático mais imediato. Em termos de sociabilidade, o radicalismo conservador e sua tarefa contrarrevolucionária são realizados às custas de condições subjetivas intensas,

declaradas e centralizadoras de seu imaginário, simbólico e real político, destruindo a própria estrutura que habitam. A contradição de sua relacionalidade está enraizada na dominação do humano pelo humano.

A partir da localização e da posição materialista com apreensão da conjuntura ideológica, tentamos ultrapassar os limites teóricos tradicionais, abordando a pluralidade de posições, gerações e recursos ideológicos da esquerda local. Este estudo das práticas ideológicas e políticas nos levou a abandonar afirmações pós-modernistas como o fim da história, o desaparecimento do sujeito burguês ou o declínio das grandes narrativas. A recuperação da tensão discursiva foi realizada especialmente pelas três gerações da esquerda local, que combinam o democratismo com a luta de classes; o tensionamento da racialização e da corpo-política (sexual e de gênero), tanto em sua externalidade quanto em interioridade (como autocrítica); e, finalmente, a resposta à radicalização conservadora como uma radicalização da esquerda, especialmente entre as juventudes e na forma de posições e correntes ideológico-políticas minoritárias: antifascista, socialista e marxista-leninista.

A hipótese central da tese propôs que a luta ideológica não é meramente um conflito de ideias, mas uma prática concreta que se desdobra em múltiplas dimensões sociais e políticas. Esta pesquisa demonstrou que a luta ideológica envolve práticas concretas que têm o potencial de transformar a compreensão ideológica e a prática política. A dialética materialista permitiu-nos compreender a complexidade das interações sociais e políticas, revelando que a luta contra a dominação monista exige práticas que não apenas desafiam, mas também transformam as estruturas de poder existentes. A análise crítica das estruturas conservadoras e o engajamento direto com as realidades locais reforçaram a noção de que a luta ideológica é uma batalha contínua pela transformação das relações sociais, evidenciando a importância de práticas políticas que promovem a emancipação social em um campo alargado da luta ideológica.

A validade da hipótese foi testada por meio de uma abordagem teórico-metodológica robusta que integrou pesquisa teórica, prática política e pesquisa-ação, permitindo uma análise detalhada e contextualizada das dinâmicas ideológicas e políticas tanto em nível nacional quanto local. As entrevistas e interações com participantes de movimentos, partidos e tendências da esquerda local permitiram uma coleta de dados qualitativos que evidenciaram como a luta ideológica se manifesta concretamente. Verificando que a luta ideológica ultrapassa o debate de ideias e se traduz em ações e práticas concretas. As análises críticas da história local e nacional a respeito do conservadorismo e da radicalização conservadora foram fundamentais para testar nossa hipótese. Neste sentido a hipótese de trabalho não só foi confirmada, mas nos permitiu identificar a profundidade das interações sociais e políticas que envolvem a ofensiva

ideológica da burguesia colonizadora. Isto nos permite entender como as ideias são incorporadas nas ações cotidianas, influenciando atitudes e comportamentos, logo, em relações de poder e controle. A análise qualitativa das interações nos oferece uma visão mais rica e detalhada das dinâmicas que a luta ideológica pode produzir. Como veremos aqui, a hipótese permitiu explorar como as subjetividades críticas são formadas e como sofrem bloqueios no campo da vida social, por assumirem uma posição política. De maneira que diferentes coletividades reagem diante da complexidade das relações de poder, a hipótese orientou a atenção a estas dinâmicas, ajudando a entender as relações de poder de maneira mais completa. A hipótese de que a luta ideológica é uma prática concreta oferece uma excelente lente qualitativa que nos proporcionou avanços em nossa prática teórica.

No que se refere à aplicação da prática teórica, focamos no capítulo 3, especificamente no ponto *Sobre a prática teórica do pluralismo político crítico*, uma exposição que repensa a relacionalidade da esquerda por meio da dialética materialista, pondo em relação teórica o encontro, o contingente e o possível. Esta reflexão tornou-se viável à medida que experimentamos e vivenciamos o período de pesquisa-ação de 2021 a 2023, proporcionando uma aproximação provisória e contextualizada da luta ideológica. Isso nos permite concluir que: a materialidade histórica permite apreender o processo de dominação burguesa e a estruturação do monismo ideológico. Por sua vez, vive-se em nível local uma radicalização conservadora que é parte da dinâmica das práticas ideológicas do monismo, implementando a estratégia contrarrevolucionária, antiprogressista, antitransformação – o que caracteriza o conservadorismo desde a Revolução Francesa.

De outro lado, concluímos que a pluralidade política local deve ser pensada a partir dos tensionamentos da universalidade em relação à forma e aos modos monistas de domínio. De maneira que a pluralidade pode ser entendida como um exercício de acumulação de forças, a criação de uma musculatura para transformação nos diferentes campos de existência social. Em termos de aplicação teórica, concluímos que a posição política materialista tem consequência direta na análise da conjuntura, estabelecendo mediações possíveis diante do sujeito real – em sua pluralidade. Esta formulação teórica serviu para constatar que as individualidades e coletividades podem entrar em dinâmicas precárias e transitórias, restando à teoria incorporar intensidades e relevâncias da contingência dos encontros, sem deixar de tentar torná-los tendencialmente mais consistentes, aumentando suas margens de possibilidades.

Em termos de exposição da luta ideológica a dialética nacional-local contou com dois vetores, como destacado em nosso primeiro capítulo – que estabelecemos elementos teóricos e metodológicos para uma crítica ao monismo e para inserirmo-nos na pluralidade política da

esquerda, ambos sob a perspectiva da conjuntura ideológica. Em nível nacional, após o ano de 2013, encontramos a radicalização conservadora e com ela o ressurgimento da luta ideológica, com a formação de uma subjetividade antissocial e antidemocrática – o bolsonarismo e seus correlatos. Em nível local, concluímos que é verificável na materialidade histórica e na tradição política da cidade um ressurgimento de um conservadorismo radicalizado, o que tivemos a oportunidade de destacar seus embriões, no nível da formação social, da criação da sociabilidade capitalista por meio da intervenção no Estado e na manutenção de um espaço público facilmente aderente a vantagens privadas. Também destacamos o processo de dominação burguesa e instauração da ideologia monista nos espaços das subjetividades das trabalhadoras da fábrica têxtil que inaugurou o espaço proletário na cidade. Pode-se dizer que logo na primeira década do século XX os aparelhos ideológicos religioso e político em Itaúna já se encontravam identificados entre si, cooperadores de uma mesma estratégia elaborada pelo núcleo familiar dos Gonçalves de Souza.

A composição do pensamento monista foi criticada por nós, na medida da posição política de Miguel Augusto Gonçalves de Souza e de sua exposição histórica, que pode ser sintetizada como a história dos senhores-cidadãos da cidade, junto a defesa da “revolução” de 1964. A recuperação crítica da história de Itaúna foi essencial para mostrar que as práticas ideológicas são defendidas no campo da política e na produção do conhecimento, o elogio à Borba Gato, aos bandeirantes e a toda uma oligarquia regional como homens de valor, corrobora com nossa hipótese, a disputa ideológica pouco tem de um debate de ideias. Da mesma maneira que o pensamento descolonizador passa a problematizar a “descoberta” como o princípio da colonização, a inauguração da cidade por Augusto Gonçalves de Souza Moreira e a criação da fábrica têxtil Santanense – da mesma família – pode ser problematizada como o princípio da sociabilidade capitalista, com claros sinais do reaproveitamento de mecanismos coloniais. A exemplo disto, a moradia das operárias – maioria mulheres – no mesmo espaço que fora a senzala da fazenda. A exploração da mão-de-obra feminina e o controle de seus corpos e cotidiano por um “Conselho” religioso e disciplinar da fábrica, mostra o embrião das práticas de sujeição que a classe dominante empreitou por toda historicidade da localidade.

Nossa conclusão sobre a radicalização conservadora considera que ela faz parte das práticas ideológicas de dominação que convencionamos chamar de monismo. As consequências teóricas desta afirmação devem aparecer pela relação necessária entre a revolução burguesa no Brasil (1964-1985) e o aprofundamento conjuntural de 2013 até hoje, considerando a renovação-repetição de elementos do sujeito burguês-colonizador na contemporaneidade. Como vimos, há em Marx uma teoria das representações políticas no interior do processo

histórico, a clássica questão da repetição como tragédia ou como farsa, neste sentido, é certo que o bolsonarismo repete a revolução burguesa de 1964, o 8 de janeiro nos mostra isto, suas aproximações com o lema do integralismo nos mostram isto também. No entanto, a questão que aparece ao assumir a interiorização do processo político da radicalização conservadora no conceito de monismo, é que somos forçados a repensar nossa prática teórica e prática política, considerando que a resposta à renovação-repetição da classe dominante existe em estado prático.

Este princípio da dialética materialista com que nos propusemos repensar prática teórica e prática política, é o modo com que trabalhamos a questão do problema da descolonização intelectual. Nossa contribuição, ao modo de crítica ao monismo, demonstra que produção de conhecimento e construção da sociabilidade capitalista andam lado a lado, de maneira que o enfretamento e a superação da ideologia conservadora passam pela desmistificação do poder na localidade, em outras palavras, na erosão e exposição crítica da tradição dos senhores-cidadãos, sua teoria e relações de familiaridade com o poder econômico e estatal. Nosso trabalho passa a ser atravessado por um aspecto de denúncia política, que tem na pluralidade política da esquerda local não só as condições de informação, mas também de estabelecimento de um tipo de legitimidade crítica, ou melhor, de deslegitimação desta tradição burguesa-colonizadora – de pensamento e ação.

Nossa conclusão de como transitar a universalidade, e com ela a luta ideológica, não pode ser medida em termos quantitativos, e sim, em termos qualitativos de sua própria posição e aberturas às possibilidades dos encontros. Em nível teórico, a autocrítica facilitou esta transição, no entanto, foi especialmente na etapa do concreto-teórico – em *Conjuntura ideológica e pluralidade política local* – que transitamos nossa criticidade e negatividade à radicalização conservadora de modo mais geral. A generalidade II ou concreto-realidade, serviu para colocar nossa atenção em nível nacional e local – manifestando nossos pontos de dissidência na ideologia da esquerda em relação com suas externalidades (monismo) e internalidades (diferenças complementares). Optamos por diferenciar a esquerda local em gerações, mas advertimos que tal diferenciação não pode ser tomada de maneira fechada na medida em que dividem uma complementariedade na unidade precária que parecem formar. Para além da forma que toma a esquerda, nos importou os encontros e seus conteúdos, as entrevistas serviram para habitar o universo ideológico da cidade. Neste sentido, os encontros souberam nos dizer sobre dominação política, implicando em múltiplas questões das quais privilegiamos às dispostas aqui – por motivos gerais de contingência da própria pesquisa-ação e de seus participantes. As relações senhor-trabalhador, sindicato-fábrica, agente política-

intelectualidade, entrevistador-entrevistada, PT-correntes minoritárias da esquerda, artista-de-rua-espectador, aparelhos ideológicos-marginalidades foram algumas das relações trabalhadas em nossa tese, mostrando diferentes perspectivas de tensões em diferentes disputas de universalidades.

Ao que se refere à pluralidade (política, social e cultural), tivemos oportunidade de concentrarmo-nos na de tipo política, embora existam mutualidades e complementariedades inerentes destes conceitos. Ao que se refere à pluralidade política local e o tensionamento da sociabilidade capitalista, se dá em um primeiro momento, de modo muito insipiente com a iniciativa de pautar a emancipação do bairro Santanense pelo padre Antônio Wiemrs na década de 1960. Posteriormente, com a eleição do professor Ramalho em 1982 e o início de seu mandato em 1983, estas teriam sido as primeiras brechas à dominação monista na cidade. O processo Constituinte, a influência da Teologia da Libertação, a afirmação da luta de classes e a ocupação do aparelho ideológico sindical dos metalúrgicos na década de 1980 marcaram o surgimento e consolidaram a força da esquerda na cidade. A extensão dos campos de existência a serem tensionados pela esquerda aumentou no que podemos chamar de segunda geração, tomando por critério a idade dos entrevistados e entrevistadas. Esta segunda geração se caracteriza pela politização da questão racial e o aparecimento da defesa de uma corpo-política. A corpo-política indica especialmente as mulheres negras e inclusive com dissidências no campo do gênero e das sexualidades. De maneira geral, esta geração vem tensionando a partir destas premissas o aparelho ideológico político da Câmara Municipal, repensando e desafiando as premissas da luta de classes, intervindo na luta sindical, na defesa do Movimento Nacional dos Catadores/as de Materiais Recicláveis (MNCR) e do trabalho digno para pessoas negras e pobres. A terceira geração, as juventudes radicalizadas, marcam sua politização dentro da situação de radicalização conservadora. Por consequência, vemos nestas juventudes as tendências minoritárias da pluralidade política da esquerda local: antifascista, socialista e marxista-leninista. A União da Juventude Antifascista Itaunense é formada nesta conjuntura – especialmente por integrantes da UP, UJR, PSOL, Manifesta e não-partidários. Sua prática política se pôs a enfrentar a radicalização e o processo de fascistização nos múltiplos campos de existência na cidade. Pudemos, durante nosso estudo-ação, fazer parte de uma de suas ações práticas, a qual pudemos expor no ponto 3.1, desde uma perspectiva autocrítica.

Podemos concluir que nossa posição política materialista tem consequência direta na prática teórica: análise da conjuntura e estabelecimento de mediações possíveis diante do sujeito real – em sua pluralidade. Para além de uma afirmação de nível teórico, há que se salientar que a dialética materialista permitiu trabalharmos a crise nacional e suas condições subjetivas,

pondo uma multiplicidade de posições nos campos da realidade, das representações e da própria subjetividade. A singularidade de cada trajetória de politização marca a extensividade da luta ideológica, mostra que a luta ideológica é, além de outras coisas, uma criação de relacionalidade, intensidade e persistência de variados antagonismos. As mediações entre compromisso e sujeito real fizeram com que trabalhássemos no nível da autocrítica questões trazidas pela experiência interior da esquerda local, fazendo com que delimitássemos divisões e tendências de maneira construtiva. A questão da politização culturalista, do marxismo e do radicalismo na esquerda e sua inclinação ao campo das marginalidades é um tema trazido por uma entrevistada. Apreendemos este debate teoricamente no ponto 3.1.2, procurando defender que o enfretamento do monopólio da cultura pode se dar com elementos do marxismo e do radicalismo, para isto, seria o caso de dar importância ao encontro como lugar de abertura para estas contingências. “Misturar” – para trazer a palavra de um entrevistado – seria mais importante do que separar. Ou seja, o materialismo do encontro passa a ser uma continuidade teórica para a pesquisa-ação, tornando-a menos suscetível à sistematização, e mais aberta à finitude das singularidades que compõem transitoriamente o sujeito real.

Em relação à autocrítica de nossa prática política, concluímos que a participação na leitura da *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito!* na Praça da Matriz pode ser pensada como um erro<sup>99</sup> – um espaço de vacilação a ser repensado. Isto porque, ao nosso ver, se priorizou a repetição do ato que ocorria na USP, sem considerar pontos locais. Em termos de ação e atuação deixava a desejar, passando a impressão de uma defesa da forma-democrática – tendo alcançado pouco em termos de encontro, de ocasionar uma posição crítica que transitasse à coletividade. Nestes termos, pareceu mais efetivo a prática política junto à UJAI, cujo o instrumento foi o *Panfleto Atenção Trabalhador!*. Este instrumento criou condições de interação favoráveis, o antagonismo em relação ao patrão e ao sistema de relações coronelistas situava nossa crítica ao monismo – a lógica do senhor-cidadão ou da dominação burguesa, eram correlações – não conceituais – que podiam ser feitas e discutidas, especialmente nas portas de fábricas do setor têxtil de Itaúna. Às vezes de maneira rápida, ou então suscitando ocasiões vividas no ambiente da fábrica, no trajeto de ida e vinda nos ônibus, os relatos de que ocorriam este tipo de abuso ou violência política apareciam nas

---

<sup>99</sup> Sobre a pensabilidade do erro na prática teórica e na prática política, ver: *Lenin, el error, la coyuntura* de Natalia Romé (2024, p. 40-42).

falas das trabalhadoras e trabalhadores. Esta fala, por vezes, carregada de uma sensibilidade indignada levava à abertura do diálogo. Chegamos aqui a uma questão importante que toca a descolonização intelectual: a efetividade da prática política, ou melhor, a diferença entre atuação do conceito e o modo ideológico de relação com o conceito.

Em *Conceitos: não basta utiliza-los, é preciso atuá-los*, Juliana Mesomo (Moraes, Mosomo; Gusmán, 2022, p. 150-163) nos coloca que há, no mínimo, duas maneiras de nos relacionar com os conceitos que aprendemos nas salas de aula da universidade. Uma delas, é a que tentamos experimentar em nossa pesquisa-ação, prática teórica e prática política, um tipo de vivência do conceito que se lança à atuação no mundo. Esta maneira é passível de agenciamento, construção política, provocação e/ou agitação pública – possibilitando a elaboração de argumentos e de um pensamento relativo à situação em que nos encontramos. A outra, que Mesomo denomina de *modo ideológico de relação com o conceito* está ligada a uma relação de conhecimento com as normas e com o poder das instituições, de maneira que ela implica em uma admissão-submissão, de cumplicidade com a ordem. Esta última, inscreve uma relação utilitária que evita o tensionamento dos conceitos e inscreve, possivelmente, uma teoria limitada ao ato de abstração.

O caso de nossa pesquisa-ação, participação na prática política e teórica se fundamentou em um tipo de atuação do conceito, poderíamos concluir que se tratou da atuação da deslegitimação do monismo: na prática política, contra o coronelismo junto às tendências minoritárias da esquerda local; na prática teórica de descolonização intelectual, deslegitimação dos senhores-cidadãos de Itaúna, de sua familiaridade com o poder e seu modo de produção de conhecimento. Em termos de nossa hipótese, podemos concluir que a luta ideológica é menos um debate de ideias – embora possa existir este tipo de espacialidade –, e mais, uma luta que, especialmente quando se agudiza, se torna tendencialmente práticas de deslegitimação de outras forças. Isto acontece em uma correlação de forças sensivelmente desiguais, como tivemos oportunidade de conferir no nível da teoria e das práticas.

Em termos de teoria do encontro, seria possível dizer que as condições de nosso agenciamento coletivo politizante (Moraes; Mesomo; Gusmán, 2022, p. 73-103) se deu em uma multiplicidade entre práticas políticas e práticas teóricas. Ao que se refere à prática teórica, o agenciamento coletivo politizante se deu com maior intensidade nas formações na Casa Socialista – formações políticas junto às juventudes. Nas práticas políticas, nosso destaque vai para caráter politizante do *Panfleto Atenção Trabalhador!*, este instrumento criou a possibilidade do diálogo sobre assuntos pouco apresentados, suscitava uma intensificação da crítica, ou seja, se ensaiava algo da indisciplina, do tensionamento da universalidade da relação

senhor-trabalhador. É no interior dos encontros que este tipo de situação pode ser tematizado. Esta atuação do conceito de **deslegitimação** é uma posição junto com as tendências minoritárias da esquerda em sua ação prática. Poderíamos chamar de uma posição de vanguarda, mas isto acionaria para alguns mais bloqueios e constrangimentos do que auxilia na questão teórica. Ao que preferimos teorizar como uma posição política materialista.

A partir desta posição política materialista, fomos capazes de pensar a descolonização intelectual como a abertura de uma brecha no pensamento monista. Esta tese anuncia a prática teórica como centro da formação em cada instância prática e afirma que a temporalidade moderna não pode ser considerada o centro de nosso pensamento, mas deve ser considerada parte constitutiva dos processos de transformação. Nestes termos, colhemos finitas orientações, de separados paradigmas, diferentes tradições de conhecimento científico e modos de produção científica. No entanto, para relacioná-los, mantivemos um campo crítico, de modo a considerar forças sociais existentes e procurar preencher lacunas complementares entre ideologias e práticas políticas, assim, fizemos uso e atuação do marxismo, entendendo-o como dinamizador interno ao pensamento teórico e fortalecedor da intensidade dos encontros. No geral, consideramos como vetores prioritários da desigualdade de acumulação de forças os insistentes processos da ideologia conservadora, dando exemplo de como ela age no imaginário, no simbólico e no real, inclusive na própria esquerda. Ao nosso ver, a autocrítica de Dilma Rousseff parece admitir que o partido (PT) não tem condição ou inclinações de pensar sua política de uma perspectiva antissistema capitalista.

Em última instância, nos parece que, menos que defender causas por meio de atos de abstração, vale somar ao ato de abstração um concreto-realidade, para em um terceiro momento fazer da prática teórica um concreto-teórico real que insista em uma composição autocrítica da própria teoria e de suas práticas. No que se refere à esquerda, podemos concluir que foi possível trazer à tona uma composição de, no mínimo, quatro espaços: (a) em interioridade, no nível da autocrítica, para trabalhar a delimitação de divisões e tendências de maneira construtiva; (b) em exterioridade, para marcar os tensionamento com o que pode ser definido pelo primeiro ato de abstração, antecipando o campo da criticidade, negatividade e/ou antagonismos; (c) no nível nacional, especialmente para tratar das condições subjetivas da luta ideológica, estabelecendo leituras de eficácia dos aparelhos ideológicos de dominação, abrindo-os à disputa político-subjetiva; (d) no nível da localidade, em que a prática política identificada como militante e coletiva possa ser pensada e atuada, importando retirar novas condições teóricas para os demais espaços de composição.

Podemos concluir, a partir das próprias críticas realizadas no interior da esquerda, que como “intelectuais” talvez seja o caso de dar um passo atrás, isto porque nossos dispositivos teóricos enfrentam o questionamento do próprio meio que pretendemos “teorizar”. Algo até ofensivo, porque o intelectual ousa prescrever “por cima das cabeças”, onde estão as forças dispostas, resistências, posições políticas, correntes de pensamento e discussão sobre práticas, se projetando no conceito tradicional de pluralismo político, que prescreve um tipo de debate de ideias normalizado. Recuperar e reorientar a teoria diante dos limites da prática nos parece a melhor maneira de enfrentar o desafio da luta ideológica no século XXI, que como pode adiantar nossa vivência neste início de século, não está dando sinais de arrefecimento, pelo contrário.

## REFERÊNCIAS

- AB´SÁBER, Tales. **Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica**. São Paulo: Hedra, 2011.
- AB´SÁBER, Tales. **Michel Temer e o fascismo comum** [recurso eletrônico]. São Paulo: Hedra, 2018.
- ACOSTA JUNIOR, Jorge. Além da gramática formalista: consequências teóricas da transferência na pesquisa social de direitos humanos. In: WOLKMER, Antonio Carlos; CADEMARTORI, Daniela M. L. de.; GROSS, Jacson. **Constitucionalismo no século XXI: em busca de novas gramáticas dos direitos humanos**. Canoas: Ed Unilasalle, 2022.
- ACOSTA JUNIOR, Jorge A. de M; KNEBEL, Norberto M. P. Sobre o colonialismo intelectual em Fals Borda: para uma educação crítica do/no direito. In: LUCAS, Doglas Cesar et al (Orgs.). **Direitos Humanos e Democracia em tempos de crise: a proteção jurídica das minorias**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- AGAMBEN, Giorgio (et al). **Pensar desde la izquierda: mapa del pensamiento crítico para un tiempo en crisis**. Madrid: Errata naturae editores, 2012.
- ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e Capital**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.
- ALTHUSSER, Louis. A corrente subterrânea do materialismo do encontro. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 20, p. 9-48, 2005.
- ALTHUSSER, Louis. **La revolución teórica de Marx**. Buenos Aires: siglo XXI editores, 1968.
- ALTHUSSER, Louis. **Machiavelli and Us**. London; New York: Verso, 2000.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- ANDERSON, Kevin B. El redescubrimiento y la persistencia de la dialéctica en la filosofía y la política mundiales. In: BUDGEN, Sebastian; KOUVELAKIS, Stathis; ŽIŽEK, Slavoj (Eds.). **Lenin reactivado: Hacia una política de la verdad**. Madrid: Ediciones Akal, 2010.
- ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo: Introdução a um debate contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental**. Porto: Edições Afrontamento, 1976.
- ANDERSON, Perry. **Los orígenes de la posmodernidad**. Madrid: Ediciones Akal, 2016.
- ANDRADE, Aline Recalcatti de. Marxismo eurocêntrico? Elementos para uma resposta ao decolonialismo antimarxista. **REBELA**, v.11, n. 2, mai/ago, 2021.
- ANDRÉS, Roberto. **A razão dos centavos: Crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Uma esquerda fora do lugar**: o governo Lula e os descaminhos do PT. Capinas, SP: Armazém do Ipê, 2006.

ARNAUD, André-Jean. **O direito traído pela filosofia**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.

BADIOU, Alain. El Uno se divide en Dos. In: BUDGEN, Sebastian; KOUVELAKIS, Stathis; ŽIŽEK, Slavoj (Eds.). **Lenin reactivado**: Hacia una política de la verdad. Madrid: Ediciones Akal, 2010.

BALIBAR, Étienne. **Sobre a ditadura do proletariado**. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

BALIBAR, Étienne. **Spinoza y la política**. 1. ed. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

BALIBAR, Étienne. **The Philosophy of Marx**. New York, London: Verso, 2007.

BALIBAR, Étienne; Wallerstein, Immanuel. **Raça, nação, classe**: as identidades ambíguas. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11. Brasília, maio-agosto de 2013, pp. 89-117.

BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 60, nº 2, 2017.

BATAILLE, Georges. **O erotismo**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017

BBC. **#EleNão**: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. 30 set 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acesso em: 1º ago 2024.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Conservadorismo e políticas sociais no Brasil**. Margem esquerda. Revista da boitempo, nº 40, 1º semestre, 2023.

BIRCHALL, Ian N. **The Spectre of Babeuf**. New York: ST. Martin’s Press, Inc.; London: Macmillan Press Ltd, 1997.

BIROLI, Flávia. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, Flávia; VAGGIONE, Juan Marco; MACHADO, Maria das Dores Campos. **Gênero, neoconservadorismo e democracia**: disputas e retrocessos na América Latina. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOBBIO, Norberto. **Derecha e izquierda**. Epub. Editor digital: Titivillus, 2015.

BOITO, Armando. **Reform and Political Crisis in Brazil**: Class Conflicts in Workers’ Party Governments and The Rise of Bolsonaro Neo-fascism. Leiden, Boston: Brill, 2022.

BONFIGLI, Fiammetta; PEIXOTO, R. L. Terrorismo, Inimigo e Exceção: o caso brasileiro e a aprovação da Lei Antiterrorismo (13.260/2016). **Revista De Estudos Criminais**, v. 68, p. 153-174, 2017.

BONFIGLI, Fiammetta; SCHWARTZ. **Jornadas de junho? Movimentos sociais e direito nas ruas de Porto Alegre**. Canoas: Editora Unilasalle, 2017.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRUNO, Regina. **Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio**. Trabalho apresentado no 36o Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs. GT 16 – Grupos Dirigentes e Estrutura de Poder. Águas de Lindóia, 2012.

BUCCI, Eugênio. **A forma bruta dos protestos: Das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

BUDGEN, Sebastian; KOUVELAKIS, Stathis; ŽIŽEK, Slavoj. Introducción: Repetir Lenin. In: BUDGEN, Sebastian; KOUVELAKIS, Stathis; ŽIŽEK, Slavoj (Eds.). **Lenin reactivado: Hacia una política de la verdad**. Madrid: Ediciones Akal, 2010.

BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ŽIŽEK, Slavoj. **Contingencia, hegemonía, universalidad: diálogos contemporáneos en la izquierda**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

CALLINICOS, Alex. **Contra el posmodernismo**. Colección Biblioteca Militante – Arte y filosofía, 2011.

CALLINICOS, Alex. Marx e Espinosa. **Revista Marx e o Marxismo**, v. 12, n. 22, jan/jun, 2024.

CALLINICOS, Alex. ¿Leninismo en el siglo XXI? Lenin, Weber y la política de la responsabilidad. In: BUDGEN, Sebastian; KOUVELAKIS, Stathis; ŽIŽEK, Slavoj (Eds.). **Lenin reactivado: Hacia una política de la verdad**. Madrid: Ediciones Akal, 2010.

CARDENUTO FILHO, Reinaldo. **Discurso de intervenção: o cinema de propaganda ideológica para o CPC e o Ipês às vésperas do Golpe de 1964**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Área de Estudos dos Meios e da Produção Mediática da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. 2008.

CARLOTTO, Maria. Junho de 2013: golpe e revolução. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria C. **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

CASARA, Rubens R. R. **Bolsonaro: o mito e o sintoma**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTRO, Fidel. **Segunda Declaração de Havana**. 1962. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/castro/1962/02/04.htm>.

CAVA, Bruno. **18 de brumário brasileiro**. In: Instituto Humanitas - Unisinos. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/574415-o-18-de-brumario-brasileiro>. Acesso em 1º ago 2024.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.

CHÃ, Ana M. **Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção de hegemonia**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CHÃ, Ana. M.; VILLAS BOAS, R. L. Agronegócio e indústria cultural: as formas do showbusiness da oligarquia rural brasileira. In: Bernardo Mançano Fernandes; João Márcio Mendes Pereira. (Org.). **Desenvolvimento territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe**. 1.ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, v. 1, p. 263-284.

CHAUI, Marilena. **A nervura do real II: Imanência e Liberdade em Espinosa**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2016.

COSTA, Catarina A. S.; SÖHNGEN, Clarice B. C. Violência no ensino básico: A “ideologia de gênero” enquanto discurso de ódio e violência simbólica. **Anais Sociology of Law 2023** [recurso eletrônico]: direito, saúde e inovação. Canoas, RS: Unilasalle, 2023.

COVEMG. **1964-1988: Comissão da Verdade em Minas Gerais – Relatório Final**. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. CD-ROM

DAMASCENO, Lupércio. **Agronegócio e Indústria Cultural: mercantilização e homogeneização da vida e da arte**. Cartilha Pré-CONEA 54º Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia. UFRA – Belém/PA, 2011. Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB).

DARDOT, Pierre (et al.). **A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo**. São Paulo: Elefante, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DEAN, Jodi. **Multidões e partido**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

DUARTE, André. **Pandemic and crisis of democracy: Biopolitics, Neoliberalism, and Necropolitics in Bolsonaro’s Brazil**. New York, London: Routledge, 2023.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: conferências de Frankfurt**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx: um comentário ao Grundrisse**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DUSSEL, Enrique. **Oito ensaios sobre cultura latino-americana e libertação**. São Paulo: Paulinas, 1997.

DUSSEL, Enrique. **Política de la liberación: historia mundial y crítica**. Madrid: Editorial Trotta, 2007.

ENGELS, Friedrich. Esboço para uma crítica da economia política. In: ENGELS, Friedrich. **Esboço para uma crítica da economia política e outros textos de juventude**. São Paulo: Boitempo, 2021.

ENGELS, Friedrich. **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. São Paulo: Boitempo, 2024.

ESTADODEMINAS. **Criação de Conselho LGBTQIA+ gera polêmica em Itaúna**. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/06/29/interna\\_gerais,1376704/criacao-de-conselho-lgbtqia-gera-polemica-em-itauna.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/06/29/interna_gerais,1376704/criacao-de-conselho-lgbtqia-gera-polemica-em-itauna.shtml). Acesso em: 3 ago 2024.

FALCONELLI, Alberto. **El camino de la revolución: de Babeuf a Mao Tsë-Tung**. Buenos Aires: Editorial Nueva Ordem, 1965.

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia propia y colonialismo intelectual**. 2. ed. Bogotá: Editorial Oveja Negra, 1971.

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia, compromisso y cambio social**. Textos de Orlando Fals Borda. ARMANDO, Herrera F. N.; LORENA, López Guzmán (Comps). 1. ed. Buenos Aires: El Colectivo – Lanzas y Letras – Extensión Libros, 2012.

FALS BORDA, Orlando; RAHMAN, Mohammad Anisur. **Acción y conocimiento: como romper el monopolio con investigación-acción participante**. Bogotá: cinep, 1991.

FANON, Franz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FAUSTO, Ruy. Revolução conservadora e neoliberalismo. In: **Revista Rosa**. São Paulo: Editora Hedra, 2022.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kottler Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. **Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels, Lenin: a história em processo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

FERNANDES, Florestan. **Reflexões sobre a construção de um instrumento político:** contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FRASER, Nancy. **Justiça interrompida:** reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

FREIRE, Paulo. **Conscientização:** teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FREITAS, Neila Maria de. **Memória operária do bairro santanense:** uma análise sociológica da experiência operária. Monografia para estágio supervisionado do Curso de Ciências Sociais – Bacharelado do Instituto de Ensino Superior e pesquisa de Divinópolis – MG, novembro de 1994.

GALLARDO, Helio. Revolución y cultura política en América Latina. **Pasos**, nº 125, San José: DEI, Departamento Ecuménico de Investigaciones, mayo-jun, 2006, pp. 17-23.

GALLARDO, Helio. **Teoria crítica:** matriz e possibilidade de direitos humanos. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

GARGARELLA, Roberto. **Manifiesto por un derecho de izquierda.** 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2023.

GÓMEZ, Ricardo F. **Neoliberalismo, fin de la historia y después.** 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Punto de Encuentro, 2014.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **As novas ciências e as humanidades:** da academia à política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **La universidad necesaria en el siglo XXI.** México: Ediciones Era, 2001.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **O colonialismo global e a democracia.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Investigación Cualitativa y Subjetividad.** Guatemala: Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano:** Ensaio intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz, 2020.

GROSGOUEL, Ramón. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. **Contemporânea**, v. 2, nº 2, pp. 337-362, Jul.-Dez. 2012.

GUATARRI, Félix. **A revolução molecular.** São Paulo: Ubu Editora, 2024.

GUERRA, Alexandre (et al.). **Brasil 2016:** recessão e golpe. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

GURGEL, Clarisse. Voltar a desejar. Devires comunistas em meio à indeterminação. **Maquina Crisica**, 2018. Disponível em: <https://maquinacrisica.org/2018/10/25/voltar-a-desejar-devires-comunistas-em-meio-a-indeterminacao/>. Acesso em: 1º ago 2024.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementais do materialismo histórico**. São Paulo: Global, 1973.

HARNECKER, Marta. **Reconstruyendo la izquierda**. México D.F., Buenos Aires, Madrid: siglo xxi editores, 2008.

HARVEY, David. **La condición de la posmodernidad**: investigación sobre los orígenes del cambio cultural. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1998.

HELLER, Ágnes; FEHER, Ferenc. **Anatomía de la Izquierda Occidental**. 1. ed. Barcelona: ediciones península, 1985.

HERRERA FLORES, Joaquim. Introdução General. In: MOURA, Marcelo de Oliveira (org.). **Irrompendo no real**: escritos de teoria crítica dos direitos humanos. Pelotas: EDUCAT, 2005.

IBGE. **Itaúna**. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/itauna.html>. Acesso em 1º ago 2024.

JAMESON, Frederic. **The ideologies of theory**. London, New York: Verso, 2008.

JARA H., Oscar. **A sistematização de experiências, prática e teoria para outros mundos possíveis**. 1. ed. Brasília, DF: CONTAG, 2012.

LAZARUS, Sylvain. Lenin y el partido, 1902-noviembre de 1917. In: BUDGEN, Sebastian; KOUVELAKIS, Stathis; ŽIŽEK, Slavoj (Eds.). **Lenin reactivado**: Hacia una política de la verdad. Madrid: Ediciones Akal, 2010.

LAZZARATO, Maurizio. **O intolerável do presente, a urgência da revolução**: minorias e classes. São Paulo: N-1 edições, 2022.

LAZZARATO, Maurizio. **Por una política menor**: Acontecimiento y política en las sociedades de control. Madrid: Traficantes de Sueños, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O pensamento de Lenin**. 1. ed. São Paulo: Lavrapalavra, 2020.

LEITE, Felipe M. Imanência, política e marxismo: da autocrítica althusseriana ao materialismo do encontro. **Revista trágica**: estudos de filosofia da imanência, Rio de Janeiro, v. 13, nº 3, pp. 109-139, 2020.

LENIN, Vladímir Ilitch. **As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo**. Obras escolhidas em seis tomos. Lisboa: Edições “Avante!”, 1977, pp. 35-39.

LENIN, Vladímir Ilitch. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LENIN, Vladímir Ilitch. **Democracia e luta de classes** [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

LENIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**: ensaio de divulgação ao público [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2021.

LENIN, Vladímir Ilitch. **O Estado e a Revolução** [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2017.

LENIN, Vladímir Ilitch. **O que fazer?**: questões candentes de nosso movimento. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário**: ascensão e legado do bolsonarismo. São Paulo: Editora Contracorrente, 2022.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia do conhecimento**. II Volume. Porto: RÉ S Editora, 1980.

MANO, Maíra Kubík; NASCIMENTO, Stephanie Ferreira dos Santos. Retrocessos de gênero e neoliberalismo: uma tempestade perfeita. **Margem esquerda**. Revista da boitempo, nº 40, 1º semestre, 2023.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. São Paulo: EDIPRO, 2015.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Textos escolhidos**: marxismo, política e a questão indígena. Organização Mariana Pahim. 1.ed. Porto Alegre: cio da terra edições, 2021.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARTINI, Vanderlei. **A decadência ideológica da burguesia**: características, expressões e rebatimentos sobre a classe trabalhadora no Brasil. São Paulo: Editora Dialética, 2023.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: boitempo, 2013a.

MARX, Karl. **Cuaderno Spinoza**: Traducción, estudio preliminar y notas de Nicolás González Varela. Espanha: Montesinos, 2012.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O Capital** [recurso eletrônico]: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013b.

MARX, Karl. O Questionário de 1880. In: THIOLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária**. 5. ed. São Paulo: editora polis, pp. 249-256, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MASCARO, Alysson L. Sobre os centros socialistas. **Blog da Boitempo**, 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/03/05/alysson-mascaro-sobre-os-centros-socialistas/>. Acesso em: 3 ago 2024.

MASON, Laura. **Revolutionaries**: The Conspiracy Trial of Gracchus Babeuf and the Equal. New Haven; London: Yale University Press, 2022.

MASTROPAOLO, Josefina; TEGA, Danielle. Legalização do aborto: mais que uma pauta moral. **Margem esquerda**. Revista da boitempo, nº 40, 1º semestre, 2023.

MATTEI, Ugo; NADER, Laura. **Pilhagem**: quando o Estado de Direito é ilegal. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

MELLINO, Miguel. **La crítica poscolonial: descolonización, capitalismo y cosmopolitismo en los estudios poscoloniales**. 1. ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

MIGNOLO, Walter. Século XXI: o colapso da modernidade, a ascensão da multipolaridade e os desafios da pluriversalidade. Entrevista. **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**, 26 out., 2022. Acesso em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/623338-seculo-xxi-o-colapso-da-modernidade-a-ascensao-da-multipolaridade-e-os-desafios-da-pluriversalidade-entrevista-especial-com-walter-mignolo>.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia na periferia capitalista**: impasses do Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil**: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Soc. Estado**, 2017, v. 32, n. 3, pp. 752-748.

MONTEIRO, Lucas. A premência do transporte. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria C. **Junho de 2013**: a rebelião fantasma. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

MORAES, Alex M. Mais além da antropologia pós-estruturalista do desenvolvimento, de volta à teoria marxista da dependência. **Marx e o marxismo**, v. 6, n. 11, jul/dez, 2018.

MORAES, Alex M. Nossa direitização em três tempos: origens, agora e mais além. **Somanlu**: Revista de Estudos Amazônicos. [S.l.], v. 19, n. 2, p. 5-17, dec. 2019a. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/6858>.

MORAES, Alex M. Uma antropologia pós-leninista e a questão do real. **Práxis Comunal**, Belo Horizonte, v.2, n.1, 2019b.

MORAES, Alex M; MESOMO, Juliana; GUSMÁN, Tomaz. **Pensamentos excessivos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Edições Athena, 2022.

MORFINO, Vittorio. O primado do encontro sobre a forma. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n. 23, 2005.

MORFINO, Vittorio. **Plural Temporality**: Transindividuality and the Aleatory Between Spinoza and Althusser. Boston: Brill, 2014.

MORFINO, Vittorio. **The Spinoza-Machiavelli encounter**: Time and Occasion. Edinburgh: University Press, 2019.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 3. ed. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2020.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em movimento**: Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OSORIO, Jaime. **Coyuntura**: Cuestiones teóricas y políticas. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, Editorial Itaca, 2019.

OSORIO, Jaime. **Teoría marxista de la dependencia**. Historia, fundamentos, debates y contribuciones. Buenos Aires: Ediciones UNGS, 2016.

OTEMPO. **Grupo conservador faz pressão por ‘tratamento precoce’ em Itaúna**. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/politica/aparte/grupo-conservador-faz-pressao-por-tratamento-precoce-em-itauna-1.2485467>. Acesso em: 3 ago 2024.

PEREZ, Davi Machado. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e democracia de cooptação: o golpe de 2016 e a atualidade de Florestan Fernandes. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 19, n. 37, p. 28-44, jan./jun. 2019. ISSN 2238-1856

PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. **A linguagem fascista**. São Paulo: Hedra, 2020.

PIROLA, Émerson. O Último Althusser: Materialismo do Encontro e Marxismo. In: PIROLA, É; ALVES, I. (Org.). **XVI Semana Acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS**: volume 3. 1ed.Porto Alegre: Editora Fi, 2016, v. 3, p. 317-347.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens políticas e econômicas de nossa época. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e Ditadura: A III internacional face ao fascismo**. Florianópolis, SC: Enunciado Publicações, 2021.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, vol. 13, n.º 29, Lima, 1992, pp. 11-20.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociais, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos rumos**, ano 17, nº 37, 2002, pp. 4-28.

QUIJANO, Aníbal. Un fantasma recorre el mundo: ¿Qué está vivo y qué está muerto del Manifiesto comunista? In: Alfaro Rubbo, Deni. et.al. **El ejercicio del pensar: Aníbal Quijano y la permanencia del marxismo**. n. 49. pp. 40-47. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2024.

RANCIÈRE, Jacques. **Sobre a teoria da ideologia: a política de Althusser**. Porto: Portucalense Editora, 1971.

RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas. **The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil**. Brasília: Springer, 2021.

ROLNIK, Raquel; ANDRÉS, Roberto. Desculpe o transtorno, é sobre a caixa preta das cidades. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria C. **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

ROMÉ, Natalia. Lenin, el error, la coyuntura. **Memoria: Revista de crítica militante**, n. 288, año 2024-1: Lenin en su centenario, 2024.

ROUSSEFF, Dilma. Prólogo. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria C. **Junho de 2013: a rebelião fantasma**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

SADER, Emir. **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAFATLE, Vladimir. **Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação**. 1. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2020a.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2.ed. rev. Belo Horizonte: Autêntica, 2020b.

SAFATLE, Vladimir. O dia no qual o Brasil parou dez anos. In: ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria C. **Junho de 2013**: a rebelião fantasma. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**: como chegamos até aqui ou como o país dos “pactos”, das “conciliações, das “frentes amplas” produziu seu próprio colapso. São Paulo: Vestígio, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conocer desde el Sur**: Para uma cultura política emancipatória. 1. ed. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: A afirmação das epistemologias do Sul. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Tesis sobre la descolonización de la historia**. 1.ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Coimbra: Centro de Estudos Sociais – CES, 2022.

SANTOS, Roberto Santana; PITILLO, João Claudio Platenik. Brasil: o fim da Nova República – Quebra do arranjo político, crise de representatividade e golpe de Estado no ocaso da república liberal brasileira. In: SANTOS, Roberto Santana; PITILLO, João Claudio Platenik; VILLARREAL VILLAMAR, María del Carmen (Orgs.). **América Latina na encruzilhada**: Lawfare, golpes e luta de classes [recurso eletrônico]. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

SANTOS, Theotonio dos. **Do terror à esperança**: auge e declínio do neoliberalismo. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.

SANTOS, Theotonio dos. **Socialismo ou fascismo**: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Florianópolis: Insular, 2018.

SARDINHA, Diogo. **A tirania dos poderes coniventes**: o Brasil na conjuntura. São Paulo: Contracorrente, 2019.

SCHERER, Karine Pagliosa. **A Renovação Carismática Católica na condição Pós-Moderna e na Hipernormatividade. As características dos seus sujeitos ante as novas tendências dos tempos atuais**. Doutorado do Programa de Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, 2013.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Ateliê, 2011.

SEGATO, Rita. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos**: y una *antropología* por demanda. 1.ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SEGURADO, Rosemary. **Desinformação e democracia**: a guerra contra as fake news na internet. São Paulo: Editora Hedra, 2021.

SHANIN, Teodor. **Marx tardio e a via russa**: Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SILVA, Juremir Machado da. **Raízes do conservadorismo brasileiro**: a abolição na imprensa e no imaginário social. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SKYLAB, Rogério. **Lulismo selvagem**. Curitiba: Kotter Editorial, 2020.

SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de. **História de Itaúna**: Vol. I. Belo Horizonte. Ed. Littera Maciel Ltda. 1986a.

SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de. **História de Itaúna**: Vol. II. Belo Horizonte. Ed. Littera Maciel Ltda. 1986b.

SOUZA, Miguel Augusto Gonçalves de. **Itaúna**: sua trajetória política, social, religiosa, econômica e cultural, desde a criação do Arraial de Satana do São João Acima, em 14 de outubro de 1765, até a data do centenário de instalação do município: 1765-2002. Belo Horizonte: Santa Clara, 2002.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE GALEANO. Luis Villoro Toranzo, el zapatista (palabras del SupGaleano en el Homenaje a los compañeros Luis Villoro Toranzo y Maestro Zapatista Galeano. In: EZLN, Comisión Sexta del. **El Pensamiento Crítico Frente a la Hidra Capitalista I**. 2015.

SUBCOMANDANTE INSURGENTE MARCOS. **Nem ao centro e nem a periferia**: sobre cores, calendários e geografias. Erahsto Felício e Alex Hilsenbeck (org.). Coletivo Protopia S.A. e Danilo Ornelas Ribeiro (trad.). Porto Alegre: Deriva, 2008.

THERBORN, Göran. **Do marxismo ao pós-marxismo?** São Paulo: Boitempo, 2012.

THERBORN, Göran. **La ideología del poder y el poder de la ideología**. Madrid: Siglo veintiuno de España Editores, 1987.

THIOLLENT, Michel. **Crítica metodológica, investigação social & enquete operária**. 5. ed. São Paulo: editora polis, 1987.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

VIUITAÚNA. **Cidade de rico?** Itaúna tem a terceira maior renda média de Minas, aponta pesquisa da FGV. In: <https://viuitauna.com.br/2023/02/14/cidade-de-rico-itauna-tem-a-terceira-maior-renda-media-de-minas-aponta-pesquisa-da-fgv/>. Disponível em: 22 out 23.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo**: em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e Civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial**: vol. IV: El liberalismo centrista triunfante, 1789-1914. 1. ed. México: Siglo XXI, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Geopolítica y geocultura**: Ensayos sobre el moderno sistema mundial. Barcelona: Kairós, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**: vol. I. A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI. Porto: Edições Afrontamento, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Universalismo europeu**: a retórica do poder. São Paulo: Boitempo, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Utopística, ou, As decisões históricas do século vinte e um**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

WARAT, Luis Alberto. **Territórios desconhecidos**: a procura surrealista pelos lugares do abandono do sentido e da reconstrução da subjetividade. Coordenadores: Orides Mezzaroba, Arno Dal Ri Júnior, Aires José Rover, Cláudia Servilha Monteiro. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito**: tradição no Ocidente e no Brasil. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019a.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Ideologia, Estado e Direito**. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003.

WOLKMER, Antonio Carlos. Para uma Sociologia Jurídica no Brasil: desde uma perspectiva crítica e descolonial. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 4, n. 3, set./dez. 2017a.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo Jurídico**: Fundamentos de una nueva cultura del Derecho. 2. ed. Madrid: Editorial Dykinson, 2018.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo jurídico: um referencial epistêmico e metodológico na insurgência das teorias críticas no direito. Rev. **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, V.10, N.4, 2019b, pp. 2711-2735.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Teoria crítica del derecho desde América Latina**. México: Akal, 2017b.

YOUNG, Robert J. C. **Postcolonialism. An historical introduction**. United Kingdom: Blackwell Publishing, 2008.

ZETKIN, Clara. **Como nasce e morre o fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

ZIBECHI, Raúl. **O despertar dos debaixo**: 1968 na América Latina. Brasil: Terra Sem Amos, 2021.

ŽIŽEK, Slavoj. A escolha de Lenin. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917**. São Paulo: Boitempo, pp. 173-342, 2005.

**APÊNDICE A – Roteiro de entrevista não-diretiva para participantes da esquerda de  
Itaúna-MG**

**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

**1. Identificação (pode-se optar pelo anonimato).**

- 1.1 Nome.
- 1.2 Idade.
- 1.3 Ocupação.
- 1.4 Gênero.
- 1.5 Cor/raça/etnia.

**2. Sobre política, conservadorismo e violação de direitos.**

- 2.1 Pode me dizer o que política e os partidos políticos representam para você?
- 2.2 Pode me dizer o que luta social e cultura representam para você?
- 2.3 Há algum movimento social ou movimentos sociais com o qual você se sinta representado/a?
- 2.4 O que significa, para você, conservadorismo?
- 2.5 O que você entende por violência política?
- 2.6 Para você, o que são direitos humanos?
- 2.7 Na sua experiência pessoal, você já sofreu alguma violação de direitos humanos ou de direitos políticos?
- 2.8 O que significa esquerda para você?
- 2.9 O que significa direita para você?
- 2.10 O que significa ser antirracista?
- 2.11 O que significa ser antifascista?
- 2.12 O que significa ser antipatriarcado?
- 2.13 O que significa ser anticapitalista?
- 2.14 Existe alternativa política e/ou cultural ao conservadorismo?

**3. Sobre a cidade e espaço público.**

- 3.1 Como você vê a relação entre as necessidades sociais e o poder econômico na sua cidade?
- 3.2 Como o conservadorismo atua nesta relação?
- 3.3 Que pessoas públicas são referência política para você?
- 3.4 Que pessoas públicas são referência cultural para você?

**4. Sobre militância política ou cultural.**

- 4.1 Pode contar sobre o passado de sua militância (política ou cultural)?
- 4.2 Quais são os desafios que sua militância enfrenta no presente?
- 4.3 Como o conservadorismo afeta sua militância?
- 4.4 Quais são os desafios da sua militância para o futuro?

**5. Finalização.**

- 5.1 Você gostaria de complementar alguma questão anterior ou apontar algo que não foi apontado nas questões anteriores?